



MINAS GERAIS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

DIÁRIO DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO

EDIÇÃO:
48 PÁGINAS

CADERNO 1

VENDA AVULSA R\$ 1,35

• CIRCULA EM TODOS OS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DO ESTADO – ANO CXVIII – BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – Nº 230 •

SUMÁRIO

DIÁRIO DO EXECUTIVO	1
Governo do Estado	1
Secretaria de Estado de Governo	4
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	6
Secretaria de Estado de Cultura	6
Secretaria de Estado de Defesa Social	6
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	6
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana	9
Defensoria Pública	9
Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude	10
Secretaria de Estado de Educação	10
Secretaria de Estado de Fazenda	16
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	18
Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Finanças	19
Secretaria de Estado de Saúde	27
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas	28
Secretaria de Estado de Turismo	28
Editais e Avisos	28

DIÁRIO DO LEGISLATIVO	34
------------------------------------	-----------

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governo do Estado

Governador: Antônio Augusto Junho Anastasia

Leis e Decretos

LEI Nº 19.262, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Engenho D'Água, com sede no Município de Ouro Preto.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Engenho D'Água, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

LEI Nº 19.263, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Eliotas, Teixeira e São Sebastião – Ametes –, com sede no Município de Simonésia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Eliotas, Teixeira e São Sebastião – Ametes –, com sede no Município de Simonésia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

LEI Nº 19.264, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública a Associação de Amparo e Saber – Assimpas –, com sede no Município de Contagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amparo e Saber – Assimpas –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência

Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

LEI Nº 19.265, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública a entidade Sociedade de Assistência Social e Cultural – Sasc –, com sede no Município de Ipatinga.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade Sociedade de Assistência Social e Cultural – Sasc –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

DECRETO Nº 45.515, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975,

DECRETA:

Art. 1º O Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 75. .

XV - ao estabelecimento industrial, nas operações internas com leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT) destinadas ao comércio, em embalagem que permita sua venda a consumidor final, de valor equivalente ao imposto devido, observado o disposto nos §§ 8º e 9º deste artigo;

XVI - ao estabelecimento industrial, nas operações interestaduais com leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT) destinadas ao comércio, em embalagem que permita sua venda a consumidor final, de modo que a carga tributária resulte em 1% (um por cento), observado o disposto nos §§ 8º e 9º deste artigo.

Art. 85. .

I - .

d.2) laticínio, quando preponderar a saída de queijo, requeijão, manteiga, leite em estado natural ou pasteurizado, ou de leite UHT (UAT);

Art. 222.

X - leite in natura compreende o leite cru, o leite fresco, os leites dos tipos “A”, “B” e “C” e o leite UHT (UAT);

.” (nr)

Art. 2º Os Anexos abaixo relacionados do RICMS passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - na Parte 1 do Anexo I:

13	Saída, em operação interna, de leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT), em embalagem que permita sua venda a consumidor final, produzidos no Estado, promovida por estabelecimento atacadista ou varejista.	Indeterminada
----	--	---------------

.”,

II - na Parte 1 do Anexo IV:

“

19	(.) a) relacionados nos itens 6, 7, 10 a 13, 25, 29 a 34 e 55 a 58, desde que produzidos no Estado, e nos itens 1 a 5, 8, 9, 14 a 24, 26 a 28, 35 a 37, 44 a 48, 60 e 61, da Parte 6 deste Anexo: (.) b) relacionados nos itens 39 a 41, desde que produzidos no Estado, e nos itens 38, 42, 43, 49 a 54 e 59, da Parte 6 deste Anexo. (.)	(.)	(.)	(.)	(.)	(.)
----	--	-----	-----	-----	-----	-----

.”,

III – na Parte 6 do Anexo IV:

“

6	Produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino ou suíno, em estado natural, resfriados ou congelados
7	Carne bovina ou suína, salgada ou seca
(.)	(.)
13	Leite UHT (UAT)
(.)	(.)
60	Produtos comestíveis resultantes do abate de aves, peixes, gado bufalino, caprino ou ovino, em estado natural, resfriados ou congelados
61	Carne bufalina, caprina ou ovina, salgada ou seca

.”,

IV – na Parte 1 do Anexo IX:

“Art. 489. .

II - nas operações com leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT), em embalagem que permita sua venda a consumidor final:

c) isenção do imposto, nos termos do item 13 da Parte 1 do Anexo I, nas operações internas promovidas por estabelecimento varejista ou atacadista;

d) redução da base de cálculo, nos termos do item 19 da Parte 1 do Anexo IV, de forma que a carga tributária resulte em 7% (sete por cento), nas operações internas promovidas por estabelecimento industrial.

.”,

V – na Parte 1 do Anexo XV:

“Art. 46.

III –

b) do art. 16, I, “a”, do art. 18, III e § 2º, II, do art. 58, caput e § 1º, do art. 63, caput, do art. 64, caput, do art. 111-A, I, e do art. 113, parágrafo único, desta Parte;

.”

XIII - o momento da entrada da mercadoria no estabelecimento, nas hipóteses do art. 18, § 3º, e

do art. 111-A, II, desta Parte;

§ 3º.

I - para até o dia 9 (nove) do mês subsequente ao da entrada da mercadoria, nas hipóteses do art. 18, § 3º, e do art. 111-A, II, desta Parte;

§ 9º.

IV - operação com as mercadorias relacionadas nos subitens 43.2.46 a 43.2.48 da Parte 2 deste Anexo, promovidas pelo sujeito passivo por substituição indicado no inciso I do art. 111-A desta Parte.

Art. 111-A. A substituição tributária prevista para as operações subsequentes com as mercadorias de que trata o item 43.2.47 e 43.2.48 da Parte 2 deste Anexo não se aplica nas operações internas promovidas por produtor rural, hipótese em que a responsabilidade pela apuração e recolhimento do imposto recairá:

I - sobre o estabelecimento industrial ou de cooperativa de produtores rurais, ao promover a saída da mercadoria com destino a outro contribuinte;

II - sobre o estabelecimento atacadista ou varejista, no momento da entrada da mercadoria no estabelecimento.

”;

VI – na Parte 2 do Anexo XV:

“

43.2.46	0401.10 0401.20 0401.30	Leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT)	15
43.2.47	0406.10.10	Queijo mussarela	25
43.2.48	0406.10.90 0406.20.00 0406.30.00 0406.40.00 0406.90	Queijo, exceto queijo mussarela compreendido no item 0406.10.10 da NBM	47

.”(nr)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do 1º dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a alínea “a” do subitem 19.4 da Parte 1 do Anexo IV do RICMS.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

Leonardo Maurício Colombini Lima

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar no valor de R\$6.755.107,84.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto nos incisos III e IV do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 18.693, de 4 de janeiro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 6.755.107,84 (seis milhões setecentos e cinquenta e cinco mil cento e sete reais e oitenta e quatro centavos), indicado no Anexo, onerando em R\$5.300.916,46 (cinco milhões trezentos mil novecentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos) o limite estabelecido no art. 7º da Lei nº 18.693, de 4 de janeiro de 2010.

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes:

I - da anulação das dotações orçamentárias indicadas no Anexo, no valor de R\$5.653.107,90 (cinco milhões seiscentos e cinqüenta e três mil cento e sete reais e noventa centavos); e

II - do excesso de arrecadação da receita de Recursos Diretamente Arrecadados, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, no valor de R\$ 1.101.999,94 (um milhão cento e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

Leonardo Maurício Colombini Lima

ANEXO AO DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

(Registrado no SIAFI/MG sob o número 259)

SUPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART. 1º DESTE DECRETO:

R\$

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
1301.26451047-1.343-0001-3390-1-10.1 42.000,00

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1321.10122701-2.001-0001-3390-0-10.1 1.588.000,00

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1481.14421023-1.104-0001-3350-1-10.1 347.191,44

EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS

1911.28844702-7.896-0001-3290-0-12.1 5.000,00

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS

3051.20122701-2.002-0001-3390-0-60.1 750.000,00

3051.20571210-4.021-0001-3390-0-60.1 351.999,94

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

4291.10302044-4.308-0001-3340-1-10.1 3.670.916,46

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 6.755.107,84

ANULAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O

INCISO I DO ART.2º DESTE DECRETO:

R\$

EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS
1911.28843702-7.886-0001-4690-0-12.1 5.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA

1991.99999999-9.999-0001-9999-0-10.1 347.191,44

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2301.26782035-1.306-0001-3390-1-10.1 42.000,00

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

4291.10301175-4.302-0001-3390-0-10.1 1.000.000,00
4291.10302044-4.308-0001-4440-1-10.1 3.670.916,46
4291.10573708-2.077-0001-4490-0-10.1 588.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 5.653.107,90

*DECRETO Nº 45.504, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

(Publicado em 25/11/2010)

Retificações:

1) no art. 1º, os itens 1 a 10 da Parte 7 do Anexo I do Regulamento do ICMS (RICMS) ficam retificados conforme a seguir:

1	CARNES E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS	
1.1	Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas.	02.01
1.2	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas.	02.02
1.3	Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas.	02.03
1.4	Carnes de animais da espécie ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas.	02.04
1.5	Carnes de animais das espécies cavalar, asinina e muar, frescas, resfriadas ou congeladas.	0205.00.00
1.6	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalar, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas.	02.06
1.7	Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05.	02.07
1.8	Outras carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas.	02.08
1.9	Toucinho sem partes magras, gorduras de porco e de aves, não fundidas nem de outro modo extraídas, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou defumados.	02.09.00
1.10	Carnes e miudezas, comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas; farinhas e pós, comestíveis, de carnes ou de miudezas, da espécie suína.	0210.1
1.11	Carnes e miudezas, comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas; farinhas e pós, comestíveis, de carnes ou de miudezas, da espécie bovina, de primatas; de baleias, golfinhos e marsuínos; de peixes-boi e dugongos; de répteis; e outras.	0210.20 0210.9
2	PEIXES E CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E OUTROS INVERTEBRADOS AQUÁTICOS	
2.1	Peixes frescos ou refrigerados.	03.02
2.2	Peixes congelados.	03.03
2.3	Filés de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados.	03.04
2.4	Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes defumados, mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pós e pelle ts, de peixe, próprios para alimentação humana.	03.05
2.5	Crustáceos, mesmo sem casca, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pós e pelle ts de crustáceos, próprios para alimentação humana.	03.06
2.6	Moluscos, com ou sem concha, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; invertebrados aquáticos.	03.07
3	LEITE; OVOS DE AVES	
3.1	Leite em pó, parcialmente desnatado, com um teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 1,5%, com um teor de arsênio, chumbo ou cobre, considerados isoladamente, inferior a 5 ppm.	0402.10.10
3.2	Outros leites em pó, grânulos ou outras formas sólidas.	0402.10.90
3.3	Leite em pó, parcialmente desnatado, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5%, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes.	0402.21.20
3.4	Leite em pó, parcialmente desnatado, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5%, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes.	0402.29.20
3.5	Outros leites.	0402.99.00
3.6	Ovos de aves, sem casca, e gemas de ovos, frescos, secos, cozidos em água ou vapor, moldados, congelados ou conservados de outro modo, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.	04.08
4	OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS	
4.1	Cabelos em bruto, mesmo lavados ou desengordurados; desperdícios de cabelo.	05.01.00.00
4.2	Cerdas de porco ou de javali; pêlos de texugo e outros pêlos para vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes; desperdícios destas cerdas e pêlos.	05.02
4.3	Tripas, bexigas e estômagos, de animais, inteiros ou em pedaços, exceto de peixes, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou defumados; exceto, também, as tripas de bovino, salgadas ou secas, da subposição 0504.00.11.	05.04.00
4.4	Peles e outras partes de aves, com as suas penas ou penugem, penas e partes de penas (mesmo aparadas), penugem, em bruto ou simplesmente limpas, desinfetadas ou preparadas tendo em vista a sua conservação; pós e desperdícios de penas ou de partes de penas.	05.05
4.5	Ossos e núcleos córneos, em bruto, desengordurados ou simplesmente preparados (mas não cortados sob forma determinada), acidulados ou degelatinados; pós e desperdícios destas matérias.	05.06
4.6	Marfim, carapaças de tartaruga, barbas, incluídas as franjas, de baleia ou de outros mamíferos marinhos, chifres, gálhadas, cascos, unhas, garras e bicos, em bruto ou simplesmente preparados, mas não cortados em forma determinada; pós e desperdícios destas matérias.	05.07
4.7	Coral e matérias semelhantes, em bruto ou simplesmente preparados, mas não trabalhados de outro modo; conchas e carapaças de moluscos, crustáceos ou de equinodermes e ossos de sibas, em bruto ou simplesmente preparados, mas não cortados em forma determinada, seus pós e desperdícios.	05.08.00.00
4.8	Âmbar-cinzentos, castóreos, algália e almíscar; cantáridas; bilis, mesmo seca; glândulas e outras substâncias de origem animal utilizadas na preparação de produtos farmacêuticos, frescas, refrigeradas, congeladas ou provisoriamente conservadas de outro modo.	05.10.00
4.9	Produtos de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos; animais mortos do Capítulo 3, impróprios para alimentação humana, exceto as ovas de peixe fecundadas, para reprodução.	0511.91
4.10	Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana.	0511.99
4.11	Crina e seus desperdícios, mesmo em mantas, com ou sem suportes.	0511.99.91
5	PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	
5.1	Outras flores e botões secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo, cortados para buquês ou para ornamentação.	0603.90.00
5.2	Folhagem, folhas, ramos e outras partes de plantas, sem flores nem botões de flores, e ervas, musgos e líquens, para buquês ou para ornamentação, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo, exceto os frescos.	06.04
6	PRODUTOS HORTÍCOLAS, PLANTAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS, COMESTÍVEIS	
6.1	Produtos hortícolas, não cozidos ou cozidos em água ou vapor, congelados.	07.10
6.2	Produtos hortícolas conservados transitoriamente (por exemplo, com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação), mas impróprios para alimentação nesse estado.	07.11
6.3	Produtos hortícolas conservados transitoriamente (por exemplo, com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação), mas impróprios para alimentação nesse estado.	07.12
6.4	Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos.	07.13
6.5	Raízes de mandioca, de araruta e de salepo, tupinambos, batatas-doces e raízes ou tubérculos semelhantes, com elevado teor de fécula ou de inulina, refrigerados, congelados ou secos, mesmo cortados em pedaços ou em pellets ; medula de sagüeiro.	07.14
7	FRUTAS; CASCAS DE CÍTRICOS E MELÕES	
7.1	Cocos, secos, sem cascas, mesmo ralados.	0801.11.10
7.2	Castanha-do-pará, com casca.	0801.21.00
7.3	Castanha-do-pará, sem casca.	0801.22.00
7.4	Castanha de caju, sem casca.	0801.32.00
7.5	Amêndoas sem casca.	0802.12.00
7.6	Avelãs (corylus spp) sem casca.	0802.22.00
7.7	Nozes sem casca.	0802.32.00
7.8	Castanhas, frescas ou secas, sem casca.	0802.40.00
7.9	Bananas secas.	0803.00.00
7.10	Tâmaras secas.	0804.10.20
7.11	Figos secos.	0804.20.20
7.12	Cítricos secos.	08.05
7.13	Uvas secas (passas).	0806.20.00
7.14	Frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes.	08.11
7.15	Frutas conservadas transitoriamente (por exemplo, com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação), mas impróprias para alimentação nesse estado.	08.12
7.16	Frutas secas, exceto as das posições 08.01 a 08.06; misturas de frutas secas ou de frutas de casca rija do presente Capítulo.	08.13
7.17	Cascas de cítricos, de melões ou de melancias, frescas, secas, congeladas ou apresentadas em água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação.	08.14.00.00

8	CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	
8.1	Café não torrado, descafeinado.	0901.12.00
8.2	Café em grão, torrado, não descafeinado.	0901.21.00
8.3	Café torrado, descafeinado.	0901.22.00
8.4	Cascas, películas e sucedâneos do café.	0901.90.00
8.5	Chá verde não fermentado, apresentado em folhas verdes.	0902.20.00
8.6	Mate.	09.03.00
8.7	Pimenta do gênero Piper ; pimentões e pimentas dos gêneros Capsicum ou Pimenta, secos, ou triturados ou em pó.	09.04
8.8	Baunilha.	09.05.00.00
8.9	Canela e flores de caneleira, trituradas ou em pó.	0906.20.00
8.10	Cravo-da-índia triturado ou em pó.	0907.00.00
8.11	Noz-moscada, macis, amomos e cardamomos.	09.08
8.12	Sementes de anis, badiana, funcho, coentro, cominho e de alcaravia; bagas de zimbó.	09.09
8.13	Gengibre, açafrão-da-terra, tomilho, louro, caril e outras especiarias.	09.10
9	CEREAIS	
9.1	Arroz descascado (arroz cargo ou castanho).	1006.20
9.2	Arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido.	1006.30
9.3	Arroz quebrado.	1006.40.00
10	PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE MOAGEM; MALTE; AMIDOS E FÉCULAS; INULINA; GLÚTEN DE TRIGO	
10.1	Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio.	1101.00
10.2	Farinhas de cereais, exceto de trigo ou de mistura de trigo com centeio.	11.02
10.3	Grumos e sêmolas de trigo.	1103.11.00
10.4	Grumos e sêmolas de aveia.	1103.19.00
10.5	Grumos e sêmola de milho.	1103.13.00
10.6	Grumos e sêmolas de arroz.	1103.19.00
10.7	Grumos e sêmolas de outros cereais.	1103.19.00
10.8	Pellets.	1103.20.00
10.9	Grãos de cereais trabalhados de outro modo (por exemplo, descascados, esmagados, em flocos, em pérolas, cortados ou partidos), com exclusão do arroz da posição 10.06; germes de cereais, inteiros, esmagados, em flocos ou moidos.	11.04
10.10	Farinha, sêmola, pó, flocos, grânulos e pellets, de batata.	11.05
10.11	Farinhas, sêmolas e pós, dos legumes de vagem, secos, da posição 07.13, de sagu ou das raízes ou tubérculos da posição 07.14 e dos produtos do Capítulo 8.	11.06
10.12	Malte, mesmo torrado.	11.07
10.13	Amidos e féculas; inulina.	11.08
10.14	Glúten de trigo, mesmo seco.	1109.00.00

”

2) no art. 2º, os itens da Parte 2 do Anexo XII do Regulamento do ICMS (RICMS) ficam retifica-

dos conforme a seguir:

“

item	Mercadorias	CÓDIGO NBM/SH
1	Aparelho auxiliar para caldeira da posição 84.03.	8404.10.20
2	Partes de turbinas a vapor.	8406.90
3	Partes de turbinas hidráulicas, rodas hidráulicas, e seus reguladores.	8410.90.00
4	Máquinas motrizes hidráulicas.	8412.2
5	Partes de fornos industriais ou de laboratórios, incluídos os incineradores, não elétricos.	8417.90.00
6	APARELHOS E DISPOSITIVOS, MESMO AQUECIDOS ELETRICAMENTE, PARA O TRATAMENTO DE MATERIAS POR MEIO DE OPERAÇÕES QUE ENVOLVAM MUDANÇA DE TEMPERATURA, EXCETO OS DE USO DOMÉSTICO	
6.1	Outros aquecedores.	8419.11.00
6.2	Refrigerador.	8419.19.90
6.3	Esterilizador.	8419.89.91
6.4	Secador para produtos agrícolas.	8419.20.00
		8419.31.00
7	Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, para laboratórios de análises, ensaios ou pesquisas científicas.	8421.19.10
8	APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PESAGEM, INCLUSIVE AS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA VERIFICAÇÃO DE PEÇAS FABRICADAS, COM EXCLUSÃO DAS BALANÇAS SENSÍVEIS A PESO IGUAL OU INFERIOR A 5 Cg.	
8.1	Balanças para pessoas, incluídas as balanças para bebês; balanças de uso doméstico.	8423.10.00
8.2	Outras balanças de capacidade superior a 30 kg, mas não superior a 5.000 kg.	8423.82.00
8.3	Outros instrumentos ou aparelhos de pesagem.	8423.89.00
9	MAQUINAS E APARELHOS DE ELEVAÇÃO DE CARGAS, DE DESCARGA E DE MOVIMENTAÇÃO	
9.1	Guindaste.	8426.99.00
9.2	Guindaste autopropulsor, montado sobre rodas ou esteiras.	8426.41.90
		8426.49.90
10	EMPILHADEIRAS, EQUIPADAS COM DISPOSITIVO DE ELEVAÇÃO	
10.1	Empilhadeira.	8427.10.1
		8427.20.10
10.2	Empilhadeira mecânica de volumes (caixas, sacos, pacotes, recipientes etc.) de ação descontinua.	8427.90.00
11	Compactadores e rolos ou cilindros compressores	8429.40.00
12	PÁS MECÂNICAS E ESCAVADORAS, CARREGADORAS E PÁS-CARREGADEIRAS	
12.1	Infraestruturas motoras, próprias para receber equipamentos da subposição 8430.69.1	8429.51.2
12.2	Outras carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal.	8429.51.19
12.3	Máquina cuja superestrutura é capaz de efetuar uma rotação de 360 graus.	8429.52
12.4	Retroescavadeira.	8429.59.00
13	MAQUINAS E APARELHOS PARA TRABALHAR PASTA DE PAPEL, CARTOLINA E CARTÃO, INCLUSIVE AS CORTADEIRAS DE QUALQUER TIPO	
13.1	Máquinas para fabricação de corpos, tubos.	8441.30.90
13.2	Outras máquinas e aparelhos para trabalhar a pasta de papel, o papel ou cartão.	8441.80.00
14	Máquina rotativa offset	8443.12.00
15	Máquinas para preparação de matéria têxtil (Bancas de estiramento)	8445.13.00
16	Máquinas e aparelhos para fabricação de falsos tecidos	8449.00.20
17	MAQUINAS-FERRAMENTAS QUE TRABALHEM POR ELIMINAÇÃO DE QUALQUER MATÉRIA	
17.1	Máquinas-ferramentas para trabalhar metal ou carboneto metálico, que operam por laser ou por outros feixes de luz ou de fótons.	8456.10
17.2	Máquinas-ferramentas para trabalhar metal ou carboneto metálico que operam por ultra-som, de comando numérico.	8456.20.10
17.3	Outras máquinas-ferramentas para trabalhar metais e carbonetos metálicos.	8456.90.00
	Máquinas-ferramentas para trabalhar pedra, produtos cerâmicos, concreto, amianto-cimento e outras matérias minerais semelhantes e vidro, a frio, que operam por:	
	- laser ou outros feixes de luz ou de fótons;	8456.10.19
	- ultra-som;	8456.10.90
	- eletroerosão.	8456.30.19
17.4	Outras máquinas-ferramentas para trabalhar pedra, produtos cerâmicos, concreto, amianto-cimento e outras matérias minerais semelhantes e vidro, a frio.	8456.90.00
	Outras máquinas-ferramentas, para trabalhar madeira, cortiça, ossos, ebonite, matérias plásticas artificiais e outras matérias duras semelhantes, para texturizar superfícies cilíndricas, que operem por:	
	- laser ou por outros feixes de luz ou de fótons;	8456.10.90
	- ultra-som;	8456.20.90
	- eletroerosão.	8456.30.11
17.5	Outras máquinas-ferramentas para trabalhar madeira, cortiça, ossos, ebonite, matérias plásticas artificiais e outras matérias duras semelhantes, para texturizar superfícies cilíndricas.	8456.90.00
		8466.20.10
		8466.91.00
		8466.92.00
		8466.93
18	Partes, peças e acessórios para tornos, rosqueadeiras ou filetadeiras e demais máquinas-ferramentas das posições 84.56 a 84.65.	8466.94.90
19	Placas de fundo para moldes	8480.20.00
20	Grupos eletrogêneos de motor de pistão, de ignição por compressão (motores a diesel ou semidiesel) de corrente alternada com potência superior a 430 kVA	8502.13.19

”

* Retificações em virtude de incorreções verificadas no original encaminhado à SEGOV.

*DECRETO Nº 45.506, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

(MG de 26/11/2010)

Retificação:
No inciso IV do art. 2º, relativamente à Parte 5 do Anexo VII do RICMS, onde se lê:
“5 - REGISTRO TIPO 65

(.)	(.)	(.)	(.)	(.)	(.)	(.)
12	UF	Unidade Federada do Estabelecimento Credenciado	02	104	105	X
13	Branco	Branco	21	106	126	X

5.1.7 – Campo 12 – informar a sigla da unidade federada do estabelecimento comercial

credenciado.

5.1.8 – Campo 13 – preencher com brancos.

”

leia-se:
“5 - REGISTRO TIPO 65

(.)	(.)	(.)	(.)	(.)	(.)
12	UF	Unidade Federada do Estabelecimento Credenciado	02	104	105
13	Branco	Branco	21	106	126

”.

*Retificação em virtude de incorreção verificada no original encaminhado à SEGOV.

*DECRETO Nº 45.510, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002,e dá outras providências.

(MG de 30/11/2010)

Retificação:
No art. 1º, relativamente ao inciso I do art. 42 da Parte 1 do Anexo I do RICMS, onde se lê:
“b.26) frutas frescas não alcançadas pela isenção do ICMS, até 31 de dezembro de 2010;”
leia-se:
“b.26) frutas frescas não alcançadas pela isenção do ICMS, até 31 de dezembro de 2011;”
*Retificação em virtude de incorreção verificada no original encaminhado à SEGOV.

276 cm -15 132359 - 1

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, o servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Estado de Governo à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **DÊNIO MARCOS SIMÕES/ MASP 262322-1**

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Governo à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **NEUZA MARTINS DA CUNHA/ MASP 907132-5 / GGOV II A**

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, os servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria de Estado de Governo à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **RAQUEL STARLING DE ANDRADE/ MASP 298847-5**
PROCÓPIO CELSO DE FREITAS/ MASP 904888-5

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

autoriza, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952,**LUIZ ANTONIO ATHAYDE VASCONCELOS** MASP 004333-1, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a ausentar-se do país, no período de 02/12/2010 a 04/12/2010, para participar do voo inaugural Belo Horizonte - Miami, TAM Linhas Aéreas, acompanhando o Senhor Governador do Estado, em Miami - Flórida, com ônus parcial para o Estado.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E DA JUVENTUDE

*retificação
no ato de exoneração publicado em 10/02/2010, referente a servidora Patrícia Carvalho Brandão Ataíde Ribeiro, da Fundação Educacional Caio Martins, onde **se exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”,**leia-se:exonera**, nos termos do art. 106, alínea “b”.
*em virtude de incorreção verificada no original encaminhado à SEGOV.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais à disposição da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - Coordenadoria Regional de Divinópolis,**em prorrogação**, até 31/12/2011, com ônus para o órgão de origem: **Nivaldo Batista Silva, Masp 1.033.711-1**

PELA SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI E DO NORTE DE MINAS

autoriza, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952,**ELBE FIGUEIREDO BRANDÃO SANTIAGO**, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, a ausentar-se do país, no período de 20/12/2010 a 24/12/2010, sem ônus para o Estado, em gozo de férias regulamentares.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

revoga, a contar de 15.03.2010, no ato de disposição, à Prefeitura Municipal de Japonvar, publicado em 09.03.2010, de**RACHEL SOARES PEREIRA**, MASP 199602-4, EEBII I/D3B - adm 2, para regularizar situação funcional.

revoga, a contar de 30.03.2010, no ato de disposição, à Prefeitura Municipal de Biquinhas, publicado em 09.03.2010, de**MIRIAN BERNARDES LOURENÇO SOUSA MOURA**, MASP 251944-5, ATBIG - adm 1, para regularizar situação funcional.

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Educação à disposição da Câmara dos Deputados,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **FÁTIMA APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA/ MASP 300744-0 / PEB-III-D**

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, o servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Estado de Educação à disposição da Câmara dos Deputados,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **Josafá Franklin Miranda Rodrigues/ MASP 904658-2 / ASE I A**

coloca, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, os servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria de Estado de Educação à disposição do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3.ª REGIÃO,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **LEÔNIDAS PEREIRA DE ARAÚJO**, MASP 1059218-6, ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL, II, A
MARLENE DE PINHO ROCHA SILVA, MASP 352011-1, ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, III, B
REGINA CÉLIA SOARES SENE, MASP 961230-0, ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL, I, A
SEBASTIÃO JOSÉ DOS SANTOS, MASP 368183-0, AUXILIAR

DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, II, E

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**coloca**, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Governo à disposição da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais,**em prorrogação**, até 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem:

MÁRIA TEREZA DE ALMEIDA/ MASP 374914-0 / Agente Governamental

OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**coloca**, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais à disposição da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, de 06/12/2010 a 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **FÁBOLA DE SOUZA ELIAS**, masp 1145629-0, Gestor

MINAS GERAIS

Órgão Oficial dos Poderes do Estado

Criado em 06/11/1891

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO

DANILO DE CASTRO

DIRETOR-GERAL

FRANCISCO PEDALINO COSTA

3237-3401

VICE-DIRETOR-GERAL

GLYCON TERRA PINTO

3237-3405

CHEFE DE GABINETE

FREDERICO GUSMÃO CHAVES

3237-3401

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,

GESTÃO E FINANÇAS

SUSYMARA BRAGA ARAÚJO CAMPOS

3237-3406

DIRETOR DE SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO

THEÓFILO PEREIRA

3237-3401

DIRETOR COMERCIAL

AMBRÓSIO PINTO

3237-3468

DIRETOR DE REDAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ARQUIVOS

AFONSO BARROSO DE OLIVEIRA

3237-3453

DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

DENISE RIERA TOLEDO NORA

DIRETOR INDUSTRIAL

JURANDIR PERSICHINI CUNHA

3237-3448

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Avenida Augusto de Lima, 270

Telefone: (31) 3237-3400 – Fax: (31)3237-3471

Belo Horizonte, MG – CEP 30190-001

Publicações: 3237-3469 - 3237-3513

Assinatura: 3237-3477 - 32373478

Página eletrônica: www.iof.mg.gov.br

INTERNET: www.iof.mg.gov.br

Governamental I-A - OV819

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**coloca**, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, os servidores abaixo relacionados lotados na Universidade do Estado de Minas Gerais à disposição da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas-HIDROEX,**em prorrogação**, 01/01/2011 a 31/12/2011, sem ônus para o órgão de origem: **DIEGO FERNANDES ARAÚJO/** MaSP: 1106938-2 / Técnico Universitário I B **CLÁUDIO CHEIB/** MaSP: 1098582-8 / Técnico Universitário I D

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**coloca**, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável à disposição da ADVOCACIA GERAL DO ESTADO / REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL, 19/11/2010 a 19/11/2011, com ônus para o órgão de origem: **FERNANDA ELISA CALVET**, Masp. 1178812-2, Gestor Ambiental, Nível I, Grau B

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

no uso de suas atribuições,**anula**o ato de Adjunção à APAE de Abaeté, publicado em 30/01/2010, para regularizar situação funcional, referente a:

MAGDA FAGUNDES DE ANDRADE, MASP 337332-1, PEBIVC - adm 1.

revoga, a contar de 19/04/2010, o ato de adjunção de**JOSIANE LIMA DA SILVA**, MASP 1000994-2, PEBIA - adm 1, à APAE de Divino, publicado em 30/01/2010, para regularizar situação funcional.

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**coloca**, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, o servidor abaixo relacionado à disposição da Prefeitura Municipal,**em prorrogação**, até 31.12.2010, para regularizar situação funcional, sem ônus para o órgão de origem: SRE Manhuaçu - Município de Santa Bárbara do Leste - Convênio SEE/Município nº 226/07, vigente até 28.02.2011: **RICARDO CARVALHO DA SILVA**, MASP 1113716-3, PEBIIB - adm 1, do município de Manhuaçu.

39 cm -15 132358 - 1

Secretaria de Estado de Governo

Secretário: Danilo de Castro

Loteria do Estado de Minas Gerais

Diretor-Geral: Humphrey Lima de Oliveira

PORTARIA Nº075/10

A Diretoria da Loteria do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Delegada nº 88 de 29/01/03, Lei Delegada nº 155 de 25/01/07, Lei Delegada nº 175 26/01/07, Decreto Estadual nº 44 599 de 21/08/07, Lei Estadual nº 9.475 de 23/12/87, em especial os artigos 45, 53 e 54 do Decreto Estadual nº31.163 e 08/05/90;Considerando a necessidade de definir as normas de comercialização dos Planos de Jogos nº 299– 300 e 301 “CASADINHA DE PRÊMIOS” -TREM DA SORTE –JOGO DA VELHA– TROCO DA SORTE, da Loteriade Números,Sorteio Individual e Imediato, que estabelece o preço final de comercialização, comissão devida ao agente lotérico/revendedor, bem como demais disposições necessárias à aquisição do mesmo,resolve: 1.0– DA EMISSÃO E ESTRUTURA DE PREMIAÇÃO1.1– Emissão de 1 (uma) série de 300.000 (trezentos mil) cartões para cada plano, sendo os planos 299 e 300 divididos em 2 (duas) frações e o plano301 dividido em 3 (três) frações; 1.2 -A estrutura de premiação no plano 299 prevê um total de 64.967 (sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete) prêmios assim distribuídos:1 (um) prêmio extra de R\$7.000,00 (sete mil reais), 26 (vinte e seis) prêmios de R\$1.000,00 (um mil reais), 40 (quarenta) prêmios de R\$50,00(cinquenta reais), 1.400(um mil e quatrocentos) prêmios de R\$10,00 (dez reais), 6.000 (seis mil) prêmio e R\$ 5,00(cinco reais),50.300(cinquenta mile trezentos),prêmios de R\$ 1,00 (um real), 7.200(sete mil e duzentos), prêmios de R\$ 0,50 (cinquenta centavos); o plano 300 prevê um total de 64.737 (sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete) prêmios, assim distribuídos:1 (um) prêmio extra de R\$7.000,00 (sete mil reais), 26 (vinte e seis) prêmios de R\$1.000,00 (um mil reais), 40 (quarenta) prêmios de R\$50,00(cinquenta reais),60(sessenta)prêmios de R\$30,00 (trinta reais),110(cento e dez) prêmios de R\$20,00(vinte reais),1.000 (um mil) prêmios de R\$10,00 (dez reais), 6.000 (seis mil) prêmios de R\$ 5,00 (cinco reais), 50.300 (cinquenta mil e trezentos) prêmios de R\$ 1,00 (um real) e 7.200 (sete mil e duzentos), prêmios de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e o plano 301 prevê um total de 103.321 (cento e três mil, duzentos e vinte e um) prêmios assim distribuídos: 9 (nove) prêmios de R\$1.000,00 (um mil reais), 12 (doze) prêmios de R\$500,00 (quinhentos reais), 1.200 (um mil e duzentos) prêmios de R\$20 ,00 (vinte reais), 3.000 (três mil) prêmios de R\$10,00 (dez reais), 3.000 (três mil) prêmios de \$ 5,00 (cinco reais), 6.000 (seis mil) prêmios de R\$ 1,00 (um real) e 90.000 noventa mil) prêmios de R\$ 0,50 (cinquenta centavos),2.0 – DO PREÇO E COMISSÕES2.1 – O preço dos planos 299, 300 e 301 será de R\$900.000,00 (novecentos mil reais) que deverão ser adquiridos em sua totalidade; 2.2 – O preço unitário do cartão instantâneo para o consumidor final dos planos 299 e 300 composto de 2 (duas) frações e do plano 301 composto de 3 (três) frações será de R\$1,00 (um real);2.3 – O preço unitário de cada fração do cartão instantâneo para o consumidor final dos planos 299 e 300 será de R\$0,50 (cinquenta centavos) e do plano 301 fração 1 e 2 será de R\$0,25 (vinte e cinco centavos) e fração 3 será de R\$0,50 (cinquenta centavos);2.4 – Sobre o preço dos planos 299, 300 e 301 a serem adquiridos serão deduzidos os valores:

Descrição	Valor R\$
Comissão do agente lotérico/revendedor (27%) para pagamento em 30 e 60 dias	243.000,00
Comissão do agente lotérico/revendedor (29%) para pagamento à vista	261.000,00
61 Prêmios de R\$1.000,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	61.000,00
12 Prêmios de R\$500,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	6.000,00
80 Prêmios de R\$50,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	4.000,00
30 Prêmios de R\$30,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	900,00
1.255 Prêmios de R\$20,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	25.100,00
5.400 Prêmios de R\$10,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	54.000,00
18.000 Prêmios de R\$5,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	90.000,00
106.600 Prêmios de R\$1,00 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	106.600,00
104.400 Prêmios de R\$0,50 a serem pagos pelo agente lotérico/revendedor	52.200,00
10% Publicidade	90.000,00

3.0 –DAS COMERCIALIZAÇÕES 3.1 - O pagamento dos planos poderão ser à vista ou a prazo: 3.1.1 – À vista, R\$162.200,00 (cento e sessenta e dois mil e duzentos reais); 3.1.2 – À prazo, R\$180.200,00 em 2 (duas) parcelas de R\$90.100,00(noventa mil e cem reais) sendo a 1ª parcela em até 30 dias após a compra e a 2ª parcela em até 60 dias após

a compra3.1.3 – Os valores contidos nos itens 3.1.1 e 3.1.2 compõem-se de: 2 (dois) prêmios extra de R\$7.000,00 (sete mil reais), IR, Impressão e Renda Bruta.4.0 –DAS GARANTIAS4.1 – O agente lotérico/revendedor deverá optar por uma das garantias, conforme determina o Capítulo VII, artigo 57 – item III, do Decreto nº 44.599 DE 21/08/2007.5.0 – DOS PREMIADOS5.1 – O pagamento dos cartões premiados com R\$0,50 (cinquenta centavos) até R\$1.000,00 (um mil reais)será de responsabilidade exclusiva do agente lotérico/revendedor;5.2 – Os 2 (dois) prêmios extra de R\$7.000,00 (sete mil reais) válido para 2 (duas) frações com o mesmo número, não destacadas uma da outra e encontrando a frase completa SETE MIL REAIS, deverão ser resgatados pelos ganhadores na sede da Loteria do Estado de Minas Gerais ou em outro local indicado pela sua Diretoria;5.3 – O não pagamento da premiação de R\$0,50 (cinquenta centavos) até R\$1.000,00 (um mil reais) a ganhadores, será considerado pela LEMG, causa de descredenciamento do agente lotérico/revendedor.Acontecendo o descredenciamento o(s) prêmio(s) será(ão) pago(s) pela LEMG e ressarcido(s) do agente lotérico/revendedor com base no artigo 402 do Código Civil; 5.4 – Os prêmios prescritos serão repassados para a Loteria do Estado de Minas Gerais, mediante termo de recebimento;5.5 – A prescrição dos prêmios de cada plano ocorrerá 90 (noventa) dias a partir da data da publicação de seu encerramento no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.6.0 – DA PUBLICIDADE 6.1 – O agente lotérico/revendedor deverá 6.1.1.Apresentar ao Departamento de Marketing o plano de publicidade para autorização e aprovação até 5 (cinco) dias antes da veiculação das peças na mídia, incluindo o lay-out de todas e quaisquer peças publicitárias e promocionais, gráficas e/ou eletrônicas, que compõem a ação de comunicação que venha a ser realizada; .1.2 – Prestar contas à Gerência de Controle Vendas e Premiados da veiculação e propaganda do produto da Loteria de Números, Sorteio Individual e Imediato em até 10 (dez) dias após a prescrição de cada plano, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.7.0 – DA PUBLICAÇÃO7.1 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 09 de Dezembro de 2010. José Mauro Romualdo da Silva- Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças - Wander Luiz da Rocha França Vice – Diretor Humphrey Lima de Oliveira Diretor – Geral .

25 cm -15 132044 - 1

Advocacia Geral do Estado

Advogado-Geral: Marco Antônio Romanelli

Atos assinados pelo Senhor Advogado-Geral do Estado, em 15 de dezembro de 2010.

ATO AGE N.º 1257

tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei Delegada n.º 103, de 29 de janeiro de 2003 e no art. 4º, inc. I, da Lei Complementar n.º 81, de 10 de agosto de 2004,**DESIGNA**os Procuradores do Estado PRISCILA VIEIRA DE ALVARENGA PENNA, Masp 1.082.217-9, OAB/MG 77962 e EDUARDO GOULART PIMENTA, Masp 598.244-2, OAB/MG 70453, para, em conjunto ou isoladamente, sem prejuízo de suas atuais atribuições, procederem à defesa da Loteria do Estado de Minas Gerais - LEMG, no Processo n.º 4545027-54.2009.8.13.0024, relativo à Ação Ordinária requerida por Wagner Kafumi Nassif Lemos e outros, em curso perante a 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual, da Comarca de Belo Horizonte.

3 cm -15 132122 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe de Polícia Civil: Marco Antônio Monteiro de Castro
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

Atos assinados pelo Senhor Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais:

No ato nº 56.727, publicado em 13/05/2010, onde se Lê: a pedido Leia-se: “ex officio”.

	Recurso Administrativo
	Processo Administrativo nº 001/2010
Recorrentes:	Centro de Formação de Condutores Via Brasil Ltda.
Recorrido:	Chefia do DETRAN-MG
Assunto:	Pugna pela revogação da Portaria número 2226, de 26-07-2010 da Chefia do DETRAN-MG ou abrandamento da pena aplicada.
Decisão:	Negado Provimento

Isto posto, Nego Provimento ao recurso interposto pelo Centro de Formação de Condutores Via Brasil Ltda., ficando mantida, como nela se contem, a Portaria 2226, de 26 de julho de 2010, baixada pelo Chefe do DETRAN-MG.

Publique- se e notifique-se.

Chefia da Policia Civil, em Belo Horizonte, aos 1º de dezembro de 2010.

Marco Antônio Monteiro de Castro
Chefe da Policia Civil

Recurso Administrativo

Processo Administrativo nº 001/2010

Recorrentes:	Centro de Formação de Condutores Marvi Ltda.
Recorrido:	Chefia do DETRAN-MG
Assunto:	Pugnam pela revogação das Portarias números 1861 da Chefia do DETRAN-MG ou abrandamento da pena aplicada.
Decisão:	Negado Provimento

Isto posto, Nego Provimento ao recurso aviado por Centro de Formação de Condutores Marvi Ltda., ficando mantida, como nela se contêm, a Portaria nº 1861, de 09 de junho de 2010, do Chefe do DETRAN-MG.

Publique- se e notifique-se.

Chefia da Polícia Civil, em Belo Horizonte, aos 26 de novembro de 2010.

Marco Antônio Monteiro de Castro
Chefe da Polícia Civil

Conselho Superior da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Secretaria Executiva

O Secretário do Conselho Superior da Polícia Civil torna público, para os efeitos do artigo 18 do Decreto nº 44.353, de 19 de julho de 2006, a decisão da apreciação das Representações apresentadas pelos servidores em ordem alfabética, no processo de Promoções, Edital nº 010/2010

de 22/11/2010.

Aguinaldo Pereira Da Cruz 2967255 Deferido
Alexandre Antonio De Almeida 3701471 Deferido
Beatriz Colen Fonseca 6167548 Deferido
Carlos Capistrano 6681498 Deferido
Carlos Eduardo G. Di Tomasso 11884046 Indeferido
Claudio Freitas Utsch Moreira 2966828 Deferido
Cristiano Freitas Pires 3437704 Deferido
Daniel Magalhaes Nobre 1743432 Deferido
Daniela Venancio Mendes 3499316 Deferido
Delcio De Souza 2982882 Deferido
Edson Carlos Martinhao Correa 5474101 Deferido
Elivania Aparecida Ferreira 3863578 Deferido
Elza Cristina Lopes De Oliveira 3499381 Deferido
Euder Queiroz Soares 2977569 Deferido
Flavia Armani De Vasconcellos 11470952 Deferido
Heloisio Sandro Lacerda 3440021 Deferido
Joao Marcos De Almeida 3440153 Deferido
Joyce Carlos Da Motta Figueira 3411717 Deferido
Lucia De Fatima Evaristo 3862208 Deferido
Marilyane Fernandes Goncalves 3661204 Deferido
Patricia Aparecida M Fernandes Duarte 4426128 Deferido
Renata Matuck Mendes 10919892 Deferido
Renato Freitas Carvalho Costa 10981124 Deferido
Roberto Alves Diniz 3440773 Deferido
Roberto Soares de Souza 2762201 deferido parcialmente
Rodrigo Henrique Alves 11452687 Deferido
Sandra Mara De Souza Wazir Arantes 2988665 Deferido
Sarita Aguiar De Santana 11743465 Deferido
Sergio Geraldo Veloso 11766417 Deferido
Silvio Ibraim Da Silva 2947513 Deferido
Tatiana Rodrigues Sales Boueri 9779497 Indeferido
Viviane Marcia De Mendonca 3678844 Deferido
Warley Ferreira De Oliveira 3493285 Deferido

Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2010.

Bel. Darcimar Antônio da Silva
Secretário do CSPC/MG
Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal
Quinquênio Administrativo

Concede Quinquênio, nos termos do art. 112, do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor(es):
Masp.199.615-6, Tânia Maria Coutinho Ricas, 6ºqq. a contar de 08/10/2010.
Masp.203.447-8, Henrique Rodrigues dos Santos, 9ºqq. a contar de 23/11/2010.
Masp.220.218-2, Agenor Lasaro Soares, 7ºqq. a contar de 16/03/2010.
Masp.235.114-6, Gilmar de Jesus do Nascimento, 6ºqq. a contar de 26/11/2010.
Masp.235.124-5, José Carlos Bolsoni Rodrigues, 6ºqq. a contar de 01/11/2010.
Masp.259.164-2, Henrique Antônio Cobucci, 6ºqq. a contar de 08/06/2010.
Masp.259.246-7, Manoel Pinheiro Soares, 6ºqq. a contar de 11/11/2010.
Masp.262.650-5, Daércio Lúcio Soares, 6ºqq. a contar de 16/06/2010.
Masp.274.933-1, José Sebastião Moreira, 6ºqq. a contar de 12/11/2010.
Masp.276.016-3, Jorge Alves Ramos, 6ºqq. a contar de 06/04/2010.
Masp.276.089-0, Léo Sirley Ferreira do Nascimento, 5ºqq. a contar de 28/10/2008, em retificação ao MG de 11/07/2009, que o concedeu a contar de 14/05/2009.
Masp.276.135-1, Marco Antônio Magalhães, 5ºqq a contar de 29/10/2010.
Masp.288.256-1, Maria Luiza Soares Rabelo, 5ºqq a contar de 12/11/2010.
Masp.290.306-0, Fátima Patrícia de Castro Abreu, 5ºqq a contar de 03/11/2010.
Masp.293.225-9, Ronan Coelho Caldeira, 5ºqq. a contar de 23/07/2010.
Masp.293.430-5, Laércio Antônio Diniz, 5ºqq. a contar de 17/07/2010.
Masp.293.506-2, Cláudia Bonfim de Aguiar, 5ºqq. a contar de 05/11/2010.
Masp.293.715-9, Ronald Pereira Galdino Flor, 5ºqq. a contar de 27/10/2010.
Masp.293.750-6, Valéria de Souza Cofram, 5ºqq. a contar de 10/09/2010.
Masp.293.785-2, José Dimas de Souza, 5ºqq a contar de 03/11/2010.
Masp.293.827-2, Carlos Romano de Oliveira Seabra, 5ºqq. a contar de 12/11/2010.
Masp.293.893-4, Marcos Antônio Dias, 5ºqq a contar de 27/10/2010.
Masp.294.058-3, Othon Henriques Arantes Gomes, 5ºqq a contar de 07/10/2010.
Masp.294.204-3, Emerson da Conceição Queiroz, 5ºqq. a contar de 02/09/2010.
Masp.294.213-4, Fernando César Barbosa, 5ºqq a contar de 02/08/2010.
Masp.294.374-4, Oscar Francisco da Silva, 6ºqq a contar de 09/11/2010.
Masp.294.392-6, Rafael Resende dos Anjos, 5ºqq a contar de 16/06/2010.
Masp.294.396-7, Renato Nunes Henriques, 5ºqq a contar de 17/11/2010.
Masp.294.435-3, Valdir Correa de Castro, 5ºqq a contar de 09/11/2010.
Masp.294.817-2, Edílso Afonso da Silva, 6ºqq a contar de 13/11/2010.
Masp.294.832-1, Hélcio Silva, 5ºqq a contar de 17/12/2009.
Masp.296.810-5, Marcos Antônio da Silva, 6ºqq a contar de 29/11/2010.
Masp.297.585-2, Márcia Siqueira Pereira, 5ºqq a contar de 20/11/2010.
Masp.297.806-2, Renato Augusto Moreira da Silva Júnior, 5ºqq a contar de 09/11/2010.
Masp.298.466-4, Marília Novais Stehling, 5º qq a contar de 17/11/2010.
Masp.330.988-7, Anália Alves Formiga, 4º qq a contar de 21/06/2007, em retificação ao MG de 10/10/2009, que o concedeu a contar de 10/09/2009.
Masp.336.206-8, Paulo Henrique de Oliveira Rosa, 6ºqq. a contar de 26/09/2010.
Masp.336.365-2, Cleber Barone dos Santos, 5º qq a contar de 09/11/2010.
Masp.340.543-8, Tânia Maria Gonçalves, 5ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.340.560-2, Mercedes de Lourdes Pires, 4ºqq. a contar de 31/01/2007.
Masp.340.878-8, Joel Fernandes de Souza, 4º qq a contar de 16/04/2009.
Masp.341.907-4, Erus Santos do Patrocínio, 4ºqq a contar de 26/11/2010.
Masp.340.907-5, Maria Gislene Felix Cândido, 4ºqq. a contar de 16/11/2009.
Masp.341.146-9, Abel Domingos Pertence, 6º qq a contar de 13/11/2010.
Masp.341.209-5, Alecsander de Souza Carvalho, 5ºqq a contar de 27/11/2010.
Masp.341.322-6, Rogério Gonçalves, 4ºqq a contar de 24/06/2010.
Masp.341.367-1, Lázaro Roberto Silva, 4ºqq. a contar de 23/11/2010.
Masp.341.670-8, José Moreira de Freitas, 5º qq a contar de

15/11/2010.
Masp.341.698-9, Márcio Silva de Souza, 5ºqq a contar de 17/11/2010.
Masp.341.707-8, Marcos Antônio Carvalho de Oliveira, 5ºqq a contar de 15/11/2010.
Masp.341.781-3, Marluce da Silva Galdino, 4ºqq a contar de 19/07/2010.
Masp.341.875-3, Andréa Cândido Goulart, 4ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.341.884-5, Carlos Alberto Teixeira Tocantins, 6ºqq. a contar de 11/10/2010.
Masp.341.926-4, Joana Aparecida Soares Oliveira, 4º qq a contar de 25/11/2010.
Masp.341.930-6, João Carlos Ricardo, 4ºqq a contar de 25/11/2010.
Masp.341.931-4, João Geraldo da Silva, 4ºqq a contar de 27/11/2010.
Masp.341.933-0, Jorgeth Lara da Conceição Bahia, 4ºqq a contar de 29/11/2010.
Masp.342.005-6, Willerson Thomáz de Jesus, 5ºqq a contar de 07/11/2010.
Masp.342.012-2, Adélio José de Souza, 4ºqq. a contar de 24/11/2010.
Masp.342.028-8, Anastácio Caetano de Andrade, 4º qq a contar de 26/11/2010.
Masp.342.033-8, Andrelino Rodrigues Alves, 4ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.342.040-3, Antônio Henrique Dias Cordeiro, 4ºqq a contar de 29/11/2010.
Masp.342.078-3, Daniela Natália Aragão, 4ºqq a contar de 18/08/2010.
Masp.342.104-7, José Sousa Santos, 4ºqq a contar de 23/11/2010.
Masp.342.119-5, Neri de Freitas Veloso, 4ºqq. a contar de 29/11/2010.
Masp.342.123-7, Nelí Marques da Silva, 4º qq a contar de 24/11/2010.
Masp.342.132-8, Roberto Márcio Almeida de Freitas, 4ºqq a contar de 26/11/2010.
Masp.342.148-4, Vânia Aparecida Braz Gonçalves, 4ºqq a contar de 26/11/2010.
Masp.342.261-5, Rilvane Helena de Queiroz Santos, 4ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.342.328-2, Ivan Ivair de Souza, 4ºqq. a contar de 12/11/2010.
Masp.342.617-8, Carlos Antônio de Oliveira Morais, 4º qq a contar de 24/11/2010.
Masp.342.625-1, Vilmar Silveira Gomes, 4ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.342.639-2, Edson Freire Fonseca, 4ºqq a contar de 10/11/2010.
Masp.342.640-0, Marcelo Lopes Tomich, 4ºqq a contar de 10/11/2010.
Masp.342.641-8, Ronan Conde Santos, 4ºqq a contar de 10/11/2010.
Masp.342.713-5, Eliane Fernandes de Oliveira, 4ºqq. a contar de 24/11/2010.
Masp.343.545-0, Marcelo Machado, 6º qq a contar de 29/11/2010.
Masp.343.753-0, Carlos Eduardo Borges, 6ºqq a contar de 13/11/2010.
Masp.343.865-2, Márcio Renato Gonçalves, 5ºqq a contar de 07/11/2010.
Masp.344.047-6, Marcos Túlio Diniz, 4º qq a contar de 24/06/2010 e 5ºqq a contar de 17/10/2010.
Masp.346.023-5, Vitor Ribeiro Romeiro, 4ºqq a contar de 17/10/2003 e 5ºqq a contar de 15/10/2008.
Masp.344.101-1, Vander Jorge Lourenço, 4ºqq. a contar de 24/06/2010.
Masp.344.486-6, Edmar Geraldo da Silva, 5º qq a contar de 01/10/2010.
Masp.346.208-2, Rogério Sérgio Silva Leão, 4ºqq a contar de 02/08/2010.
Masp.348.344-3, Wanmir Schettini Mafaldo, 4ºqq a contar de 09/06/2010.
Masp.349.054-7, Joelma Sales Queiroz e Silva, 4ºqq a contar de 31/10/2010.
Masp.349.206-3, Clayhmitison Clayton Cabral, 5ºqq a contar de 03/11/2010.
Masp.349.289-9, Maria Raimunda Lopes de Carvalho, 4ºqq. a contar de 04/05/2010.
Masp.349.321-0, Sérgio Lúcio Simão, 3º qq a contar de 11/07/2005, em retificação ao MG de 13/04/2007, que o concedeu a contar de 19/03/2007.
Masp.349.321-0, Sérgio Lúcio Simão, 4ºqq a contar de 10/07/2010.
Masp.349.913-4, Anderson Aurélio da Silva, 4ºqq a contar de 25/01/2007.
Masp.366.507-2, Lázara Márcia de Carvalho, 4ºqq a contar de 14/10/2010.
Masp.366.514-8, Mabel Adelaide Sanches, 3ºqq. a contar de 29/11/2004, em retificação ao MG de 14/11/2008, que o concedeu a contar de 09/07/2008 e 4ºqq a contar 28/11/2009.
Masp.381.479-5, Sandra Borges Ribeiro Godinho de Miranda, 7º qq a contar de 06/11/2010.
Masp.386.030-1, Valdir dos Reis Lunardelo, 3ºqq a contar de 01/11/2010.
Masp.386.239-8, Márcia Oliveira Luciano Pinto, 3ºqq a contar de 08/11/2010.
Masp.387.354-4, Gislaíne Wiulmiria Vellozo Freitas, 3ºqq a contar de 07/10/2010.
Masp.387.558-0, Frederico Teixeira de Moura, 3ºqq. a contar de 14/11/2010.
Masp.668.193-6, Wellington Moreira Santos, 5ºqq a contar de 24/11/2010.
Masp.903.419-0, Mônica Moreira Meniconi, 5ºqq a contar de 13/10/2010.
Masp.929.175-8, Valcyr Narvaes Avelar, 7º qq a contar de 24/11/2010.
Masp.1.188.157-0, Geonato Costa, 1º qq a contar de 12/07/2010.
Masp.1.242.255-6, Renato Henriques Guimarães, 1º qq a contar de 10/09/2010.

Em cumprimento à sentença Proferida nos Autos do Processo nº0024.04.046.378-2 e Apelação Civil/Reexame Necessário nº 1.0024.06.993960-1/001, concede o 5º quinquênio a contar de 03.09.1992, conforme publicação no MG de 03.09.1993, tornando sem efeito a publicação do MG de 07.09.2001 do servidor Getulio Gonçalves Costa, Masp.212.474-1, aposentado.

Quinquênio Administrativo
Concede Quinquênio Administrativo, nos termos do § 1º, do art. 31, da CE/1989, ao(s) servidor(es): Masp.330.988-7, Analia Alves Formiga, 3º qq a contar de 01/11/2002, em retificação ao MG de 25/09/2004, que o concedeu a contar de 12/09/2004. Masp.340.560-2, Mercedes de Lourdes Pires, 2º qq a contar de 03/10/1997, em retificação ao MG de 16/12/2000, que o concedeu a contar de 09/12/2000, 3º qq a contar de 01/02/2002, em retificação ao MG de 21/12/2005, que o concedeu a contar de 0

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: Gilman Viana Rodrigues

Instituto Mineiro de Agropecuária

Diretor-Geral: Altino Rodrigues Neto

PORTARIA Nº 1109, DE 10 DEZEMBRO DE 2010

DELEGA COMPETÊNCIAS AOS SERVIDORES PARA RESPONDEREM COMO CHEFIA IMEDIATA, PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO. O VICE DIRETOR-GERAL, no exercício da DIRETORIA-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 13, inciso I, do Regulamento a que se refere o Decreto nº 44.611, de 10 de setembro de 2007, tendo em vista a Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, o disposto no artigo 13 do Decreto nº 44.559, de 29 de julho de 2007, e no artigo 9º do Decreto nº 43.764, de 16 de março de 2004, RESOLVE: Art. 1º. Fica delegada competência aos servidores constantes do Anexo I desta Portaria para responderem como chefia imediata nas unidades correspondentes, para fins de Avaliação de Desempenho Individual e de Avaliação Especial de Desempenho. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2010. Antônio Carlos de Moraes, Vice Diretor-Geral.

ANEXO I DA PORTARIA Nº 1109, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA FINS DE AVALIAÇÃO		
MASP	SERVIDOR	UNIDADE ADMINISTRATIVA
1190359-8	ALEMBERT MOREIRA DOS SANTOS	ESEC UBA/FRIGORIFICO
1017258-3	ALVANIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	GCF ARRECADAÇÃO
1200271-3	ANIBAL ANTONIO DA COSTA	ESEC SANTOS DUMONT
1017429-0	ANTONIETA PEREIRA SALES	ESEC PRATAPOLIS
1017588-3	DEISE MARIA RITO MACÊDO	ESEC UBERABA
0355868-1	AURIMAR BUENO MARTINS	GCF CONTABILIDADE
1106619-8	BRENO LINARDE FERNANDES FERREIRA	ESEC MANGA
1183502-2	EDUARDO WINSTON TEIXEIRA	ESEC UBA/FRIGORIFICO
1017111-4	EVANDRO BOTELHO SALOMÃO	ESEC FELISBURGO
1018167-5	ELAINE BOTELHO DINIZ	GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS
1203140-7	FREDERICO AUGUSTO DA SILVA ALBINO	ESEC VARJÃO DE MINAS
1017899-4	GERALDO MAGELA GONÇALVES LACERDA	ESEC SALTO DA DIVISA
0900978-8	GILBERTO FRIAS	GCF FINANÇAS
1191883-6	GIULIANA ELISA DE OLIVEIRA	INSPEÇÃO BAMBUÍ
1017227-8	HAMILTON CASTRO SWERTS	ESEC MACHADO
1197213-0	ISABELA MELLO FERREIRA PINTO	ESEC CARANDAI/FRIGORIFICO
1185392-6	JEAN FARLEY TEIXEIRA ALVES	ESPINOSA
1017209-6	JESSENIO MAIA DOS SANTOS	ESEC MONTE ALEGRE DE MINAS
0336893-3	JOSÉ CARLOS JABUR	GPM / INFORMATICA
1194326-3	KATIA CORTES MAYRINK	ESEC ALEM PARAIBA
1217913-1	PETRÔNIO DE TARSO RIBEIRO MATIAS	ESEC SÃO GORTADO
1200140-0	LORENZA TEIXEIRA MARTINS	ESEC MALACACHETA
1200699-5	LUCILEIDE SILVA BARCELOS	ESEC TUPACIGUARA
1214751-8	LUIZ MAURO MACHADO DOS SANTOS	ESEC PATOS DE MINAS
1127952-8	MARCELA EUGÊNIA ROCHA FREITAS DE OLIVEIRA	ESEC PARACATU
1200868-6	MARCELA FERREIRA ROCHA LAGE	ESEC BURITIS
1186681-1	MARCIA MARIA VIEIRA	ESEC BARRBACENA/FRIGORIFICO
1017309-4	MARILDA FERREIRA MARTINS	GRL / LSA
1215186-6	Andréia Amaral Pinho	ESEC VIRGINOPOLIS
1217750-7	MATHEUS WERNER DE SOUZA VIANNA	ESEC FREI INOCÊNCIO
1017029-8	MENDELSOHN DE VASCONCELOS	GLM
1226963-5	MIGUEL PINTO DA SILVA	ESEC LAGOA DOURADA
1181805-1	NATHALIA NOVACK AMARAL BARROS	ESEC POUSO ALEGRE
1017825-9	SEBASTIÃO CELSO CARNEIRO GARCIA	ESEC LAMBARI
1017627-9	RENATO DE ARAÚJO MOREIRA	ESEC ITAGUARA
1017344-1	SEBASTIÃO FERNANDES NETO	ESEC PORTERINHA
1226595-5	SIMONE GUIMARÃES PALMA	ESEC PEÇANHA
1174266-5	THIAGO ZUBA PERDIGÃO	CORONEL FABRICIANO
0645407-8	WENCESLAU VELOSO FERNANDES	ESEC IGUATAMA

26 cm -15 132322 - 1

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Secretário: Alberto Duque Portugal

Instituto de Geociências Aplicadas

Diretora -Geral: Cláudia Lúcia Leal Werneck

PORTARIA IGA Nº 9 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007 (*)

Dispõe sobre a atualização das Áreas dos Municípios Mineiros.

A Diretora Geral do Instituto de Geociências Aplicadas – IGA, com fundamento no inciso II do Art. 1ºda**Lei Estadual nº13.803**, de 27 de dezembro de 2000, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Ficam atualizadas as áreas dos municípios abaixo relacionados para efeito de distribuição da parcela do ICMS:

Áreas dos Municípios corrigidas/2007 - (Limites Alterados)

Nº	Municípios	Áreas (Km2)
1	Iapu	342,75
2	Inhapim	860,65
3	Icarai de Minas	627,19
4	São Francisco	3.299,87
5	São João do Oriente	120,82

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2007.

CLAUDIA LÚCIA LEAL WERNECK
Diretora Geral do IGA
(*) **REPUBLICAÇÃO PARA INFORMAR O NÚMERO CORRETO DA LEI ESTADUAL.**

7 cm -15 132306 - 1

PORTARIA IGA Nº 17 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

A Diretora-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso I do Decreto Estadual nº 44.852/2008, e, em cumprimento ao disposto no inciso II do Art. 1ºda Lei Estadual nº13.803, de 27 de dezembro de 2000,

INFORMA

Art. 1º - Ficam atualizadas as áreas dos municípios abaixo relacionados

para efeito de distribuição da parcela do ICMS:

Áreas dos Municípios corrigidas/2010 (Limites Alterados)

Nº	Municípios	Áreas (km2)
1	Bom Despacho	1.208,24
2	Bonfinópolis de Minas	1.851,53
3	Martinho Campos	1.059,91
4	Riachinho	1.716,39

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

Claudia Lúcia Leal Werneck
Diretora-Geral

6 cm -15 132305 - 1

Instituto de Pesos e Medidas

Diretor-Geral: Tadeu José de Mendonça

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Error: Reference source not foundATO Nº 188 /2010 EXONERA A PEDIDO, de acordo com a alínea “a” do art. 106 da Lei nº. 869, de 05/07/1952, a servidora: Masp: 1116580-0, LORENA JUSTINO NEVES , ocupante do cargo efetivo AFGMQ I-B, a partir de 16/11/2010, do Quadro Geral deste Instituto.

3 cm -15 132147 - 1

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ATO Nº 189 /2010 - EXONERA A PEDIDO, de acordo com a alínea “a” do art. 106 da Lei nº. 869, de 05/07/1952, a servidora: Masp: 1093000-6, TAITIANA CORDEIRO GUIMARÃES, ocupante do cargo efetivo AGMQ I-A, a partir de 03/11/2010, do Quadro Geral deste Instituto.

3 cm -15 132155 - 1

ATO Nº 190/2010-CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art.112, do ADCT, da CE/1989, ao servidor: Masp: 1052394-2, ROGÉRIO ANTÔNIO DE MENEZES, AUTO, ref. ao 5ºqq a partir de 10.12.2010.

ATO Nº 191/2010-O Diretor Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais – IPEM-MG, no uso de suas atribuições legais,**DECLARA APOSENTADA**, nos termos do artigo 6º da

Emenda à Constituição Federal nº. 41/2003, a partir de 01.10.2010, a servidora MARLENE DE SOUZA, MASP: 1052580-6, cargo efetivo de Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade IV-C.

ATO Nº 192/2010-O Diretor-Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais – IPEM-MG, no uso de suas atribuições legais,**DECLARA APOSENTADO**,nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº. 47/2005, a partir de 01.11.2010, o servidor ALBÉRCIO NUNES VIEIRA MACHADO, MASP: 1052578-0, cargo efetivo de Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade III-F.

ATO Nº 193/2010-O Diretor-Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais – IPEM-MG, no uso de suas atribuições legais,**DECLARA APOSENTADO**, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº. 47/2005, a partir de 08.11.2010, o servidor SEBASTIÃO MIRANDA SAMORA, MASP: 1052561-6, cargo efetivo de Auxiliar de Gestão, Metrologia e Qualidade III-F.

ATO Nº 194/2010-CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989, ao servidor: Masp: 1052578-0, ALBÉRCIO NUNES VIEIRA MACHADO, referente ao saldo de 06(seis) meses, do cargo de Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade III-F. Masp: 1052580-6, MARLENE DE SOUZA, referente ao saldo de 08(oito) meses, do cargo de Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade IV-C. Masp: 1052561-6, SEBASTIÃO MIRANDA SAMORA, referente ao saldo de 11(onze) meses, do cargo de Auxiliar de Gestão, Metrologia e Qualidade III-F.

7 cm -15 132326 - 1

Secretaria de Estado de Cultura

Secretário: WashingtonThadeu de Mello

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Portaria CTAP 010/2010

A Comissão Técnica de Análise de Projetos – CTAP, em conformidade com a Lei Estadual de Incentivo à Cultura nº 17.615/2008, regulamentada pelo Decreto 44.866/2008, e com o Edital Lei 001/2010, divulga o projeto aprovado para captação de recursos, exclusivamente pela modalidade de Dívida Ativa, cujo empreendedor fica obrigado a apresentar,

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária: Ana Lúcia Almeida Gazzola

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos – CEDIF

RESOLUÇÃO CEDIF Nº 08, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre os critérios e prioridades para seleção de programas e projetos e celebração de convênios com recursos do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos e trâmite de procedimento administrativo do respectivo Conselho para o ano de 2011 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos – CEDIF, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Estadual n.º 14.086, de 6 de dezembro de 2001, e o Artigo 8º do Decreto Estadual n.º 44.751, de 11 de março de 2008, e tendo em vista a celebração da Reunião Plenária do CEDIF, ocorrida aos 25 de maio de 2010, comunica que estará aberto, no período de 17 de janeiro de 2011 a 18 de março de 2011, o prazo para a inscrição de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos, de acordo com as disposições seguintes,

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. As disposições desta Resolução se destinam a delimitar os critérios e prioridades de aplicação dos recursos disponibilizados para o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - FUNDIF, de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2010, estabelecendo o procedimento de apresentação, análise e aprovação de projetos e celebração de convênios para o ano de 2011.

Art. 2º. A aplicação de recursos, a apresentação, a análise e aprovação de projetos e celebração de convênios com recursos do FUNDIF deverão contemplar, necessariamente, uma das seguintes prioridades eleitas para o ano de 2011:

I – Meio ambiente natural;
II – Meio ambiente urbanístico;
III – Meio ambiente cultural.

§1º. Os recursos do FUNDIF serão aplicados na recuperação de bem, na promoção de evento educativo e científico, na edição de material informativo, bem como na modernização administrativa de órgão público responsável pela execução de política em área mencionada no caput do Artigo 1º da Lei Estadual nº 14.086/2001.

§2º. É vedada a aplicação de recursos do FUNDIF em projetos que contemplem essencialmente despesas de manutenção da entidade proponente.

Art. 3º. O proponente poderá apresentar:

I – Projetos de recuperação de bem: limite máximo de liberação orçamentária de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

II – Projetos de promoção de evento educativo ou científico ou edição de material informativo destinados à prevenção ou reparação de danos ambientais, em seus aspectos natural, cultural ou urbanístico: limite máximo de liberação orçamentária de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III – Projetos de modernização administrativa de órgão público responsável pela execução de política destinada à prevenção ou reparação de danos ambientais, em seus aspectos natural, cultural ou urbanístico: limite máximo de liberação orçamentária de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

§1º Os recursos disponibilizados para 2011 serão destinados prioritariamente para realização de projetos em localidades com recursos suficientes para o custeio identificados no FUNDIF, observados os valores máximos previstos nos incisos I, II e III deste Artigo.

§2º Os recursos identificados comporão uma conta única que observará os seguintes critérios de distribuição:

I - Os projetos de recuperação ou reparação de bens serão contemplados com até 80% (oitenta por cento) do total dos recursos excedentes;

II - Os projetos de promoção de evento educativo ou científico ou edição de material informativo destinados à prevenção ou reparação de danos ambientais, em seus aspectos natural, cultural ou urbanístico com até 10% (dez por cento);

III - Os projetos de modernização administrativa com até 10% (dez por cento).

§3º Nos casos em que o total de recursos identificados seja superior ao montante de projetos aprovados para a localidade com recurso identificado, a distribuição dos valores excedentes observará a regra do §2º.

§4º Após a distribuição de recursos na forma prevista nos §§1º, 2º e 3º, havendo ainda valores excedentes, poderão ser atendidos os projetos que não haviam sido contemplados por ter a sua modalidade atingido o respectivo teto, desde que tenham obtido a nota mínima para aprovação.

§5º Havendo diversos projetos para uma mesma localidade serão atendidos prioritariamente, na forma prevista no §1º deste Artigo, os projetos aprovados com maior nota até o limite dos recursos identificados.

§6º Os projetos não atendidos na forma do §5º concorrerão na distribuição de recursos excedentes conforme previsto nos §2º, 3º e 4º.

Art. 4º. Poderá ser proponente:

I - o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual ou municipal;

II - entidade privada sem fins lucrativos que atenda aos seguintes requisitos:
a) estar constituída há pelo menos um ano, nos termos da Lei Civil;
b) incluir, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente em seus aspectos cultural, natural e urbanístico.

Parágrafo único. É vedada a qualificação de pessoa física ou pessoa jurídica com fins lucrativos como beneficiário do FUNDIF.

Art. 5º. Cada entidade civil ou órgão público poderá apresentar apenas um projeto pleiteando recursos para as prioridades regulamentadas por esta Resolução, observados os tetos estabelecidos pelo Artigo 3º e os preceitos do Decreto Estadual nº. 43.635/03.

Parágrafo único. Caso seja constatado, pela Secretaria Executiva, que um mesmo proponente inscreveu, por si ou por terceiros, mais de um projeto,

será considerado apenas aquele inscrito primeiramente, observando-se a ordem de protocolo, sendo desclassificados, automaticamente, os demais.

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

Art. 6º. A aplicação de recursos do FUNDIF far-se-á por meio de celebração de convênio com o Órgão Gestor (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE), nos projetos previamente selecionados e aprovados pela Plenária do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos de Minas Gerais – CEDIF/MG.

DA INSCRIÇÃO DE PROJETOS

Art. 7º. Os órgãos governamentais e entidades civis candidatos ao financiamento com recursos do FUNDIF deverão protocolizar no CEDIF, no setor de protocolo, Rua da Bahia, nº. 1148, sala 328, Centro, CEP 30.160-906, Belo Horizonte, MG ou enviar pelo correio, no período de 17 de janeiro de 2011 a 18 de março de 2011, de 9h às 17h, os documentos listados no Artigo 11.

Parágrafo único. Os documentos deverão ser apresentados em duas vias, dentro de um envelope pardo, digitados e não poderão ser encadernados.

Art. 8º. O projeto poderá ser enviado pelo correio, até a data limite de inscrição, endereçado de acordo com o Artigo 7º.

Art. 9º. Finalizado o prazo de inscrição do projeto e até que se encerre sua análise, não será permitido anexar novos documentos ou informes, salvo por solicitação expressa da Secretaria Executiva do CEDIF.

Art. 10. Não será permitida, em qualquer hipótese, a devolução, a reprodução ou a cópia de projetos em análise, aprovado ou suplente, de seus anexos e de quaisquer outros documentos protocolados.

Documentação obrigatória a ser apresentada

Art. 11. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, necessariamente nessa ordem:

- I – Ofício em papel A4, de preferência timbrado, datado, dirigido à presidente do CEDIF e assinado pelo representante legal da instituição, encaminhando o projeto (não há um modelo);
- II – Projeto Descritivo padrão do CEDIF – anexo I;
- III – Planilha Orçamentária padrão do CEDIF – anexo II;
- IV – Certificado do CAGEC;
- V – Documentos relativos ao proponente, conforme Artigos 12 e 13;
- VI – Documentos relativos ao objeto do projeto, conforme Artigo 14;
- VII – Comprovante de que não está inscrito no CADIN – MG.

§1º. Os projetos deverão ser apresentados nos formulários padrão do Fundo de Defesa Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, na forma prevista no Anexo I e II deste Edital, a serem divulgados pela Secretaria Executiva do CEDIF nos sites www.conselhos.mg.gov.br/cedif e www.sedese.mg.gov.br.

§2º. Os documentos deverão ser fotocopiados e não serão aceitos a apresentação de documentos originais, nem autenticados.

§3º. Projetos que envolvam mais de uma entidade ou órgão público deverão ser acompanhados de ato formal de cooperação entre as instituições, especificando responsabilidades, direitos e deveres de cada uma.

Art. 12. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos deverão apresentar os seguintes documentos relativos ao proponente:

- I – RG e CPF do representante legal;
- II – Comprovante de endereço do representante legal;
- III – Ata de eleição e posse;
- IV – Estatuto da entidade;
- V – Currículo simplificado da instituição (não há modelo).

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito público municipais e estaduais deverão apresentar os seguintes documentos relativos ao proponente:

- I – RG e CPF do representante legal;
- II – Comprovante de endereço do representante legal;
- III – Termo de Posse do representante legal;
- IV – No caso de municípios, declaração do Prefeito indicando a dotação orçamentária da contrapartida (modelo do anexo III).

Art. 14. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, de acordo com o objeto de cada projeto:

I – No caso de ser prevista no projeto a utilização de obras ou registros que impliquem o pagamento de direitos autorais, como publicações, gravação fonográfica, fotografias, ilustrações, imagens em movimento, produtos audiovisuais de quaisquer formatos, ou quaisquer outras formas de produção intelectual e artística de terceiros, deverá ser apresentado carta de anuência do proprietário intelectual ou artístico ou de quem detenha tais direitos com firma reconhecida, ou outros documentos que comprovem a concordância dos implicados no uso da obra ou registro indicado no projeto;

II – No caso de reforma de imóveis, deverão ser apresentados: projetos arquitetônicos; fotos mostrando a situação atual do imóvel; cópia da escritura e do registro do imóvel; autorização do proprietário ou responsável pelo imóvel; ART do engenheiro/arquiteto;

III – No caso de restauração ou intervenção em imóveis tombados, deverão ser apresentados: documentos listados no item II do Artigo 14; solicitação de autorização para realização da obra junto à autoridade competente; cópia do ato de tombamento; projeto de restauração contendo diagnóstico; proposta de intervenção; metodologia de trabalho;

IV – No caso de projeto de modernização administrativa de órgão público que preveja construção de imóveis, deverão ser apresentados: a) projetos arquitetônicos detalhados; b) aprovados junto à prefeitura ou outro órgão responsável; c) documentação comprobatória da posse efetiva ou do direito de uso do terreno; d) ART do engenheiro/arquiteto;

V – No caso de projeto que preveja produtos finais diferentes dos já previstos anteriormente, deverá ser apresentado seu detalhamento, com especificações técnicas e tiragem;

VI – No caso de criação de site, deverá ser apresentado o plano de manutenção visando à sustentabilidade do projeto, o qual deverá ser indicado no corpo do projeto;

VII – No caso de publicação, deverão ser apresentados: título; sumário; detalhamento; nome dos autores, ilustradores e fotógrafos; público-alvo; especificações técnicas e tiragem; esquema de distribuição das publicações;

VIII – No caso de produção de vídeo ou filme, deverão ser apresentados: a) título; b) tema a ser explorado, metodologia de abordagem; c) sumário; d) roteiro; e) detalhamento; f) nome dos autores; g) diretor; h) público-alvo; i) especificações técnicas e tiragem; j) esquema de distribuição das publicações;

IX – No caso de evento educativo, de capacitação, palestra ou seminário deverão ser apresentados: a) ementa das atividades; b) carga horária; c) programação; d) número e perfil dos participantes; e) currículo dos professores/ministrantes; f) local e data provável;

X – No caso de projeto de reestilização de conjuntos arquitetônicos de comunidade, devem ser apresentados: a) levantamento fotográfico, com o projeto de intervenção em cada construção; b) ART do arquiteto responsável; c) autorização de cada proprietário ou possuidor; d) registro ou cadastro na Prefeitura dos imóveis que receberão intervenções ou comprovação de ocupação regular do imóvel.

§1º. No caso do inciso I, deverão constar, na planilha orçamentária, rubricas específicas para seu pagamento;

§2º. Os projetos deverão definir com clareza os objetos a alcançar, os métodos e técnicas a serem empregados e os resultados mensuráveis que levarão ao alcance desses objetivos, especificando as atividades a serem desenvolvidas para obter cada resultado, de modo a permitir a elaboração de orçamento detalhado, conforme planilhas de memória de cálculo constantes do formulário para apresentação de projetos.

§3º. Os projetos devem demonstrar a relevância da questão a ser abordada e sua abrangência, justificando as ações propostas, especificar os benefícios decorrentes da execução do projeto, a curto e médio prazo, bem como seus beneficiários diretos e indiretos.

§4º. Os projetos devem demonstrar que a instituição reúne condições técnicas (administrativas, de recursos humanos e de infraestrutura) adequadas à execução do projeto.

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Art. 15. Deverá ser entregue ao CEDIF a declaração do prefeito indicando a Dotação Orçamentária da Contrapartida, de acordo com o modelo do

CEDIF (anexo III).

§1º. Apenas os municípios estão obrigados a declarar contrapartida, cujo valor, necessariamente, será incluído no Plano de Trabalho do projeto.

§2º. Os proponentes que não são obrigados a prestar contrapartida e desejarem fazê-lo deverão comprovar a origem dos recursos.

§3. Caso o proponente não apresente a Dotação Orçamentária da Contrapartida, de acordo com o modelo do CEDIF (anexo III), o projeto será desclassificado.

Art. 16. O valor da contrapartida deverá ser de 1%, 5% ou 10% (anexo III), de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município, o que deverá ser informado pelo contador municipal.

Art. 17. O proponente deverá indicar na planilha de custo (anexo II) quais gastos serão adimplidos com o valor da contrapartida.

DECLARAÇÃO DE OUTRAS FONTES

Art. 18. Serão consideradas outras fontes os recursos oferecidos pelo proponente ou por participe que não se enquadram como contrapartida ou valor solicitado ao concedente - CEDIF.

§1º. O proponente deverá informar a origem das outras fontes.

§2º. Após a aprovação do projeto e antes da celebração do convênio, o proponente deverá comprovar a origem das outras fontes.

§3. Caso o proponente não apresente a comprovação da origem das outras fontes, o projeto será desclassificado.

Art. 19. Deverá ser entregue ao CEDIF declaração (modelo do anexo IV) assinada pelo representante legal indicando se o mesmo projeto já recebeu ou é candidato a receber recursos públicos de outro órgão e, em caso afirmativo, se os projetos têm o mesmo objeto ou se cobrem partes distintas do projeto final.

Parágrafo único – No caso de aprovação em outro órgão de projeto com o mesmo objeto ou prévio recebimento de recursos, o projeto será desclassificado.

CAGEC – Cadastro Geral de Convenentes

Art. 20. O proponente deverá realizar o pré-cadastro no site www.auditoriageral.mg.gov.br, no menu Cadastro Geral de Convenentes, de acordo com o Manual do Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais (http://www.convenentes.mg.gov.br/agcc/manual_convenentes_rgb2.pdf).

Art. 21. Posteriormente deverá encaminhar ao Cadastro Geral de Convenentes da Auditoria Geral do Estado (Av. Barbacena nº. 1219 – Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-131, Tel.: 3915-2091), os documentos necessários para obtenção do certificado de Registro Cadastral de Convenentes.

Art. 22. Deverá ser encaminhada ao CEDIF cópia da certidão original do CAGEC, com expedição posterior à data de abertura do Edital.

Parágrafo único. Não serão aceitos os formulários impressos pelo site do CAGEC.

CADIN - Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais

Art. 23. O proponente deverá comprovar a inexistência de inscrição no CADIN, mediante acesso ao site da Secretaria de Estado de Fazenda – www.fazenda.mg.gov.br, no link CADIN-MG, na página principal.

Art. 24. O comprovante da consulta ao CADIN – MG deverá ser impresso e encaminhado ao CEDIF, com expedição posterior à data de abertura do Edital.

VEDAÇÕES

Art. 25. É vedado nos projetos:

I – previsão de despesas a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar;

II – previsão de pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

III – aditamento prevendo alteração do objeto;

IV – utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

V – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

VI – atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

VII – realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos;

VIII – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos e que conste claramente no Projeto Descritivo;

IX – requisição de recurso para viabilizar projeto com o mesmo objeto de outro já contemplado por qualquer órgão estatal.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Art. 26. O prazo máximo para a conclusão do projeto será de 12 (doze) meses, contados da data de recebimento da primeira parcela dos recursos aprovados, podendo ser prorrogado, a critério do CEDIF.

Art. 27. O pedido formal de prorrogação da execução do projeto, devidamente justificado, deverá ser protocolizado junto à Secretaria Executiva do CEDIF, com o prazo mínimo de 45 dias antes da data final da vigência do convênio.

DA ANÁLISE PRÉVIA DOS PROJETOS

Art. 28. Os projetos protocolizados serão analisados previamente pela Secretaria Executiva do CEDIF, até 29 de abril de 2011, com o objetivo de verificar todos os requisitos básicos exigidos para o enquadramento das propostas.

Parágrafo único. Serão desclassificados, sem direito a recurso:

- I - Os projetos inscritos de forma inadequada, por falta de documentação obrigatória e/ou quaisquer outras incorreções que não atendam às exigências deste Edital.
- II - Os projetos que não comprovarem a adequação à categoria pretendida, de acordo com os Artigos 2º e 3º desta Resolução.
- III - Os projetos enviados pelo correio com data de postagem posterior a 18 de março de 2011.
- IV - Os projetos cujos proponentes constem como inscritos no CADIN ou estejam inadimplentes no CAGEC por não terem regularizado, até a data de encerramento das inscrições deste Edital ou ao final do processo de análise, suas pendências.

Art. 29. No caso de desclassificação ou não aprovação do projeto, as despesas de execução porventura já efetuadas pelo proponente serão de sua exclusiva responsabilidade.

DA ANÁLISE TÉCNICA DOS PROJETOS

Art. 30. Encerrado o prazo de análise prévia, a Secretaria Executiva, que contará com uma Comissão Técnica Multidisciplinar, será responsável pela elaboração de resumo sobre o teor dos projetos e suas condições de admissibilidade, de acordo com o formulário do anexo V.

Parágrafo único. A constituição da Comissão Técnica Multidisciplinar será submetida à votação do pleno.

Art. 31. Encerrada a análise técnica descrita no “caput” do Artigo anterior, a Secretaria Executiva do CEDIF encaminhará o parecer técnico para cada Conselheiro, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da reunião Plenária em que serão apresentados e votados os projetos.

Parágrafo único – Os processos ficarão disponíveis na Secretaria Executiva, para consulta pelos Conselheiros.

DA ANÁLISE DE MÉRITO DOS PROJETOS

Art. 32. A análise de mérito dos projetos será realizada em Reuniões Extraordinárias pelos Conselheiros do CEDIF.

Parágrafo único. Na Plenária, deverá ser observado o quorum da maioria simples dos membros, de acordo com o Artigo 2º da Resolução CEDIF nº. 002/2009.

Art. 33. Na Plenária do CEDIF, cada projeto a ser votado será listado por categoria (meio ambiente natural, cultural ou urbanístico) pela Secretaria Executiva, havendo, em seguida, análise do mérito e deliberação pelos Conselheiros.

§1º. Quando o proponente que tenha assento no CEDIF apresentar projeto, o seu Conselheiro representante não poderá votar no referido projeto.

§2º. É vedada a aprovação do mérito com ressalvas.

Art. 34. Todos os Conselheiros titulares deverão se manifestar sobre o mérito dos projetos apresentados, mediante a atribuição de nota variável entre 0 e 10 pontos.

§1º. A nota final dos projetos corresponderá à média aritmética das notas atribuídas por todos os Conselheiros habilitados a votar, ou seja, a soma das notas atribuídas pelos Conselheiros votantes dividida pelo número de Conselheiros votantes.

§2º. Na ausência de Conselheiro titular, o respectivo Conselheiro suplente deverá se manifestar, de acordo com o §3º do Artigo 7º e §2º do Artigo 19 da Resolução CEDIF nº 001/2009 - Regimento Interno, observado o disposto no Artigo 33 desta Resolução.

Art. 35. O presidente e o vice-presidente conduzirão os trabalhos.

Parágrafo único. O presidente e o vice-presidente têm direito a manifestação na seleção dos projetos, na forma do Artigo 34.

Art. 36. A cada projeto tocará uma nota meritória final decorrente do somatório das notas atribuídas pelos membros, dividido pelo número de

Conselheiros votantes, observado, em sendo o caso, o disposto no §1º do Artigo 34.

Art. 37. Findas as deliberações, a Secretaria Executiva providenciará a apresentação da relação dos projetos, em ordem decrescente do resultado final das notas obtidas.

§1º. A ordem de classificação dos projetos será por categoria, conforme a distribuição de recursos prevista no Artigo 3º desta Resolução.

§2º. Serão desclassificados e não contarão da classificação final os projetos que receberem nota inferior a 7,0.

Art. 38. Caso haja empate entre duas ou mais propostas em uma mesma posição, o desempate entre estas será decidido pelos membros do Conselho, em votação na qual cada Conselheiro terá um voto.

Art. 39. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social fará publicar no Diário Oficial do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias após o término da seleção, prorrogável em caso de situação excepcional, a relação dos projetos aprovados, com o nome dos proponentes e os respectivos valores autorizados dos benefícios.

Art. 40. Contra as decisões do Plenário caberá recurso, a ser apresentado pelo proponente à Secretaria Executiva do CEDIF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A Secretária Executiva do CEDIF analisará, em 05 (cinco) dias úteis, o recurso que será submetido ao Plenário, que o julgará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 41. Após o término do prazo de interposição de recurso ou do seu julgamento, os proponentes aprovados e classificados serão convocados pela Secretaria Executiva do CEDIF, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável em caso de situação excepcional, para celebração de convênios.

DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

Art. 42. Os proponentes convocados para celebração de convênio deverão apresentar, em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da decisão, comprovante de abertura de conta corrente específica para o convênio, que deverá ser emitida por qualquer instituição financeira em papel timbrado, informando a data de abertura da conta corrente, que deverá ser posterior a data da convocação.

Art. 43. Após a aprovação do projeto pela Plenária do CEDIF, o mesmo será encaminhado à Central de Convênios da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, gestora do FUNDIF, para celebração do convênio, na forma da legislação vigente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 44. A fiscalização e a avaliação da prestação de contas dos convênios, celebrados com recursos do FUNDIF, são de competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, nos termos do Artigo 19 do Decreto Estadual nº. 43.635/03.

§1º. O acompanhamento da execução do projeto financiado e a implementação dos programas são de competência do órgão gestor, do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos e do Grupo Coordenador, por meio de visita in loco, quando necessário, e relatório por escrito.

§2º. O CEDIF poderá solicitar ao órgão gestor, sempre que entender necessário, informações quanto à prestação de contas dos convênios de sua competência.

Art. 45. As entidades civis e os órgãos públicos comprovarão a utilização dos recursos recebidos e aplicados, nos termos do convênio, observadas as exigências da legislação e normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 46. No caso específico de projetos de recuperação de bens, a prestação de contas deverá ser acompanhada de documentação fotográfica impressa e digital, que comprove a transformação resultante da utilização dos recursos naquele local.

Art. 47. Cópias, em duplicidade, de todos os produtos resultantes dos projetos de publicações, estudos, vídeos, filmes e outros deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva do CEDIF, por ocasião da prestação de contas.

Parágrafo único. No caso de eventos educativos e seminários, cópia do material didático utilizado e cópia de sua gravação em áudio ou vídeo, se disponível.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. No caso de projetos de restauração ou reforma aprovados deverão conter, em caráter definitivo, placa onde conste o patrocínio do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Nos produtos de divulgação e finais, relativos a publicações, livros, impressos, vídeos, filmes, seminários e eventos, deverão constar a logomarca do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos – CEDIF.

Art. 49. O CEDIF irá remeter ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Presidente do TJMG e ao Procurador-Geral de Justiça relatório especificado da aplicação dos recursos disponibilizados ao FUNDIF.

Art. 50. Casos especiais ou omissos serão deliberados e decididos pela Plenária do CEDIF.

Art. 51. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

Ana Lúcia Almeida Gazzola
Presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos de Minas Gerais
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO PADRÃO DO CEDIF

- 1 – As partes destacadas em cinza não deverão ser preenchidas. As restantes deverão ser preenchidas.
- 2 – O formulário deverá ser preenchido com letra Times New Roman, tamanho 10.
- 3 – A formatação do formulário não deverá ser alterada.
- 4 – Os itens 37, 38, 39 e 41 devem descrever detalhadamente cada tópico do projeto e podem ser utilizadas quantas páginas forem necessárias.
- 5 – O item “II – Outro Participe” deverá ser preenchido apenas se houver a participação de outra instituição além do proponente.
- 6 – O Plano de Trabalho Padrão do CEDIF deverá ser impresso, com exceção desta página de instruções, em papel A4, e juntado ao restante da documentação, conforme descrito no Artigo 11 da Resolução CEDIF nº 08, de 15 de dezembro de 2010.

ANEXO I									
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS						CEDIF			
CONCEDENTE									
1 – RAZÃO SOCIAL						2 – CNPJ			
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social						05.465.167/0001-41			
I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE									
3 – RAZÃO SOCIAL						4 – CNPJ			
5 - ENDEREÇO SEDE: (AV, RUA - Nº.)									
6 - CIDADE			7 - CEP:			8 - DDD/TELEFONE			9 - FAX
10 – NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				11 - CPF					
12 – CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR		13 – CARGO					14 – DATA VENC. MANDATO		
15 – ENDEREÇO RESIDENCIAL								16 - CEP	
17 – NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO								18 – Nº CREA	
19 – ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail)									
II – OUTRO PARTÍCIPE									
20 – TIPO	21 – NOME					22 – CNPJ			
23 – ENDEREÇO			24 – BAIRRO						25 – CEP
26 – NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL				27 – IDENTIDADE				28 – ÓRGÃO EXPEDIDOR	
29 – CPF		30 – CARGO					31 - DATA VENC. MANDATO		
III – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA									
32 - PROGRAMA/TÍTULO DA OBRA:									
33 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL						34 – PERÍODO DE EXECUÇÃO:			
Lei Estadual 14.086/01, Dec. Estadual 44.571/08, Dec. Estadual 43.635/03						12 meses			
35 – TIPO DE ATENDIMENTO	36 – PERÍODO DE EXECUÇÃO								
	INÍCIO					TÉRMINO			
	Após Liberação do Recurso					Após Liberação do Recurso			
37 – INTRODUÇÃO									

38 – DESCRIÇÃO DO OBJETO DO PROJETO	
39 – OBJETIVOS	
40 – RESUMO DOS OBJETIVOS (máximo de 5 linhas)	
41 – JUSTIFICATIVA	
42 – RESUMO DA JUSTIFICATIVA (máximo de 10 linhas)	
43 – PESSOAS BENEFICIADAS	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
<p>Venho submeter à apreciação de V.Sas. o presente Plano de Trabalho, tendo em vista o repasse de recursos por meio de Convênio.</p> <p>_____ / ____ / _____</p> <p>Assinatura do Responsável Legal Data</p> <p>_____</p> <p>Nome Legível Nº Identidade CPF</p>	

ANEXO II	
INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO (leia com atenção antes de iniciar o preenchimento dos formulários)	
1. Todos os formulários devem ser preenchidos, com exceção da Planilha Plan6.	
2. Os campos sombreados EM VERDE não devem ser preenchidos, pois contém fórmulas para o cálculo automático dos valores, e serão preenchidos automaticamente pelo Excel. Os campos sombreados EM CINZA também não devem ser preenchidos.	
3. Os campos referentes a valores numéricos (valores monetários ou quantidades) devem conter apenas números. O símbolo “R\$” será preenchido automaticamente pelo Excel nos locais permitidos, caso contrário, as fórmulas do Excel não funcionarão.	
4. Não se deve excluir linhas ou colunas dos formulários, nem mesmo mudar a posição das quebras de página, sob pena de comprometer todos os cálculos e/ou a impressão unicamente das folhas desejadas. Também não se deve alterar o tamanho das letras nem as configurações de página ou de impressão, sob pena de prejudicar a impressão das páginas nos padrões estabelecidos pelo CEDIF.	
5. A planilha Plan3 somente deve ser preenchida se o proponente for obrigado a prestar contrapartida (municípios) ou se desejar fazê-lo (artigo 15, Edital CEDIF 2010).	
6. A planilha Plan4 somente deve ser preenchida se houver outra fonte de recurso, que deverá ter sua origem comprovada (artigo 18 do Edital CEDIF 2010).	
7. Após o preenchimento, basta imprimir todas as planilhas em papel A4 e encaixá-las ao final do Plano de Trabalho padrão do CEDIF na mesma sequência que estão dispostas no Excel. Esta página de instruções não deve ser impressa.	

[illegible][illegible][illegible]

Barbacena.

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2010.

Eduardo Vieira Carneiro
Defensor Público – MADEP 0069
Corregedor-Geral

4 cm -15 132253 - 1
(EXTRATO) PORTARIA SAI N. 103/10

O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 105 da Lei Complementar Estadual n. 65/03, e, em observância às Deliberações nº. 12/04 e 05/05 editadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, publicadas no Diário Oficial de 04/02/05 e 13/04/05, respectivamente, resolve instaurar Sindicância Administrativa Investigatória n. 0432.2405.2010.2.003, à vista dos fatos constantes da Averiguação Preliminar n. 0432.2405.2010.2.002, cujo objeto é apurar condutas omissivas que, em tese, ocasionaram despesas de que tratam as notas de empenho n. 756, 758 e 804.
Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2010.
Eduardo Vieira Carneiro
Defensor Público – MADEP 0069
Corregedor-Geral

4 cm -15 132255 - 1
(EXTRATO) PORTARIA PAD N°. 68/10

O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 110, inciso I, da Lei Complementar 65/2003, e, em observância às Deliberações nº 12/04 e 05/05 editadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, publicadas no Diário Oficial de 04/02/05 e 13/04/05, respectivamente, resolve instaurar Procedimento Administrativo-Disciplinar nº 0463.1012.2010.2.004, à vista dos fatos constantes na Averiguação Preliminar nº 0463.2707.2010.2.002, por violação, em tese, ao art. 134, § 1º, parte final, da Constituição da República, art. 80, I, da LCE n. 65/03, e art. 11, caput, da lei n. 8429/92, que caracterizam infração disciplinar, consoante art. 87, I e III, da LCE n. 65/03.
Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2010.
Eduardo Vieira Carneiro
Defensor Público – MADEP 0069
Corregedor-Geral

4 cm -15 132252 - 1
(EXTRATO) PORTARIA PAD N°. 67/10

O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 110, inciso I, da Lei Complementar 65/2003, e, em observância às Deliberações nº 12/04 e 05/05 editadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, publicadas no Diário Oficial de 04/02/05 e 13/04/05, respectivamente, resolve instaurar Procedimento Administrativo-Disciplinar nº 0489.0912.2010.1.004, à vista dos fatos constantes na Averiguação Preliminar nº 0489.1611.2010.1.002, por violação, em tese, ao artigo 79, inciso II, da LCE nº 65/03.
Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2010.
Eduardo Vieira Carneiro
Defensor Público – MADEP 0069
Corregedor-Geral

4 cm -15 132251 - 1

Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude

Secretário:Alberto Rodrigues Lima

Administração dos Estádios de Minas Gerais

José Eustáqui Natal

ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETOR GERAL :JOSE EUSTAQIO NATAL

PORTARIA Nº 019/2010- INSTITUI AS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E A COMISSÃO DE RECURSOS DA ADEMG -O Diretor Geral da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso I do art. 7º do Decreto nº 44.916, de 06 de outubro de 2008, e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, no art.13 do Decreto 44.559, de 29 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 71 de 30 de julho de 2003,RESOLVE instituir as Comissões de Avaliação de Desempenho Individual e a Comissão de Recursos dos servidores da ADEMG. Art.1º As Comissões de Avaliação de Desempenho Individual são constituídas pelos seguintes

membros: I – para os cargos de “Auxiliar de Administração de Estádios” e “Auxiliar de Serviços Operacionais”: chefia imediata, servidor indicado pela chefia e os servidores indicados**EDUARDO CARDOSO DUTRA**e**MILTON RODRIGUES DE CARVALHO,tendo como suplente a servidoraLÍDIA FERREIRA,II – para os cargos de “Assistente de Administração de Estádios”, “Assistente de Gestão Política”, “Técnico de Desenvolvimento Rural” e “Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia”:** chefia imediata, servidor indicado pela chefia e os servidores indicados**EDUARDO CARDOSO DUTRA**e**MILTON RODRIGUES DE CARVALHO,tendo como suplente o servidorJOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO,III - para os cargos de “Analista de Administração de Estádios” e “Analista de Gestão e Políticas Publicas em Desenvolvimento”:** chefia imediata, servidor indicado pela chefia e os servidores indicados**MILTON RODRIGUES DE CARVALHO**e**FERNANDO DE ALMEIDA DE SOUZA,tendo como suplente a servidoraMARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BAIÃO.Art.2º A Comissão de Recursos dos servidores, será constituída pelos seguintes membros:I -ABEL eUSTÁQUIO NOGUEIRA LISBOA; II –FERNANDO SÉRGIO LIMA ZARIFE; III -RICARDO AFONSO RASO.Art.3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.**

9 cm -15 132357 - 1

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Resolução SEE nº 1756 de 14 de dezembro de 2010.

A Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 93 da Constituição do Estado e considerando o disposto no artigo 22 da Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004, no art. 5º do Decreto nº 44.291, de 08 de maio de 2006 e alterações posteriores, na Resolução SEE nº 1.326, de 18 de maio de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a 2ª promoção por escolaridade adicional aos ocupantes de cargos efetivo das carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Poder Executivo, relacionados no anexo a seguir.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 14 de dezembro de 2010.

Vanessa Guimarães Pinto
Secretária de Estado de Educação

ANEXO I
(de que trata o art. 1º da Resolução SEE nº 1756 de 14 de dezembro de 2010)

Superintendência	Nome do servidor	Nº Adm.	Masp	Situação anterior à Promoção		
				Cargo	Nível	Grau
ARAÇUAÍ	Cleidimara Santos Costa	1	975843-4	ATE	II	A
CONSELHEIRO LAFAIETE	Roberto Santana Lisboa Batista	1	897993-2	PEB	IV	A
CONSELHEIRO LAFAIETE	Sandra Helena Alvim Campos Neves	1	389891-3	ATB	II	A
GUANHAES	Gleize Menezes Vilefortt	1	865537-5	ATB	II	A
GUANHAES	Vânia Lucia Garcia Caldeira	1	379197-7	ATB	II	A
METROPOLITANA B	Daniela Pinheiro Vasconcelos Leite	1	1055119-0	ATB	II	A
METROPOLITANA B	Marilene Xavier De Castro Pereira	2	368286-1	ATB	II	A
METROPOLITANA C	Andréia Cristina Rosa Bandeira	1	1058530-5	ATB	II	A
METROPOLITANA C	Andressa Ferreira De Jesus	1	944687-3	ATB	II	A
METROPOLITANA C	Cláudio Umberto Alves Barbosa	1	964644-9	ATB	II	A
MONTE CARMELO	Juliana Nunes Davi De Souza	1	862376-1	ATB	II	A
MONTES CLAROS	Eduardo Simões Silva	1	614550-2	PEB	IV	A
MONTES CLAROS	Flávia Cordeiro Maciel	1	1059637-7	ATE	II	A
MONTES CLAROS	Leila Mary Mendes De Oliveira	1	1057208-9	ATB	II	A
MONTES CLAROS	Lourdes Rodrigues De Oliveira	1	1057170-1	ATE	II	A
MONTES CLAROS	Lucilene De Oliveira Prates	1	377253-0	ATB	II	A
MONTES CLAROS	Márcia Eunice Da Silva Borges	1	597229-4	ATB	II	A
MONTES CLAROS	Rosimery De Fatima Freitas	1	1064664-4	ATE	II	A
PARÁ DE MINAS	Lucilaine Aparecida Chaves	1	1065896-1	ATE	II	A
PARACATU	Verônica Nunes De Carvalho	1	985196-5	ATE	II	A
PIRAPORA	Eliene Braga De Carvalho	1	975762-6	ATB	II	A
POÇOS DE CALDAS	Maria Modestina Pereira	1	454212-2	ATE	II	A
SETE LAGOAS	Ronaldo Adriano Ribeiro Da Silva	1	934286-6	PEB	III	A
UBERABA	Eliana Freitas Silva	1	364383-0	PEB	III	A
UBERLANDIA	Maria Valquiria Faria Serpa	1	730396-9	PEB	IV	A
UBERLANDIA	Roselmi De Melo Chagas	1	1057919-1	ATB	II	A

24 cm -15 132144 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO

RETIFICAÇÃO DISPENSA SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3811 /2010

A Secretária de Estado de Educação, retifica no(s) Ato(s) de Dispensa do cargo em comissão de Secretário de Escola, publicado(s) no “MG” 31/03/2010 , a parte referente a:

ATO Nº	S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
1230	JANUÁRIA	ICARAI DE MINAS	ICARAI DE MINAS	63240	EE OLHOS D'ÁGUA	0283138-6	NATALINA ALVES DE ALMEIDA COSTA	A CONTAR DE 01/02/2010	A CONTAR DE 31/03/2010
Belo Horizonte,13 de Dezembro de 2010									
RETIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3812 /2010									
A Secretária de Estado de Educação, retifica no(s) Ato(s) de Designação para o cargo em comissão de Secretário de Escola, publicado(s) no “MG” 25/05/2010 , a parte referente a:									
ATO Nº	S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
2170	NOVA ERA	JOÃO MONLEVADE	JOÃO MONLEVADE	103543	EE SANTANA	370850-0	ANA MARIA DA COSTA	ANA MARIA RODRIGUES	ANA MARIA DA COSTA
Belo Horizonte,13 de Dezembro de 2010									

RETIFICAÇÃO DISPENSA SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3813 /2010

A Secretária de Estado de Educação, retifica no(s) Ato(s) de Dispensa do cargo em comissão de Secretário de Escola, publicado(s) no “MG” 06/10/2010 , a parte referente a:

ATO Nº	S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
3437	DIVINÓPOLIS	LAGOA DA PRATA	LAGOA DA PRATA	34096	EE N SRA DE GUADALUPE	0233023-1	JURACI BRUNO PERILO	A CONTAR DE 16/09/2010	A CONTAR DE 15/09/2010
Belo Horizonte,13 de Dezembro de 2010									

TORNA SEM EFEITO DESIGNAÇÃO SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3814 /2010

A Secretária de Estado de Educação, torna sem efeito no Ato de Designação para o cargo em comissão de Secretário de Escola , publicado no “MG” 20/11/2010, a parte referente a:

ATO Nº	S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM
3669	METROPOLITANA B	CONTAGEM	PARQUE INDUSTRIAL	8885	CESEC CLEMENTE DE FARIA	376685-4	MONALISA DE FREITAS BARROSO	ATBIA	2		
Belo Horizonte,13 de Dezembro de 2010											

VILELA

ATO Nº 276/2010
ALTERAÇÃO DE NOME
ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, da servidora:**MaSP 1.064.599-2, Helena da Silva Costa,**para Helena da Silva Costa Monserrath.

ATO Nº 277/2010
AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO
AFASTA POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, à servidora:**MaSP 974.635-5, Madeleine Miranda Valadares,**ATBIA, adm. 01, a partir de 30/11/2010.

ATO Nº 278/2010
FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2003 às servidoras:**MaSP 232.606-4, Antônia Maria da Conceição Gontijo,**PEBIIH, adm. 02, por 02 meses, referentes ao 4º quinquê-nio de exercício, a partir de 08/01/2011.**MaSP 957.044-1, Cristianne Vidal Rodrigues,**ANEIIC, adm. 01, por 01 mês, referente ao 1º quinquê-nio de exercício, a partir de 03/01/2011.**MaSP 1.059.207-9, Cristina Paula Duarte Ribeiro,**ANEID, adm. 01, por 01 mês, referente ao 1º quinquê-nio de exercício, a partir de 03/01/2011.**MaSP 1.059.706-0, Elzita Mendes da Cruz,**ATEIIIB, adm. 01, por 01 mês, referente ao 1º quinquê-nio de exercício, a partir de 03/01/2011.**MaSP 1.061.321-4, Ana Maria de Souza,**ANEIIA, adm. 01, por 01 mês, referente ao 1º quinquê-nio de exercício, a partir de 28/01/2011.

ATO Nº 279/2010

ABONO DE PERMANÊNCIA
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do § 19 do art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03, ao servidor:**MaSP 340.170-0, Benedito Antônio Pereira,**ASBIL, adm. 01, a partir de 21/06/2006.

ATO Nº 280/2010
FÉRIAS-PRÊMIO CONCESSÃO
CONCEDE TRÊS MESES DE FERIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, à servidora:**MaSP 258.449-8, Angélica Marcos da Costa,**ANEIIC, adm. 02, referentes ao 5º quinquê-nio de exercício, a partir de 11/02/2010.

10 cm -15 132012 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO

AFASTAMENTO VOLUNTÁRIO INCENTIVADO – ANULAÇÃO - ATO N.º 3806/2010

ANULA NO ATO Nº 3766/2010, referente ao servidor: SRE ARAÇUAÍ
MaSP 877.174-3, Valdavásio Moreira de Oliveira,ATEIB, adm. 01, na parte em que concedeu Afastamento Voluntário Incentivado – AVI, publicado em 01/12/2010, por concessão indevida.
Secretaria de Estado de Educação, em Belo Horizonte, aos 13 de dezembro de 2010.
(a)Vanessa Guimarães Pinto
Secretária de Estado de Educação

3 cm -15 132014 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO
REVOGAÇÃO ATO Nº3807/2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, revoga a pedido, no ato nº 2542/2008, publicado no “MG” 16/09/2008, de autorização de exercício em caráter excepcional junto à SRE, a parte referente a:
SRE MONTE CARMELO
MASP 301092-3, Josiane Aparecida Borges Ferreira, PEBIVD, Adm. 01, a contar de 28/05/2010.

2 cm -15 132023 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO
AUTORIZAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARÁTER EXCEPCIONAL ATO Nº3808/10

Autoriza o servidor portador de laudo médico de Ajustamento Funcional a executar, temporariamente, na Superintendência Regional de Ensino, atividades necessárias ao funcionamento da escola, mediante certificação mensal da frequência à escola de lotação.
DIVINÓPOLIS
Divinópolis– EE “Lauro Epifânio” – MASP 949938-5, Irene Maria dos Santos, PEBIVA, Adm. 01.

3 cm -15 132026 - 1

DISPENSA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3815 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado dispensa os servidores em exercício do cargo em comissão de Secretário de Escola :

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM	VIGENCIA
CORONEL FABRICIANO	TIMÓTEO	CACHOEIRA DO VALE	191663	EE JOÃO COTTA DE F BARCELOS	1059639-3	TEREZA CRISTINA BENEVENUTO ALVES BRITO	ATBIA	1			A CONTAR DE 10/11/2010
JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	68543	EE CLORINDO BURNIER	859616-5	IRANI ARAUJO TAVARES	ATBIA	1			A CONTAR DE 01/11/2010
METROPOLITANA C	SANTA LUZIA	SÃO BENEDITO	10731	EE LEONINA MOURTHE DE ARAÚJO	0537947-4	MARISA VAZ DOS SANTOS	ATBIIA	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
NOVA ERA	ITABIRA	ITABIRA	103098	EE ANTÔNIO LINHARES GUERRA	0365854-9	DARCISA DA CONCEIÇÃO DAVID	PEBIN	2			A CONTAR DE 17/11/2010
PARACATU	VAZANTE	VAZANTE	109134	EE DEP CÂNDIDO ULHOA	0243050-2	ERLI ROSA PEREIRA	ATBIVB	1			A CONTAR DE 22/11/2010
SETE LAGOAS	PARAOPEBA	PARAOPEBA	310654	EE JOAQUINA CÂNDIDA MOREIRA	264131-4	MARIA DE FÁTIMA TOLENTINO	ATBIIE	1			A CONTAR DE 01/10/2010
Belo Horizonte,13 de Dezembro de 2010											

DISPENSA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3816 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado dispensa os servidores em exercício do cargo em comissão de Secretário de Escola :

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM	VIGENCIA
GOVERNADOR VALADARES	NOVA BELÉM	NOVA BELÉM	44466	EE PROFA DIOGUINA AUGUSTA SANTANA	1058008-2	WCLEITON DE SOUZA ARAÚJO	ATBIA	2			A CONTAR DE 07/10/2010
JANUÁRIA	JANUÁRIA	RIACHO DA CRUZ	62642	EE MONS FLORISVAL MONTALVÃO	323523-1	ELIZABETE NUNES PEREIRA TORRES	PEBIIF	2			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	134759	CESEC PROF JOSÉ AMÉRICO DA COSTA	0266631-1	MARIA TERESA DE ARAÚJO RESENDE MOREIRA	ATBIIE	2			A CONTAR DE 05/10/2010
Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010											

DISPENSA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3817 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado dispensa os servidores em exercício do cargo em comissão de Secretário de Escola :

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM	VIGENCIA
CARATINGA	INHAPIM	TABAJARA	20702	EE RICARDO NEIVA	853334-1	FATIMA APARECIDA DE LIMA	PEBIIIA	2			A CONTAR DE 19/11/2010
CURVELO	MORRO DA GARÇA	MORRO DA GARÇA	312070	EE PREF WALTER COELHO DA ROCHA	1016356-6	WALDENISIA MARIA LEITE	PEBIIIC	1			A CONTAR DE 17/11/2010
JANUÁRIA	JUVENÍLIA	MONTE REI	63011	EE DE MONTE REI	0935900-1	RAIMUNDO MANOEL DOS SANTOS	ATBIA	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
JANUÁRIA	MONTALVÂNIA	PITARANA	63037	EE DO POV STA RITA DE CANABRAVA	0886503-2	DEOLINDA DA SILVA BARROS	PEBIIIB	1	PEBIIIB	2	A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
JANUÁRIA	SÃO FRANCISCO	SANTA IZABEL DE MINAS	63398	EE DONA SEBASTIANA PEREIRA SILVA	1000129-5	MARIA ELIANE RIBEIRO DE MATOS	ATBIVB	1			A CONTAR DE 05/11/2010
JANUÁRIA	SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO	63185	EE ADAÓ VIEIRA DA ROCHA	0803741-8	CLAUDEIR DAMIÃO VIEIRA	ATBIVB	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
JANUÁRIA	URUCUIA	URUCUIA	63428	EE ANTÔNIO ESTEVES DOS ANJOS	0323651-0	MARIA MADALENA CHAVES DOS ANJOS	PEBIVL	1	PEBIVB	3	A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
JANUÁRIA	VARZELÂNDIA	VARZELÂNDIA	217344	EE ISABEL SOARES DE JESUS	0936651-9	IVONETE GONÇALVES DE SOUZA RUBEM	ATBIA	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
JANUÁRIA	VARZELÂNDIA	VARZELÂNDIA	217352	EE MANOEL ALVES DE ALMEIDA	853634-4	GERALDINA JUNIA ALVES SANTA ROSA	ATBIA	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
UBERABA	ÁGUA COMPRIDA	ÁGUA COMPRIDA	311863	EE JOSÉ ACÁCIO DA SILVA	1055127-3	PATRICIA CORREA MOREIRA	ATBIA	1			A CONTAR DE 20/09/2010
Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010											

DISPENSA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3818 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado dispensa os servidores em exercício do cargo em comissão de Secretário de Escola :

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM	VIGENCIA
METROPOLITANA B	CONTAGEM	PARQUE INDUSTRIAL	8788	EE PE CAMARGOS	0263743-7	MARIA LUCIA FERREIRA CEZAR	ATBIIE	1			A CONTAR DE 16/11/2010
MONTES CLAROS	FRANCISCO SÁ	FRANCISCO SÁ	80314	EE DONATO SANTOS	0380213-9	LUDMILLA NIOMAR ANDRADE DA SILVEIRA NEVES	ATBIVB	2			A CONTAR DE 01/11/2010
UBERABA	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	316041	EE HERCULÉGIO ANTÔNIO BORGES	0869578-5	CRISTIANE GONÇALVES PEREIRA MOUTINHO	ATBIA	1			A CONTAR DE 17/11/2010
UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	167738	EE TEOTÔNIO VILELA	0369216-7	EDILENE REZENDE CASTRO GONÇALVES	ATBIVB	1			A CONTAR DA PUBLICAÇÃO
Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010											

DESIGNAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3819 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado designa para exercer o cargo em comissão de Secretário de Escola de que trata o inciso II do artigo 26 da Lei nº 15.293 de 05/08/2004 os servidores:

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM
ARAÇUAÍ	INDAÍABIRA	BARRA DA ALEGRIA	82252	EE JOÃO CALDEIRA	586555-5	MARIA HELIENE LUCAS	PEBR2A	2		
CORONEL FABRICIANO	TIMÓTEO	CACHOEIRA DO VALE	191663	EE JOÃO COTTA DE F BARCELOS	1081968-8	PAULYANE CHRISTINA DIAS ARAUJO GOUVEA	PEBIIIA	1	PEBIIIA	2
DIAMANTINA	DIAMANTINA	DESEMBARGADOR OTONI	23884	EE DONA GUIDINHA	846398-6	MARIA ROSILENA SOUZA SANTOS	ATBIB	1		
JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	68543	EE CLORINDO BURNIER	874849-3	MARIA LUCIA OLIVEIRA MACIEL	ATBIIA	1		
METROPOLITANA C	SANTA LUZIA	SÃO BENEDITO	10731	EE LEONINA MOURTHE DE ARAÚJO	1016412-7	JOSE RAIMUNDO DE MIRANDA ALVES	PEBIIIB	1		
NOVA ERA	ITABIRA	ITABIRA	103098	EE ANTÔNIO LINHARES GUERRA	1056299-9	NEILLANE CRISTINA DA SILVA SOUZA	ATBIA	1		
PARACATU	VAZANTE	VAZANTE	109134	EE DEP CÂNDIDO ULHOA	607486-8	FRANCISCA SEVERO DE ARAUJO SILVA	ATBIIA	1		
PASSOS	SÃO ROQUE DE MINAS	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	346136	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	1149160-2	GENI IDALINO SILVA ARAUJO	PEBIA	1		
SETE LAGOAS	PARAOPEBA	PARAOPEBA	310654	EE JOAQUINA CÂNDIDA MOREIRA	806141-8	JAQUELINE FIGUEIREDO NASCIMENTO OLIVEIRA	ATBIA	1		
Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010										

116 cm -15 132223 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO

RETIFICAÇÃO DE DISPENSA SECRETÁRIO DE ESCOLA – ATO Nº3810 / 2010

A Secretária de Estado de Educação retifica o Ato de Dispensa do cargo em comissão de Secretário de Escola B ,EX-SE-B, ED 1021, QE 07, publicado no “MG” 16-04-2008, referente a Ângela Rita de Cássia Oliveira, MASP 339986-2, da EE “Antônio Martins Pereira”, do município de Itabira, SRE de Nova Era, para regularizar situação funcional:

Onde se lê: Dispensa a contar de 31/01/2006.

Leia-se: Dispensa a contar de 01/01/2007.

RETIFICAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA – ATO Nº3809 /2010

A Secretária de Estado de Educação retifica no Ato de Designação para o cargo em comissão de Secretário de Escola, publicado no “MG” 28.10.2008 ,para regularização funcional, a parte referente a:

ATO Nº 3024/2008

SRE NOVA ERA

Rio Piracicaba – Rio Piracicaba

Onde se lê: – 317403 - EE “De Ens Fundamental 1ª à 4ª”, MASP 0367253-2, Maria Aparecida Cota Gomes, PEBID –ADM 01,

Leia-se:– 338656 - EE “De Ensino Fundamental”, MASP 0367253-2, Maria Aparecida Cota Gomes, PEBID - ADM 01 .

Onde se lê:– 338656 - EE “De Ensino Fundamental”, MASP 1124808-5, Nislene de Fátima Lage Martins Costa, ATBIA - ADM 01,

Leia-se:– 317403 - EE “De Ens Fundamental 1ª à 4ª”, MASP 1124808-5, Nislene de Fátima Lage Martins Costa, ATBIA - ADM 01.

6 cm -15 132230 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO

DESIGNAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3820 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado designa para exercer o cargo em comissão de Secretário de Escola de que trata o inciso II do artigo 26 da Lei nº 15.293 de 05/08/2004 os servidores:

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM
CARATINGA	CARATINGA	CARATINGA	19399	EE LUIZ ANTÔNIO BASTOS CORTES	940904-6	CLAUDETE MARA DA SILVA ALVARENGA	ATBIA	1		
GOVERNADOR VALADARES	NOVA BELÉM	NOVA BELÉM	44466	EE PROFA DIOGUINA AUGUSTA SANTANA	566866-0	SUELI MENDES DE SOUZA REIS	ATBIA	1		
JANUÁRIA	JANUÁRIA	RIACHO DA CRUZ	62642	EE MONS FLORISVAL MONTALVÃO	323523-1	ELIZABETE NUNES PEREIRA TORRES	PEBIIF	1	PEBIIF	2
METROPOLITANA A	BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE	1651	EE CAMINHO A LUZ	378295-0	VILMA DE SOUZA LIMA	ATBIVB	1		
SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	134759	CESEC PROF JOSÉ AMÉRICO DA COSTA	873595-3	MARIA HELENA DE PAIVA SANTOS	ATBIIA	1		

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SECRETÁRIA: VANESSA GUIMARÃES PINTO									
Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010									

DESIGNAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3821 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado designa para exercer o cargo em comissão de Secretário de Escola de que trata o inciso II do artigo 26 da Lei nº 15.293 de 05/08/2004 os servidores:

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM
BARBACENA	MADRE DE DEUS DE MINAS	MADRE DE DEUS DE MINAS	15725	EE SOUSA LEITE	444049-1	EDNALVA CRISTIANA DOS REIS	ATBIVB	1		
CURVELO	MORRO DA GARÇA	MORRO DA GARÇA	312070	EE PROF WALTER COELHO DA ROCHA	835306-2	MARILEIA RIBEIRO DA SILVA ALVES	ATBIA	1		
DIAMANTINA	CAPELINHA	CAPELINHA	23311	EE PROFA MARIA EDMÉIA DE MEIRA	883097-8	MARISA ROCHA DE ABREU	PEBIIIA	1	PEBIIIA	2
DIAMANTINA	ITAMARANDIBA	PENHA DE FRANÇA	24392	EE ALFREDO RABELO	1105471-5	NEA FERNANDES CORREIA	PEBIA	1		
DIAMANTINA	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	24783	EE DARCÍLIA GODOY	814618-5	HELENA DA SILVA BIE RAMOS	ATBIA	1		
GOVERNADOR VALADARES	GOVERNADOR VALADARES	GOVERNADOR VALADARES	43419	EE SAGRADA FAMÍLIA	350576-5	IDELMA BARROS DE MIRANDA	ATBIA	1		
JANUÁRIA	MONTALVÂNIA	PITARANA	63037	EE DO POV STA RITA DE CANABRAVA	557508-9	MARIZETE CORREA DA SILVA	PEBR2A	1	PEBIIIA	2
JANUÁRIA	SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO	63185	EE ADAÓ VIEIRA DA ROCHA	594291-7	MARIA DE ARAÚJO AMARAL	ATBIA	1		
JANUÁRIA	URUCUIA	URUCUIA	63428	EE ANTÔNIO ESTEVES DOS ANJOS	821207-8	DANIELA MARIA AGUIAR DA MATA	ATBIA	1		
JANUÁRIA	VARZELÂNDIA	VARZELÂNDIA	217344	EE ISABEL SOARES DE JESUS	853634-4	GERALDINA JUNIA ALVES SANTA ROSA	ATBIA	1		
METROPOLITANA B	BELO HORIZONTE	BARREIRO	990	EE CECÍLIA MEIRELES	1130005-0	RENATA KELLY FIGUEIREDO	PEBIIIA	1		
METROPOLITANA B	CONTAGEM	PARQUE INDUSTRIAL	8885	CESEK CLEMENTE DE FARIA	809413-8	ADRIANA SANTOS DE HOLANDA	ATBIA	1		
UBERABA	ÁGUA COMPRIDA	ÁGUA COMPRIDA	311863	EE JOSÉ ACÁCIO DA SILVA	1055079-6	EDILVIA MOREIRA TOSTA PEREIRA	PEBIIIA	1		

Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DESIGNAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA - ATO Nº 3822 /2010

A Secretária de Estado de Educação, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado designa para exercer o cargo em comissão de Secretário de Escola de que trata o inciso II do artigo 26 da Lei nº 15.293 de 05/08/2004 os servidores:

S R E	Município	Localidade	Codigo	ESCOLA	MASP	NOME	CARGO	ADM	CARGO	ADM
MANHUAÇU	MANHUAÇU	MANHUAÇU	75175	EE EDUC ESP PEARL WHITE SLAIB FADLALA	619076-3	LÚCIA HENRIQUE DE SOUZA	ATBIA	1		
MONTES CLAROS	FRANCISCO SÁ	FRANCISCO SÁ	80314	EE DONATO SANTOS	975190-0	EKIVANIA APARECIDA FRANCISCA JESUS	ATBIVB	1		
UBERABA	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	316041	EE HERCULEGIO ANTÔNIO BORGES	370413-7	LARA ILKE GAVA MENEZES	ATBIVB	1		
UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	167738	EE TEOTÔNIO VILELA	614081-8	RALEI PEREIRA MATOS	ATBIA	1		

Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2010									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Superintendências Regionais de Ensino

SRE de Barbacena

Diretor: Mário Raimundo de Melo

Diretor: Mário Raimundo de Melo

Afastamento por Motivo de Casamento - Ato nº 021/2010
REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, ao servidor: Antônio Carlos, EE. “José Gonçalves de Araújo”, MaSP: 1154913-6, Sônia Maria Camargo, EEBI A/Supervisor Pedagógico, Nº de Admissão 1, a partir de 13/11/10.

Afastamento por Motivo de Luto - Ato nº 037/2010
AFASTA POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, aos servidores: Barbacena, EE. “Bias Fortes”, MaSP: 343422-2, Maria de Fátima Cruz, PEBDIII A, Educação Religiosa, Nº de Admissão 2, a partir de 06/11/10; EE. “Padre Mestre Corrêa”, MaSP: 859333-7, Meire Maria de Oliveira, ATBI A, Nº de Admissão 1, a partir de 06/11/10; Carandai, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 544320-5, Jorge Luiz Sales, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 3, a partir de 22/11/10.

Afastamento Preliminar à Aposentadoria - Ato nº 038/2010
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do art. 36 da CE/1989, do servidor: São Vicente de Minas, EE. “José Bonifácio”, MaSP: 273279-0, Andréa Godinho da Fonseca Oliveira, a partir de 07/12/10, referente ao cargo de PEBIII C, História 1º e 2º Graus, Nº de Admissão 1, à vista de requerimento de aposentadoria pelo art. 6º da EC nº 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88, com direito à remuneração integral, correspondente à carga horária de 3 h/a, e à incorporação das gratificações, conforme os dias de direito à percepção, de: incentivo à docência - 10 “biênios” (9388 dias).

Alteração de Nome - Ato nº 027/2010
ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, do servidor: Alto Rio Doce, EE. “São José”, MaSP: 1226797-7, Luciana Aparecida Tomaz para Luciana Aparecida Tomaz Marciano.

Anulação - Ato nº 242/2010
ANULA NO ATO Nº 260/2010, referente ao servidor: Capela Nova, EE. “Chiquinho de Paiva”, MaSP: 345606-8, Ângela Maria da Fonseca Matos Barbosa, PEBI F, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, na parte em que retificou, 10º biênio, publicado em 19/08/10, por motivo de retificação indevida.

Anulação - Ato nº 243/2010
ANULA NO ATO Nº 051/2010, referente ao servidor: Barbacena, SRE, MaSP: 195184-7, Maria Luiza da Silva, ANEII G/Inspetor Escolar, Nº de Admissão 2, na parte em que concedeu, Férias-Prêmio-Concessão ref. ao 5º quinquênio, publicado em 06/11/10, por motivo de duplicidade de publicação.

Anulação - Ato nº 244/2010
ANULA NO ATO Nº 057/2010, referente ao servidor: Andrelândia, EE. “Visconde de Arantes”, MaSP: 334206-0, Cátia Silva Rivelli e Silva, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, na parte em que concedeu, Férias-Prêmio-Concessão ref. ao 3º quinquênio, publicado em 02/12/10, por motivo de duplicidade de publicação.

Férias-Prêmio Afastamento - Ato nº 023/2010
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22 de 25/04/2003 e Resolução/ SEE nº 408 de 13/05/2003, sem direito a substituição que gere ônus para o Estado, aos servidores: Barbacena, SRE, MaSP: 864234-0, Rosilane Aparecida Oliveira Fortes, ANEII C, Analista Educacional, Nº de Admissão 1, por 01 (um) mês, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 04/01/11; MaSP: 879338-2, Maria Thereza Antunes Fortes de Mello, ANEI D, Analista Educacional, Nº de Admissão 1, por 01 (um) mês, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 03/01/11.

Férias-Prêmio - Concessão - Ato nº 059/2010
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do artigo 31, da CE/1989, aos servidores: Barbacena, SRE, MaSP: 264202-3, Rosa Maria Cimino Moreira Mota, EEBII E/Inspetor Escolar, Nº de Admissão 2, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 12/08/10; MaSP: 318043-7, Maria Helena da Silva Justiniano, ANEII E, Analista Educacional, Nº de Admissão 2, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 27/03/10; EE. “Adelaide Bias Fortes”, MaSP: 134228-2, Maria da Conceição Aparecida Cobuci Souza, EEBII H, Nº de Admissão 2, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 18/04/10; EE. “Bias Fortes”, MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 09/03/88; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 08/04/04; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 07/04/09; EE. “Henrique Diniz”, MaSP: 376077-4, Mário Márcio de Quadros, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 27/07/05; MaSP: 376077-4, Mário

Márcio de Quadros, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 28/07/10; EE. “Professor Soares Ferreira”, MaSP: 299539-7, José Antônio Duarte Santiago, PEBIV E, Educação Física, Nº de Admissão 1, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 21/04/09; MaSP: 299574-4, Maria José de Souza Damasceno, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 2, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 26/01/10; MaSP: 1058353-2, Fernanda Martins Pimenta de Carvalho Giron, PEBIII D, Biologia, Nº de Admissão 2, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 22/03/10.

Férias-Prêmio - Concessão - Ato nº 060/2010
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do artigo 31, da CE/1989, aos servidores: Capela Nova, EE. “Chiquinho de Paiva”, MaSP: 1067307-7, Márcia Moreira da Cunha, PEBIII B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 22/05/09; Carandai, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 363255-1, Maria Helena de Araújo Paula, PEBIV B, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 17/03/06; MaSP: 893351-7, Magda de Fátima e Oliveira, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 15/04/09; EE. “Francisco do Carmo”, MaSP: 273280-8, Ângela Maria de Aquino, PEBIV C, Matérias Pedagógicas do Ensino do 2º Grau, Nº de Admissão 1, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 18/11/10; MaSP: 599156-7, Janiria de Oliveira Porto, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 25/09/10; MaSP: 665829-8, Ronaldo Alves de Assis, PEBIII B, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 03/07/10; Paiva, EE. “Santa Rosa”, MaSP: 227005-6, Maria das Graças Ferreira do Amaral, EEBII M/Orientador Educacional, Nº de Admissão 2, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 14/11/10; Piedade do Rio Grande, EE. “Dr. Antônio Batista do Nascimento”, MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 07/05/10; Santa Bárbara do Tugúrio, EE. “Juscelino Benedito de Araújo”, MaSP: 273550-4, Vera Neiva Miranda Amaral, PEBIV B, Nº de Admissão 2, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 31/10/10.

Férias-Prêmio/Contagem em Dobro/Adicionais - Ato nº 009/2010
AUTORIZA CONTAGEM EM DOBRO DAS FÉRIAS-PRÊMIO PARA ADICIONAIS, nos termos do inciso II do art. 114, do ADCT da CE/1989, ao servidor: São Vicente de Minas, EE. “José Bonifácio”, MaSP: 273279-0, Andréa Godinho da Fonseca Oliveira, PEBII C, História, Nº de Admissão 1, concedidas pelos Ato nº 036/09, nº 029/01, publicados, respectivamente, em 19/06/09, 09/01/02, 2 meses e 13 dias, referentes aos 5º e 4º quinquênios de exercício, restando-lhe 01 (um) mês e 17 dias.

Férias-Prêmio - Conversão em Espécie - Ato nº 012/2010
DECLARA o direito, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto 44.391/06, do ex-servidor falecido, em favor do cônjuge sobrevivente e/ou herdeiro(s): Barbacena, MaSP: 345623-3, Maria Stela Imaculada da Silva, ex-ocupante do(a) PEBIII B, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao saldo de 6 meses de Férias-Prêmio referente aos 1º e 2º quinquênios de exercício.

Gratificação de Educação Especial - 20% - Ato nº 043/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 20%, nos termos do art. 169 da Lei nº 7109, de 13/10/1977, a: Barbacena, SRE/Em Adjunção à APAE de Mercês, MaSP: 334236-7, Maria Aparecida Soares da Silva, PEBII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, no período de 01/01/10 a 31/12/10; Centro Estadual de Educação Especial “Maria do Rosário”, MaSP: 119943-3, Silvana de Fátima Pereira Almeida, PEBDIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, no período de 19/11/10 a 30/11/10; EE. de Educação Especial “Dr. Rubens Crespo”, MaSP: 1189130-6, Jacqueline Netto de Carvalho Santos, PEBDIII A, Nº de Admissão 2, no período de 18/11/10 a 17/12/10.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 075/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Alto Rio Doce, EE. “Antonino Teixeira de Carvalho”, MaSP: 363113-2, Ana Lúcia de Freitas Barros, PEBIV B, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, referente ao 10º biênio, a partir de 28/08/10; MaSP: 531718-5, Lêda Policarpo Pereira Cirilo, PEBI A, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, referente ao 6º biênio, a partir de 02/08/10; Barbacena, SRE/Em Adjunção à APAE de São Vicente de Minas, MaSP: 347539-9, Rosemary Aparecida Mathias Santos, PEBIV B, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, referente ao 9º biênio, a partir de 08/08/10; Centro Estadual de Educação Especial “Maria do Rosário”, MaSP: 1002115-2, Renata Marques Prenazzi Moreira, PEBI V B, Vice-Diretora, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biênio, a partir de 24/04/06; MaSP: 1002115-2, Renata Marques Prenazzi Moreira, PEBI V B, Vice-Diretora, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 24/04/08; MaSP: 1002115-2, Renata Marques Prenazzi Moreira, PEBI V B, Vice-Diretora, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 05/05/10; EE. “Adelaide Bias Fortes”, MaSP: 1061758-7, Paulo Sérgio de Carvalho, PEBIII D, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biênio, a partir de 24/01/09; EE. “Bias Fortes”, MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 26/05/03; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 26/05/05; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao

6º biênio, a partir de 26/05/07; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 7º biênio, a partir de 30/05/09; EE. “Henrique Diniz”, MaSP: 450932-9, Patricia de Almeida Liguori, PEBIII B, Matemática, Nº de Admissão 2, referente ao 6º biênio, a partir de 15/11/06.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 076/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Barbacena, EE. “Henrique Diniz”, MaSP: 452723-0, Rosilene Viol, PEBIII B, Língua Portuguesa e Inglesa, Nº de Admissão 1, referente ao 2º biênio, a partir de 30/03/08; MaSP: 452723-0, Rosilene Viol, PEBIII B, Língua Portuguesa e Inglesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biênio, a partir de 02/07/10; EE. “Padre Mestre Corrêa”, MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 2º biênio, a partir de 22/04/97; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biênio, a partir de 23/06/99; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 23/07/01; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 11/07/05; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 20/09/07; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 7º biênio, a partir de 19/09/09; EE. “Professor Soares Ferreira”, MaSP: 299564-5, Maria Cleta Dornelles Campos, PEBIV C, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 2, referente ao 5º biênio, a partir de 28/11/10; MaSP: 531978-5, Leticia das Mercês Silveira Costa, PEBIV C, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 9º biênio, a partir de 20/08/10 (data da vinculação); MaSP: 566495-8, Daniela Aparecida de Paula Nomiya, PEBII A, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 27/02/08; MaSP: 566495-8, Daniela Aparecida de Paula Nomiya, PEBII A, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 28/03/10.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 077/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Barbacena, EE. “Professor Soares Ferreira”, MaSP: 1058353-2, Fernanda Martins Pimenta de Carvalho Giron, PEBIII D, Biologia, Nº de Admissão 2, referente ao 2º biênio, a partir de 11/09/09; EE. “São Miguel”, MaSP: 353836-0, Terezinha Geralda de Souza, PEBIV A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 9º biênio, a partir de 19/08/10; EE. “São Miguel Arcanjo”, MaSP: 890711-5, Sônia Maria de Souza Guimarães, PEBIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 30/09/07; MaSP: 890711-5, Sônia Maria de Souza Guimarães, PEBIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 20/10/09; MaSP: 1003886-7, Luciane Lisbôa Braga de Oliveira, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 2º biênio, a partir de 01/09/06; MaSP: 1003886-7, Luciane Lisbôa Braga de Oliveira, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biênio, a partir de 12/09/08; MaSP: 1003886-7, Luciane Lisbôa Braga de Oliveira, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 30/07/09 (data do requerimento); MaSP: 1003886-7, Luciane Lisbôa Braga de Oliveira, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 11/06/10; Barroso, EE. “Prefeito Geraldo Napoleão de Souza”, MaSP: 946932-1, Alessandro Ferreira de Paula, PEBIII B, História, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 07/04/10; Carandai, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 299532-2, Ilza Augusta de Lima, PEBII E, Nº de Admissão 2, referente ao 4º biênio, a partir de 24/09/07; MaSP: 299532-2, Ilza Augusta de Lima, PEBII E, Nº de Admissão 2, referente ao 5º biênio, a partir de 23/09/09; MaSP: 893351-7, Magda de Fátima e Oliveira, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 8º biênio, a partir de 15/07/10.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 078/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Carandai, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 980134-1, Ana Berenice Pedrosa Biazutti Celso, PEBIV B, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 07/08/09; EE. “Francisco do Carmo”, MaSP: 354902-9, Terezinha Aparecida Gonçalves Vieira, PEBIII B, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 9º biênio, a partir de 31/05/10; MaSP: 599156-7, Janiria de Oliveira Porto, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 25/11/10; MaSP: 665829-8, Ronaldo Alves de Assis, PEBIII B, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 04/07/10; MaSP: 978100-6, Maria Aparecida da Silva, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 02/01/06; MaSP: 978100-6, Maria Aparecida da Silva, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 07/01/08; MaSP: 978100-6, Maria Aparecida da Silva, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 06/02/10; Cipotânea, EE. “José Dias Pedrosa”, MaSP: 443982-4, Terezinha de Jesus Barroso Gonçalves, PEBRII A, Educação Física, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 22/07/09; MaSP: 524654-1, Ana Carolina Neto Heleno, PEBIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 8º biênio, a partir de 08/10/09; MaSP: 455034-9, Moacir Luiz da Silva, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 18/04/10; MaSP: 827192-6, Gorete de Fátima Moreira, PEBIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 30/06/09; MaSP:

867010-1, Caetana Lúcia de Oliveira Carvalho, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 1, referente ao 7º biênio, a partir de 17/01/10.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 079/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Ibertioga, EE. “Santo Antônio”, MaSP: 328318-1, Sônia Garcia de Sousa, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 2, referente ao 1º biênio, a partir de 03/04/06; MaSP: 328318-1, Sônia Garcia de Sousa, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 2, referente ao 2º biênio, a partir de 09/05/08; MaSP: 328318-1, Sônia Garcia de Sousa, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 2, referente ao 3º biênio, a partir de 23/06/10; MaSP: 532690-5, Emilce Maria Vargas, PEBIII B, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 10/12/09; MaSP: 829092-6, Sandra Maria Wilke de Souza, PEBIII A, Ciências/Biologia, Nº de Admissão 2, referente ao 5º biênio, a partir de 29/01/08; MaSP: 829092-6, Sandra Maria Wilke de Souza, PEBIII A, Ciências/Biologia, Nº de Admissão 2, referente ao 6º biênio, a partir de 07/02/10; MaSP: 964167-1, Mauricéia Rodrigues de Assis Costa Lebre de Paula, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 5º biênio, a partir de 03/06/06; MaSP: 964167-1, Mauricéia Rodrigues de Assis Costa Lebre de Paula, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 21/11/08; MaSP: 964167-1, Mauricéia Rodrigues de Assis Costa Lebre de Paula, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 7º biênio, a partir de 21/11/10; MaSP: 1057905-0, Harleivan do Nascimento Silva, PEBIII A, Educação Física, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 25/09/10; MaSP: 1080487-0, Marilda Aparecida de Oliveira Nascimento, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 1, referente ao 1º biênio, a partir de 18/08/08; MaSP: 1080487-0, Marilda Aparecida de Oliveira Nascimento, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 1, referente ao 2º biênio, a partir de 18/08/10.

Gratificação de Incentivo à Docência - 5% - Ato nº 080/2010
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Piedade do Rio Grande, EE. “Dr. Antônio Batista do Nascimento”, MaSP: 831433-8, Marli Soares Fernandes, PEBIII A, Educação Religiosa, Nº de Admissão 1, referente ao 8º biênio, a partir de 18/08/10; MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 6º biênio, a partir de 17/05/07; MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 7º biênio, a partir de 16/05/10; Santa Bárbara do Tugúrio, EE. “Juscelino Benedito de Araújo”, MaSP: 273550-4, Vera Neiva Miranda Amaral, PEBIV B, Nº de Admissão 2, referente ao 8º biênio, a partir de 01/11/10; Santa Rita de Ibitipoca, EE. “Zequinha de Paula”, MaSP: 364399-6, Elizabete de Almeida Fonseca, PEBIII A, Matemática/Física, Nº de Admissão 2, referente ao 6º biênio, a partir de 12/07/07; MaSP: 364399-6, Elizabete de Almeida Fonseca, PEBIII A, Matemática/Física, Nº de Admissão 2, referente ao 7º biênio, a partir de 11/07/09; MaSP: 602716-3, Ana Enequina de Carvalho, PEBIII B, História, na função de Vice-Diretora, Nº de Admissão 1, referente ao 4º biênio, a partir de 15/11/10; MaSP: 961197-1, Ângela Stefanie da Fonseca, PEBIII A, Inglês, Nº de Admissão 1, referente ao 3º biên

14/06/04, do cargo de P6A ao P6E, que ocupava à época.

Quinquênio - Ato nº 076/2010
 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989, aos servidores: Alfredo Vasconcelos, EE. “Nossa Senhora do Rosário”, MaSP: 1058406-8, Marlene Matos do Nascimento, PEBIII A, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 08/02/08; MaSP: 1067105-5, Ronaldo José Vercese de Carvalho Santos, PEBIII A, Educação Física, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 05/02/08; Barbacena, Centro Estadual de Educação Especial “Maria do Rosário”, MaSP: 1002115-2, Renata Marques Prenazzi Moreira, PEBI V-B, Vice-Diretora, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 16/04/10; MaSP: 1006719-7, Aparecida de Souza Rossi, AEBI A/Psicólogo, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Administrativo, a partir de 27/07/10; EE. “Amílcar Savassi”, MaSP: 1061714-0, Lauro Garcia de Almeida e Silva Neto, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Administrativo, a partir de 13/09/04; MaSP: 1061714-0, Lauro Garcia de Almeida e Silva Neto, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Administrativo, a partir de 11/12/09; EE. “Bias Fortes”, MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 08/04/04; MaSP: 353813-9, Magda Elenir Bertolin Sad, PEBIII C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 07/04/09; EE. “Henrique Diniz”, MaSP: 376077-4, Mário Márcio de Quadros, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 4º quinquênio Magistério, a partir de 27/07/05; MaSP: 376077-4, Mário Márcio de Quadros, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 5º quinquênio Magistério, a partir de 28/07/10; EE. “Padre Mestre Corrêa”, MaSP: 339652-0, Denise Helena Ribeiro, PEBIV C, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 5º quinquênio Magistério, a partir de 01/11/10; MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 18/10/98.

Quinquênio - Ato nº 077/2010
 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989, aos servidores: Barbacena, EE. “Padre Mestre Corrêa”, MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Matérias Pedagógicas, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 07/10/05; MaSP: 802575-1, Leila Rodrigues da Costa, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Administrativo, a partir de 17/08/03; MaSP: 802575-1, Leila Rodrigues da Costa, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Administrativo, a partir de 14/09/08; EE. “Professor Soares Ferreira”, MaSP: 299574-4, Maria José de Souza Damasceno, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 2, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 26/01/10; MaSP: 1058353-2, Fernanda Martins Pimenta de Carvalho Giron, PEBIII D, Biologia, Nº de Admissão 2, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 20/02/10; EE. “São Miguel Arcanjo”, MaSP: 890711-5, Sônia Maria de Souza Guimarães, PEBIII A, Regente de Turma, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 23/09/09; MaSP: 1003886-7, Luciane Lisbôa Braga de Oliveira, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 14/05/10; Barroso, EE. “General Silvano Albertoni”, MaSP: 550496-9, Irineia Xavier Campos, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Administrativo, a partir de 26/05/07; Capela Nova, EE. “Chiquinho de Paiva”, MaSP: 833486-4, Antônio de Souza Barbosa, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 01/02/07 (data do requerimento de vinculação de tempo); MaSP: 833486-4, Antônio de Souza Barbosa, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 01/02/07 (data do requerimento de vinculação de tempo); MaSP: 833486-4, Antônio de Souza Barbosa, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 06/04/10; MaSP: 884591-9, Maria de Paiva Fonseca, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Administrativo, a partir de 17/06/09.

Quinquênio - Ato nº 078/2010
 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989, aos servidores: Capela Nova, EE. “Chiquinho de Paiva”, MaSP: 1067307-7, Márcia Moreira da Cunha, PEBIII B, Geografia, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 22/05/09; Carandá, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 364359-0, João Batista Pedrosa da Costa, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 2, referente ao 5º quinquênio Magistério, a partir de 30/09/08; MaSP: 893351-7, Magda de Fátima e Oliveira, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 15/04/09; EE. “Francisco do Carmo”, MaSP: 599156-7, Janiria de Oliveira Porto, PEBIII B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 25/09/10; MaSP: 665829-8, Ronaldo Alves de Assis, PEBIII B, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 03/07/10; Cipotânea, EE. “José Dias Pedrosa”, MaSP: 884263-5, José Carlos da Cunha, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Administrativo, a partir de 12/10/10; Ibertioga, EE. “Santo Antônio”, MaSP: 328318-1, Sônia Garcia de Sousa, PEBIII A, Língua Inglesa, Nº de Admissão 2, referente ao 1º quinquênio Magistério, a partir de 10/01/09; MaSP: 946358-9, Maria Aparecida Fagundes Vargas, ASBI A, Nº de Admissão 1, referente ao 1º quinquênio Administrativo, a partir de 21/04/07; MaSP: 964167-1, Mauricéia Rodrigues de Assis Costa Lebre de Paula, PEBIII A, Matemática, Nº de Admissão 1, referente ao 2º quinquênio Magistério, a partir de 02/06/06; Piedade do Rio Grande, EE. “Dr. Antônio Batista do Nascimento”, MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 07/05/10.

Quinquênio - Ato nº 079/2010
 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989, aos servidores: Santa Bárbara do Tugúrio, EE. “Juscelino Benedito de Araújo”, MaSP: 273550-4, Vera Neiva Miranda Amaral, PEBIV B, Nº de Admissão 2, referente ao 4º quinquênio Magistério, a partir de 31/10/10; Santa Rita de Ibitipoca, EE. “Zequinha de Paula”, MaSP: 364399-6, Elizabete de Almeida Fonseca, PEBIII A, Matemática/ Física, Nº de Admissão 2, referente ao 3º quinquênio Magistério, a partir de 31/05/10; São Vicente de Minas, EE. “José Bonifácio”, MaSP: 273279-0, Andréa Godinho da Fonseca Oliveira, PEBIII C, História 1º e 2º Gaus, Nº de Admissão 1, referente ao 6º quinquênio Magistério, a partir de 06/12/10.

Retificação - Ato nº 392/2010
 RETIFICA, OS ATOS de Férias-Prêmio Afastamento, aos servidores: Madre de Deus de Minas, EE. “Sousa Leite”, MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 016/2000, publicado em 12/07/00, onde se lê: 2 meses a contar de 01/08/00 referente ao 2º quinquênio, restando-lhe 01 mês e 21 dias para utilização posterior, leia-se: 2 meses a contar de 01/08/00 referente ao 2º quinquênio, restando-lhe 01 mês e 19 dias para utilização posterior; MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 012/2002, publicado em 25/04/02, onde se lê: concedidas pelo ato nº 015/95, publicado, respectivamente, em 06/05/95, por 2 meses referente ao 2º quinquênio de exercicio, leia-se: concedidas pelo ato nº 003/2001, publicado, respectivamente, em 14/02/01, por 2 meses referente ao 3º quinquênio de exercicio; MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 26/2006, publicado em 28/07/06, onde se lê: por 01 mês e 19 dias referente ao 2º quinquênio e 3º quinquênio, leia-se: por 01 mês e 19 dias referente ao 2º quinquênio não lhe restando saldo; MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 005/2009, publicado em 19/02/09, onde se lê: por 2 meses referente ao 3º quinquênio de exercicio, leia-se: por 01 mês referente ao 3º quinquênio de exercicio e por 01 mês referente ao 5º quinquênio de exercicio.

Retificação - Ato nº 393/2010
 RETIFICA, OS ATOS de Férias-Prêmio Época Oportuna, aos servidores: Barbacena, EE. “Professor Soares Ferreira”, MaSP: 299539-7, José Antônio Duarte Santiago, PEBIV E, Educação Física, Nº de Admissão 1, por motivo de acerto funcional, Ato nº 022/2004, publicado em 31/07/04, ref. ao 4º quinquênio, onde se lê: a partir de 08/07/04, leia-se: a partir de 18/04/04; Madre de Deus de Minas, MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 003/2001, publicado em 14/12/01, onde se lê: 3 meses

referente ao 4º quinquênio, leia-se: 3 meses a contar de 26/12/95 referente ao 3º quinquênio.

Retificação - Ato nº 394/2010
 RETIFICA, OS ATOS de Férias-Prêmio Época Oportuna com Tempo de Zona Rural, aos servidores: Barbacena, EE. “Amílcar Savassi”, MaSP: 391064-3, Nilza Aparecida Campra Reis, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 012/97, publicado em 12/09/97, ref. ao 1º quinquênio, onde se lê: 5 meses e 5 dias, leia-se: 4 meses e 29 dias com vigência em 15/01/97 (Data de Exercício); MaSP: 391064-3, Nilza Aparecida Campra Reis, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 012/97, publicado em 12/09/97, ref. ao 2º quinquênio, onde se lê: 5 meses e 29 dias, leia-se: 6 meses com vigência em 15/01/97 (Data de Exercício); MaSP: 391064-3, Nilza Aparecida Campra Reis, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de acerto funcional, Ato nº 012/00, publicado em 23/08/00, ref. ao 3º quinquênio, onde se lê: 3 meses e 17 dias, leia-se: 3 meses e 21 dias; Carandá, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 363255-1, Maria Helena de Araújo Paula, PEBIV B, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de acerto funcional, Ato nº 005/2001, publicado em 06/09/01, onde se lê: 5 meses e 21 dias referente ao 3º quinquênio, leia-se: 5 meses e 26 dias referente ao 3º quinquênio a contar de 18/03/01; EE. “Prof. Gentil Pereira Lima”, MaSP: 378606-8, Maria das Graças Santos Barbosa, PEBI G, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, por motivo de acerto funcional, Ato nº 001/1996, publicado em 07/03/96, onde se lê: 8 meses e 15 dias referentes ao 1º decênio, leia-se: 5 meses e 15 dias referentes ao 1º quinquênio a contar de 18/05/95 (Data de Exercício) e 3 meses e 4 dias referentes ao 2º quinquênio a contar de 04/07/95 (data do protocolo de averbação de tempo); Madre de Deus de Minas, EE. “Sousa Leite”, MaSP: 334253-2, Maria Luiza Carvalho Araújo Teixeira, PEBIV A, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 015/95, publicado em 06/05/95, onde se lê: Férias-Prêmio época oportuna referente ao 1º decênio, leia-se: 3 meses referente ao 1º quinquênio a contar de 14/05/90 e 3 meses e 19 dias referente ao 2º quinquênio a contar de 09/02/93 para aplicação do dispositivo do art. 290 da CE/89; MaSP: 353802-2, Cristina Carvalho Nascimento Gonçalves, PEBIV B, Matemática, Ciências e Biologia, Nº de Admissão 2, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 012/95, publicado em 11/10/95, onde se lê: 6 meses referente ao 2º quinquênio, leia-se: 5 meses e 28 dias referente ao 2º quinquênio a contar de 06/10/94 para aplicação do dispositivo do art. 290 da CE/89; MaSP: 353802-2, Cristina Carvalho Nascimento Gonçalves, PEBIV B, Matemática, Ciências e Biologia, Nº de Admissão 2, por motivo de regularização de situação funcional, Ato nº 007/95, publicado em 30/08/95, onde se lê: 5 meses e 20 dias referente ao 3º quinquênio, leia-se: 5 meses e 16 dias referente ao 3º quinquênio a contar de 21/07/95 para aplicação do dispositivo do art. 290 da CE/89; São Vicente de Minas, EE. “José Bonifácio”, MaSP: 273279-0, Andréa Godinho da Fonseca Oliveira, PEBIII C, História, Nº de Admissão 1, por motivo de acerto funcional, Ato nº 05/92, publicado em 12/02/92, onde se lê: 6 meses referente ao 1º decênio, leia-se: 6 meses e 16 dias referente ao 1º decênio para aplicação do disposto no art. 290 da CE/89.

Retificação - Ato nº 395/2010
 RETIFICA, OS ATOS de Gratificação de Incentivo à Docência, aos servidores: Barbacena, EE. “Padre Mestre Corrêa”, MaSP: 527836-1, Maria Aparecida Guimarães Presotti, PEBIII A, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 033/96, publicado em 22/11/96, ref. ao 1º biênio, onde se lê: a contar de 05/08/96, leia-se: a contar de 13/07/92; Carandá, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 961030-4, José Ronaldo Fernandes, PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 060/2009, publicado em 28/05/09, ref. ao 5º biênio, onde se lê: PEBIV A, Química, Nº de Admissão 1, leia-se: PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1; MaSP: 961030-4, José Ronaldo Fernandes, PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 060/2009, publicado em 28/05/09, ref. ao 6º biênio, onde se lê: PEBIV A, Química, Nº de Admissão 1, leia-se: PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1; EE. “Prof. Gentil Pereira Lima”, MaSP: 378606-8, Maria das Graças Santos Barbosa, PEBI G, Regente de Turma, Nº de Admissão 2, por motivo de incorreção na vigência, Ato nº 007/2001, publicado em 23/02/01, onde se lê: 6º biênio a contar de 07/12/00, leia-se: 6º biênio a contar de 28/11/00; Piedade do Rio Grande, EE. “Dr. Antônio Batista do Nascimento”, MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 040/2003, publicado em 18/07/03, onde se lê: 4º biênio a contar de 11/06/03, leia-se: 4º biênio a contar de 18/05/03; MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 033/2005, publicado em 08/07/05, onde se lê: 5º biênio a contar de 10/06/05, leia-se: 5º biênio a contar de 17/05/05; São Vicente de Minas, EE. “José Bonifácio”, MaSP: 273279-0, Andréa Godinho da Fonseca Oliveira, PEBIII C, História, Nº de Admissão 1, por motivo de acerto funcional, Ato nº 15/85, publicado em 24/07/85, ref. ao 1º biênio, onde se lê: a contar de 27/02/85 (Data da Nomeação), leia-se: a contar de 25/03/85 (Data do Exercício).

Retificação - Ato nº 396/2010
 RETIFICA, OS ATOS de Quinquênio, aos servidores: Barbacena, EE. “Amílcar Savassi”, MaSP: 391064-3, Nilza Aparecida Campra Reis, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 033/2000, publicado em 23/08/00, ref. ao 3º quinquênio, onde se lê: a contar de 18/07/00, leia-se: a contar de 20/05/00; Carandá, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 961030-4, José Ronaldo Fernandes, PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 061/2009, publicado em 09/07/09, ref. ao 2º quinquênio, onde se lê: PEBIV A, Química, Nº de Admissão 1, leia-se: PEBIII A, Química, Nº de Admissão 1; Piedade do Rio Grande, EE. “Dr. Antônio Batista do Nascimento”, MaSP: 854815-8, Anamélia Fernandes Gonçalves, PEBIV B, Língua Portuguesa, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 053/2005, publicado em 08/07/05, onde se lê: 2º quinquênio a contar de 01/06/05, leia-se: 2º quinquênio a contar de 08/05/05.

Retificação - Ato nº 397/2010
 RETIFICA, O ATO de Retificação de Gratificação de Incentivo à Docência, ao servidor: Barroso, EE. “Prefeito Geraldo Napoleão de Souza”, MaSP: 345634-0, Vera Lúcia Pereira de Paiva, PEBIII B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 156/2009, publicado em 21/05/09, ref. ao 1º biênio, onde se lê: publicado em 17/02/98, leia-se: publicado em 06/01/98.

Retificação - Ato nº 398/2010
 RETIFICA, O ATO de Retificação de Quinquênio, ao servidor: Carandá, EE. “Deputado Patrús de Sousa”, MaSP: 363255-1, Maria Helena de Araújo Paula, PEBIV B, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 155/01, publicado em 28/11/01, onde se lê: 3º quinquênio a contar de 02/07/01, leia-se: 3º quinquênio a contar de 18/03/01.

Retificação - Ato nº 399/2010
 RETIFICA, O ATO de Revogação de Gratificação por Curso de Pós-Graduação, ao servidor: Barbacena, EE. “Amílcar Savassi”, MaSP: 391064-3, Nilza Aparecida Campra Reis, PEBIV B, Geografia, Nº de Admissão 1, por motivo de vigência incorreta, Ato nº 003/10, publicado em 05/02/10, onde se lê: a contar de 30/06/09, leia-se: a contar de 30/06/08.

Retificação - Ato nº 400/2010
 RETIFICA, O ATO de Férias-Prêmio-Conversão em Espécie, ao servidor: Barbacena, Servidor Aposentado, MaSP: 329511-0, Lena Mária Gonçalves Chaves, PEBIV G, Nº de Admissão 1, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 21/2010, publicado em 11/11/10, onde se lê: PEBIII A, leia-se: PEBIV G.

Retificação - Ato nº 401/2010
 RETIFICA, O ATO de Promoção por Acesso, ao servidor: Ressaquinha, EE. “Galdino Ananias de Santana”, MaSP: 299530-6, Geraldo Magela da Silva, Nº de Admissão 2, por motivo de publicação incorreta, Ato nº 009/2010, publicado em 25/11/10, onde se lê: Alfredo Vasconcelos, EE. “Nossa Senhora do Rosário”, leia-se: Ressaquinha, EE. “Galdino Ananias de Santana”.

SRE de Campo Belo

Diretor II: Magalli Lopes Miguel

Superintendência Regional de Ensino de Campo Belo
Diretor II: Magali Lopes Miguel

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - ATO Nº 41/2010
 CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do art. 113 do ADCT da CE/1989, c/c inciso XIV do art. 37 CR/1988, ao servidor: Lavras – E.E. “Dora Matarazzo”, MaSP 255 555-5, Antônio Peres de Souza, a partir de 19/11/2010, referente ao cargo de PEB IV D, Educação Física, 2º cargo.
 QUINQUÊNIO – ATO Nº 29/2010
 CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989, aos servidores: Cana Verde – E.E. “Dr. José Esteves de Andrade Botelho, MaSP 889 436-2, Maria Luiza de Carvalho Ribeiro, ASB I A, 1º cargo, referente ao 1º quinquênio administrativo, a partir de 10/12/2005; MaSP 1 080 200-7, José Maria Borges, PEB III A, 1º cargo, referente ao 1º quinquênio de magistério, a partir de 10/09/2009; Candeias – E.E. “Presidente Kennedy”, MaSP 873 477-4, Raquel Auxiliadora de Resende Cardoso, PEB III A, 1º cargo, referente ao 2º quinquênio de magistério, a partir de 22/11/2010; Cristais – E.E. “Dr. Osmar Bicalho”, MaSP 953 798-6, Elisângela Ribeiro Silva Costa, PEB IV B, Matemática e Física, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio de magistério, a partir de 01/11/2010; “Servidora Sem Lotação em Adjunção à APAE”, MaSP 898 140-9, Roselene Aparecida Silva Reis, PEB I A, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio de magistério, a partir de 24/11/2010; Lavras – E.E. “Azarias Ribeiro”, MaSP 366 420-8, Karla Maria Habib Cavazza, PEB IV D, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de magistério, a partir de 02/12/2010; E.E. “Dora Matarazzo”, MaSP 255 555-5, Antônio Peres de Souza, PEB IV D, Educação Física, 2º cargo, referente ao 6º quinquênio de magistério, a partir de 19/11/2010; MaSP 333 812-6, Zulma Aparecida Batista e Silva, PEB III B, Matemática, 2º cargo, referente ao 3º quinquênio de magistério, a partir de 12/11/2010; Ribeirão Vermelho – E.E. “Antônio Novais”, MaSP 446 788-2, Luiz Cláudio Lemos, PEB III A, 2º cargo, referente ao 1º quinquênio de magistério, a partir de 22/05/2009; São Francisco de Paula – E.E. “Cel. Mário Campos”, MaSP 333 073-5, Sandra Ribeiro Sena Moraes, MaSP 1 147 686-8, Marcelo Ponciano Irene, ATE I B, 1º cargo, a partir de 25/11/2010.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO – ATO Nº 06/2010

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, ao servidor: Campo Belo – Superintendência Regional de Ensino, MaSP 1 147 686-8, Marcelo Ponciano Irene, ATE I B, 1º cargo, a partir de 25/11/2010.

AFASTAMENTO POR MOTIVO LUTO – ATO Nº 19/2010
 AFASTA POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b”, do art. 201, da Lei nº 869 de 05/07/1952, por oito dias os servidores: Camacho – E.E. “Nelson Fernandes Friça”, MaSP 347 731-2, Décio Fernandes Lima, PEB II N, Geografia, 3º cargo, a partir de 16/11/2010; Campo Belo – Superintendência Regional de Ensino, MaSP 390 952-0, Nina Maria Irineu Oliveira, PEB IV C, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, 1º cargo, a partir de 08/12/10; Lavras – E.E. “Dr. João Batista Hermeto”, MaSP 377 751-3, Maria Luiza de Campos Lima, PEB II D, Geografia, 2º cargo, a partir de 18/11/2010; Perdões – E.E. “Carmelita Carvalho Garcia”, MaSP 747 613-8, Cláudia Maria Sidney Cavanelas Pereira, EEB I A, 1º cargo, a partir de 16/11/2010.

AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA– ATO Nº 36/2010

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do art. 36, da CE/1989, da servidora: Cristais – “Servidora Sem Lotação em Adjunção à APAE”, MaSP 277 717-5, Ana Maria Reis de Paula, a partir de 02/12/2010, referente ao cargo de PEB IV E, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, 1º cargo, à vista de requerimento de aposentadoria pelo art. 6º da EC 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88 com direito à remuneração integral, correspondente à carga horária média de 117 h/a, e à incorporação das gratificações, conforme os dias de direito à percepção, de: educação especial (3 226 dias), incentivo à docência - “biênio” (9 380 dias) e a continuidade de percepção da gratificação por curso de pós-graduação de 10%.

ALTERAÇÃO DE NOME – ATO Nº17/2010

ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, da servidora: Camacho – E.E. “Nelson Fernandes Friça”, MaSP 1 245 160-5, Solange Aparecida Fernandes para Solange Aparecida Fernandes Melo.

FÉRIAS PRÊMIO CONCESSÃO – ATO Nº 115/2010
 CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores: Cristais – E.E. “Dr. Osmar Bicalho”, MaSP 304 006-0, Vaine Elena Alves Silva, ASB I L, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 08/11/2010; MaSP 953 798-6, Elisângela Ribeiro Silva Costa, PEB IV B, Matemática e Física, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 01/11/2010; Lavras – E.E. “Azarias Ribeiro”, MaSP 366 420-8, Karla Maria Habib Cavazza, PEB IV D, Portugues, 1º e 2º Gaus, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 02/12/2010; E.E. “Dora Matarazzo”, MaSP 255 555-5, Antônio Peres de Souza, PEB IV D, Educação Física, 2º cargo, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 19/11/2010; MaSP 266 497-7, Elenice dos Santos Barbosa Costa, PEB IV C, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, 2º cargo, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 27/10/2010; E.E. “Dr. João Batista Hermeto”, MaSP 266 462-1, Ana Maria de Carvalho, PEB IV H, 1º cargo, Apostilada D3B, referente ao 3º quinquênio de exercício a partir de 03/12/98 e referente ao 5º quinquênio de exercício a partir de 03/12/2008.

FÉRIAS-PRÊMIO – ATO Nº 116/2010
 CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, e do art. 290, da CE/1989, às servidoras: Santo Antônio do Amparo – E.E. “Alberico Ferreira Neves”, MaSP 381 251-8, Irany de Oliveira da Silva Ribeiro, PEB III B, Língua Portuguesa, 1º cargo, 04 meses e 17 dias, referentes ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 28/04/2008; MaSP 749 692-0, Suely Freire Mendes, PEB III B, Geografia, 1º cargo, 04 meses e 15 dias, referentes ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 22/09/2006, data do exercicio no cargo efetivo e 06 meses referentes ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 22/07/2009.

FÉRIAS PRÊMIO/ AFASTAMENTO – ATO Nº 117/2010
 AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do art. 2º da Resolução SEPLAG nº 074, de 01/11/2010, sem direito à substituição que ore ônus ao Estado, à servidora: Campo Belo – E.E. “Padre Alberto Fuger”, MaSP 381 114-8, Márcia Aparecida Silva Magri, ATB IV B, 1º cargo, por 01 mês referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 05/01/2011.

FÉRIAS-PRÊMIO / CONVERSÃO EM ESPÉCIE – ATO Nº 118/2010
 CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989, aos servidores, aposentados em 30/11/2010: Cana Verde – MaSP 390 473-7, Petrina Marques Freire da Silva, PEB IV B, Geografia, 1º cargo, Apostilada D3A, referente ao saldo de 20 meses e 11 dias; Lavras – MaSP 146 249-8, Maria Dulce Ribeiro Costa, EEB II E, 2º cargo, referente ao saldo de 07 meses; MaSP 297 317-0, Odair Naves de Gouvêa, PEB IV D, História e OSPB 1º e 2º Gaus, 1º cargo, referente ao saldo de 15 meses; MaSP 322 813-7, Marlene Marcelino de Lima, PEB IVA, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Apostilada D3B, 1º cargo, referente ao saldo de 05 meses.

GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - ATO Nº 26/2010.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, nos termos do art. 151 da Lei nº 7.109, de 13/10/1977, com a redação dada pelo art. 67 da Lei nº 11.050, de 19/01/1993, 10%, a: Lavras – E.E. “Cinira Carvalho”, MaSP 354 358-4, Regina de Fátima Barbosa Guimarães, PEB III C, 1º cargo, a partir de 08/02/2009; MaSP 1 097 870-8, Vitor Troubussy, PEB D III A, 1ª função, a partir de 05/10/2010; Santana do Jacaré – E.E. “Carmelita Carvalho Garcia”, MaSP 333 070-1, Roselaine Aparecida Barbosa, PEB III F, Matérias Pedagógicas do 2º Grau, 1º cargo, Apostilada D3A, a partir de 30/11/2009.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA – ATO Nº 34/2010
 CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCENCIA, 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989 e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Campo Belo

– E.E. “Padre Alberto Fuger”, MaSP 741 805-6, Rosimar das Dolres Costa, PEB III B, História, 1º cargo, referente ao 7º biênio, a partir de 29/07/2010; E.E. “Prof. José Monteiro”, MaSP 390 456-2, Liliane Montijo André Silva, PEB IV B, História, 1º cargo, referente ao 9º biênio, a partir de 08/12/2010; Cana Verde – E.E. “Dr. José Esteves de Andrade Botelho”, MaSP 612 949-8, Amanda Freire Moraes, PEB R II A, 1º cargo, referente ao 1º biênio, a partir de 23/06/2008 e referente ao 2º biênio, a partir de 23/06/2010; MaSP 1 080 200-7, José Maria Borges, PEB III A, 1º cargo, referente ao 1º biênio, a partir de 26/04/2006, referente ao 2º biênio, a partir de 21/09/2008 e referente ao 3º biênio, a partir de 16/10/2010; Candeias – E.E. “Pe. Américo”, MaSP 973 566-3, Gilmara Reis Fernandes Cunha, PEB III B, Geografia, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 08/05/2010; Lavras – E.E. “Cinira Carvalho”, MaSP 1 007 310-4, Sabrina Ferreira Alves, PEB III B, Língua Portuguesa, 1º cargo, referente ao 5º biênio, a partir de 07/09/2010; E.E. “Dora Matarazzo”, MaSP 873 666-2, Sebastião Fidelis Filho, PEB III B, Língua Portuguesa, 1º cargo, referente ao 4º biênio, a partir de 19/11/2010; MaSP 892 026-6, Náglia Mansur de Resende, PEB III A, 1º cargo, referente ao 5º biênio

14/11/07. Onde se lê: 2º quinquênio de magistrato a contar de 13/08/92, 3º quinquênio de magistrato a contar de 13/08/97, 4º quinquênio de magistrato a contar de 12/08/02 e 5º quinquênio de magistrato, a partir de 09/08/07. Leia-se: 2º quinquênio de magistrato a partir de 19/08/92, 3º quinquênio de magistrato a partir de 18/08/97, 4º quinquênio de magistrato a partir de 17/08/02 e 5º quinquênio de magistrato, a partir de 19/08/07; PEDRA DOURADA - E. E. “Maria da Conceição Gonçalves Carrara”, MaSP 529.742-9, Terezinha Guimarães de Moraes, ASB I A, ato nº 18/94, publicado em 25/11/94. Onde se lê: 1º quinquênio administrativo, a contar de 03/05/94. Leia-se: 1º quinquênio administrativo, a partir de 05/05/94.

REVOGAÇÃO/QUINQUÊNIO - ATO Nº 04/10
REVOGA NO(S) ATO(S) nº(s) 05/06 e 32/00 publicado(s) em 09/03/06 e 31/10/06, de quinquênio de magistrato a parte referente ao servidor: SRE/CARANGOLA – MaSP 344.196-1, Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, PEB II F, 1º cargo, em razão de exclusão de tempo de serviço, a partir de 29/04/09, referente aos 1º, 2º e 3º quinquênios de magistrato.

FÉRIAS - PRÊMIO - CONCESSÃO - ATO Nº 37/10
CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS - PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao(s) servidor(es): CARANGOLA - E. E. “Emília Esteves Marques”, MaSP 522.972-9, Maria Heloisa Alves Cardoso, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 26/10/10; E. E. “Melo Viana”, MaSP 948.426-2, Maria Cristina Ribeiro Schots, PEB III C, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 14/11/10; SRE – MaSP 303.554-1, Maria da Glória Oliveira, ASB I L, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 24/10/10; ESPERA FELIZ - E. E. “Altivo Leopoldino de Souza”, MaSP 328.660-6, Sídeia Medeiros Bauer, PEB IV D, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 20/11/10; E. E. “Erênio de Souza Castro”, MaSP 896.968-5, Elizabete Paveis Coelho Ferrari, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 19/12/09; E. E. “Interventor Júlio de Carvalho”, MaSP 344.191-2, Maria Goreti Vítório Caon, PEB III B, 1º cargo, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 16/09/07; PEDRA DOURADA - E. E. “Maria da Conceição Gonçalves Carrara”, MaSP 274.261-7, Ester Pereira de Paula Apolinário, PEB I G, 2º cargo, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 01/05/10.

FÉRIAS - PRÊMIO - CONCESSÃO - ATO Nº 09/10
CONCEDE FÉRIAS - PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, e do art. 290 da CE/1989, ao(s) servidor(es): DIVINO - E. E. “Marly de Castro Lima”, MaSP 328.667-1, Valéria Frossard Gomes, PEB IV D, 1º cargo, 04 meses e 14 dias referentes ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 24/07/06; TOMBOS - E. E. “Ilka Campos Vargas”, MaSP 319.389-3, Maria do Carmo Pinheiro Nery Serpa, PEB IV C, 1º cargo, 04 meses e 27 dias, referentes ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 11/11/10; MaSP 350.526-0, Rosely do Rosário Gallo Ferreira, PEB III C, 1º cargo, 04 meses e 29 dias, referentes ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 21/09/10.

RETIFICAÇÃO / FÉRIAS - PRÊMIO - ATO Nº 30/10
RETIFICA, O ATO de Férias-Prêmio ao servidor: DIVINO - E. E. “Marly de Castro Lima”, MaSP 319.540-1, Telma Maria de Souza Overney, PEB IV C, 1º cargo, ato nº 14/07, publicado em 14/11/07. Onde se lê: 5º quinquênio de exercício, a partir 09/08/07. Leia-se: 5º quinquênio de exercício, a partir de 19/08/07.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5% - ATO Nº 37/10
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989, e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: CAIANA - E. E. “Prof. Jayme Toledo”, MaSP 274.376-3, Maria das Graças Gil Cavalcanti, PEB III A, 2º cargo, referente ao 9º Biênio, a partir de 28/08/10; CARANGOLA - E. E. “Benedito Valadares”, MaSP 1.076.046-0, Ana Cláudia Macedo Lopes Chagas, PEB III A, 1º cargo, referente ao 3º Biênio, a partir de 15/08/10; E. E. “João Belo de Oliveira”, MaSP 344.181-3, Ivete Monteiro de Azevedo, PEB V B, 1º cargo, referente ao 7º Biênio, a partir de 19/05/10; E. E. “Emília Esteves Marques”, MaSP 350.520-3, Maria das Graças do Carmo Silva Pereira, PEB III D, 1º cargo, referente ao 9º Biênio, a partir de 15/05/10; MaSP 452.312-2, Walkiria de Souza Rijo, PEB III B, 1º cargo, referente ao 6º Biênio, a partir de 24/07/10; MaSP 1.051.649-0, Marcelo Resende Petersen, PEB III C, 1º cargo, referente ao 4º Biênio, a partir de 13/05/10; E. E. “Dr. Jonas de Faria Castro”, MaSP 344.202-7, Romilda Maria Silva da Mata, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 10º Biênio, a partir de 12/11/10; ESPERA FELIZ - E. E. “Altivo Leopoldino de Souza”, MaSP 1.051.770-4, Cássia Ferraz Thomé, PEB IV C, 1º cargo, referente ao 4º Biênio, a partir de 14/09/10; E. E. “Interventor Júlio de Carvalho”, MaSP 363.789-9, Paulo Eduardo Silva, PEB IV B, 2º cargo, referente ao 8º Biênio, a partir de 08/09/10; MaSP 862.193-0, Argélia Peixoto, PEB III B, 1º cargo, referente ao 7º Biênio, a partir de 12/09/10; SÃO JOSÉ DA PEDRA MENINA – E. E. “Fazenda Paraíso”, MaSP 456.999-2, Rozely Simiquel da Silva, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 6º Biênio, a partir de 14/11/10; SÃO PEDRO DO GLÓRIA - E. E. “São Pedro do Glória”, MaSP 523.075-0, Maria Saleti da Silva, PEB III A, 1º cargo, referente ao 7º Biênio, a partir de 18/10/10.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5% - ATO Nº 03/10
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, e do art. 58 da Lei nº 11.050, de 19/01/1993, a: FERVEDOURO - E. E. “Joaquim Bartholomeu Pedrosa”, MaSP 1.077.657-3, Maria Aparecida Alves, PEB III B, 1º cargo, exercendo cargo de Vice-diretor na E. E. “Nascimento Leal”, Alvorada, referente ao 3º Biênio, a partir de 02/11/10.

GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO - ATO Nº 33/10
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, nos termos do art. 151 da Lei nº 7.109, de 13/10/1977, com redação dada pelo art. 67 da Lei nº 11.050, de 19/01/1993, 10 % a: BOM JESUS DO DIVINO - E. E. “Vereador José de Souza Gomes”, MaSP 520.696-8, Maria Aparecida Rodrigues de Freitas, PEB D III, 1º cargo, no período de 12/11/10 a 31/12/10; CARANGOLA - E. E. “João Belo de Oliveira”, MaSP 363.785-7, Francisco Cruz Geraldo, PEB IV B, 2º cargo, a partir de 01/08/02; MaSP 1.062.024-3, Bruna Cardoso Ferreira, PEB D III, 1º cargo, no período de 22/10/10 a 22/12/10; TOMBOS - E. E. “Ilka Campos Vargas”, MaSP 339.702-3, Heloisa Maria Pinheiro Nery Alves, PEB D III, 2º cargo, no período de 09/08/10 a 04/11/10 e de 05/11/10 a 31/12/10.

RETIFICAÇÃO / BIÊNIO - ATO Nº 21/10
RETIFICA, o(s) Ato(s) de Gratificação de Incentivo à Docência, ao(s) servidor(es): SÃO PEDRO DO GLÓRIA - E. E. “São Pedro do Glória”, MaSP 274.189-0, Ana Lúcia Mendes, PEB III B, 2º cargo, Ato nº 39/09, publicado em 04/11/09. Onde se lê: 4º Biênio a partir de 09/09/09. Leia-se: 4º Biênio a partir de 19/09/09; MaSP 523.075-0, Maria Saleti da Silva, PEB III A, 1º cargo, Ato nº 36/08, publicado em 26/11/08. Onde se lê: 6º Biênio a partir de 11/10/08. Leia-se: 6º Biênio a partir de 18/10/08.

REVOGAÇÃO/BIÊNIO - ATO Nº 04/10
REVOGA NO(S) ATO(S) nº(s) 02/07, 05/97 e 07/99, publicado(s) em 15/02/07, 25/03/97 e 16/03/99 de Gratificação de Incentivo à Docência a parte referente ao servidor: SRE/CARANGOLA - MaSP 344.196-1, Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, PEB II F, 1º cargo, em razão de exclusão de tempo de serviço, a partir de 29/04/09, referente aos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º biênios.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO - ATO Nº 22/10
AFASTA POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, ao(s) servidor(es): ORIZÂNIA - E. E. “dos Dornelas”, MaSP 948.292-8, Marilda Giviszec Gonçalves de Souza, PEB D III, 1º cargo, a partir de 10/11/10; SÃO PEDRO DO GLÓRIA - E. E. “São Pedro do Glória”, MaSP 823.541-8, Mônica Aparecida Moldenhauer, EEB I A, a partir de 18/11/10; TOMBOS – E. E. “Ilka Campos Vargas”, MaSP 303.654-8, Rita de Cássia Teodoro Ferreira, ASB III E, 1º cargo, a partir de 27/11/10.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO – PORTARIA Nº 148/2010
DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184, de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37, de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens e

benefícios à servidora:
Tombos - E.E. Ilka Campos Vargas
Jacyra Elena Barros Bianchini, MaSP 319.322-4, PEB IV C, 1º cargo, em afastamento preliminar à aposentadoria.

42 cm -15 132101 - 1

SRE de Divinópolis

Diretora: Vera Lúcia Soares Prado

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO – DIVINÓPOLIS
DIRETORA: VERA LÚCIA SOARES PRADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 313/2010, rito sumário, referente ao servidor: CLAUDIO- EE. “Quinto Alves Tolentino”, MaSP 1006.394-9, Fabiana Loren de Castro Pinto, PEBIIB, 1º cargo. Decido pela retificação da data de vigência do 1º biênio de 24.05.2005 para 13.06.2005 e do 2º biênio de 24.05.2007 para 13.06.2007, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 314/2010, rito sumário, referente ao servidor: CLAUDIO-EE. “Quinto Alves Tolentino”, MaSP 485.037-6, Maria de Fátima Moura Camargos, PEBIIIA, 1º cargo. Decido pela retificação da data de vigência do 1º quinquênio de 18.06.1997 para 14.07.1997, do 3º quinquênio de 17.06.2002 para 13.07.2002, do 5º biênio de 06.09.1997 para 24.10.1997, do 6º biênio de 06.09.1999 para 24.10.1999, do 7º biênio de 17.10.2001 para 13.12.2001, do 8º biênio de 16.11.2003 para 12.01.2004 e do 9º biênio de 27.09.2006 para 20.10.2006, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 328/2010, rito sumário, referente ao servidor: SANTO ANTONIO DO MONTE-EE. “Senhora de Fátima”, MaSP 854.235-9, Adriana Coelho Araújo, ATBIC, 1º cargo. Decido pela retificação da data de vigência do 2º quinquênio de 27.07.2004 para 29.08.2004, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 298/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 19/2010, publicado no MG, de 11.11.2010, referente ao servidor: BAMBUI- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 330.386-4, Idalina Maria Costa de Paula, ATBIE, 3º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 4º quinquênio em 09.05.1996, do 5º quinquênio em 09.05.2001 e pela retificação da data de vigência do 6º quinquênio e do adicional por tempo de serviço de 07.05.2006 para 08.11.2007, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 301/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: NOVA SERRANA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 821.277-1, Geralda Eustáquia de Sousa, ASBIA, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 1º quinquênio em 09.06.1997 e do 2º quinquênio em 22.07.2002, com base no art. 65 da Lei 14.184/02 e no Art. 19 da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 304/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: CLAUDIO- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 271.769-2, Dayse Lúcidie Rocha Canaan Silva, PEBIIH, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 2º quinquênio em 28.07.1988 e do 3º quinquênio em 01.11.1993, com base no art. 65 da Lei 14.184/02 e no art. 19 da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 306/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: CARMO DA MATA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 298.791-5, Dinamares Maria de Oliveira, PEBIVA, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 2º quinquênio em 26.08.1989 e do 3º quinquênio em 25.08.1994, com base no art. 65 da Lei 14.184/02 e no art. 19 da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 311/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: CLAUDIO- Servidor em adjunção, MaSP 335.212-7, Marta de Moraes Gonçalves, PEBIVD, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 2º biênio em 22.02.1991, do 3º biênio em 21.02.1993, do 7º biênio em 05.05.2001 e pela retificação da data de vigência do 4º biênio de 22.04.1995 para 02.08.1995, do 5º biênio de 06.05.1997 para 16.08.1997, do 6º biênio de 06.05.1999 para 16.08.1999 e do 8º biênio de 05.05.2003 para 02.09.2005, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 312/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: PIRACEMA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 351.977-4, Terezinha Batista Cunha Resende, PEBIIIB, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 2º quinquênio em 30.07.1996, com base no art. 65 da Lei 14.184/02 e no art. 19 da Resolução SEPLAG 037/05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CONCLUSÃO
Conclui Processo Administrativo nº 305/2010, instaurado pela Portaria SRE/Divinópolis nº 20/2010, publicada no MG, de 25.11.2010, referente ao servidor: CLAUDIO- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 298.641-2, Cleonice Aparecida Pinto, PEBIVE, 1º cargo. Decido pela manutenção da data de vigência do 1º quinquênio em 30.04.1987, do 4º quinquênio em 29.05.2000, do 3º biênio em 29.05.1988, pela retificação da data de vigência do 3º quinquênio de 02.08.1995 para 16.08.1995, do 5º quinquênio de 10.06.2005 para 23.07.2005 e pela anulação do 10º biênio, concedido a partir de 28.01.2005, por estar em ajustamento funcional, com ressarcimento do débito ao erário público, nos termos da Lei 14.184/02 e da Resolução SEPLAG 037/05.
Divinópolis, 14 de dezembro de 2010.

Maria da Conceição Araújo Maia
Diretor DAFI – SRE/Divinópolis

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA 5% ATO Nº 89/2010

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09.01.1984, da Lei nº 9.831, de 04.07.1989 e da Lei nº 9.957, de 18.10.1989, a: DIVINÓPOLIS-EE. “Vicente Mateus”, MaSP 337.950-0, Lúcia Helena de Oliveira dos Santos, PEBIIIA, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 25.09.2009;

RETIFICAÇÃO ATO Nº 80/2010

RETIFICA os atos de gratificação de incentivo à docência, referente aos servidores: ARCOS- EE. “Dª Maricota Pinto”, MaSP 488.214-8, Mônica Maria Teixeira, PEBIIIA, 1º cargo, os atos s/nº, 88/2000, publicados em 29.12.90, 29.01.93, 05.04.95, 10.08.2000, por motivo de vigências incorretas, Onde se lê: referente ao 1º biênio, a partir de 03.10.90, referente ao 2º biênio, a partir de 18.10.92, referente ao 3º biênio, a partir de 13.12.94, referente ao 4º biênio, a partir de 14.05.2000, Leia-se: referente ao 1º biênio, a partir de 03.08.90, referente ao 2º biênio, a partir de 22.08.92, referente ao 3º biênio, a partir de 10.09.94, referente ao 4º biênio, a partir de 24.12.99; DIVINÓPOLIS-EE. “Ilídio da Costa Pereira”, MaSP 252.541-8, Janice Conceição Ambrósio Coelho Wykret, PEBIIIA, 2º cargo, os atos 16/2002, 53/2003, 15/2005, 34/2007, 13/2009, publicados em 07.02.2002, 25.07.2003, 08.04.2005,

17.05.2007, 15.04.2009, por motivo de incorreção nas vigências, Onde se lê: referente ao 2º biênio, a partir de 22.08.2000, referente ao 3º biênio, a partir de 31.08.2002, referente ao 4º biênio, a partir de 01.09.2004, referente ao 5º biênio, a partir de 17.09.2006, referente ao 6º biênio, a partir de 27.09.2008, Leia-se: referente ao 2º biênio, a partir de 29.07.2000, referente ao 3º biênio, a partir de 29.07.2002, referente ao 4º biênio, a partir de 31.07.2004, referente ao 5º biênio, a partir de 15.08.2006, referente ao 6º biênio, a partir de 21.08.2008; EE. “Joaquim Nabuco”, MaSP 763.988-3, Sandra Pereira dos Santos Ragazi, PEBIIIA, 3º cargo, o ato 84/2010, publicado em 02.12.2010, por motivo de incorreção no cargo, Onde se lê: PEBIIIA, 2º cargo, Leia-se: PEBIIIA, 3º cargo; EE. “Lauro Epifânio”, MaSP 1049.121-5, Wanderson Rezende Silveira, PEBIID, 1º cargo, por motivo de incorreção no nome do servidor, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, Onde se lê: Wanderson Rezende Silveira, Leia-se: Wanderson Rezende Silveira; EE. “Monsenhor Domingos”, MaSP 298.678-4, José Pedro de Medeiros Campos, PEBIIID, 1º cargo, professor em uso de biblioteca, os atos publicados em 13.04.08, 05.11.94, 23.04.2003, por motivo de vigências incorretas, Onde se lê: referente ao 3º biênio, a partir de 18.01.91, referente ao 4º biênio, a partir de 06.03.91, referente ao 5º biênio, a partir de 05.04.93, referente ao 6º biênio, a partir de 16.04.95, referente ao 7º biênio, a partir de 14.04.97, referente ao 8º biênio, a partir de 14.04.99, referente ao 9º biênio, a partir de 13.06.2001, Leia-se: referente ao 3º biênio, a partir de 11.01.89, referente ao 4º biênio, a partir de 18.02.91, referente ao 5º biênio, a partir de 17.03.93, referente ao 6º biênio, a partir de 31.03.95, referente ao 7º biênio, a partir de 30.03.97, referente ao 8º biênio, a partir de 30.03.99, referente ao 9º biênio, a partir de 28.05.2001; EE. “São Vicente”, MaSP 765.540-0, Eliana Tavares Rodrigues Borges, PEBIIIA, Português, 1º cargo, o ato 67/2010, publicado em 06.11.2010, por motivo de incorreção na vigência, Onde se lê: referente ao 7º biênio, a partir de 08.10.2007, Leia-se: referente ao 7º biênio, a partir de 08.12.2007; ITAGUARA- Servidor em adjunção, MaSP 353.592-9, Roselene do Carmo Queiroz Oliveira, PEBIVB, 1º cargo, por motivo de incorreção no nome do servidor, o ato 72/2010, publicado em 11.11.2010, Onde se lê: Rosilene do Carmo Queiroz Oliveira, Leia-se: Roselene do Carmo Queiroz Oliveira; ITAPECERICA- EE. “Prof. Alberto Cordeiro do Couto”, MaSP 351.846-1, Edna Rezende Menezes Costa, PEBIIB, 1º cargo, por motivo de incorreção no cargo, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, Onde se lê: PEBIIIA, 1º cargo, Leia-se: PEBIIB, 1º cargo; ITAÚNA- EE. “do Bairro São Geraldo”, MaSP 353.591-1, Rosilane Alves da Silva Almeida, PEBIVB, Língua Portuguesa, 1º cargo, por motivo de incorreção no nome do servidor, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, Onde se lê: Rosilene Alves da Silva Almeida, Leia-se: Rosilane Alves da Silva Almeida; EE. “Profª Gilka Drumond de Faria”, MaSP 941.833-6, Silvana Maria Nogueira Oliveira, PEBIVC, Língua Portuguesa/Língua Estrangeira, 2º cargo, por motivo de incorreção na vigência, o ato 16/2006, publicado em 11.05.2006, Onde se lê: referente ao 3º biênio, a partir de 05.05.2004, Leia-se: referente ao 3º biênio, a partir de 04.03.2004; EE. “Victor Gonçalves de Souza”, MaSP 347.453-3, Rogéria Nogueira de Oliveira Matos, PEBIIIE, Educação Física, 2º cargo, por motivo de incorreção no nome do servidor, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, Onde se lê: Rogéria Nogueira de Oliveira Matos, Leia-se: Rogéria Nogueira de Oliveira Matos; LAGOA DA PRATA- EE. “Dr. Arnaldo de Faria Tavares”, MaSP 962.284-6, Lucíania de Fátima Gontri Pinto, PEBIVB, 3º cargo, por motivo de incorreção no cargo, o ato 72/2010, publicado em 11.11.2010, Onde se lê: PEBIIV, 3º cargo, Leia-se: PEBIIB, 3º cargo; MOEMA- EE. “Chico Marçal”, MaSP 934.179-3, Cleuziane Aparecida Pinto Sobrinho de Mesquita, PEBIIIA, 1º cargo, o ato 84/2000, s/nº, publicados em 19.07.2000, 22.11.2001, por motivo de incorreção na vigência, Onde se lê: referente ao 1º biênio, a partir de 23.01.98, referente ao 2º biênio, a partir de 22.03.2001, Leia-se: referente ao 1º biênio, a partir de 08.09.97, referente ao 2º biênio, a partir de 16.08.2000, para regularização funcional, PERDIGÃO- EE. “Pedro Primo”, MaSP 485.235-6, Maria José Ribeiro Silva, PEBIA, 1º cargo, os atos 76/2000, 66/2002, publicados em 25.07.2000, 18.07.2002, por motivo de incorreção nas vigências, Onde se lê: referente ao 4º biênio, a partir de 12.03.2000, referente ao 5º biênio, a partir de 13.02.2002, Leia-se: referente ao 4º biênio, a partir de 27.01.2000, referente ao 5º biênio, a partir de 26.01.2002; SÃO SEBASTIÃO DO OESTE- EE. “Governador Magalhães Pinto”, MaSP 252.781-0, Maria Marta Machado Mendes, PEBIVB, 2º cargo, os atos s/nºs, 40.98, 101.2000, publicados em 22.10.92, 03.08.94, 08.08.96, 30.07.98, 14.09.2000, Onde se lê: referente ao 1º biênio, a partir de 11.06.92, referente ao 2º biênio, a partir de 11.06.94, referente ao 3º biênio, a partir de 10.06.96, referente ao 4º biênio, a partir de 10.06.98, referente ao 5º biênio, a partir de 09.06.2000, Leia-se: referente ao 1º biênio, a partir de 09.05.92, referente ao 2º biênio, a partir de 09.05.94, referente ao 3º biênio, a partir de 12.05.96, referente ao 4º biênio, a partir de 12.05.98, referente ao 5º biênio, a partir de 11.05.2000.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 81/2010

RETIFICA o ato de retificação de retificação de gratificação de incentivo à docência, referente ao servidor: JAPARAIBA- EE. “Pe. Pedro Lamberti”, MaSP 324.683-2, Maria Helena Lopes Santos, PEBIVD, 1º cargo, por motivo de incorreção no cargo, o ato 67/2010, publicado em 11.11.2010, Onde se lê: PEBID, 1º cargo, Leia-se: PEBIVD, 1º cargo.

ANULAÇÃO ATO Nº 37/2010

ANULA os atos de gratificação de incentivo à docência, referente aos servidores: DIVINÓPOLIS- EE. “Antônio da Costa Pereira”, MaSP 875.658-7, Juvenina Teles de Menezes, PEBIIIA, 1º cargo, o ato 72/2010, publicado em 11.11.2010, na parte em que concedeu 6º e 7º biênios, por motivo de concessão indevida; EE. “Martin Cyrien”, MaSP 974.840-1, Marissa Helena de Oliveira Guimarães, PEBIVA, 2º cargo, vice-diretor, o ato 66/2010, publicado em 06.11.2010, na parte em que concedeu 5º e 6º biênios, por motivo de duplicidade; ITAÚNA- EE. “do Bairro São Geraldo”, MaSP 1050.823-2, José Ronaldo Gonçalves de Oliveira, PEBIIIA, Matemática, 1º cargo, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, na parte em que concedeu 1º e 2º biênios, por motivo de duplicidade de publicação na mesma portaria, ficando mantida uma das publicações; LUZ- EE. “Comendador Zico Tobias”, MaSP 617.045-0, Elisângela Aparecida Domingos Carvalho, PEBIIIA, 2º cargo, o ato 12/2010, publicado em 25.03.2010, na parte em que concede 1º biênio a partir de 26.03.2008, por motivo de interrupção superior a 300 dias; MaSP 1101.133-5, Elisa Moreira Bertolino, PEBRIIA, 2º cargo, o ato 12/2010, publicado em 25.03.2010, na parte em que concedeu 1º biênio a partir de 02.12.2008, por motivo de ingresso após 16.07.2003, data da EC nº 57; MaSP 1120.411-2, Meire Antônia Rodrigues Santos, PEBIIIA, 1º cargo, o ato 12/2010, publicado em 25.03.2010, na parte em que concedeu 1º biênio a partir de 15.02.2009, por motivo de ingresso após 16.07.2003, data da EC nº 57; MaSP 1120.106-8, Nívia Stefanne Ferreira Pacheco, PEBIIIA, 1º cargo, o ato 09/2010, publicado em 18.03.2010, na parte em que concedeu 1º biênio a partir de 27.04.2009, por motivo de ingresso após 16.07.2003, data da EC nº 57; OLIVEIRA- EE. “Desembargador Continentino”, MaSP 1113.080-4, Mônica Helena Lopes, PEBIIIA, 1º cargo, o ato 03/2010, publicado em 25.02.2010, na parte em que concedeu 2º biênio a partir de 13.05.2009, por motivo de ingresso após 16.07.2003, data EC nº 57; EE. “Dr. José Maria Lobato”, MaSP 474.534-5, Maria Sônia de Oliveira, PEBIIIA, 2º cargo, o ato 81/2009, publicado em 26.11.2009, na parte em que concedeu 7º biênio, por motivo de interrupção superior a 300 dias; PAINS- EE. “Maria Luíza das Dores”, MaSP 482.566-7, Ana Zélia de Oliveira Souza, PEBIIIA, o ato 70/2010, publicado em 11.11.2010, na parte em que concedeu 5º biênio, por motivo de duplicidade; PASSA TEMPO- EE. “Cel. Américo Augusto de Oliveira”, MaSP 1110.265-5, Joelson Dayvison Veloso Hermes, PEBRIIA, 1º cargo, na parte em que concedeu 2º biênio a partir de 07.03.2009, publicado em 25.03.2010, por motivo de ingresso após 16.07.2003, data EC nº 57; CARMO DO CAJURU- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 324.400-1, Alípio Maria Carolina Alves da Silva, PEBIVA, 1º cargo, na parte em que concedeu 10º biênio, publicado em 02.12.2010, por motivo de duplicidade; DIVINÓPOLIS- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 330.439-1, Maria Aparecida dos Reis Marçal, PEBIIIC, 2º cargo, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, na parte em que concedeu 10º biênio, por motivo de duplicidade de publicação na mesma portaria, ficando mantida uma das publicações; ITAÚNA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 762.419-0, Maria da Conceição de Paula, PEBRIIA, 1º cargo, o ato 68/2010, publicado em 06.11.2010, na parte em que concedeu 7º, 8º, 9º biênios, por motivo de duplicidade de publicação na mesma portaria, ficando mantida uma das publicações.

REVOGAÇÃO ATO Nº 17/2010

REVOGA os atos de quinquênio de magistrato, referente ao servidor: DIVINÓPOL

Amaral”, MaSP 324.406-8, Ana Lúcia Rabelo Freire, PEBIVE, 3º cargo, o ato 09/2005, publicado em 29.03.2005, Onde se lê: referente ao 1º quinquênio, a partir de 03.03.99, Leia-se: referente ao 1º quinquênio, a partir de 31.01.99; DIVINÓPOLIS- EE. “Manoel Corrêa Filho”, MaSP 764.356-2, Sílvia Aparecida Brandão Wiermann, PEBIIIA, 1º cargo, o ato publicado em 23.09.2005, por motivo de incorreção na vigência, Onde se lê: referente ao 1º quinquênio, a partir de 02.05.98, Leia-se: referente ao 1º quinquênio, a partir de 26.04.98; ITAÚNA- EE. “Francisco Fernandes”, MaSP 265.404-4, Zilda Maria Costa Castro, EEBII, 2º cargo, por motivo de inclusão de abono 1.2, o ato 96/2003, publicado em 28.11.2003, Onde se lê: referente ao 2º quinquênio, a partir de 30.01.95, Leia-se: referente ao 2º quinquênio, a partir de 09.01.94, permanecendo a retificação do 1º quinquênio; LAGOA DA PRATA- EE. “Chico Rezende”, MaSP 261.429-5, Ronaldo Aparecido de Miranda, PEBIII, 1º cargo, por motivo de retificação incorreta, o ato 31/2005, publicado em 31.05.2005, Onde se lê: referente ao 1º quinquênio, a partir de 14.11.82, referente ao 2º quinquênio, a partir de 16.11.87, referente ao 3º quinquênio, a partir de 08.04.92, Leia-se: referente ao 1º quinquênio, a partir de 03.10.82, referente ao 2º quinquênio, a partir de 07.10.87, referente ao 3º quinquênio, a partir de 15.03.92; NOVA SERRANA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 324.774-9, Neide Maria de Souza Fonseca, PEBII, 1º cargo, por motivo de incorporação de tempo municipal, o ato 50/2005, publicado em 02.09.2005, Onde se lê: referente ao 4º quinquênio, a partir de 29.07.2002, Leia-se: referente ao 4º quinquênio, a partir de 29.03.2002, com incorporação de tempo averbado.

ANULAÇÃO ATO Nº 49/2010

ANULA os atos de quinquênio de magistério, referente aos servidores: ITAÚNA- EE. “João Dornas Filho”, MaSP 330.435-9, Maria Aparecida Machado da Fonseca, PEBIIIG, o ato 80/2010, publicado em 11.11.2010, na parte em que concedeu quinquênio de magistério, por motivo de incorreção na publicação; PIRACEMA- EE. “Hermenegildo Vilaça”, MaSP 621.237-7, Maristela de Oliveira, PEBIIIA, 1º cargo, ato 91/2010, publicado em 02.12.2010, na parte em que concedeu quinquênio de magistério, por motivo de duplicidade; ITAÚNA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 252.278-7, Lígia Rosângela Marques Nogueira, PEBIIB, 2º cargo, na parte em que concedeu 5º quinquênio, publicado em 06.11.2010, por motivo de concessão indevida.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 43/2010

RETIFICA os atos de quinquênio administrativo, referente aos servidores: LAGOA DA PRATA- EE. “Chico Rezende”, MaSP 261.429-5, Ronaldo Aparecido de Miranda, PEBIII, 1º cargo, por motivo de vigência incorreta, o ato 50/2004, publicado em 01.10.2004, Onde se lê: referente ao 5º quinquênio, a partir de 08.04.2002, Leia-se: referente ao 1º quinquênio administrativo, a partir de 16.03.2002, sendo o 5º quinquênio de sua vida funcional; CARMO DO CAJURU- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 311.277-8, Benedicta Machado Gonçalves, ASBIB, por motivo de incorreção no MaSP, o ato 48/2010, publicado em 11.11.2010, Onde se lê: MaSP 311.977-8, Leia-se: MaSP 311.277-8; DIVINÓPOLIS- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 153.767-9, Norma Guimarães Rodrigues, PEBIVB, 1º cargo, o ato publicado em 02.12.93, Onde se lê: referente ao 3º quinquênio, a partir de 05.11.92, Leia-se: referente ao 1º quinquênio, a partir de 25.06.92, sendo o 3º de sua vida funcional.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 44/2010

RETIFICA o ato de retificação de quinquênio administrativo, referente ao servidor: LAGOA DA PRATA- EE. “Chico Rezende”, MaSP 261.429-5, Ronaldo Aparecido de Miranda, PEBIII, 1º cargo, por motivo de retificação incorreta, o ato 31/2005, publicado em 31.05.2005, Onde se lê: referente ao 1º quinquênio administrativo, a partir de 09.04.97, sendo o 4º quinquênio de sua vida funcional, Leia-se: referente ao 4º quinquênio de magistério, a partir de 17.03.97.

ANULAÇÃO ATO Nº 21/2010

ANULA o ato de retificação de quinquênio administrativo, referente ao servidor: CARMO DO CAJURU- SÃO JOSÉ DOS SALGADOS- EE. “Melquides Batista de Miranda”, MaSP 761.636-0, Mônica Viana de Souza, ATBIA, 1º cargo, o ato 38/2010, publicado em 02.12.2010, na parte em que retificou 2º quinquênio, por motivo de incorreção na retificação.

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ATO Nº 54/2010
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do art. 13 do ADCT da CE/1989, c/c o inciso XIV do art. 37 CR/1988, aos servidores: CORREGO DANTA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 289.565-4, Maria do Rosário Coimbra, a partir de 25.11.2010, referente ao cargo de PEBIVD, 1º cargo; DIVINÓPOLIS- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 153.767-9, Norma Guimarães Rodrigues, a partir de 31.01.98, referente ao cargo de PEBIVB, 2º cargo, véspera da data do requerimento; NOVA SERRANA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 311.938-5, Rosa Amélia de Lacerda Bueno, a partir de 17.11.2010, referente ao cargo de ASBIL, 1º cargo.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 35/2010

RETIFICA o ato de adicional por tempo de serviço, referente ao servidor: CARMO DO CAJURU- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 330.487-0, Maria Silvânia Gonçalves de Almeida Ferreira, PEBIIB, 1º cargo, por motivo de omissão de dados, o ato 51/2010, publicado em 02.12.2010, Onde se lê: referente ao cargo de PEBIIB, Leia-se: referente ao cargo de PEBIIB, 1º cargo.

ANULAÇÃO ATO Nº 24/2010

ANULA os atos de adicional por tempo de serviço, referente aos servidores: BAMBUI- EE. “José Alzamora”, MaSP 311.327-1, Creuza Souza Mendes, ASBIC, 1º cargo, o ato 05/2010, publicado em 12.03.2010, na parte em que concedeu adicional por tempo de serviço, por motivo de duplicidade; ITAÚNA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 252.278-7, Lígia Rosângela Marques Nogueira, PEBIIB, 2º cargo, na parte em que concedeu adicional por tempo de serviço, publicado em 06.11.2010, por motivo de concessão indevida.

ANULAÇÃO ATO Nº 20/2010

ANULA o ato de férias prêmio concessão, referente ao servidor: CARMO DO CAJURU- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 335.151-7, Maria Emília Vieira de Souza, PEBIF, na parte em que concedeu férias prêmio concessão, referente ao 5º quinquênio, publicado em 12.08.2010, por motivo de duplicidade.

FÉRIAS PRÊMIO AFASTAMENTO ATO Nº 71/2010
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do art. 31 § 4º da CE/1989, a: PEDRA DO INDAÍÁ- EE. “Prof. João Alves Filgueiras Campos”, MaSP 311.517-7, Leila Zilá Nunes, ASBIL, concedidas pelo ato publicado em 26.05.94 e retificado conforme MG. de 05.04.2007, por 01 mês, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 19.09.94, para regularização da vida funcional.

FÉRIAS PRÊMIO AFASTAMENTO ATO Nº 72/2010
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do art. 2º da Resolução SEPLAG nº 074, de 01.11.2010, ao servidor: JAPARAÍBA- EE. “Padre Pedro Lamberti”, MaSP 311.252-1, Antônia Zilda de Oliveira Lopes, ASBIIIE, 1º cargo, por 02 meses, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 07.02.2011.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 45/2010

RETIFICA o ato de retificação de férias prêmio afastamento, referente ao servidor: DIVINÓPOLIS- EE. “Manoel Corrêa Filho”, MaSP 335.245-7, Rosimeire Corrêa de Menezes, PEBIIHA, 2º cargo, por motivo de incorreção na retificação, o ato 69/2010, publicado em 04.12.2010, Onde se lê: “Leia-se: férias prêmio afastamento por 02 meses, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 30.10.2010”, Leia-se: “Leia-se: férias prêmio afastamento por 02 meses, referente ao 4º quinquênio de exercício, a partir de 30.10.2010, nos termos do art. 3º”.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 46/2010

RETIFICA o ato de anulação de férias prêmio afastamento, referente ao servidor: SÃO SEBASTIÃO DO OESTE- EE. “Governador Magalhães Pinto”, MaSP 252.781-0, Maria Maria Machado Mendes, PEBIVB, 2º cargo, por motivo de incorreção na publicação do ato anulado, o ato 32/2010, publicado em 04.12.2010, Onde se lê: o ato publicado em

05.04.2007, Leia-se: o ato publicado em 07.10.2010.

ANULAÇÃO ATO Nº 19/2010

ANULA os atos de férias prêmio/contagem em dobro, referente aos servidores: ITAÚNA- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 252.278-7, Lígia Rosângela Marques Nogueira, PEBIIB, 2º cargo, na parte em que concedeu férias prêmio em dobro, publicado em 06.11.2010, por motivo de concessão indevida; SANTO ANTONIO DO MONTE- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 353.984-8, Maria Angela Coelho, PEBIVA, na parte em que concedeu férias prêmio/contagem em dobro, publicado em 18.11.2010, por motivo de duplicidade.

FÉRIAS PRÊMIO/CONVERSÃO EM ESPÉCIE ATO Nº 23/2010
CONVERTE FÉRIAS PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do art. 117 do ADCT da CE/1989, aos servidores: BAMBUI- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 374.024-8, Eliane Luiz Pereira Costa, referente ao saldo de 11 meses, PEBIIB, 1º cargo; CARMÓPOLIS DE MINAS- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 239.981-4, Denir Luiza de Oliveira, referente ao saldo de 08 meses e 09 dias, ASBIL, 1º cargo; Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 283.940-5, Rita de Cássia Andrade e Santos, referente ao saldo de 10 meses e 24 dias, PEBIE, 1º cargo; CLAUDIO- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 252.088-0, Neide Gonçalves de Oliveira Jorge, referente ao saldo de 01 mês e 26 dias, PEBIVE, 1º cargo; Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 324.534-7, Hêlvia Celeste da Fonseca Pereira, referente ao saldo de 07 meses e 11 dias, PEBID, 1º cargo; DIVINÓPOLIS- Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 252.137-5, Maria Geralda Bráulio, referente ao saldo de 03 meses e 04 dias, cargo PEBIVF, 2º cargo; MaSP 252.551-7, Maria da Glória Gouveia e Andrade, referente ao saldo de 11 meses e 15 dias, cargo ATBIE, 1º cargo; Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 256.315-3, Nelma de Oliveira, referente ao saldo de 03 meses e 12 dias, cargo PEBIVC, 1º cargo; Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 265.361-6, Sônia Maria de Sousa Fonseca, referente ao saldo de 02 meses, cargo PEBIIB, 1º cargo; Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 311.266-1, Aura Ribeiro Santos, referente ao saldo de 07 meses, cargo ASBIIH, 1º cargo; MaSP 324.551-1, Ismara Moreira de Almeida Duarte, referente ao saldo de 11 meses, cargo PEBIIA, 1º cargo; Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 330.567-9, Vera Lúcia Carvalho Santos, referente ao saldo de 08 meses e 06 dias, PEBIVC, 1º cargo; Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 339.709-8, Alaide Augusta Silva, referente ao saldo de 01 mês e 29 dias, PEBIVB, 1º cargo; ITAÚNA- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 311.648-0, Maria da Conceição Santos Aleixo, referente ao saldo de 04 meses e 04 dias, cargo ASBIIH, 1º cargo; MaSP 324.668-3, Maria de Fátima Vaz Pereira, referente ao saldo de 11 meses e 07 dias, PEBIVC, 1º cargo; LAGOA DA PRAIA- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 240.151-1, Vanda de Oliveira, referente ao saldo de 05 meses, ASBIA, 1º cargo; Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 283.630-2, Isamim Couto Gonçalves Coelho, referente ao saldo de 02 meses e 16 dias, cargo PEBVD, 1º cargo; NOVA SERRANA- Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 264.648-7, Maria Aparecida Maia de Oliveira, referente ao saldo de 03 meses e 25 dias, PEBIVE, 1º cargo; Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 337.529-1, Eliana Maria dos Santos, referente ao saldo de 09 meses e 29 dias, cargo PEBIVB, 1º cargo; OLIVEIRA- Servidor aposentado em 18.11.2010, MaSP 233.165-0, Santuza Maria do Rozário Leão, referente ao saldo de 11 meses, cargo EEBIID, 2º cargo; MaSP 347.866-6, Ana Maria Silva Ribeiro, referente ao saldo de 05 meses e 07 dias, cargo PEBIIB, 1º cargo; PAINES- Servidor aposentado em 30.11.2010, MaSP 332.873-9, Aparecida Maria da Costa, referente ao saldo de 14 meses, cargo PEBIE, 2º cargo.

AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA ATO Nº 150/2010
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do art. 36 da CE/1989, do servidor: CORREGO DANTA- EE. “Prof. Francisco Rocha”, MaSP 289.565-4, Maria do Rosário Coimbra, a partir de 06.12.2010, referente ao PEBIVD, 1º cargo, à vista de requerimento de aposentadoria pelo art. 6º da EC 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88, com direito à remuneração integral, correspondente à carga horária de 115 h/a, sendo 007 h/a de média quinzenal de exigência curricular e a incorporação das gratificações, conforme os dias de direito à percepção de incentivo à docência “biênio” 7669 dias.

AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA ATO Nº 151/2010
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do art. 36 da CE/1989, do servidor: NOVA SERRANA- EE. “Antônio Martins do Espírito Santo”, MaSP 311.938-5, Rosa Amélia de Lacerda Bueno, a partir de 07.12.2010, referente ao ASBIL, 1º cargo, à vista de requerimento de aposentadoria pelo art. 6º da EC 41/03, com direito à remuneração integral, correspondente à carga horária de 135 h/a.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 60/2010

RETIFICA o ato de afastamento preliminar à aposentadoria, referente ao servidor: DIVINÓPOLIS- Servidor sem lotação - em afastamento preliminar à aposentadoria, MaSP 270.714-9, Gilvani Lúcia Diniz Lima, PEBIIIC, por motivo de incorreção no cargo, o ato 143/2010, publicado em 25.11.2010, Onde se lê: referente ao PEBIVC, 1º cargo, Leia-se: referente ao PEBIIC, 1º cargo.

ANULAÇÃO ATO Nº 06/2010

ANULA o ato de gratificação por curso de pós-graduação, referente ao servidor: OLIVEIRA- EE. “Francisco Fernandes”, MaSP 322.840-0, Sandra Silveira Vda, PEBIVE, 2º cargo, o ato publicado em 02.12.2010, na parte em que concedeu pós-graduação, por motivo de duplicidade.

LOTAÇÃO ATO Nº 64/2010

LOTA APOS REVOGAÇÃO DE AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do art. 75, inciso I da Lei nº 7.109, de 13.10.1977, a: MOEMA- Na EE. “Quincas Lacerda”, MaSP 330.448-2, Maria do Carmo Resende Couto, PEBVD, a partir de 30.11.2010; MaSP 353.536-6, Maria José de Rezende Silva, PEBIIC, a partir de 30.11.2010.

LOTAÇÃO ATO Nº 65/2010

LOTA APOS RETORNO DE LIP, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 7.109, de 13.10.1977, a: CLAUDIO- Na EE. “Quinto Alves Tolentino”, MaSP 1098.170-2, Joice Stella de Melo Rocha, PEBIIE, Matemática, 1º cargo, a partir de 01.12.2010.

LOTAÇÃO ATO Nº 66/2010

LOTA APOS ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL MG. 04.11.2010, conforme autos da ação ordinária, processo judicial nº 0223.06.193443-4, nos termos do art. 19 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, a: DIVINÓPOLIS- Na EE. “Vicente Mateus”, MaSP 483.013-9, Sônia Soares, PA1, a partir de 16.11.2010.

AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA ATO Nº 16/2010
AMPLIA A CARGA HORÁRIA SEMANAL, nos termos do art. 13 da Resolução 1256, de 22.12.2008, a: DIVINÓPOLIS- EE. “São Francisco de Assis”, MaSP 891.351-9, Ranier José Ribeiro, PEBIIIG, História, 1º cargo, de 08 para 12 aulas semanais, a partir de 03.11.2010.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 01/2010

RETIFICA o ato de designação de local de exercício, referente ao servidor: ITAGUARA- EE. “Padre Gregório”, MaSP 370.319-6, Rosária de Oliveira Libânio e Fonseca, ATBIIID, 1º cargo, por motivo de incorreção na publicação, o ato 04/2010, publicado em 20.10.2010, Onde se lê: Rosária de Oliveira Libano e Fonseca, ATBIC, Leia-se: Rosária de Oliveira Libânio e Fonseca, ATBIIID.

154 cm -15 132102 - I

SRE de Monte Carmelo

Diretora: Dinorá de Fátima Gonçalves Alves Moraes

S. R. E. DE MONTE CARMOLO
Diretora : Dinorá de Fátima Gonçalves Moraes

QUINQUÊNIO MAGISTÉRIO – ATO Nº 30/10
Concede Quinquênio Magistério, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989 aos servidores: COROMANDEL - E.E. “JOAQUIM BOTELHO”, Masp 819.196-7, Maria Terezinha Silva Pereira, PEB III

A, 1º cargo, referente ao 3º quinquênio, a partir de 29/10/10; Masp 445.422-9, Carlo André Matias Pereira, PEB III G, 1º cargo, referente ao 2º quinquênio, a partir de 25/10/10; DOURADOQUARA – E.E. “ANITA RAMOS”, Masp 841.418-7, Rosângela Aparecida Morim, PEB III A, 1º cargo, referente ao 2º quinquênio, a partir de 06/11/10; Masp 366.353-1, Roselândia de Oliveira Paulino, PEB III D, apostilada D3B, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio, 4º magistério, a partir de 20/11/09; MONTE CARMELO - E.E. “ELIAS DE MORAES”, Masp 289.726-2, Riva Célia de Oliveira Mendonça, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 6º quinquênio, a partir de 05/12/10; E.E. “PROFESSOR VICENTE LOPES PEREZ”, Masp 363.485-4, Laíla de Fátima dos Santos Nery, PEB IV C, 2º cargo, referente ao 5º quinquênio, a partir de 01/12/10.

QUINQUÊNIO ADMINISTRATIVO – ATO Nº 21/10

Concede Quinquênio Administrativo, nos termos do art. 112, do ADCT da CE/1989 a servidora: MONTE CARMELO – E.E. “PROFESSOR VICENTE LOPES PEREZ”, Masp 696.234-4, Inês Aparecida Rosa de Oliveira, ASB I A, 1º cargo, referente ao 4º quinquênio, a partir de 01/07/10.

FÉRIAS-PRÊMIO - CONCESSÃO ATO Nº 23/10

Concede três meses de Férias-Prêmio, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores: COROMANDEL – E.E. “JOAQUIM BOTELHO”, Masp 445.422-9, Carlo André Matias Pereira, PEB III G, 1º cargo, referente ao 2º quinquênio de exercício, a partir de 25/10/10; DOURADOQUARA – E.E. “ANITA RAMOS”, Masp 366.353-1, Roselândia de Oliveira Paulino, PEB III D, apostilada D3B, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 20/11/09; MONTE CARMELO – E.E. “ELIAS DE MORAES”, Masp 289.726-2, Riva Célia de Oliveira Mendonça, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 05/12/10; E.E. “PROFESSOR VICENTE LOPES PEREZ”, Masp 363.485-4, Laíla de Fátima dos Santos Nery, PEB IV C, 2º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 01/12/10.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA – 5% - ATO Nº 26/10

Concede Gratificação de Incentivo à Docência – 5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989, e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: COROMANDEL – E.E. “JOAQUIM BOTELHO”, Masp 445.422-9, Carlo André Matias Pereira, PEB III G, 1º cargo, referente ao 5º biênio, a partir de 24/11/10; E.E. “TANCREDO DE ALMEIDA NEVES”, Masp 813.891-9, Vanderléia Maria da Cruz, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 9º biênio, a partir de 05/11/10; E.E. “OSÓRIO DE MORAIS”, Masp 697.466-1, Lázara Aparecida da Silva, PEB III B, 1º cargo, referente ao 10º biênio, a partir de 06/09/10; Masp 873.008-7, Eley Terezinha de Castro Tarabal, PEB III C, 1º cargo, referente ao 8º biênio, a partir de 01/07/10; Masp 807.882-6, Edna Resende, PEB III A, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 24/05/10; DOURADOQUARA – E.E. “ANITA RAMOS”, Masp 1.051.883-5, Valquíria de Aguiar Mendonça, PEB III B, 1º cargo, referente ao 4º biênio, a partir de 21/11/10; Masp 841.418-7, Rosângela Aparecida Morim, PEB III A, 1º cargo, referente ao 5º biênio, a partir de 06/11/10; MONTE CARMELO – E.E. “GREGORIANO CANÊDO”, Masp 862.226-8, Salvador Alves de Oliveira, PEB IV B, 1º cargo, referente ao 8º biênio, a partir de 13/09/10; Masp 1.077.567-4, Lucevânia Cardoso Martins, PEB III A, 1º cargo, referente ao 3º biênio, a partir de 07/05/10; Masp 378.456-8, Marilucy do Carmo Borges Monteiro, PEB II A, 2º cargo, referente ao 5º biênio, a partir de 29/06/10; E.E. “PROFESSOR VICENTE LOPES PEREZ”, Masp 664.554-3, Alessandra Rodrigues Luiz Naves, PEB III B, 1º cargo, referente ao 4º biênio, a partir de 01/12/10; Masp 896.413-2, Huender Franco Dias, PEB III C, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 08/08/10; ROMÁRIA – E.E. “SANTA MARIA GORETTI”, Masp 661.482-0, Elisângela dos Reis de Balduino, PEB III A, 1º cargo, referente ao 2º biênio, a partir de 11/05/10; Masp 933.319-6, José Humberto, PEBR II A, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 27/07/10; Masp 690.625-9, Zélia Alves da Cunha Vilela, PEB III A, 1º cargo, referente ao 9º biênio, a partir de 03/06/10; Masp 969.128-8, Rosana Abadia dos Reis Fernandes, PEB III B, 1º cargo, referente ao 6º biênio, a partir de 21/05/10.

GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – ATO Nº 21/10

Concede Gratificação por Curso de Pós-Graduação, nos termos do art. 151 da Lei nº 7.109, de 13/10/1977, com redação dada pelo art. 67 da Lei 11.050, de 19/01/1993, 10% a: MONTE CARMELO – E.E. “DONA SINDA”, Masp 1.238.213-1, Daliane Marciano Gomes, PEBD III A, 1º função, a partir de 30/08/10; CESEC “ZENITH CAMPOS”, Masp 826.294-1, Maria de Fátima Faleiros Oliveira, PEB III A, 1º cargo, a partir de 02/08/10.

ALTERAÇÃO DE NOME - ATO Nº 12/10

Altera o nome, à vista de documento apresentado, da servidora: ESTRELA DO SUL – SERVIDORA SEM LOTAÇÃO EM AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, Masp 685.621-5, Reginalda das Graças Ferreira de Oliveira para Reginalda das Graças Ferreira.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO - ATO Nº 17/10

Afasta por motivo de luto, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por oito dias, ao servidor: COROMANDEL – DISTRITO DE SANTA ROSA DOS DOURADOS - E.E. “JOAQUIM JOSÉ DE ASSUNÇÃO”, Masp 697.515-5, Aroldo Vilela Prado, PEB IV B, 1º cargo, a partir de 03/12/10; MONTE CARMELO - CESEC “ZENITH CAMPOS”, Masp 289.888-0, Zenith Elias Campos, EEB II C, 2º cargo, a partir de 21/11/10.

LICENÇA PATERNIDADE - ATO Nº 02/10

Concede Licença Paternidade, nos termos do inciso XIX, do art. 7º, c/c o SS 3º do art. 39 da CR/1988 e § 1º do art. 10 do ADCT da CR/1988, por cinco dias, ao servidor: COROMANDEL – E.E. “JOAQUIM BOTELHO”, Masp 445.863-4, Elivander José Mendonça, PEB III G, 1º cargo, a partir de 06/11/10.

ABONO FAMÍLIA - ATO Nº 08/10

Concede Abono Família, nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002, aos servidores: COROMANDEL – E.E. “JOAQUIM BOTELHO”, Masp 445.863-4, Elivander José Mendonça, PEB III G, 1º cargo, por Heitor Mendonça Rabelo, filho, a partir de 06/11/10; Masp 699.631-8, Rochele Cristina Mariano e Pádua, PEB III C, 1º cargo, por Luiz Paulo Mariano de Pádua, filho, a partir de 24/11/10.

ABONO PERMANÊNCIA - ATO Nº 11/10

Concede Abono Permanência, nos termos §19 do Art.40 da CF/88, com redação dada pela EC nº41/03, a servidora: COROMANDEL – E.E. “OSÓRIO DE MORAIS”, Masp 284.735-8, Maria Eleuza Pereira, PEB III C, 1º cargo, a partir de 18/11/10.

AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA – ATO Nº 29/10

Registra Afastamento Preliminar à Aposentadoria, nos termos do § 6º do art. 36 da CE/1989, da servidora: MONTE CARMELO - E.E. “DONA SINDA”, Masp 308.813-5, Maria de Lourdes Souza Ferreira, a partir de 30/11/10, referente ao cargo de ASB I A, 2º cargo, à vista de requerimento de aposentadoria pelo Art. 40, §1º, inciso III, alínea “b” da Emenda à Constituição Federal nº 41/03, com direito à média das remunerações de contribuição proporcional à razão de 25 anos e 103 dias, (9228 dias).

RETIFICAÇÃO – ATO Nº 115/10

Retifica, os atos de Quinquênios Administrativo na parte referente a servidora: MONTE CARMELO – E.E. “PROFESSOR VICENTE LOPES PEREZ”, Masp 696.234-4, Inês Aparecida Rosa de Oliveira, ASB I A, 1º cargo, por motivo de incorreção na data de vigência, Atos publicados em 24/08/95, 21/09/00 e 13/08/05; onde se lê: 1º quinquênio a contar de 10/07/95, 2º quinquênio a contar de 10/07/00, 3º quinquênio a contar de 13/07/05; leia-se: 1º quinquênio a partir de 01/07/95, 2º quinquênio a partir de 29/06/00, 3º quinquênio a partir de 02/07/05.

RETIFICAÇÃO – ATO Nº 116/10

Retifica, os atos de Retificação de Quinquênio Magist

SRE de Patos de Minas

Diretora: Susie Adriane Silva Pereira

SRE/PATOS DE MINAS

DIRETORA: Susie Adriane Silva Pereira

RETIFICAÇÃO - ATO Nº 305/2010

RETIFICA O ATO de Adicional por Tempo de Serviço referente a: São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 17/08, publ. em 04.09.08, onde se lê: a p/ de 28.09.07, leia-se: a p/ de 11.05.06, data da Lei Federal 11301/06.

AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA - ATO Nº 32/2010
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do art. 36 da CE/1989, de: Patos de Minas - E.E.”Prof.ª Elza Carneiro Franco”, MaSP 324108-0, Gleidmar Nunes Teixeira, a p/ de 03.12.10, ref. ao cargo de PEBIVA Mat. Pedag. 2º G., adm. 1, à vista de requerimento de aposent. pelo art. 6º da ECF nº 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88, c/ direito à remun. integral, correspondente à carga horária de 155 h/a, e à incorporação da gratificação, conforme os dias de direito à percepção, de incentivo à docência - “biênio” (8065 dias).

RETIFICAÇÃO - ATO Nº 306/2010

RETIFICA OS ATOS de Afastamento Preliminar à Aposentadoria referentes a: Patos de Minas - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 332306-0, Maria Aparecida Siqueira Queiroz, PEBIIIE Mat. Pedag. 2º G., adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 29/10, publ. em 25.11.10, onde se lê: PEBIIID, leia-se: PEBIIIE; São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 27/08, publ. em 04.09.08, onde se lê: art. 6º da EC nº 41/03, leia-se: art. 6º da EC nº 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88.

REVOGAÇÃO - ATO Nº 32/2010

REVOGA NOS Atos de Afastamento Preliminar à Aposentadoria as partes referentes a: Patos de Minas - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 364636-1, Edna Corrêa Silva Dias, PEBIVD Área de Ciênc. 1º G. e Matem. 2º G., adm. 1, MaSP nº 04/09, publ. em 19.03.09, em razão de retorno ao exercício, a p/ de 01.12.10; MaSP 214598-5, Maria Nunes, ATBIB, adm. 1, Ato nº 10/09, publ. em 30.04.09, em razão de retorno ao exercício, a p/ de 07.12.10.

ALTERAÇÃO DE NOME - ATO Nº 22/2010

ALTERA O NOME, à vista de documento apresentado, de: Lagamar - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 250331-6, Maria Antônia, para Maria Antônia Caixeta, Patos de Minas - E.E.”Monsenhor Fleury”, MaSP 1059524-7, Magali Borges Pereira, para Magali Borges Pereira Simão, adm. 1.

FÉRIAS-PRÊMIO - AFASTAMENTO - ATO Nº 147/2010

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS- PRÊMIO, nos termos do art. 2º da Resolução SEPLAG nº 067, de 12/12/2008, sem direito à substituição que gere ônus para o Estado, de: Patos de Minas - E.E.”Dr. Paulo Borges”, MaSP 931234-9, Marlinger Maria Gomes, ATBIC, adm. 1, por 02 meses, ref. aos 2º e 3º qq. de exerc. a p/ de 03.01.11; SRE, MaSP 566422-2, Adriana Fernandes de Souza, ANEIB, adm. 1, por 01 mês, ref. ao 1º qq. de exerc. a p/ de 03.01.11.

ANULAÇÃO - ATO Nº 37/2010

ANULA O ATO de Férias-Prêmio Afastamento referente a: Patos de Minas - E.E.”Dr.Paulo Borges”, MaSP 390.531-2, Adélia Maria da Fonseca Leonardi, ATBIV B, adm. 1, Ato nº 124/2010, publ. em 29/10/2010, por motivo de desistência da servidora;

FÉRIAS-PRÊMIO - CONCESSÃO - ATO Nº 148/2010

CONCEDE TRÊS MESES de FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Amadeu Gonçalves Boaventura”, MaSP 895788-1, Wander Borges Silva, PEBIVA, adm. 1, ref. ao 2º qq. de exerc., a p/ de 16.08.07; Patos de Minas - E.E.”Ildio Caixeta de Melo”, MaSP 336960-0, Eliane Maria de Matos, PEBIVD, adm. 1, ref. ao 2º qq. de exerc., a p/ de 27.10.10; MaSP 1108264-1, Quênia de Deus Araújo, PEBIIIB, adm. 1, ref. ao 1º qq. de exerc., a p/ de 05.02.10; E.E.”Profª Elza Carneiro Franco”, MaSP 890380-9, Marco Antônio Silva, PEBIID Hist., adm. 1, ref. ao 2º qq. de exerc., a p/ de 18.06.10; São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, ref. ao 6º qq. de exerc., a p/ de 30.04.08.

RETIFICAÇÃO - ATO Nº 307/2010

RETIFICA OS ATOS de Férias-Prêmio Concessão referentes a: Patos de Minas - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 301188-9, Ilda Fialho dos Santos Morais, PEBIVH Hist., adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 19/08, publ. em 20.03.08, onde se lê: 5º qq. de exerc. a p/ de 05.02.07, leia-se: 5º qq. de exerc. a p/ de 22.12.06; São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 64/99, publ. em 20.07.99, onde se lê: 06 meses, leia-se: 06 meses e 29 dias; Ato nº 23/06, publ. em 13.04.06, onde se lê: 5º qq. de exerc. a p/ de 28.05.03, leia-se: 5º qq. de exerc. a p/ de 02.05.03.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA-5% - ATO Nº 50/2010

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA - 5%, nos termos da Lei nº 8.517 de 09/01/1984, do § 3º do art. 5º, da Lei nº 10.797, de 07/07/1992 e do art. 44 da Lei nº 10.745, de 25/05/1992, a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Prof. José Hugo Guimarães”, MaSP 296369-2, Nilza Dulcilene de Matos Rodrigues, PEBIIIB Hist., adm. 3, exercendo c/c D3C, ref. ao 5º biênio, a p/ de 05.11.10.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA-5% - ATO Nº 51/2010

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA-5%, nos termos da Lei nº 8.517, de 09/01/1984, da Lei nº 9.831, de 04/07/1989, e da Lei nº 9.957, de 18/10/1989, a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Amadeu Gonçalves Boaventura”, MaSP 895782-1, Wander Borges Silva, PEBIVA, adm. 1, ref. ao 5º biênio, a p/ de 16.08.07 e ref. ao 6º biênio, a p/ de 17.12.09; E.E.”Antônio Atanásio”, MaSP 806990-8, Marisa Márcia de Barcelos, PEBIIIA, adm. 1, ref. ao 6º biênio, a p/ de 04.12.10; Lagoa Grande - E.E.”Santa Terezinha”, MaSP 1075173-3, Antônio de Pádua Moreira, PEBIIIA, adm. 1, ref. ao 4º biênio, a p/ de 15.11.10; Patos de Minas - E.E.”Adelaide Maciel”, MaSP 958659-5, Roseli Maria Azevedo Caixeta, PEBIIID, adm. 1, ref. ao 4º biênio, a p/ de 01.02.05, data do exercício como efetivo, com aproveitamento de tempo não paralelo, ficando revogada na mesma data, no Ato nº 39/05, publ. em 12.10.05, a parte em que concedeu no cargo de PEBIIA.

RETIFICAÇÃO - ATO Nº 308/2010

RETIFICA OS ATOS de Gratificação de Incentivo à Docência referentes a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Prof. José Hugo Guimarães”, MaSP 296369-2, Nilza Dulcilene de Matos Rodrigues, PEBIIIB Hist. no c/c D3C, adm. 3, por motivo de incorreção, Ato nº 20/97, publ. em 14.11.97, onde se lê: 2º biênio a c/ de 08.10.97, leia-se: 2º biênio a c/ de 03.09.97, Ato nº 11/02, publ. em 02.04.02, onde se lê: 4º biênio a c/ de 06.10.01, leia-se: 4º biênio a p/ de 02.09.01; São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 02/85, publ. em 26.03.85, onde se lê: 1º biênio a c/ de 16.02.85, leia-se: 1º biênio a p/ de 30.01.84, Ato nº 14/92, publ. em 07.05.92, onde se lê: 2º biênio a c/ de 20.02.90, leia-se: 2º biênio a p/ de 13.10.88, Ato nº 21/93, publ. em 13.05.93, onde se lê: 3º biênio a c/ de 16.03.92, leia-se: 3º biênio a p/ de 25.11.90, Ato nº 34/94, publ. em 06.09.94, onde se lê: 4º biênio a c/ de 16.03.94, leia-se: 4º biênio a p/ de 09.12.92, Ato nº 27/00, publ. em 18.08.00, onde se lê: 5º biênio a p/ de 14.03.96, 6º biênio a p/ de 17.04.99, leia-se: 5º biênio a p/ de 09.12.94, 6º biênio a p/ de 21.02.97, Ato nº 13/01, publ. em 25.05.01, onde se lê: 7º biênio a p/ de 16.04.01, leia-se: 7º biênio a p/ de 07.01.00, Ato nº 29/07, publ. em 13.09.07, onde se lê: 8º biênio a p/ de 06.02.02, leia-se: 8º biênio a p/ de 06.01.02.

REVOGAÇÃO - ATO Nº 33/2010

REVOGA NO ATO de Gratificação de Incentivo à Docência, Ato nº 48/87, publ. em 21.10.87, a parte referente a: Patos de Minas - E.E.”Prof. Modesto”, MaSP 1177126-8, Aparecida Maria Soares e Sousa, PEBDIII, adm. 1, ref. aos 1º e 2º biênios, em razão de exclusão de contagem de tempo estadual p/ ser usada junto ao INSS, a p/

de 25.11.10.

GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-ATO Nº 23/2010

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, nos termos do art. 151 da Lei nº 7.109 de 13/10/1977, com a redação dada pelo art. 67 da Lei 11.050, de 19/01/1993, 10%, a: Lagoa Formosa - E.E.”José Marciano Brandão”, MaSP 1013379-1, Leonardo dos Santos Pimenta, PEBRII, adm. 1, a p/ de 04.02.04; Patos de Minas - E.E.”Monsenhor Fleury”, MaSP 1260679-4, Vanilda Cândida Costa Corrêa, PEBDIII, adm. 1, a p/ de 19.10.10.

LOTAÇÃO - ATO Nº 20/2010

LOTA, nos termos do inciso I do art. 75 da Lei nº 7109, de 13/10/1977, os servidores: Patos de Minas - CESEC “Ordalina Vieira Roriz da Costa”, MaSP 1066434-0, Júnio César Gonçalves, PEBIIIB Ling. Port., adm. 1, a p/ de 01.12.10, por retorno antecipado de LIP; E.E.”Santa Terezinha”, MaSP 364636-1, Edna Corrêa Silva Dias, PEBIVD Área de Ciênc. 1º G. e Matem. 2º G., adm. 1, a p/ de 01.12.10.

PROMOÇÃO AO GRAU E - ATO Nº 14/2010

CONCEDE PROMOÇÃO AO GRAU E, nos termos do § 3º do art. 48, da Lei nº 7109, de 13/10/1977 a: São Gotardo - Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 268598-0, Iracema Maria Peres, PEBIG, adm. 1, a p/ de 13.02.05, do cargo de P2D ao P2E que ocupava à época.

QUINQUÊNIO - ATO Nº 30/2010

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art.112, do ADCT da CE/1989, a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Amadeu Gonçalves Boaventura”, MaSP 895782-1, Wander Borges Silva, PEBIVA, adm. 1, ref. ao 2º qq. mag. a p/ de 16.08.07; E.E.”Prof. José Hugo Guimarães”, MaSP 296369-2, Nilza Dulcilene de Matos Rodrigues, PEBIIIB Hist. no c/c D3C, adm. 3, ref. ao 2º qq. mag. a p/ de 05.11.10; Patos de Minas - CESEC “Ordalina Vieira Roriz da Costa”, MaSP 324182-5, Valdete Mendes da Silva e Silva, PEBIVC Área de Ciênc. 1º G. e Biol. 2º G., adm. 1, ref. ao 1º qq. adm. a p/ de 28.11.88, data do exercício como efetivo, ficando revogada, na mesma data, no Ato nº 48/89 e 38/92, publ. respect. em 05.09.89 e 17.06.92, a parte em que concedeu o 1º qq. na função de P1A; E.E.”Santa Terezinha”, MaSP 268554-3, Angela Boaventura Fonseca de Sousa, PEBIVA, adm. 1, ref. ao 6º qq. mag. a p/ de 18.11.10.

RETIFICAÇÃO - ATO Nº 309/2010

RETIFICA OS ATOS de Quinquênio referentes a: Carmo do Paranaíba - E.E.”Prof. José Hugo Guimarães”, MaSP 296369-2, Nilza Dulcilene de Matos Rodrigues, PEBIIIB Hist. no c/c D3C, adm. 3, por motivo de incorreção, Ato nº 83/99, publ. em 26.10.99, onde se lê: 1º qq. mag. a c/ de 26.10.99, leia-se: 1º qq. mag. a p/ de 03.09.98; Patos de Minas - CESEC “Ordalina Vieira Roriz da Costa”, MaSP 324182-5, Valdete Mendes da Silva e Silva, PEBIVC Área de Ciênc. 1º G. e Biol. 2º G., adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 36/92, publ. em 17.06.92, onde se lê: 1º qq. mag. a p/ de 02.02.92, leia-se: 1º qq. mag. a p/ de 12.01.92, Ato nº 17/97, publ. em 22.03.97, onde se lê: 2º qq. mag. a p/ de 27.02.97, leia-se: 2º qq. mag. a p/ de 06.02.97, Ato nº 10/02, publ. em 02.04.02, onde se lê: 3º qq. mag. a p/ de 26.02.02, leia-se: 3º qq. mag. a p/ de 05.02.02; Serv. sem lot. em afast. prel. à aposent., MaSP 332306-0, Maria Aparecida Siqueira Queiroz, PEBIIIE Mat. Pedag. 2º G., adm. 1, por motivo de incorreção, Ato nº 281/10, publ. em 25.11.10, onde se lê: PEBIIID, leia-se: PEBIIIE.

43 cm -15 132105 - 1

SRE de Uberaba

Diretor: Vânia Célia Ferreira

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA
DIRETOR, Vania Celia Ferreira

PORTARIA nº046/2010

Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE nº 170 de 29/01/2002; artigos 1º e 3º da Portaria SEE nº 1406, de 24/04/2002 e artigos 18 e 19 da Resolução CEE nº 443, de 02/08/2001, fica autorizado o funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Rainha da Paz, localizado à Rua São Sebastião, 55, no município de Comendador Gomes.

SRE/UBERABA

2 cm -15 132107 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Leonardo Maurício Colombini Lima

Expediente

Superintendência de Recursos Humanos

Paulo Márcio Bruno

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
Diretor: Paulo Márcio Bruno

Ato nº 702

dispensa da função de Coordenador de Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal – SIAT, nos termos da Lei nº 7.162, de 19/12/1977, do art. 4º do Decreto nº 28.168, de 7/6/1988 e da Resolução nº 2.858, de 20/5/1997, o servidor: ANTONÍO JOSÉ DE PAULA, Servidor Municipal, do município de Pedra Dourada/SRF I/Juiz de Fora, a partir de 11/08/2010.

Ato nº 703

DESIGNA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA TRIBUTÁRIA E FISCAL – SIAT, nos termos da Lei nº 7.162, de 19/12/1977, do art. 4º do Decreto nº 28.168, de 7/6/1988 e da Resolução nº 2.858, de 20/5/1997, o servidor: GEOVANE SERQUEIRA BRUZINGA, Servidor Municipal, no município de Pedra Dourada/SRF I/Juiz de Fora, a partir de 11/08/2010.

4 cm -15 132249 - 1

Administrações Fazendarias

SECRETRARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MG
I BELO HORIZONTE
AF 2º NIVEL CONSELHEIRO LAFAIETE
COMUNICADO Nº 005/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emi-

tidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:

1- VANDERSON EDUARDO FELIX

IE:3391049

Endereço: Fazenda PODEROSO - MONSENHOR IZIDRO - ITAVERAVA- MG
Motivo: Extravio de Documentos Fiscais.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.1”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “a”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: NOTAS FISCAIS AVULSAS Nº 814997 E 814998, AMBAS DE 03/02/2009, EXTRAIVIO: 1º, 3º E 4º VIAS.
Ato Declaratório nº 13.183.060.000203, de 19/11/2010
2- ANTONIO SÉRGIO PEIXOTO MACIEL
IE:5080086010049 - CNPJ:02950388000117
Endereço: FAZENDA BOA VISTA - PIRANGA- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.1”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/01/2010
Ato Declaratório nº 13.183.060.000204, de 19/11/2010
3- JOÃO SILVERIO FERREIRA
IE:0015956120029 - CNPJ:11934363000110
Endereço: Rua MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 15, CXA A - CENTRO - CONGONHAS- MG
Motivo: Extravio de Documentos Fiscais.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.1”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “a”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.
Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: 10 BLOCOS DE NOTAS FISCAIS MODELO 02 - Nº 000001 A 000500
1 BLOCO MODELO 1 Nº 000001 A 000050
Ato Declaratório nº 13.183.060.000205, de 23/11/2010
Conselheiro Lafaiete, 24 de novembro de 2010.
Maria do Carmo Rodrigues–Chefe AF 2º Nivel Conselheiro Lafaiete

I BELO HORIZONTE
AF 2º NIVEL CONSELHEIRO LAFAIETE
COMUNICADO Nº 007/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emi-tidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:
1- JOÃO SILVERIO FERREIRA
IE:0015956120029 - CNPJ:1193436300110
Endereço: RUA Marechal Floriano Peixoto, 15, caixa A - Centro - Congonhas- MG
Motivo: Extravio de Documentos Fiscais.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.1”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “a”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: 1 BLOCO DE NOTA FISCAL MODELO 1 DE NUMERAÇÃO 000001 A 000050
10 BLOCOS DE NOTAS FISCAIS MODELO 02 DE NUMERAÇÃO 000001 A 000050
Ato Declaratório nº 13.183.060.000206, de 10/12/2010
Conselheiro Lafaiete, 10 de dezembro de 2010.
Maria do Carmo Rodrigues–Chefe AF 2º Nivel Conselheiro Lafaiete

I BELO HORIZONTE
AF 2º NIVEL CONSELHEIRO LAFAIETE
COMUNICADO Nº 008/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:
1- MATHEUS CARNEIRO RODRIGUES
IE:183311370030 - CNPJ:20273728000102
Endereço: RUA JOAQUINA MARQUES, 68 - CARIJÓS - CONSELHEIRO LAFAIETE- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.
Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/09/2009
Ato Declaratório nº 13.183.060.000207, de 13/12/2010
2- COMÉRCIO DE PERIFERÍADOS LAFAIETE LTDA.
IE:0670024230021 - CNPJ:0288864000164
Endereço: RODOVIA 040, KM 622 - BARREIRA - CONSELHEIRO LAFAIETE- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/07/2007
Ato Declaratório nº 13.183.060.000208, de 13/12/2010
3- DROGANOVA LTDA.
IE:1832106240026 - CNPJ:19381094000114
Endereço: RUA RIO DE JANEIRO, 52 - JARDIM AMÉRICA - CONSELHEIRO LAFAIETE- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/06/2007
Ato Declaratório nº 13.183.060.000209, de 13/12/2010
Conselheiro Lafaiete, 10 de dezembro de 2010.

Maria do Carmo Rodrigues–Chefe AF 2º Nivel Conselheiro Lafaiete

I BELO HORIZONTE
AF 2º NIVEL CONSELHEIRO LAFAIETE
COMUNICADO Nº 009/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados inidôneos e ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:
1- FRANCISCO BATISTA DA SILVEIRA
IE:1833653690075 - CNPJ:03837485000160
Endereço: RUA MARILIA BERNARDINA LOBO, 600 - ROCHEDO - CONSELHEIRO LAFAIETTE- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte inscrito, porém sem estabelecimento.
Base Legal: Inidoneidade - Artigo 134, §1º, V, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.
Falsidade Ideológica - Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.3”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “c”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.
Documentos Declarados: TODOS OS DOCUMENTOS FISCAIS QUE POSSAM TER SIDO EMITIDOS, SENDO INIDÔNEOS OS EMITIDOS ATE 29/12/2005 E IDEOLOGICAMENTE FALSOS OS EMITIDOS A PARTIR DE 30/12/2005.
Ato Declaratório nº 13.183.060.000210, de 15/12/2010
Conselheiro Lafaiete, 15 de dezembro de 2010.
Maria do Carmo Rodrigues–Chefe AF 2º Nivel Conselheiro Lafaiete

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DE TIMÓTEO
SRF IPATINGA
INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 10, SS 1º do RPTA/MG, fica o sujeito passivo abaixo identificado, por estar em local ignorado, incerto ou inacessível, intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, o prazo para liquidação do crédito tributário junto a esta repartição fazendária localizada à Rua Miguel Maura , nº.05 – Centro Norte - Timóteo/ MG – CEP 35180-456.

Comunicamos que não cabe impugnação em relação à peça fiscal em referência por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa e que a falta de pagamento ou parcelamento nos termos desta intimação, implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do crédito

tributário integral.

PTA Nº: 03.000347944.89

Sujeito Passivo: Luziuzi's Comércio de Roupas e Representação Ltda.

IE: 687321183.00-64

Endereço: Rua Padre Zanor nº19 – Centro Comercial Acesita – Timóteo – MG.

Sócios coobrigados:

Machsongrey Pereira de Oliveira – CPF: 816817554.91

Reverton Oliveira da Silva – CPF: 040191296.57

dentemente de qualquer formalidade ou ato administrativo específico.
Município 384 - Leopoldina
IE Nome
3842844310009 Cerqueira & Felix Comércio Ltda
3843833540041 Representação Ltda
3841073820006 Marilza Aparecida Ferreira Duarte
3843396880002 Taz Maria Lanches Ltda
Leopoldina, 15/12 2010
Tânia Mara Nogueira Nery-Chefe AF/ 2º Nível/Leopoldina

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA FAZENDA II
CONTAGEM-DELEGACIA FISCAL 1º NÍVEL - BETIM
COMUNICADO Nº 032/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:
1- ACOVEL LTDA
IE:067133953 00 06 - CNPJ:04452362/0001-74
Endereço: RODOVIA BR 381, 305, KM 17 - MIGUEL HADDAD - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 27/11/2009 Ato Declaratório nº 12.067.110.001360, de 16/12/2010.
2- CHEMICAL CENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA
IE:067341546 00 01 - CNPJ:07381268/0001-60
Endereço: RUA CAMBARA, 116 - IMBIRUCU - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 21/09/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001361, de 16/12/2010.
3- CLN COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
IE:001643419 00 42 - CNPJ:12362275/0001-54
Endereço: RUA PADRE EUSTAQUIO, 170 - SANTO ANTONIO - BRUMADINHO- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 10/11/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001362, de 16/12/2010.
4- EGC COMERCIAL ELÉTRICA E HIDRAULICA LTDA
IE:001074102 00 41 - CNPJ:04071453/0002-40
Endereço: RUA TEXACO, 80-JARDIM PIEMONT- BETIM-MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 19/06/2008 Ato Declaratório nº 12.067.110.001363, de 16/12/2010.
5- MINERACAO SAFFRAN LTDA
IE:001075640 00 23 - CNPJ:09647007/0001-74
Endereço: RUA GUSTAF DALEN, 100, SALA 105 - DIST INDUSTRIAL PAULO CAMILO - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “c”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 15/10/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001364, de 16/12/2010.
6- NATURALIS MINAS GESTAO AMBIENTAL LTDA
IE:001077491 00 89 - CNPJ:09688696/0001-65
Endereço: AVENIDA DOUTOR JOSE MARIANO, 82 - CITROLANDIA - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte inscrito, porém sem estabelecimento.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.3”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “c”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 05/07/2008 Ato Declaratório nº 12.067.110.001365, de 16/12/2010.
7- PERFILADOS BETIM LTDA
IE:067822265 00 59 - CNPJ:68552942/0001-16
Endereço: AVENIDA AMAZONAS, 1635 - BRASILEIA - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 06/07/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001366, de 16/12/2010.
8- PRECISAO TECNOLOGIA SINAGEM LTDA
IE:067347561 00 34 - CNPJ:07431546/0001-46
Endereço: RUA DOIS, 20 - DIST IND PAULO CAMILO PENA - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 03/11/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001367, de 16/12/2010.
9- REDE PET MINAS MERCANTIL LTDA
IE:001661311 00 00 - CNPJ:12537474/0001-56
Endereço: RUA MANNESMAN, 74, LOJA - AMAZONAS - BETIM- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte inscrito, porém sem estabelecimento.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.3”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “c”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 16/09/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001368, de 16/12/2010.
10- R & J LOMBARDI LTDA
IE:001013632 00 40 - CNPJ:01954348/0001-80
Endereço: FAZENDA BOA VITORIA - ZONA RURAL - BRUMADINHO- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a.2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 01/09/2010 Ato Declaratório nº 12.067.110.001369, de 16/12/2010.
BETIM, 16 de dezembro de 2010.
GERALDO JOABE DA SILVA-DELEGADO FISCAL 1º NÍVEL - BETIM

DFT/1º Nível - Contagem/ SRF II CONTAGEM
Intimação (AIAF)

Nos termos do artigo 76 do RPTA - Decreto Nº 44.747 de 03. 03.2008, fica o contribuinte abaixo, intimado através do Auto de Início de Ação Fiscal - AIAF N.º 10.100001763-86 de 27/10/2010, a apresentar junto à Delegacia Fiscal de Trânsito/1º Nível de Contagem na Pça. Antônio Mourão Guimarães, nº: 366- A- Bairro: Cidade Industrial - Contagem/ MG, Contagem/MG, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar desta publicação, a documentação abaixo relacionada, referente ao

período de 01/01/2007 à 30/04/2010.
ORGANIZAÇÕES SOUSA REIS LTDA
I.E: 186.733208.00-98 CNPJ: 02.399.955/0001-99
Av. Bueno do Prado, 376 – Bairro: Jardim Laguna 3ª seção - Contagem - MG
Documentação solicitada:
- Contrato Social e alterações contratuais;
- Cópias reprográficas das declarações mensais de apuração dos impostos do período: DAPI – Simples Minas e Extratos Mensais do Simples Nacional;
- Preenchimento de relatório de vendas devidamente assinado pelo responsável no período de Janeiro de 2007 a abril de 2010, discriminando mensalmente valores de vendas na forma de cartão de crédito/débito; dinheiro; cheque; crediário e outras modalidades.
Contagem, 15 de dezembro de 2010-Ronaldo Marinho Teixeira
Delegado Fiscal de Trânsito da DFT/ 1º Nível - Contagem

AF 2º NÍVEL PASSOS
CANCELAMENTO

Ficam os contribuintes abaixo, cientificados de que, a partir da data desta publicação, suas Inscrições Estaduais estarão automaticamente canceladas “De Ofício” e seus cartões como contribuintes do ICMS sem validade alguma, tendo em vista o descumprimento do disposto no artigo 96, inciso V e artigo 108 do inciso II, alíneas “b”, “c” e “d”, ambos do RICMS, aprovado pelo Decreto 43.080/02; bem como toda documentação fiscal em seu poder, principalmente os talonários de Notas Fiscais, que foram declarados ideologicamente falsos, nos termos da Resolução 4182/2010.

Município: Passos
Nilza Maria de Andrade IE:4797891130007 CNPJ:252031000001-46
Gerson Soares da Silva IE:4799342620090 - CNPJ:02721084000188
Sandra Lima de A Costa & Cia Ltda. ME IE:4791838180067 - CNPJ:051926370000140
Rosário Perfumaria e Utilidades Domesticas Limitada ME IE:4790380820060 - CNPJ:23281124000198
3a & I.R. Com e Ind de Móveis Rústicos Ltda Me IE:0010266190065 - CNPJ:05959133000103
Luzia Nunes de Souza IE:0013946000052 - CNPJ:11126111000165
Lazaro Tadeu Bonfim I.E. 479.409051.00-20 CNPJ 03.4790.339/0001-40
Sueli das Dores Almeida ME IE:0010595050077 - CNPJ:09283689000183
Município: Carmo do Rio Claro
Tear Carmelitano Ltda ME IE: 0014704450074 - CNPJ:11263389000184
Município: Alpinópolis
Aliança Transporte e Turismo Ltda IE:019.062145.0071 - CNPJ:035807790001-50
Paulo Roberto da Silva IE: 0010776900054 - CNPJ:09656847000101
Município: Itaú de Minas
Luiz Valter Passos IE:7236816370012 - CNPJ:01503474000119
ATR Montagem Industrial Ltda IE:7236642260047 - CNPJ:26180034000107
Município: São José da Barra
CR São José da Barra Ltda ME IE:0011021690090 - CPF:10514522000165
Passos, 08 de dezembro de 2010.

ROSELI ELOISA MACHADO SILVEIRA-CHEFE AF 2º NÍVEL PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA – II/BH
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA/1º NÍVEL/BH – I
CANCELAMENTO

Por encerrarem suas atividades e/ou não cumprirem o disposto no Art.16, Incisos IV e XIII da Lei nº 6.763, de 30.12.1975, combinado com os Artigos 96, inciso V, 109 e 111, do RICMS, aprovado pelo Decreto 43.080 de 13.12.2002, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios e coobrigados, cientes de que a partir da data desta publicação, suas inscrições estarão canceladas “de ofício”, nos termos do Art. 108, inciso II, alíneas “b”, “c” e “e” do mesmo RICMS/2002 e seus comprovantes de Inscrição Estadual sem validade alguma, devendo ser observados os procedimentos descritos nos artigos 108, § 6º e Artigos 109 e 111, ambos do RICMS/2002.
1 - Aqualimp Comercio Ltda - Me
IE: 062994645 00 53 CNPJ: 02849392/0001-93
Sócios: Romildo Lopes De Almeida CPF: 977162786-49
2 - Atomo Maximiano Ltda
IE: 062903625 00 71 CNPJ: 00254108/0001-00
Sócios: Denise Freitas Ferrer CPF: 553405396-87
Jussara Assuncao Da Rocha CPF: 770171376-04
3 - Atomo Maximiano Ltda
IE: 062903625 01 52 CNPJ: 00254108/0002-91
Sócios: Denise Freitas Ferrer CPF: 553405396-87
Jussara Assuncao Da Rocha CPF: 770171376-04
4 - Comercial Mult Lux Ltda
IE: 001057479 00 71 CNPJ: 09291994/0001-17
Sócios: Michelle C.De Oliveira CPF: 015303286-32
Alexis Bruno De Oliveira CPF: 002364916-01
5 - Mercantil Brupe Ltda
IE: 062969277 06 55 CNPJ: 01211296/0008-29
Sócios: Maria Dos Reis Oliveira CPF: 533587836-34
Antero Lourenco De Oliveira CPF: 390686336-00
6 - Ola Comunicacoes Ltda
IE: 062164692 05 02 CNPJ: 04925974/0004-80
Sócios: Fabiano Luiz A. Teixeira CPF: 033150156-27
Sergio Luiz De A. Teixeira CPF: 420258776-68
T & A Emp e Particip.Ltda CNPJ: 04519938/0001-73
7 - Ponto A Ponto Mg Distribuidora Ltda
IE: 062102548 00 06 CNPJ: 04020425/0001-13
Sócios: Sergio Ricardo Labanca CPF: 729756287-49
Ana Claudia Lima Pinto CPF: 070034457-86
8 - Tropicallly Sucos E Sanduiches Ltda
IE: 062341759 00 42 CNPJ: 06900395/0001-65
Sócios: Fabiano Leite Ribeiro CPF: 065129966-74
Hidaete Leite Ribeiro CPF: 029887146-73
Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.
Wagner Arlindo Marques-Chefe da AF/1ºNível/BH-I/SRF-II/BH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA – II/BH
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA/1º NÍVEL/BH – I
CANCELAMENTO

Por deixarem de entregar, nos prazos fixados, documentos destinados a informar a apuração mensal do imposto e terem as inscrições estaduais suspensas por não cumprirem o disposto no Art.16, Inciso III, da Lei nº 6.763, de 30.12.1975, combinados com o Artigo 96, inciso IV, do RICMS, aprovado pelo Decreto 43.080 de 13.12.2002, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios e coobrigados, cientes de que a partir da data desta publicação, suas inscrições estarão canceladas “de ofício” e seus comprovantes de Inscrição Estadual sem validade alguma, nos termos do Art. 108, § 7º do RICMS/2002.
1 - SF Camarota Comercio Ltda
IE: 062168927 02 32 CNPJ: 04976992/0003-00
Sócios: Sandra A. De C.Camarota CPF: 875251606-78
Fernanda De C. Camarota CPF: 038059096-40
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.
Wagner Arlindo Marques-Chefe da AF/1ºNível/BH-I/SRF-II/BH

SUPERINT. REGIONAL DA FAZENDA I - UBERLÂNDIA
Administração Fazendária 1º Nível Uberlândia
CANCELAMENTO

Por encerrarem suas atividades sem o cumprimento no disposto no Art. 16, Incisos IV e XIII da Lei nº 6.763 de 30.12.1975, combinado com os Artigos 96, Inciso V, 109 e 111, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13.12.2002, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios e coobrigados, cientes de que a partir da data desta publicação, suas inscrições estarão canceladas “de ofício”, nos termos do Art. 108, inciso II, alíneas “b” e “c” do mesmo RICMS/2002 e seus comprovantes de Inscrição Estadual sem validade

alguma.

1 – Ariane Fernandes Andrade

IE: 702228581.00-68 CNPJ: 05.583.375/0001-45

Sócios: Ariane Fernandes Andrade - CPF: 059.652.466-84

2 - Cooperativa de Avestruz do Triângulo Mineiro - CAT

IE: 001045369.00-50 CNPJ: 08.887.074/0001-01

Sócios: Guilherme de Sousa - CPF: 028.712.676-50

Marcelo Villa Francisco - CPF: 045.864.586-90

3 – Júlio César Gomes de Souza

IE: 001222289.00-04 CNPJ: 10.893.271/0001-77

Sócios: Júlio César Gomes de Souza - CPF: 652.401.626-20

4 - Karkel Refeições Ltda

IE: 702245591.00-41 CNPJ: 04.800.623/0001-08

Sócios: Luzia Vitória da Fonseca - CPF: 288.612.216-53

Waldiselio de Oliveira Alves - CPF: 672.997.416-87

5 - Leilismar Aparecida Duarte

IE: 702253078.00-14 CNPJ: 05.908.729/0001-84

Sócios: Leilismar Aparecida Duarte - CPF: 043.611.346-50

6 - Marcelo Simões de Lima

IE: 702030794.00-30 CNPJ: 03.239.770/0001-80

Sócios: Marcelo Simões de Lima - CPF: 815.174.596-72

7 - Ramos & Oliveira Comércio de Variedades Ltda - ME

IE: 001658331.00-31 CNPJ: 05.803.145/0001-44

Sócios: Tediomar Silva de Oliveira - CPF: 072.878.976-01

Israel Silva Ramos - CPF: 076.054.536-71

8 - Sigurate Furtado de Menezes

IE: 001051092.00-47 CNPJ: 08.719.135/0001-13

Sócios: Sigurate Furtado de Menezes - CPF: 427.861.696-15

9 – Solução Mercantil de Produtos Ltda

IE: 001018770.00-79 CNPJ: 08.175.472/0001-97

Sócios: Flávia Cunha de Faria - CPF: 013.604.836-67

Guilherme Henrique Cunha de Faria - CPF: 014.508.036-60

Parte inferior do formulário/Uberlândia, 15 de Dezembro de 2010

Pedro Antônio Alves-Chefe da AF/1ºNível Uberlândia

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II - BH
DELEGACIA FISCAL / 1º NÍVEL / BH - I
COMUNICADO Nº 024/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:

1- J P M BORRACHAS E PLÁSTICOS INDUSTRIAIS

LIMITADA - IE:062.696441.0006 - CNPJ:01.952.213/0001-86

Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL, 634 - BARRO PRETO

- BELO HORIZONTE- MG. Motivo: Documento fiscal não autorizado pela Administração Fazendária. AIDF de outro contribuinte. Base Legal: Artigo 39, § 4º, I, “a”, Lei 6763/75 e artigo 133, I, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002. Documentos fiscais declarados falsos: Notas Fiscais Fatura - M1 - Série 1 de nº 002200 a 002700 Autorização Nº 0001252902005.

Ato Declaratório nº 13.062.710.000544, de 10/12/2010.

2- FIXOFER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

IE:062.423459.0028 - CNPJ:19.682.491/0001-26

Endereço: Avenida ABÍLIO MACHADO, 1819 - ALÍPIO DE MELO - BELO HORIZONTE- MG

Motivo: Documento fiscal não autorizado pela Administração Fazendária. AIDF de outro contribuinte.

Base Legal: Artigo 39, § 4º, I, “a”, Lei 6763/75 e artigo 133, I, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados falsos: Notas Fiscais Mod. 1 de nº 002.351 a 002.450 - Autorização Nº 00126539/2008.

Ato Declaratório nº 13.062.710.000545, de 10/12/2010.

3- FIXOFER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

IE:062.423459.0028 - CNPJ:19.682.491/0001-26

Endereço: Avenida ABÍLIO MACHADO, 1819 - ALÍPIO DE MELO - BELO HORIZONTE- MG

Motivo: Documento fiscal não autorizado pela Administração Fazendária. AIDF de outro contribuinte.

Base Legal: Artigo 39, § 4º, I, “a”, Lei 6763/75 e artigo 133, I, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados falsos: Notas Fiscais Mod. 1 de nº 002.751 a 002.800 - AUTORIZAÇÃO Nº 00123651/2010.

Ato Declaratório nº 13.062.710.000546, de 10/12/2010.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.

Darcy da Silva Passos - Delegado Fiscal - DF / 1º Nível / BH - I

SRF VARGINHA/AF/3º NÍVEL/CAMBUÍ
CANCELAMENTO

Ficam os contribuintes abaixo, cientificados de que a partir da ata desta publicação, suas Inscrições Estaduais estarão automaticamente canceladas “de ofício” e seus cartões como contribuintes do ICMS sem validade alguma, tendo em vista o descumprimento do disposto no artigo 96, inciso V e artigo 108 do inciso II, alíneas “b” , “c” e “h”, ambos do RICMS, aprovado pelo Decreto 43.080/02, bem como toda documentação fiscal em seu poder, principalmente os talonários de Notas Fiscais, que foram declarados ideologicamente falsos, nos termos da

Resolução 4.182/2010.
Município 106-Cambuí
1064051980062 Alfredo De Jesus Lambert
1063802350054 Aurea Lúcia Miranda
1066813660044 Benedito Salles Sobrinho
1061686610260 Bonecas Etc & Cia Ltda
1068728100007 Cambui Rodoasas Express Ltda
1061418690012 Cine Foto São Paulo Ltda
1067085430238 Comercial Toque Certo Ltda
1066197200098 Confecsul Ltda
1069906270052 Cristiane Souza e Santos
0010489620043 Edinaldo Amorim de Lima
1062208790046 Gisele Maria Lambert
0010365450014 Guaraciaba de Resende Silva & Cia Ltda
1060685610036 Jesus de Moura
1061122560068 José Sirineu Pereira
1061976670028 Lambert & Pagliari Ltda
1060995500336 M&M-Meyer & Moraes Ltda
1065185500023 Madeireira Cido Bueno Ltda
1062641020081 Marcos de Oliveira Me
1066592620037 Maria Celina Pereira
1067776020076 Maria Jose Moreira Lopes
1060841250070 Messias Antunes do Nascimento
1063405810016 Messias Aparecido Silva CPF05862567682
1065856610056 Moveis Grímello Ltda
1064051950023 Nascimento Paiva Cia Ltda
1062660640081 Oliveira Silva & Bueno Ltda
1069948370063 Papis’s Ind e Comércio de Confeções Ltda
1061370770070 Ra Lingerie Confeções Ltda
3622041280051 Resende & Silva Distribuidora Ltda
0010454270011 Rico e Romao Dist. Comércio de Metais Ltda
0010736860070 Sandro dos Santos Lanchonete
1069071800072 Silmara Rangel Dias Meyer
1064177690004 Solange Aparecida de Oliveira
1062462380032 Telhaforte Com. de Telhas de Madeiras Ltda
1068511180033 Terracam Confeções Ltda
1065856770010 Waldir José da Costa
1062515270015 Wivian Christiane Maria Costa Estiva
0010621340014 Ana Cláudia Pereira Modas
2457192310082 Antonio Rodrigues Peres
2457074650061 Beatriz Santos Moreira
2451344650098 José Francisco Simoes
2459861820091 Luciano Pereira Xavier
2450401310008 Mariangela Rosa Machado
2457663590098 Sebastiao Pereira de Rezende
0010018020070 Vanessa Pereira Rosa Bom Repouso
0792643860001 Agropecuária Produtiva Ltda
0794050140087 CCM Transportes e Turismo Ltda
0010544870034 Dany Heberty Oliveira de Souza
0010671810073 Ebersson Junior Rodrigues
0010412740010 Lucinéia Aparecida de Araujo
0791324180010 Maria Jose Brandão da Silva
0010030080096 Ricardo Brandão
0791944800066 Rodrigo Ribeiro de Almeida
0790527110130 Raimundo Maria de Andrade
0790524210010 Vilma Crispim Sobrinho
Senador Amaral
0010477090001 Aparecida O de Jesus Pádua
7669991850066 Moacir Aparecido da Rocha
Córrego B Jesus
1999866740014 Gaudio Cia Ltda
Cambui, 05 de outubro de 2010
Josane Duarte Lobo - Chefe AF/3º nível /Cambuí

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE FAZENDA- II/VARGINHA
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA 3º NÍVEL MONTE SIAO
INTIMAÇÃO

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do RPTA, aprovado pelo Decreto 44.747/08, fica(m) o(s) contribuinte(s) e responsável (eis) abaixo indicado(s), por estar (em) em local ignorado, incerto ou inacessível, intimado(s) da lavratura da Notificação de Lançamento infra citada, referente a falta de pagamento de IPVA. Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o prazo para liquidação do crédito tributário junto a esta Repartição Fazendária localizada à Rua Presidente Tancredo Neves, 467, Centro – Monte Siao/MG. Na hipótese de pagamento integral, nos termos da Lei 14.937/2003, a multa será reduzida a 50% (cinquenta por cento) do seu valor, nos 30 (trinta) primeiros dias e a 60% (sessenta por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia e antes de sua inscrição em Dívida Ativa. Para

Ltda
CPF/CNPJ /I.E : 067.706.179.00-28
ENDEREÇO : Avenida Juiz Marco Túlio Isaac, Nº 4804 – Jardim
Alteosa - CEP : 32.651-000 – Betim – MG
Betim 15 de Dezembro de 2010
Maria Aparecida Santana e Silva-Chefe da AF/ 1º Nível /Betim

SRF/II – CONTAGEM - AF/1º NÍVEL/BETIM INTIMAÇÃO

Nos termos do artigo 10, § 1º, do RPTA, aprovada pelo Decreto 44.747/08, fica o Sujeito Passivo abaixo identificado, intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, intimado do Auto de Infração abaixo relacionado.
Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, prazo para liquidação dos créditos tributários junto a esta Repartição Fazendária, localizada à Alameda Maria Turíbia de Jesus, nº. 151 - Centro – Betim - MG.

Ocorrendo pagamento integral ou entrada prévia de parcelamento as multas exigidas poderão ser passíveis de redução de acordo com percentuais previstos nos termos da Lei nº. 6.763/75.
Comunicamos que não cabe impugnação em relação às peças fiscais em referência por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa (caput do artigo 102 do RPTA) e que a falta de pagamento ou parcelamento, nos termos desta intimação, implicará inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos créditos tributários originais.
PTA Nº : 03.000345873.19
SUJEITO PASSIVO : Moura e Vasconcelos Comércio de Cosméticos Ltda
COOBIGADO : Aretuza Vieira de Moura Vasconcelos
CPF/CNPJ : 038.595.396-80
ENDEREÇO:Alameda Maria Turíbia de Jesus,Nº44,Apto.201 – Centro
CEP: 32.560.090 – Betim – MG
COOBIGADO : Luciano Batista Moreira Vasconcelos
CPF /CNPJ : 037.760.876-92
ENDEREÇO:Alameda Maria Turíbia de Jesus, Nº 44, Apto.201 Centro
CEP: 32.560.090 – Betim – MG
Betim 15 de Dezembro de 2010
Maria Aparecida Santana e Silva-Chefe da AF/ 1º Nível /Betim

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA – II/BH ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA / 1º. NÍVEL / BH-I INTIMAÇÃO

Por deixarem de entregar, nos prazos fixados, documentos destinados a informar a apuração mensal do imposto e terem as inscrições estaduais suspenas por não cumprirem o disposto no Art.16, Inciso III, da Lei nº 6.763, de 30.12.75, combinado com o Artigo 96, inciso IV, do RICMS, aprovado pelo Decreto 43.080 de 13.12.2002, ficam os contribuintes abaixo relacionados, representados por seus sócios e coobrigados, INTIMADOS a regularizar a situação cadastral e fiscal, sob pena de ter sua inscrição cancelada “de ofício”, com base no disposto no § 7º do Art. 108 do RICMS/2002.

1 - Bombomier E Delikatessen Silva E Silva Ltda Me
IE: 001006087 00 01 CNPJ: 08010876/0001-20
Sócios: Almir Paulino Da Silva CPF: 941592626-00
Ademir Jose Da Silva CPF: 878391646-68
2 - Celbus Locacao E Transportes Ltda - Me
IE: 001005526 00 80 CNPJ: 04732128/0001-09
Sócios: Leda Messias Neves CPF: 129125496-04
Marcus V. Da M. Guimarães CPF: 633437706-04
3 - Cosal Parafusos E Peças Automotoras Ltda
IE: 062475278 00 37 CNPJ: 21029442/0001-30
Sócios: Helio Camargos Neto CPF: 073826906-95
Lucimar Dos R. Camargos CPF: 014111478-98
4 - Dimargal Dist De Marmores E Granitos Ltda
IE: 062778826 00 36 CNPJ: 66270489/0001-20
Sócios: Raimundo S. Leite CPF: 232079226-00
Joana N. Da Silva CPF: 317441257-91
5 - Granix Ind. De Marmores E Granitos Ltda
IE: 062834984 00 20 CNPJ: 42927277/0001-04
Sócios: Janyli De O. Maluf CPF: 519625006-91
Loreta De O. Maluf CPF: 510766596-91
6 - Gumowe Car Com. De Veic. Usados Ltda Me
IE: 001005472 00 52 CNPJ: 07992979/0001-70
Sócios: Gunnar V. G. De Oliveira CPF: 044586096-02
Jose G. De Souza CPF: 075649456-72
7 - Kakau Rep. E Com. De Roupas Ltda
IE: 001003353 00 92 CNPJ: 07861063/0001-81
Sócios: Ronaldo P. Moreira CPF: 798057527-04
Claudia S. De Macedo CPF: 022044927-95
8 - Kleber Eustaquio Reis Da Silva Me
IE: 001209231 00 97 CNPJ: 18319970/0001-10
Sócios: Kleber E. R. Da Silva CPF: 176271506-63
9 - Padaria E Conf. Imaos Heleno Ltda
IE: 001005793 00 40 CNPJ: 07892454/0001-63
Sócios: Adair G. Heleno CPF: 768116426-68
Oswaldo M. Heleno CPF: 641861306-63
10 - Pegaso Com. De Prod. Alimentícios Ltda
IE: 001005470 02 56 CNPJ: 07929935/0003-68
Sócios: Terezinha J. Da S. Batista CPF: 232081391-87
Duralv V. B. Silva CPF: 073411276-94
11 - Romo Equipamentos Comerciais Ltda
IE: 001006272 00 82 CNPJ: 07926544/0001-28
Sócios: Moises S. De Oliveira CPF: 032127396-65
Robson R. Freitas CPF: 704016756-53
12 - Start UP Celulares Ltda.-Me
IE: 001005969 00 03 CNPJ: 07887703/0001-22
Sócios: Patricia M. M. Coimbra CPF: 834834626-00
André M. De Coimbra CPF: 048961166-40
13 - Vans Car Com. De Veiculos Ltda
IE: 001008040 00 78 CNPJ: 07765320/0001-81
Sócios: Claudia A. Campos CPF: 732158566-20
14 - Viko Com. De Roupas E Aces. Ltda Me
IE: 001006079 00 75 CNPJ: 08003183/0001-00
Sócios: Marco A. G. Silva CPF: 969200506-25
Vicente De J. Silva CPF: 015960986-00
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.
Wagner Arlindo Marques-Chefe da AF/1ºNível/BH-I/SRF-II/BH

AF/3º NÍVEL / BRASÍLIA DE MINAS/SRF MONTES CLAROS INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 10, § 1º, do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos-RPTA, aprovado pelo Decreto nº. 44.747/2008, fica(m) o(s) contribuinte(s) e responsável(eis) abaixo indicado(s), por estar(em) em local ignorado, incerto ou inacessível, intimado(s) a promover, no prazo de 30 dias, a contar da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) através do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), por meio de DAE visado pela repartição fazendária, ou a parcelá-lo(s), nos termos da legislação vigente, ou ainda impugná-lo(s), sob pena de revelia e reconhecimento do(s) débito(s).
Na hipótese de pagamento ou de parcelamento, as multas serão reduzidas a 40% nos 10 primeiros dias; a 50% após esse prazo e até o 30º dia do AI; e a 60% a partir do 31º dia e antes de sua inscrição em Dívida Ativa.
Havendo Impugnação, a mesma deverá ser apresentada nesta repartição fazendária, localizada na Avenida Brasília de Minas, 984, Centro, São Francisco – MG, pessoalmente ou por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), nos termos dos artigos 117 e 119 do RPTA, com a anexação do comprovante de recolhimento da taxa de expediente (se devida) a que se refere o item 2.21 da tabela “A” anexa à Lei nº 6.763/75.
Informamos que a falta de pagamento ou parcelamento, no prazo de 30 dias, bem como a decisão irrecorrível do CCMG favorável à Fazenda Pública Estadual, implica o encaminhamento do(s) PTA para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.
Inscrição Est: 825706483.00-80.
Coobrigado: Adalton Rodrigues Soares – CPF: 845.397.636-87
Endereço: Avenida Waldemar Rabelo da Silva, nº 132 – Mirabela – MG. Auto de Infração (PTA nº) 01.000165354-11
Brasília de Minas, 15 de Dezembro de 2010
Antônio Carlos Neves de Brito - Chefe da AF/ 3º Nível/ Brasília de Minas em exercício.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DE PIUMHI CANCELAMENTO

Por encerrar suas atividades sem o cumprimento do disposto no art. 111 do decreto 43.080/02 (RICMS); nos termos do artigo 108 incisos II do RICMS/02 – Parte Geral. Fica o contribuinte abaixo relacionado,

representado por seus sócios e coobrigados, cientificados de que, a partir da data desta publicação, sua Inscrição Estadual no cadastro de contribuinte do Estado de Minas Gerais, estará automaticamente cancelada “de ofício”, e seu comprovante de inscrição estadual de contribuinte do ICMS sem validade alguma.
Contribuinte: Adriano Marciano da Cruz
Insc. Estadual: 128.175757.00-16
CNPJ: 05.039039/0001-36
Município: Capitólio/ MG
Sócio: Adriano Marciano da Cruz
CPF: 026.416.246-30
Piumhi, 14 de dezembro de 2010.
Fernando Lamounier de Resende-Chefe AF-3º Nível Piumhi

AF 2º NÍVEL/UNAÍ - SRF/UBERLANDIA CANCELAMENTO

Ficam os produtores rurais abaixo, cientificados de que suas inscrições ficarão canceladas “de ofício”, com data retroativa a concessão da Inscrição Estadual de Produtor Rural, e seus cartões de inscrição sem validade, nos termos da alínea “c” do inciso II do artigo 124 do RICMS/2002:
MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
Inscrição Produtor
082 2146 ALAN JOSE RODRIGUES
082 2148 JOSE MARIA MOURA
MUNICÍPIO DE Cabeceira Grande
Inscrição Produtor
776 0542 ROBSON CLEYTON RODRIGUES OU
MUNICÍPIO DE Formoso
Inscrição Produtor
262 0751 AMERICO AFONSO DOS SANTOS
MUNICÍPIO DE UNAÍ
Inscrição Produtor
704 0070 MARCOS ANTONIO DA SILVA LEITE
704 8955 AVELINO PEREIRA DE SOUZA
704 8979 JEANE FERREIRA RAMOS
704 9013 AMERICO AFONSO DOS SANTOS
704 9024 DIOGO CESAR SANTOS LIMA
704 9055 JEANE FERREIRA RAMOS
704 9070 JARCOS ANTONIO DA SILVA LEITE
704 9071 LUCAS NITSCHKE ROCHA
704 9105 RODRIGO FERNANDES FILHO
Unaí, 13 de dezembro de 2010.
Denise Antônia Santana Miranda - Chefe da AF/2ºNível/Unaí

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA FAZENDA II CONTAGEM-DELEGACIA FISCAL 1º NÍVEL - BETIM COMUNICADO Nº 031/10

Comunicamos às demais repartições e aos contribuintes em geral que foram declarados ideologicamente falsos nos termos do artigo 7.º da Resolução 4.182, de 21 de Janeiro de 2010, os documentos fiscais emitidos em nome da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:
1- ROBERTO SÉRGIO EUGENIO DA SILVA
IE:001034772 00 30 - CNPJ:08756083/0001-55
Endereço: RUA PARAJU, 46 - CAMPO VERDE MARIO CAMPOS- MG
Motivo: Documento fiscal autorizado, emitido por contribuinte que encerrou irregularmente suas atividades.
Base Legal: Artigo 39, § 4º, II, “a”, “a2”, Lei 6763/75 e artigo 133-A, I, “b”, RICMS aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

Documentos fiscais declarados ideologicamente falsos: Todos os documentos fiscais autorizados emitidos a partir de 27/08/2010
Auto Declaratório nº 12.067.110.001359, de 16/12/2010.
BETIM, 16 de dezembro de 2010.

GERALDO JOABE DA SILVA-DELEGADO FISCAL 1º NÍVEL - BETIM

SRF II – CONTAGEM/AF 1º NÍVEL CONTAGEM INTIMAÇÃO

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do RPTA, aprovado pelo Decreto 44.747/08, ficar(em) o(s) contribuinte(s) e responsável(eis) abaixo indicado(s), por estar(em) em local ignorado, incerto ou inacessível, intimado(s) da lavratura da Notificação de Lançamento infra citada, referente à falta de pagamento de IPVA. Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o prazo para liquidação do crédito tributário junto a esta repartição fazendária localizada à Av. Babita Camargos, 766 – 3º andar, Cidade Industrial – Contagem/MG. Na hipótese de pagamento integral, nos termos da Lei 14.937/2003, a multa será reduzida a 50% (cinquenta por cento) do seu valor, nos 30 (trinta) primeiros dias e a 60% (sessenta por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia e antes de sua inscrição em Dívida Ativa. Para pagamento parcelado, nos termos do Decreto 44.322/06 a multa será reduzida a 60% (sessenta por cento), antes da inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa. Comunicamos que não cabe impugnação em relação à(s) peça(s) fiscal(is) em referência por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa (artigo 102 do RPTA) e que a falta de pagamento ou parcelamento nos termos desta intimação, implicará inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial do crédito tributário integral.

AUTUADO: HERIVERTON DE CAMPOS
PTA : 01.00022674.52
CPF: 275.644.286-00
Endereço : Rua Vinte, 85 - Bairro : Inconfidentes
Município : Contagem – MG - CEP : 32015-320
Contagem,15 de novembro de 2010
Paulo Sérgio Martins de Oliveira-Chefe AF 1º Nível -Contagem

SRF - II – BELO HORIZONTE - DF/BH- 3 Intimação (AI/AF)

Nos termos do artigo 70 c/c artigo 76 do RPTA/MG - Decreto Nº 44.747 de 03/03/2008, fica o contribuinte abaixo, intimado através do Auto de Início de Ação Fiscal - AIAF Nº 10.100002150.71 de 14/12/2010, a apresentar junto à Delegacia Fiscal/BH-3 SRF-I, na Av. Afonso Pena, 3.892, sala 801 - Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, no prazo imediato, a contar desta publicação, a seguinte documentação referente ao período de 01/01/2005 à 31/12/2005: Documentação que comprove a operação descrita na Nota Fiscal Avulsa de Produtor nº 685264 de 08/09/2005.

OBS: Endereço constante na NF Avulsa mencionada é Sítio Oncinha, Bairro Distrito Santana Alfie, CEP: 35.995.000, São Domingos do Prata - MG
Benedito Aparecido Martins – CPF: 967.609.406-44
COM Zona rural - 0 – Trindade – Marliéria - MG
Belo Horizonte, 15 de dezembro 2010.
Cairo Eduardo Fernandes-Delegado Fiscal DF/BH - 3

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA AF/1º NÍVEL - UBERABA INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 10, §1º, da RPTA/MG, aprovada pelo Decreto nº 44.747/08, ficam os contribuintes e coobrigados abaixo indicados, por estarem em local ignorado, incerto ou inacessível, intimados da lavratura do auto de infração infraticado.
Informamos que é de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o prazo para o pagamento ou parcelamento do crédito tributário junto a esta repartição fazendária localizada na Av. Gabriela Castro Cunha, 450 - Vila Olímpica - Uberaba - MG.

Na hipótese de pagamento integral ou inicial do parcelamento, nos termos da Lei 6763/1975, a multa será reduzida a 30% nos 10 (dez) primeiros dias e a 45% a partir do 11º dia e antes de sua inscrição em dívida ativa – art. 53, parágrafo 10.
Comunicamos que não cabe impugnação em relação às peças fiscais em referência por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa e que a falta de pagamento ou parcelamento, nos termos desta intimação, implicará em inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do crédito tributário integral.

PTA/N: 03.000347456.31
Sujeito Passivo: Copymaster Ltda
I. E.: 701091321.00-22
End.: Rua Engenheiro Evaristo De Paula , 170, Estados Unidos, Uberaba/MG.
Sujeito Passivo(coobrigado): Silvia Helena Arf Panuci
C.P.F: 053.164.586-05
End: Rua Maria Isabel de Lima, 40, CJ. Morada do Sol, Uberaba/MG.
PTA/N: 03.000340711.85
Sujeito Passivo: Leandro do Amaral Pereira
I.E: 001030162.00-16
End: Rua Donaldô Silvestre Cicci, 150, Manoel Mendes, Uberaba/

MG.
PTA/N: 03.000347480.37
Sujeito Passivo: Mendonça Industria e Comércio Ltda
I.E: 701180448.00-54
End: Av. Edison Lamartine Mendes, 974, São Benedito, Uberaba/MG.
Sujeito Passivo(coobrigado): Ademilson dos Reis de Mendonça
C.P.F: 640.590.066-53
End: Rua São Paulo, 422, Santa Maria, Uberaba/MG.
Sujeito Passivo(coobrigado): Rose Mary de Carvalho
C.P.F: 476.700.106-49
End: Rua São Paulo, 422, Santa Maria, Uberaba/MG.
PTA/N: 03.000347450.62 e 03.000347448.05
Sujeito Passivo: WAR Engenharia Ltda
I.E: 701164465.00-97
End: Av. Barão do Rio Branco, 1511, São Benedito, Uberaba/MG.
PTA/N: 03.000347448.05
Sujeito Passivo(coobrigado) : William de Paiva
C.P.F: 134.711.631-15
End: Ala Prateada, 211, Grande Horizonte, Uberaba/MG.
Sujeito Passivo: Verticalize Comercio e Decoração Ltda
I.E: 701329921.00-34
End: Av. Barão do Rio Branco, 1877, São Benedito,Uberaba/MG.
Sujeito Passivo(coobrigado): Mario Ferreira Martins
C.P.F: 325.020.609-15
End: Rua Barão da Ponte Alta, 1363, Abadia, Uberaba/MG.
Sujeito Passivo(coobrigado): Christiane de Oliveira Martins
C.P.F:008.995.066-66
End: Rua Barão da Ponte Alta, 1363, Abadia, Uberaba/MG
Uberaba 14 de dezembro de 2010
Ademar Barboza de Oliveira-Chefe-AF/1º Nível - Uberaba

244 cm -15 132284 - I

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretário: José Carlos Carvalho

Deliberação Normativa COPAM nº 159, de 15 de dezembro de 2010

Dispõe sobre a regularização ambiental para geração e repotenciação de Bioeletricidade Sucroenergética e dá outras providências.
O Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, tendo em vista o disposto no art. 214, §1º, IX, da Constituição do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, I, da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, e nos termos do art. 4º, incisos I, II, III, IV e VII da Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007, e no art. 4º, incisos II, III, IV e VII, art. 8º, inciso V e 10, inciso I de seu regulamento, Decreto nº 44.667, de 03 de dezembro de 2007, D E L I B E R A, “Ad Referendum” da Câmara Normativa e Recursal do COPAM:

Art. 1º - Para efeito desta Deliberação Normativa, considera - se:
I - Bioeletricidade Sucroenergética (cogeração de energia): é a energia gerada através do processo de co-geração, utilizando como insumo energético os resíduos de biomassa originados na produção de álcool e de açúcar;

II – Geração de Bioeletricidade Sucroenergética: é a energia gerada por novo empreendimento, distinto da unidade industrial sucroalcooleira já licenciada ambientalmente;

III - Repotenciação de geração de Bioeletricidade Sucroenergética: intervenção que propicie aumento na capacidade instalada de produção de Bioeletricidade Sucroenergética em unidade industrial já licenciada ambientalmente.

Art. 2º - A repotenciação de geração de Bioeletricidade Sucroenergética é aplicada aos empreendimentos que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - que o empreendimento possua regularização ambiental para a produção de bioeletricidade sucroenergética a ser repotenciada.

II – que não haja ampliação dos plantios de cana-de-açúcar com a finalidade específica de geração de energia elétrica;

III – que não haja aumento na capacidade de moagem de cana-de-açúcar já definida no processo de licenciamento ambiental;

Art. 3º - A Listagem E constante do Anexo Único da Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, fica acrescida dos códigos apresentados na forma do Anexo Único desta Deliberação Normativa.

§1º - O órgão ambiental poderá exigir EIA/RIMA, desde que os impactos ambientais decorrentes e particularidades, tais como localização em áreas prioritárias de conservação ou perda de habitat de espécies ameaçadas, justifiquem maior detalhamento dos estudos.

§2º - A LP e a LI poderão ser solicitadas e, o critério do órgão ambiental, expedidas concomitantemente, na forma prevista na Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004.

§3º - O procedimento de licenciamento ambiental de que trata esse artigo se efetuará mediante atendimento a Termo de Referência específico a ser elaborado por Grupo de Trabalho a ser criado, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Deliberação Normativa, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD.

Art. 4º - Esta norma não isenta o empreendimento de outras obrigações legais porventura incidentes sobre a atividade.

Art. 5º - Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do COPAM “Ad Referendum” de sua Câmara Normativa e Recursal - CNR.
Parágrafo único - Para decisão dos casos omissos, poderão ser solicitados pareceres técnicos e jurídicos dos órgãos e entidades integrantes do SISEMA.

Art. 6º - Esta Deliberação Normativa entra na data de sua publicação. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

(a) José Carlos Carvalho, Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental e Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Anexo Único
(a que se refere a Deliberação Normativa COPAM nº 159, de 15 de dezembro de 2010)

E- 02-02 - 2 Geração de Bioeletricidade Sucroenergética
Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: M Solo: M Geral: M
Porte: Capacidade Instalada ≤10 MW: pequeno
10<-Capacidade Instalada ≤60 MW: médio
Capacidade Instalada>60 MW: grande
E- 02-02 - 3 Repotenciação de geração de Bioeletricidade Sucroenergética
Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: M Solo: M Geral: M
Porte: Capacidade Instalada ≤30 MW: pequeno
30<-Capacidade Instalada ≤90 MW: médio
Capacidade Instalada>90 MW: grande

17 cm -15 132160 - I

Por determinação da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata do Conselho Estadual de Política Ambiental URC/COPAM ZM, torna público o arquivamento do processo: 1) Licença Prévia e de Instalação Concomitante: *HY Brazil Energia S.A. CGH Alto Glória – Barragem de geração de energia - hidrelétrica. – Fervedouro/MG – PA nº 01186/2010/001/2010 - Classe 3. Motivo: não apresentação das informações complementares solicitadas.
(a) Shelley de Souza Carneiro. Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/ COPAM Zona da Mata.

Por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental através da Superintendência Regional de Meio Ambiente Sul de Minas, torna público que foi concedida a Autorização Ambiental de Funcionamento para os empreendimentos a seguir: *José Dimas Leal, Piscicultura convencional e unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague e piscicultura em tanque-rede, Pouso Alegre/MG, PA nº. 11728/2008/001/2010. Validade até 06/12/2014. Classe 1. *Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Bom Sucesso Ltda., Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, Bom Sucesso/MG, PA nº. 00642/2001/008/2010. Validade até 06/12/2014. Classe 1. *Indústria e Comércio de Laticínios de Mato Verde Ltda/ME, Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios, Ibitiúra de Minas/MG, PA nº. 24216/2010/001/2010. Validade até 06/12/2014. Classe 1. *União Química Farmacêutica Nacional S.A., Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, Pouso Alegre/MG, PA nº. 00203/1999/011/2010. Validade até 07/12/2014. Classe I. *Pereira e Loiola Ltda/ME, Serviços

de combate a pragas e ervas daninhas em área urbana, Pouso Alegre/MG, PA nº. 24842/2010/001/2010. Validade até 07/12/2014. Classe 1. *Sintertec Minerais Industriais Ltda/ME, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – areia, Ouro Fino/MG, PA nº. 25235/2010/001/2010. Validade até 09/12/2010. Classe 1. *Irmãos Vianini Comércio e Transporte de Petróleo Ltda-Filial II, Posto Revendedor, São Tiago/MG, nº 01993/2002/003/2010. Validade até 09/12/2014. Classe 1. *Comércio de Combustíveis Santa Efigênia Ltda/ME, Posto revendedor, Oliveira/MG, PA nº. 04847/2006/003/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Posto Manezão Ltda., Posto revendedor, Jaci/MG, PA nº. 02404/2001/003/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Autofama Comércio e Representações Ltda., Posto revendedor, Perdões/MG, PA nº. 02197/2001/004/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Lenice Lopes Freire Vilela & Cia Ltda/ME. Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não associados à extração, Alpinópolis/MG, nº 13886/2010/001/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Batagro Comércio e Representações Agropecuárias Ltda., Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins, Passos/MG, PA nº. 23983/2010/001/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Marcela Aparecida dos Santos/ME, Depósito de sucata metálica, papel, papélaço, plásticos ou vidro para reciclagem, Alfenas/MG, nº 24436/2010/001/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Mineração de Feldspato Andradense Ltda, Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento – feldspato, Inconfidentes/MG, nº 00515/2001/002/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Comercial Vale do Moji Ltda/ME, Centrais e postos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos e seus componentes e comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins, Tocos do Moji/MG, nº 07449/2009/002/2010. Validade 10/12/2014. Classe 1. *Mineração de Feldspato Ourofinsense Ltda., Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento à seco minerais não metálicos, exceto em área cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento – feldspato e quartzo, Ouro Fino/MG, nº. 00538/2001/002/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Mineração Grizzati Ltda/ME, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho – argila, Poços de Caldas/MG, nº 00130/1994/004/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1. *Solange Maria dos Santos Souza/ME, Depósito de sucata metálica, papel, papélaço, plásticos ou vidro para reciclagem, Botelhos/MG, nº. 24132/2010/001/2010. Validade até 10/12/2014. Classe 1.
(a) Shelley de Souza Carneiro. Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/ COPAM Sul de Minas.

15 cm -15 132168 - I

Pauta da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Paritária – COPA de Viçosa/MG

Data: 21 de dezembro de 2010, às 10h00min
Local: Núcleo Operacional de Floresta Pesca e Biodiversidade de Viçosa à Rod. 280, Km 03- Silvicultura – Campus UFV - Viçosa/MG.

1. Abertura pelo Supervisor Regional Mata e Presidente da COPA de Viçosa/MG, Alessandro Albino Fontes.

2. Comunicado dos Membros.

3. Exame da Ata da 6ª RE de 18/11/2010.

4. Processos Administrativos para exame de Autorização para Intervenção Ambiental:

4.1-Domingos Célio Paschoalino/Fazenda Santana, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,200ha. PA 05051100416/09. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.2-Domingos Célio Paschoalino/Fazenda Bananal, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,1500ha. PA 050000039/10. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.3 - R.Baiao Industria e Comercio Ltda/Av. Edson Moraes Pacheco, sn, Ligação, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,2500ha. PA 05050003496/08. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.4- Roney Bressan Moreira/Rod. MGT 265, km Horto Florestal, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,9500ha. PA 05051103258/10. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.5- Feliciano Jose Motta Soares/Ligação, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,2500ha. PA 05051101654/09. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.6- Carlos Jose de Succi/Sítio da Conquista, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 4,9741ha. PA 0500000367/10. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

4.7- Valdéli da Cunha Tavares/Rua João Perón Filho, B. Agroceres, Ubá/MG. Intervenção em área de APP sem supressão de vegetação nativa, em área de 0,3968ha. PA 050000043/10. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

5. Processos Administrativos para exame de Autorização para Intervenção Ambiental para supressão de vegetação nativa:

5.1-Jackson Fernandes Moreira/Sítio do Sossego, Ubá/MG – Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca, em área de 0,750ha. PA 05051100730/09. Apresentação: Luiz Henrique Ferraz Miranda – IEF.

Elizabeth Barreto de Menezes Lopes - IEF; 8. Assuntos gerais. 9. Encerramento. (a) Rogério Cardoso de Miranda. Supervisor Regional Centro Oeste e Presidente da COPA de Oliveira/MG.

A Comissão Paritária – COPA torna pública as DECISÕES determinadas pela 11ª Reunião Ordinária da COPA do Núcleo Operacional de Florestas, Pesca e Biodiversidade de Ituiutaba, realizada no dia 08 de dezembro de 2010, às 10h00min no Prédio do Banco do Brasil – Rua 20, 850, Centro – Ituiutaba/MG, a saber: 5. Exame da Ata da 10ª RO de 10/08/2010. APROVADA. 6. Processos Administrativos para exame de Autorização para Intervenção Ambiental – 6.1 – Vanessa Soares de Faria Vieira/ Fazenda Córrego da Areia – Canápolis/MG - Supressão de 21,02ha de cobertura vegetal nativa com destoca – Processo 06020000170/09 - Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA. COM CONDICIONANTES.VALIDADE: 15 (QUINZE) MESES; 6.2- Ivo Santos Lima/Fazenda Monjolinho – Ituiutaba/MG – Limpeza de 59,33ha , com aproveitamento econômico do material lenhoso e Supressão de 4,96ha de cobertura vegetal nativa com destoca – Processo 06020000590/10 - Apresentação: NOITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES; 6.3- Liponésio José dos Santos – Fazenda Barreiro – Gurinhâtá/MG – Limpeza de 0,80ha, com aproveitamento econômico de material lenhoso e Supressão de 1,57ha de cobertura vegetal nativa com destoca - Processo 06020000797/10 - Apresentação: NOITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 06 (SEIS) MESES; 6.4 – Terezinha Maria de Freitas Mortate – Fazenda São Vicente – Ituiutaba/MG – Supressão de 9,06ha de cobertura vegetal nativa com destoca – Processo 06020001070/10 – Apresentação: NOITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 15 (QUINZE) MESES; 6.5 - Ariela Aparecida da Costa Palma/Fazenda Pântano ou Mariano – Ituiutaba/MG – Supressão de 23,9480ha de cobertura vegetal nativa com destoca – Processo 06020001143/10 – Apresentação: NOITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 15 (QUINZE) MESES; 6.6 – Espólio de Maria Júlia Franco – Fazenda São Lourenço – Ituiutaba/ MG – Limpeza de 8,00ha, com aproveitamento econômico de material lenhoso e Supressão de 20,50ha de cobertura vegetal nativa com destoca –Processo 06020001156/10 –Apresentação: NOITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES; 7. Processos Administrativos para exame Autorização para Regularização de Ocupação Antrópica em Área de Preservação Permanente - APP: 7.1 – Reduzino Francisco de Oliveira – Fazenda São Vicente – Ituiutaba/MG- Regularização de 0,21ha de Ocupação Antrópica Consolidada em APP – Processo 06020000192/09: Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA COM MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS; VALIDADE: 48 (QUARENTA E OITO) MESES; 7.2 – Aguiamar Riza – Fazenda Pratinha – Gurinhâtá/MG - Regularização de 0,0450ha de Ocupação Antrópica Consolidada em APP–Processo 06020000690/09- Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA COM MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS; VALIDADE: 48 (QUARENTA E OITO) MESES; 7.3 – Jaci Teodoro de Oliveira – Fazenda Campo Alegre – Ituiutaba/MG - Regularização de 0,01ha de Ocupação Antrópica Consolidada de APP e Supressão de 0,1290ha de cobertura vegetal nativa com destoca – Processo 06020000923/09- Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA PARCIAL COM MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS; VALIDADE: 48 (QUARENTA E OITO) MESES; 7.4 – Arlton Gonçalves Souza/ Fazenda São Jerônimo Grande/Córrego da Pratinha – Gurinhâtá/ MG - Regularização de 0,53ha de Ocupação Antrópica Consolidada em APP – Processo 06020000536/10- Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA COM MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS; VALIDADE: 48 (QUARENTA E OITO) MESES; 7.5 – Laginha Agroindustrial S/A/ Fazenda Paranaíba – Capinópolis/MG - Regularização de 0,0640ha de Ocupação Antrópica Consolidada em APP – Processo 06020000609/10- Apresentação: NO ITUIUTABA; CONCEDIDA COM MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS; VALIDADE: 48 (QUARENTA E OITO) MESES.

(a) Edno César da Silveira. Supervisor Regional Triângulo e Presidente da COPA de Ituiutaba/MG

38 cm -15 132177 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG”, no dia 14/01/10, pag. 21) Por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental através da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas torna público que: Autorização Ambiental de Funcionamento: Onde se lê:

() *Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais/Pró-Acesso/ Fase 2B: Rodovia MG 202 São Romão – Ubai – Pavimentação e /ou melhoramento de rodovias – São Romão - PA nº 02787/2004/001/2009 – Concedida com validade até 02/12/2013.

() Leia-se:

() *Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais/Pró-Acesso/Fase 2B: Rodovia MG 202 São Romão/Ubai – Pavimentação e /ou melhoramento de rodovias – São Romão/MG- PA nº 0998/2005/001/2009 – Concedida com validade até 02/12/2013.

() Shelley de Souza Carneiro. Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/ COPAM Norte de Minas.

Por determinação da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental – URC/COPAM NM torna pública a Concessão das Autorizações Ambientais de Funcionamento a seguir: *Ivan Bastos/Fazenda Canoas (Mat. 11.632, 19.434 e 22.268) - bovinocultura de corte extensiva – Jaramento/MG – PA nº 12202/2005/001/2010. Validade até 14/12/2014. *JA Combustíveis Ltda – posto revendedor de combustível – Matias Cardoso/MG – PA nº 12312/2005/002/2010. Validade até 14/12/2014. *Bocaiúva Mecânica Ltda – fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e superficial – Bocaiúva/MG – PA nº 07254/2005/001/2010. Validade até 08/12/2014. *Edmar Brito Teixeira / Gransil Mineração e Comércio Ltda - extração de areia – Salinas/ Rubelita/MG – PA nº 13763/2009/001/2010. Validade até 08/12/2014. *Comercial MM Combustíveis Ltda – transporte rodoviário de produtos perigosos – Montes Claros/MG – PA nº 00123/2004/004/2010. Validade até 07/12/2014. *Rotavi Industrial Ltda, - posto de abastecimento de combustíveis – Várzea da Palma/MG – PA nº 04291/2007/001/2010. Validade até 07/12/2014. *Fábio Machado Teles / Milk Chic Indústria e Comércio de Leite e Derivados – preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios – Ponto Chique/MG – PA nº 23465/2009/001/2010. Validade até 03/12/2014. *Cerâmica Taiobeiras Ltda – fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido – Taiobeiras/MG – PA nº 14889/2007/001/2010. Validade até 03/12/2014. *Plantar S/A – Planejamento Técnico e Administração de Reflorestamento / Escritório de Apoio de Burtizeiro (Prestação de Serviços)-prestação de serviços na aplicação terrestre de agrotóxicos e afins – Burtizeiro/ MG – PA nº 22927/2010/001/2010. Validade até 03/12/2014. *Posto Mocambo Ltda – posto revendedor de combustíveis – Jaíba/MG – PA nº 07780/2007/002/2010. Validade até 03/12/2014.

(a) Shelley de Souza Carneiro. Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/ COPAM Norte de Minas.

12 cm -15 132234 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM torna pública as DECISÕES determinada pela 27ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Indústria, Mineração e Infraestrutura do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, realizada no dia 14 de dezembro de 2010, às 09:00 horas, na Rua Espírito Santo nº 495, 4º andar - Plenário – Centro, Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 26ª RO, de 30/11/2010 – APROVADA. 5. Propostas de Deliberações Normativas COPAM para análise e encaminhamento à CNR: 5.1 Minuta de DN que estabelece os Valores de Referência de Qualidade dos Solos. Apresentação: Rosângela Moreira Gurgel Machado - Gerência da Qualidade do Solo/FEAM – APROVADA COM ALTERAÇÕES. 5.2 Minuta de DN que estabelece diretrizes para padronização do programa de monitoramento para sistemas de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos urbanos e para sistemas de tratamento de esgotos sanitários. Apresentação: FEAM – PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Ricardo Barbosa dos Santos representante do Sîndiextra, Aluizio

Durço Bernardino representante do Fórum Mineiro de Produção Mais Limpa e Carlos Alberto de Freitas representante da Sedru. 6. Plano de Regionalização para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos de Minas Gerais. Apresentação: FEAM – APRESENTADO. (a) José Cláudio Junqueira Ribeiro. Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e da Câmara Temática de Indústria, Mineração e Infraestrutura - CIM.

5 cm -15 132314 - 1

Instituto Estadual de Florestas

Diretor Geral: Shelleyde Souza Carneiro

Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas Deliberação nº 1.467, de 3 de dezembro de 2010: - Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Pedra Negra – Sauá”, no município de Bocaina de Minas. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN a área de 5,15 hectares denominada “Pedra Negra – Sauá”, no município de Bocaina de Minas, de propriedade de Orsely Guimarães Ferreira de Brito. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art. 4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.468, de 3 de dezembro de 2010. Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Pedra Negra – Mata do Bugio”, no município de Bocaina de Minas. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN a área de 14,628 hectares denominada “Pedra Negra – Mata do Bugio”, no município de Bocaina de Minas, de propriedade de João Henriques Ferreira de Brito. João Cláudio Ferreira de Brito e Izabel Guimarães Ferreira de Brito. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art. 4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / Presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.469, de 3 de dezembro de 2010. Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Nascentes do Aiuruoca II”, no município de Aiuruoca. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN a área de 22,4208 hectares denominada “Nascentes do Aiuruoca II”, no município de Aiuruoca/MG, de propriedade de Antônio Carlos Castellani e Arnaldo Ramoska. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art. 4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010.

Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.470, de 3 de dezembro de 2010. Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Nascentes do Aiuruoca I”, no município de Aiuruoca. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN a área de 30,8189 hectares denominada “Nascentes do Aiuruoca I”, no município de Aiuruoca/MG, de propriedade de Antônio Carlos Castellani e Arnaldo Ramoska. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art. 4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.471, de 3 de dezembro de 2010. Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Serra da Prata”, no município de Além Paraiba. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN a área de 205,2916 hectares denominada “Serra da Prata”, no município de Além Paraiba/MG, de propriedade de Eduardo Amil Tepedino Alves. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art. 4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.472, de 3 de dezembro de 2010. Institui como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN a área denominada “Fazenda Nascenr”, no município de Ouro Preto. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, Resolve: Art. 1º. Fica instituída como Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN a área de 59,67 hectares denominada “Fazenda Nascenr”, no município de Ouro Preto/ MG, de propriedade de Paulo Augusto Quintella Medeiros, Mary Cléa Araújo Medeiros, Ronald de Carvalho Guerra e Pia Márcia de Carvalho Guerra. Art. 2º. O Instituto Estadual de Florestas – IEF deverá providenciar o registro desta RPPN no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Art. 3º. O Diretor Geral do IEF reconhecerá como RPPN, através de Portaria, a área definida no artigo 1º desta Deliberação. Art.

4º. O proprietário obriga-se a promover a averbação do Termo de Compromisso a que se refere o art. 5º do Decreto nº 39.401, de 21 de janeiro de 1998, gravando a área do imóvel reconhecida como reserva, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do ato de reconhecimento da RPPN. Art. 5º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.473, de 3 de dezembro de 2010. Homologa decisão da Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal para a Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, bem como as Deliberações 796, de 28 de junho de 1999 e 1.270, de 18 de março de 2004 e a Portaria IEF nº 200, de 30 de setembro de 2005, Resolve: Art. 1º. Homologar o parecer emitido pela Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal, deferindo a continuidade do benefício de Redução da Taxa Florestal em 25% (vinte e cinco por cento) do valor devido para a Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda., CNPJ: 20.177.101/0001-40, referente ao período de janeiro de 2006 a março de 2010. a) – A empresa apresentou trimestralmente o relatório contendo a relação de gastos realizados e previstos no pedido inicial, referente aos exercícios de: 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010; a comprovação trimestral do recolhimento da taxa florestal relativo ao período acima mencionado; b) – Fica autorizada a redução de 25% da taxa florestal até dezembro de 2010; c) – A empresa colocará os resultados dos trabalhos realizados à disposição do IEF; d) – Os benefícios de redução de 2010 serão concedidos após os relatórios consolidados da execução física de cada projeto, elaborados por técnicos do IEF, em consonância com o benefício obtido com a redução da taxa. Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação Nº 1.474, de 3 de dezembro de 2010. Homologa decisão da Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal para a Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, bem como as Deliberações 796, de 28 de junho de 1999 e 1.270, de 18 de março de 2004 e a Portaria IEF nº 200, de 30 de setembro de 2005, Resolve: Art. 1º. Homologar o parecer emitido pela Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal, deferindo a continuidade do benefício de Redução da Taxa Florestal em 25% (vinte e cinco por cento) do valor devido para a Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira, CNPJ: 42.278.796/0001-99, referente ao período de janeiro de 2006 a março de 2010. a) – A empresa apresentou trimestralmente o relatório contendo a relação de gastos realizados e previstos no pedido inicial, referente aos exercícios de: 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010; a comprovação trimestral do recolhimento da taxa florestal relativo ao período acima mencionado; b) – Fica autorizada a redução de 25% da taxa florestal até dezembro de 2010; c) – A empresa colocará os resultados dos trabalhos realizados à disposição do IEF; d) – Os benefícios de redução de 2010 serão concedidos após os relatórios consolidados da execução física de cada projeto, elaborados por técnicos do IEF, em consonância com o benefício obtido com a redução da taxa. Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento/ presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.475, de 3 de dezembro de 2010. Homologa decisão da Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal para a Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho e, considerando os pareceres jurídicos IEF nº 085/07 e SEMAD nº 11/07, bem como as Deliberações 796, de 28 de junho de 1999 e 1.270, de 18 de março de 2004 e a Portaria IEF nº 200, de 30 de setembro de 2005, Resolve: Art. 1º. Homologar, por unanimidade, o parecer emitido pela Comissão Especial de Redução da Taxa Florestal, deferindo a continuidade do benefício de redução da Taxa Florestal em 25% (vinte e cinco por cento) do valor devido para a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio - CBCC, CNPJ N°33.453.465/0005-80, referente ao período de janeiro de 2006 a março de 2010. a)A empresa apresentou trimestralmente, o relatório contendo a relação dos gastos realizados e previstos no pedido inicial, referente aos exercícios de: 2.006, 2.007, 2.008, 2.009 e 2010; a comprovação trimestral do recolhimento da Taxa florestal relativo ao período acima mencionado; b) Fica autorizada a redução de 25% da Taxa Florestal até dezembro de 2.010; c) A empresa colocará os resultados dos trabalhos realizados à disposição do IEF; d)Os benefícios de redução de 2010 serão concedidos, após os relatórios consolidados da execução física de cada projeto, elaborados por técnicos do IEF, em consonância com o benefício obtido com a redução da taxa. Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento/presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.476, de 3 de dezembro de 2010. Aprova Plano de Manejo do Parque Estadual Sumidouro. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração e Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho, Delibera: Art. 1º. Fica aprovado, por unanimidade, o Plano de Manejo do Parque Estadual Sumidouro, localizado na região sudeste, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e microrregião de Belo Horizonte, abrangendo os municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, com área total de 2.003,2550 hectares. Art. 2º. A elaboração do Plano de Manejo do PESum deve-se à Gheosfera Consultoria Ambiental Ltda. Art. 3º. Exemplares do processo do Plano de Manejo - composto de 4 encartes: I-Contextualização da Unidade de Conservação; II- Análise da região da UC; III- Análise da Unidade de Conservação e IV- Planejamento e Gestão encontram-se arquivados no próprio local, na Gerência Administrativa do Parque Estadual Sumidouro, bem como na Diretoria de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas/IEF. Art. 4º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento/presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.477, de 3 de dezembro de 2010. Aprova Plano de Manejo do Parque Estadual Serra Verde. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração e Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho, Delibera: Art. 1º. Fica aprovado, por unanimidade, o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra Verde – PESV, localizado no município de Belo Horizonte/MG, com área total de 142 hectares. Art. 2º. A elaboração do Plano de Manejo do PESV deve-se à empresa Ambiente Brasil Centro de Estudos. Art. 3º. Exemplares do processo do Plano de Manejo encontram-se arquivados na Gerência Administrativa do Parque Estadual Serra Verde, bem como na Diretoria de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas-IEF. Art. 4º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento/ presidente do CA/IEF por delegação. Deliberação nº 1.478, de 3 de dezembro de 2010. Aprova Plano de Manejo do Parque Estadual Nova Baden. O Secretário-Executivo do Conselho de Administração e Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas-IEF, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 44.372, de 9 de agosto de 2006 e considerando a Deliberação nº 1412, de 24 de novembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho, Delibera: Art. 1º. Fica aprovado, por unanimidade, o Plano de Manejo do Parque Estadual Nova Baden,localizado na região sul de Minas Gerais, no flanco sudeste da Serra das Águas, no município de Lambari, com área total de 215 hectares. Art. 2º. A elaboração do Plano de Manejo do PENB deve-se à empresa Ambiente Brasil Centro de Estudos. Art. 3º. Exemplares do processo do Plano de Manejo encontram-se arquivados na Gerência Administrativa do Parque Estadual Nova Baden, bem como na Diretoria de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas/IEF. Art. 4º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário. Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2010. Conselheiro João Paulo M. Rodrigues Sarmento / presidente do CA/

IEF por delegação.

61 cm -15 132292 - 1

Instituto Mineiro de Gestã das Águas

Diretora-Geral: Cleide Izabel Pedrosa de Lemo

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM notifica os interessados abaixo relacionados quanto às decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo: 12672/2008, Empreendedor: CEMIG Geração e Transmissão S.A, Município: Itabirito, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03241/2010. *Processo: 03092/2007, Empreendedor: Anglogold Ashanti Brasil Mineração Ltda, Município: Santa Bárbara, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03242/2010. *Processo: 03094/2007, Empreendedor: Anglogold Ashanti Brasil Mineração Ltda, Município: Santa Bárbara, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03243/2010. *Processo: 08919/2010, Empreendedor: Anglogold Ashanti Brasil Mineração Ltda, Município: Nova Lima, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03244/2010. *Processo: 05511/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03245/2010. *Processo: 05512/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03246/2010. *Processo: 05513/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03247/2010. *Processo: 05514/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03248/2010. *Processo: 05515/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03249/2010. *Processo: 05516/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Bocaiúva, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03250/2010. *Processo: 08150/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Várzea da Palma, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03251/2010. *Processo: 08151/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Várzea da Palma, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03252/2010. *Processo: 08152/2009, Empreendedor: Rima Industrial S/A, Município: Várzea da Palma, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03253/2010. *Processo: 02625/2009, Empreendedor: Auto Posto Via Luz Ltda, Município: Luz, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03254/2010. *Processo: 14758/2009, Empreendedor: Barroca Tênis Clube, Município: Belo Horizonte, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03255/2010. *Processo: 03788/2008, Empreendedor: Dan Avritzer, Município: Belo Horizonte, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03256/2010. *Processo: 11435/2008, Empreendedor: Califórnia Empreendimentos Imobiliários Ltda, Município: Sete Lagoas, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03257/2010. *Processo: 11703/2008, Empreendedor: Fundação Educacional Para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias - FUNDAGRI, Município: Uberaba, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03258/2010. *Processo: 13301/2008, Empreendedor: Bunge Fertilizantes S/A, Município: Uberaba, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03259/2010. *Processo: 06156/2009, Empreendedor: Cooperativa Regional de Cafeicultores em Xagupé Ltda - COOXUPÉ, Município: Carmo do Rio Claro, Status: Deferido com condicionante, Portaria: 03260/2010. *Processo: 06607/2009, Empreendedor: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Município: Montes Claros, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03261/2010. *Processo: 06608/2009, Empreendedor: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Município: Montes Claros, Status: Deferido com condicionantes, Portaria: 03262/2010. *Processo: 11370/2008, Empreendedor: João Antônio de Deus Vieira, Município: Carmo do Paranaíba, Status: Deferido, Portaria: 03263/2010. *Processo: 01621/2008, Empreendedor: Luciano Alvares da Costa - ME, Município: Tiradentes, Status: Deferido, Portaria: 03264/2010. *Processo: 00771/2009, Empreendedor: Companhia Agrícola Pontonovense, Município: Santo Antônio do Gramma, Status: Deferido, Portaria: 03265/2010. *Processo: 00772/2009, Empreendedor: Companhia Agrícola Pontonovense, Município: Ponte Nova, Status: Deferido, Portaria: 03266/2010. *Processo: 00774/2009, Empreendedor: Companhia Agrícola Pontonovense, Município: Uruçânia, Status: Deferido, Portaria: 03267/2010. *Processo: 00775/2009, Empreendedor: Companhia Agrícola Pontonovense, Município: Uruçânia, Status: Deferido, Portaria: 03268/2010. *Processo: 12255/2008, Empreendedor: Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Município: Passos, Status: Deferido, Portaria: 03269/2010. *Processo: 02745/2009, Empreendedor: Edgilio Batista da Silva, Município: Luz, Status: Deferido, Portaria: 03270/2010.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis em arquivo próprio do SISEMA para consulta e cópia. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2010.

Cleide Izabel Pedrosa de Melo - Diretora-Geral do IGAM.

17 cm -15 132057 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Finanças

Secretária: Renata Maria Paes de Vilhena

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DE DIREITOS DO SERVIDOR

Acumulação de Cargos e Funções

A Diretora da Diretoria Central de Gestão de Direitos do Servidor, tendo em vista o disposto no art. 32, incisos IV e V, do Decreto 43.244, de 01 de abril de 2003, alterado pelo Decreto 43.554, de 28 de agosto de 2003, faz saber aos interessados abaixo relacionados da decisão do estudo de seus processos de acumulação de cargos.

Decisão: acumulações lícitas, nos termos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e artigo 11 da Emenda Constitucional Nº 20/98, comprovada a compatibilidade das cargas horárias.

-Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia – HEMOMINAS: -Wildmarques Marcelo de Oliveira –Masp 1247197-5, Enfermeiro/ Téc. de Enfermagem Municipal: Patricia Tregrouse Araújo de Souza –Masp 1049807-9, Médico/Médico Municipal: Weslane Almeida Cavalcanti Magalhães –Masp 1161133-2, Analista Univ. da Saúde (Enfermeiro - UNIMONTES)/Enfermeiro; Leandro de Freitas Teles –M

Silva –Masp 1198621-3, PES1D/PES1D;
-Secretaria de Estado de Educação:
-SRE Metropolitana A:
-Silvana Romanos de Jesus –Masp 1011620-0, PEB1A/PEBD1.
-SRE Metropolitana B:
-Paolla Michelli Silva –Masp 1190454-7, PEBD3/PEBD3; Mônica Maria de França –Masp 1222275-8, PEBD1/PEBD1.
-SRE Metropolitana C:
-Renata Letícia Diniz –Masp 944999-2, PEB3B/PEB3A; Maria Luiza Marçal Castro –Masp 320052-4, PEB3B/PEBD3; Ivetê dos Santos –Masp 319831-4, PEB3B/PEB3B; Flávia Milani da Silva –Masp 808246-3, PEB3B/PEB3A; Jéssas Fernandes Andrade Nogueira –Masp 279948-4, PEB2A (Apost. Prop. D1B)/PEBD3; Claudia Regina Rocha Brazil –Masp 1075637-7, PEB3A/PEB3A; Maria da Saete Barcelos Moreira Miguel –Masp 1010398-4, EEB1A/Prof. Municipal (Apostilado Diretor de Escola - Aposentado); Cleidimara Silva Vieira –Masp 1049338-5, PEBD3/PEBD3; Diego de Oliveira –Masp 1230761-7, PEBD3/PEBD3.
-SRE de Almenara:
-Clóvis Ribeiro Campos –Masp 1117392-9, PEBD3/PEBD3.
-SRE de Aracuai:
-Lecy Silvério de Souza Santiago –Masp 336076-5, PEB3B/Prof. Municipal; Raiton Oliveira de Carvalho –Masp 1055508-4, PEBR2/Prof. Municipal; Maria de Fátima Batista Barbosa –Masp 1146753-7, PEBR2/Prof. Municipal.
-SRE de Conselheiro Lafaiete:
-Ana Rosa Maia –Masp 1103004-6, PEB3A/PEBD3; Adelina Mendes Rodrigues –Masp 282033-0, PEB1C (Aposentado)/ATBD1; Mariana Vicentina de Paula Almeida –Masp 167348-2, PEB1F (Aposentado)/ATB3E; Enio Denilson dos Santos Vieira –Masp 842471-5, PEBD3/PEBD3.
-SRE de Curvelo:
-Jaqueleine Maria da Silveira e Silva –Masp 847966-9, Analista Educacional (ANE2C)/PEBD3.
-SRE de Divinópolis:
-Daniela Maria de Souza –Masp 1075633-6, PEB3A/Educador I (Prof.) Municipal; Mércia Shirley Santos de Castro –Masp 983838-4, PEB3F/PEBD3; Clesli Ferreira da Silva –Masp 471381-4, PEB3A/EEB1A; Anderson Marcio Rodrigues de Souza –Masp 960728-4, PEB2D/Educador I (Prof.) Municipal; Claudio José Camões –Masp 879517-1, PEB3B/Prof. Municipal; Tânia Maria da Silva –Masp 335269-7, PEB4B/Educador (Prof. Municipal); Oralidina Marcela Freitas Ferreira –Masp 1148245-2, PEBD3/PEBD3.
-SRE de Montes Claros:
-Fabiana Borati Cordeiro –Masp 596742-7, PEB4A/PEB3B.
-SRE de Muriaé:
-Juliany Andrade e Silva –Masp 1136572-3, PEB3A/PEBD3.
-SRE de Paracatu:
-Adriana Araújo Mesquita –Masp 1249142-9, PEBD3/Especialista de Educação Municipal.
-SRE de Pará de Minas:
-Heloisa Lopes Cançado de Assis –Masp 482173-2, PEB4A/PEB4B; Janice de Campos Andrade Santos –Masp 1169096-3, PEBD3/Pedagogo Municipal; Camila Lopes Cançado de Assis –Masp 1246334-5, PEBR2/PEBR2; Maria Donisete da Silva –Masp 936348-2, PEB3A (Vice - Diretor)/Prof. Municipal; Maria Aparecida da Silva de Oliveira –Masp 487700-7, PEB3B/Prof. Municipal; Cintia Maria da Silva –Masp 1227266-2, PEBD3/PEB3B; Elisabete Coimbra Mascarenhas –Masp 251955-1, PEB4A (Apostilado D3B - Aposentado)/ATB4B; Daniela Gontijo Silva –Masp 1001692-1, PEB3A/PEB3A; Claudia Maria dos Santos Mota –Masp 761476-1, PEB4C/PEB4B.
-SRE de Passos:
-Miriam Celina Santos e Santos –Masp 1054884-0, ATB2A/PEBD3.

A Diretora da Diretoria Central de Gestão de Direitos do Servidor, tendo em vista o disposto no art. 32, incisos IV e V, do Decreto 43.244 de 01/04/2003 alterado pelo Decreto 43.554 de 28 de Agosto de 2003, faz saber aos interessados abaixo relacionados da decisão do estudo de seus processos de acumulação de cargos, encaminhados aos órgãos de origem para recurso ou opção.
Decisão: acumulações ilícitas, por não se enquadrarem nos termos do inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, bem como nos Decretos nºs. 44031-05, de 19/05/2005 e 44127/05 de 07/10/2005:
-Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário –ARSAE:
-Andresa Cristina Borges de Oliveira –Masp 1206030-7, DAI-17/Téc. de Contabilidade (MGS).
-Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia –HEMOMINAS:
-Mariane Pereira Gomes –Masp 1118374-6, Assist. Téc. de Hematologia (Aux. Adm.)/Téc. Serviço Saúde Municipal.
-Polícia Civil:
-Pedro Armando Pezzuti –Masp 1176643-3, Médico Legista/Téc. Sup. de Saúde Municipal/Médico Municipal.
-Secretaria de Estado de Educação:
-SRE Metropolitana A:
-Jaime Costa da Silva –Masp 377886-7, PEB3I/Aux. Téc. De Produção Federal (FUNASA); Maria Amélia Saldanha Maciel de Vasconcellos –Masp 130014-4, Analista Educacional (Assis. Social –Aposentado em 05/02/1988)/Especialista em Educação Básica (Supervisor Pedagógico – investido em 11/04/86).
-SRE Metropolitana B:
-Nilson Ribeiro da Silva Junior –Masp 1179856-8, EEBD1/Pedagogo Municipal; Elaine Cristina da Silva –Masp 1057722-9, ATB3B/Téc. de Secretária Municipal.
-SRE de Aracuai:
-Geraldine Neude Loyola Santos –Masp 1158842-3, PEBR2/Aux. de Secretária Municipal.
-Lídia Gonçalves Dias –Masp 1247236-1, PEBR2/Agente de Saúde Municipal.
-SRE de Governador Valadares:
-Laura Maria de Jesus –Masp 562443-2, PEBR2/Prof. Municipal (Diretor I) (O cargo de Diretor I exige dedicação exclusiva).
-SRE de Itajubá:
-Luiz Antonio Ribeiro Rosa –Masp 1109524-7, PEBD3/PEBD3 – por incompatibilidade de horários.
-SRE de Januária:
-Juliana Cristina Saldanha de Oliveira –Masp 1126536-0, PEB3A/Prof. Municipal – por incompatibilidade de horários; José Adonai Ramos da Cruz –Masp 868057-1, PEB2D/Coordenador Div. Educação – por não comprovar tecnicidade do cargo municipal.
-SRE de Juiz de Fora:
-Vera Julia de Paiva –Masp 271248-7, PEB4D/Oficial de Registro Civil Pessoas Naturais.
-SRE de Manhuaçu:
-Ligia Rosa Dornelas Bastos –Masp 1106151-2, PEBR2/Coordenador Pedagógico Municipal.
-SRE de Nova Era:
-Rosa Filha Silva Lopes Costa –Masp 281946-4, PEB4A (Aposentado)/PEB4A/Orientador Educacional Municipal.
-SRE de Ouro Preto:
-Juliana Maria Fernandes –Masp 1202941-9, PEBD1/Monitor de Educação em Tempo Integral (Municipal).
-SRE de Paracatu:
-Ilma Pereira de Souza –Masp 1020575-5, Téc. Ambiental (Aux. Adm. -IEF)/PEBD3.
-SRE de Pará de Minas:
-Fátima Aparecida Camargos –Masp 1253048-1, PEBR2/Auxiliar de Laboratório Municipal(Coordenador de Relações Institucionais).
-SRE de Pirapora:
-Alexandre Magalhães Costa –Masp 1224679-9, PEBD3/PEBD3/Prof. Municipal; Clarinês Mota Ramos –Masp 1132662-6, PEBR2/Chefe de Departamento Municipal.
-SRE de Poços de Caldas:
-Laurie Miguel Salomão –Masp 1253389-9, PEBR2/Monitor Municipal Campestre (Programa Minas Olímpica) – por não comprovar tecnicidade do cargo municipal.
-SRE de Teófilo Otoni:
-Vânia Helena Monteiro Marques –Masp 1247246-0, PEBR2/Aux. de Secretária Municipal; Gilda Barbosa de Brito –Masp 977982-8, PEB3A/Inspetor de Alunos Municipal.
-SRE de Uberaba:
-Maria Aparecida Alves Guarato –Masp 651012-7, EEB1A/Especialista de Apoio Pedagógico.
-SRE de Uberlândia:
-Raquel Aparecida Naves –Masp 1120660-4, PEB3A/Téc. de Higiene Dental Municipal – por não comprovar tecnicidade do cargo municipal e incompatibilidade de horários.
-SRE de Varginha:
-Mirian Aparecida Batista –Masp 1210642-3, PEBD3/PEBD3 – por

incompatibilidade de horários.

-COMISSÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES
Presidente: Clécia Maria Lopes Kalic
A Presidente da Comissão de Acumulação de Cargos e Funções, tendo em vista o disposto no artigo 6º, item XI do Regulamento interno, dá conhecimento aos interessados abaixo relacionados, da decisão dos seguintes Pedidos de Reconsideração, devidamente aprovados, pelo Sr. Superintendente Central de Administração de Pessoal, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, nos termos da Resolução SEPLAG nº 51/2004, bem como Instrução Normativa Nº 001/2004, encaminhados aos órgãos de origem para providências.
-DEFERIDOS:
-Polícia Civil:
-Emerson Luis da Costa Faria –Masp 1054173-8.
-INDEFERIDOS:
-Secretaria de Estado de Educação:
-SRE de Coronel Fabriciano:
-Mauricéia Aparecida Silva –Masp 566137-6.

44 cm -15 132043 - I

SUPERINTENDENCIA CENTRAL DE PERICIA MEDICA E SAUDE OCUPACIONAL
DIRETOR: ALVIMAR JOSE TITO
COMUNICAÇÃO : 4847/2010
REGIONAL : Passos
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 27º SRE - Passos, 02282242 Maria Terezinha de Souza Oliveira – ANE – 2 - Passos - 20 - 09/12/2010 A 28/12/2010 - 158.I, 02787000 Maria Ines Batista Silva – PEB – 1 - Sao Jose da Barra - 13 - 11/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 03030988 Cruzeta da Silva Borges Campos Souza – ASB – 1 - Passos - 30 - 08/12/2010 A 06/01/2011 - 158.I, 03031978 Maria Jose de Jesus Cardoso – ASB – 1 - Alpinopolis - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 03182037 Marlene Faria de Oliveira – PEB – 2 - Passos - 5 - 13/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03472180 Elizete Braz da Silva Lemos – PEB – 1 - Passos - 18 - 06/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 03538865 Leticia Lemos Pereira – PEB – 1 - Carmo do Rio Claro - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03695897 Maria Geralda Lara Oliveira – EXSE – 1 - Pimenta - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 03789653 Neusa Maria de Oliveira Silva – PEB – 1 - Carmo do Rio Claro - 10 - 25/11/2010 A 04/12/2010 - 158.I, 04866869 Maria Aparecida Pereira Reis – ASB – 1 - Alpinopolis - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 04895876 Maria Soares de Oliveira – ASB – 1 - Pimenta - 10 - 01/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 07655194 Regina da Penha Araújo – ASB – 1 - Passos - 6 - 08/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 08052656 Fernanda Gonçalves Lemos Campeiz – PEB – 1 - Passos - 2 - 09/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08403479 Maria Aparecida Silva Nunes – ASB – 1 - Piumhi - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 08638934 Geraldo Alves Brando – PEB – 1 - Passos - 23 - 01/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 08638934 Geraldo Alves Brando – PEB – 2 - Passos - 23 - 01/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 09418286 Lucilene Silvestre de Oliveira – PEB – 1 - Alpinopolis - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 11137817 Maria de Fatima Fernandes – ASB – 1 - Passos - 60 - 10/12/2010 A 07/02/2011 - 158.I, 35º SRE - Sao Sebastiao do Paraíso, 02786515 Lucia Fatima Felipe da Silva Pasquo – EEB – 2 - Guaxupe - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 03301348 Maria Aparecida Santos Cav – DIES – 1 - Sao Sebastiao do Paraíso - 30 - 07/12/2010 A 05/01/2011 - 158.I, 04844460 Antonia Maria Coimbra Pereira – ASB – 1 - Itamogi - 11 - 13/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 06620629 Sabrina Fernanda de Souza Silva – PEB – 1 - Capetinga - 4 - 07/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 06621163 Juliana Pitondo de Carvalho – PEB – 1 - Guaraniacina - 10 - 01/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 07471923 Elenice Aparecida Souza – ASB – 1 - Guaxupe - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 07490915 Dirce Donizetti dos Santos – PEB – 1 - Sao Sebastiao do Paraíso - 30 - 13/12/2010 A 11/01/2011 - 158.I, 07490915 Dirce Donizetti dos Santos – PEB – 2 - Sao Sebastiao do Paraíso - 30 - 13/12/2010 A 11/01/2011 - 158.I, 08683534 Teresa Cristina da Silva Guedes Barbieri – PEB – 1 - Pratapolis - 13 - 10/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 10518124 Katia Viviane Terra Thomaz – PEB – 1 - Guaxupe - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 10518124 Katia Viviane Terra Thomaz – PEB – 2 - Guaxupe - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I
41º SRE - Varginha, 03188257 Lucinele Margareth Dutra Machado – PEB – 1 - Guape - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 03189834 Maria Margareth Silva – PEB – 1 - Guape - 60 - 14/12/2010 A 11/02/2011 - 158.I, 03189834 Maria Margareth Silva – PEB – 2 - Guape - 60 - 14/12/2010 A 11/02/2011 - 158.I, 04797593 Maria Aparecida Rattis Batista Teixeira – PEB – 1 - Guape - 60 - 14/12/2010 A 11/02/2011 - 158.I, 04797593 Maria Aparecida Rattis Batista Teixeira – EEB – 2 - Guape - 60 - 14/12/2010 A 11/02/2011 - 158.I, 08277089 Nirlene Maria Carvalho Souza – PEB – 1 - Guape - 60 - 14/12/2010 A 11/02/2011 - 158.I, 11339892 Gleici Aparecida de Oliveira – ATB – 1 - Guape - 30 - 13/12/2010 A 11/01/2011 - 158.I, 11339892 Gleici Aparecida de Oliveira – PEB – 2 - Guape - 30 - 13/12/2010 A 11/01/2011 - 158.I

Sec.Est.da Saude, 03746708 Pedro Paulo Ribeiro – AAS – 1 - Alpinopolis - 30 - 02/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I

Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, 03550787 Adolfo do Vale – ASGPD – 1 - Passos - 20 - 09/12/2010 A 28/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4857/2010
REGIONAL : Aracuai
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 02º SRE - Almenara, 02487247 Tania Sena Peixoto – ATB – 1 - Pedra Azul - 60 - 12/10/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08644320 Isabel Villela Mendes Oliveira – PEB – 1 - Pedra Azul - 3 - 29/11/2010 A 01/12/2010 - 158.I, 08644320 Isabel Villela Mendes Oliveira – PEB – 2 - Pedra Azul - 3 - 29/11/2010 A 01/12/2010 - 158.I
37º SRE - Teófilo Otoni, 09686270 Edgard Botelho de Faria – PEB – 1 - Ponto dos Volantes - 5 - 03/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I
43º SRE - Aracuai, 02766152 Maria de Lourdes Jardim – ATB – 1 - Virgem da Lua - 21 - 09/12/2010 A 29/12/2010 - 158.I, 03172491 Rita Vera Lucia de Jesus – ASB – 1 - Aracuai - 44 - 07/12/2010 A 19/01/2011 - 158.I, 03324993 Eliane Maria da Silva Gonçalves – PEB – 1 - Itaobim - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03815289 Edna Regina de Aguiar – PEB – 1 - Aracuai - 76 - 03/12/2010 A 16/02/2011 - 158.I, 03884806 Rosalia Tanure do Amaral da Silva – ATB – 1 - Aracuai - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 06345029 Maria das Dores de Oliveira Rodrigues – PEB – 1 - Aracuai - 60 - 09/12/2010 A 06/02/2011 - 158.I, 06368484 Rosania Maria Pinheiro Sena – ATB – 1 - Jenipapo de Minas - 15 - 06/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 06377980 Maria do Rosario Ribeiro – ASB – 1 - Jenipapo de Minas - 23 - 09/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 06401269 Rosane Almeida Borges – PEB – 1 - Itaobim - 19 - 12/12/2010 A 30/12/2010 - 158.I, 06401939 Maria Aparecida Mendes Souza – ASB – 1 - Aracuai - 8 - 03/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08201287 Geralda Barbosa dos Santos – ASB – 1 - Itaobim - 30 - 02/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 08366296 Maria Geralda Costa Viana – ASB – 1 - Medina - 9 - 09/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 08758617 Jose Antonio Martins Vieira – PEB – 2 - Itaobim - 10 - 05/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I, 08814519 Vera Lucia Ferreira Prates – PEB – 2 - Aracuai - 15 - 13/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I, 08839060 Regina Cristina Barbosa Dias Carvalho – ATB – 1 - Virgem da Lapa - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 09483355 Geraldo Helio Chaves da Silva – PEB – 1 - Aracuai - 30 - 10/12/2010 A 08/01/2011 - 158.I, 09483355 Geraldo Helio Chaves da Silva – PEB – 2 - Aracuai - 30 - 10/12/2010 A 08/01/2011 - 158.I, 10058881 Marilene Remigio de Souza – PEB – 1 - Medina - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 11180635 Monica Rocha dos Santos – PEB – 1 - Comercinho - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

Sec.Est.da Saude, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Aracuai - 60 - 26/11/2010 A 24/01/2011 - 172, 03838745 Janine Pereira Sa – TAS – 1 - Aracuai - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I

Secretaria de Planejamento e Gestao, 03611621 Natan Pereira – AGOV – 1 - Aracuai - 60 - 30/11/2010 A 28/01/2011 - 158.I, 09035189 Milton Alves da Silva – GGOV – 1 - Aracuai - 15 - 11/12/2010 A 25/12/2010 - 158.I

Fica retificada a licença para tratamento de saúde concedida ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), de acordo com o Decreto 43.661 de

de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Retificação
Sec.Est.da Saude, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo – AAS – 1 - Onde se Lê: 60.25.04.2009.23.06.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.24.06.2009.22.08.2009.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 90.19.05.2010.16.08.2010.LIC CONC. ART.172 - Onde se Lê: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.158 I - Leia-se: 60.20.12.2009.17.02.2010.LIC CONC. ART.172, 02903805 Ivesperon da Cunha Melo –

MINAS GERAIS - CADERNO 1

Gilmara Lucia Pacheco Pinto Aroeira Braga – ATB – 1 - Visconde do Rio Branco - 15 - 09/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 05252242 Oihama Marini Saraiva Xavier – PEB – 1 - Rio Pomba - 18 - 13/12/2010 A 30/12/2010 - 158.I, 05252242 Oihama Marini Saraiva Xavier – PEB – 2 - Rio Pomba - 18 - 13/12/2010 A 30/12/2010 - 158.I, 05350079 Mirza Aparecida Moreirapires – PEB – 1 - Senador Firmino - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 05473517 Marcilio Jose Vieira Neto – PEB – 1 - Guidoalv - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 08072969 Aparecida Bras Ferreira Teixeira – ASB – 1 - Uba - 30 - 11/12/2010 A 09/01/2011 - 158.I, 10027274 Thessera Christine Araujo de Souza – PEB – 1 - Uba - 15 - 08/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 11171181 Maria de Fatima da Silva Victor – ASB – 1 - Uba - 20 - 13/12/2010 A 01/01/2011 - 158.I, 11578705 Sonale de Souza Martins – PEB – 1 - Uba - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 11578705 Sonale de Souza Martins – PEB – 2 - Uba - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 11597267 Eny Trindade Liquer – ASB – 1 - Uba - 10 - 13/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4872/2010

REGIONAL : Coronel Fabriciano

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 09º SRE - Coronel Fabriciano, 02741031 Cleris Caldeira Lage – DIES – 1 - Ipatinga - 4 - 08/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 02775419 Maria da Silva Feitosa – DIES – 3 - Ipatinga - 4 - 08/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 02957538 Selma Elys Anie Pousas de Oliveira – PEB – 1 - Ipatinga - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 02957538 Selma Elys Anie Pousas de Oliveira – PEB – 2 - Ipatinga - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 03662954 Maria Geralda de Azevedo – PEB – 1 - Ipatinga - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 04427225 Judismar Nunes dos Santos Machado – ASB – 1 - Coronel Fabriciano - 5 - 13/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 05540638 Nilton Vespasiano Cassemiro – PEB – 2 - Coronel Fabriciano - 60 - 08/12/2010 A 05/02/2011 - 158.I, 08245425 Maria das Gracas Ferreira Maia – PEB – 1 - Ipatinga - 60 - 12/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I, 08245425 Maria das Gracas Ferreira Maia – PEB – 2 - Ipatinga - 60 - 12/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I, 08294571 Crisomar Lopes Araujo – ASB – 1 - Santana do Paraíso - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 08497687 Ivanete Pereira da Silva – ATB – 1 - Coronel Fabriciano - 3 - 08/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 08497687 Ivanete Pereira da Silva – PEB – 2 - Coronel Fabriciano - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08777450 Agnel Oliveira da Silva – PEB – 1 - Santana do Paraíso - 11 - 08/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 08777450 Agnel Oliveira da Silva – PEB – 2 - Santana do Paraíso - 11 - 08/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 10857647 Eva Wilma Soares de Andrade – PEB – 1 - Antonio Dias - 60 - 11/12/2010 A 08/02/2011 - 158.I, 10857647 Eva Wilma Soares de Andrade – PEB – 2 - Antonio Dias - 60 - 11/12/2010 A 08/02/2011 - 158.I, 10984474 Amelia Gislaime Abreu Lucio – PEB – 1 - Coronel Fabriciano - 20 - 08/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I

24º SRE - Nova Era, 03516119 Neide Aparecida de Castro Rodrigues – PEB – 1 - Sao Jose do Goiaabal - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

Secretaria de Defesa Social, 11402807 Arieli Linhares Vasconcelos – ASP – 1 - Coronel Fabriciano - 5 - 08/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I

IMA-Instituto Mineiro de Agropecuaria, 08875908 Carla Valeria Martuscelli – FISCAL – 2 - Coronel Fabriciano - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4879/2010

REGIONAL : Paracatu

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Fazenda, 02415974 Ronaldo Jose Coimbra – GEFAZ – 1 - Unai - 15 - 01/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

Sec.Est.da Educacao 26º SRE - Paracatu, 03143427 Neide Pires Valadares – ASB – 2 - Arinos - 60 - 13/12/2010 A 10/02/2011 - 158.I, 06012363 Maria Antonia Crisostomo da Silva – ASB – 1 - Joao Pinheiro - 60 - 10/12/2010 A 07/02/2011 - 158.I, 08583726 Aparecida Consolacao de Deus Alvim – ATB – 1 - Brasileira de Minas - 10 - 16/11/2010 A 25/11/2010 - 158.I, 08594426 Maria Aparecida Cardoso Maciel – ASB – 1 - Unai - 30 - 09/12/2010 A 07/01/2011 - 158.I, 08605917 Katia Moreira Cruvinel – EXSE – 1 - Vazante - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 08681603 Ana Lucia Pereira Araujo – ASB – 1 - Paracatu - 40 - 12/12/2010 A 20/01/2011 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4882/2010

REGIONAL : Pocos de Caldas

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 31º SRE - Pocos de Caldas, 01687458 Salome de Almeida Viana Vieira e Silva – EXSE – 1 - Pocos de Caldas - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 03632494 Mara Rubia Cabreira Teixeira – ATB – 1 - Pocos de Caldas - 1 - 13/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 03796828 Dulce Maria Brasileiro Fonseca – PEB – 1 - Pocos de Caldas - 15 - 13/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I, 07414097 Fatima Aparecida do Amaral – PEB – 1 - Divisa Nova - 7 - 06/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 10653087 Rita de Cassia De Sa Teodoro – ATB – 1 - Pocos de Caldas - 3 - 13/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4883/2010

REGIONAL : Juiz de Fora

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 18º SRE - Juiz de Fora, 02710945 Luiz Carlos Cassete – PEB – 1 - Guarara - 19 - 09/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I, 02710945 Luiz Carlos Cassete – PEB – 2 - Sao Joao Nepomuceno - 19 - 09/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I, 03395282 Maria Rita de Almeida Reis – PEB – 1 - Juiz de Fora - 10 - 09/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 03913555 Celissa Cristina Veloso B Senra – ATB – 1 - Mar de Espanha - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 03913555 Celissa Cristina Veloso B Senra – PEB – 2 - Mar de Espanha - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 05280581 Angela Maria Rodrigues – ASB – 1 - Matias Barbosa - 15 - 13/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I, 08695280 Rosangela Aparecida da Costa Oliveira – PEB – 1 - Juiz de Fora - 24 - 08/12/2010 A 31/12/2010 - 172, 10132538 Renata Velasco Ramos Oliveira da Silva – PEB – 1 - Juiz de Fora - 10 - 09/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 10678365 Isabel Cristina Lamm Moraes da Silva – PEB – 1 - Santos Dumont - 30 - 09/12/2010 A 07/01/2011 - 158.I, 10678365 Isabel Cristina Lamm Moraes da Silva – PEB – 2 - Santos Dumont - 30 - 09/12/2010 A 07/01/2011 - 158.I

Sec.Est.da Saude, 03831245 Tania Mara Pimentel Gomes Teixeira – AAS – 1 - Juiz de Fora - 2 - 08/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I

HEMOMINAS-Fund.Hematologia Hemoterapia de M.G., 10496859 Paulo Roberto Ciuffo – ANHH – 1 - Juiz de Fora - 60 - 13/12/2010 A 10/02/2011 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4886/2010

REGIONAL : Leopoldina

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 19º SRE - Leopoldina, 02678977 Joana D Arc Cesario Baesso – PEB – 2 - Cataguases - 10 - 09/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 03509445 Rosangela Furtado Albino de Souza – PEB – 1 - Cataguases - 10 - 13/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 05248398 Andreia Aparecida Dutra Franzoni – ATB – 1 - Leopoldina - 30 - 12/12/2010 A 10/01/2011 - 158.I, 09710096 Maria das Gracas Lima Braga – ASB – 1 - Leopoldina - 60 - 12/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I, 09772033 Maria Luiza Cruzato Ferreira – ASB – 1 - Cataguases - 30 - 11/12/2010 A 09/01/2011 - 158.I, 10003697 Bruna Campana Pereira Cosine – PEB – 1 - Leopoldina - 10 - 13/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 10003697 Bruna Campana Pereira Cosine – PEB – 2 - Leopoldina - 10 - 13/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 10146637 Marlan Porfiro Martins – PEB – 1 - Cataguases - 10 - 14/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 10637841 Katia de Oliveira Castro – ATE – 1 - Leopoldina - 8 - 10/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 11151123 Thiago Gropo Toledo – PEB – 1 - Leopoldina - 2 - 09/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4887/2010

REGIONAL : Patos de Minas

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52,

DIÁRIO DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO

combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 28º SRE - Patos de Minas, 02242808 Maria Amelia Fernandes Medeiros e Silva – PEB – 2 - Patos de Minas - 15 - 01/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 03658821 Julio Cesar Rocha – PEB – 1 - Patos de Minas - 60 - 11/12/2010 A 08/09/2011 - 158.I, 05568852 Maria Aparecida Fernandes Sousa – PEB – 2 - Patos de Minas - 7 - 11/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 05568852 Maria Aparecida Fernandes Sousa – PEB – 1 - Patos de Minas - 7 - 11/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 08424160 Lanio Gomes Braga – PEB – 1 - Lagoa Formosa - 59 - 21/11/2010 A 18/01/2011 - 158.I

29º SRE - Patrocinio, 03286788 Claudete Regina dos Santos – PEB – 1 - Patrocinio - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 03286788 Claudete Regina dos Santos – PEB – 2 - Patrocinio - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 03286804 Edna Lima Nunes – PEB – 1 - Patrocinio - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 08932329 Angela Fatima Prado da Mata – PEB – 1 - Ibia - 17 - 07/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 09477712 Flavia Marcia Pereira Almeida – EXSE – 1 - Cruzeiro da Fortaleza - 30 - 11/12/2010 A 09/01/2011 - 158.I, 09714155 Zaina Aparecida de Castro Fernandes – ASB – 1 - Patrocinio - 1 - 09/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 10849917 Aparecida Gonçalves da Silva Cardoso – PEB – 1 - Serra do Salitre - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 10849917 Aparecida Gonçalves da Silva Cardoso – PEB – 2 - Serra do Salitre - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

39º SRE – Uberaba, 03370210 Maria Aparecida Batista Ferreira – PEB – 1 - Campos Altos - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 03370210 Maria Aparecida Batista Ferreira – PEB – 2 - Campos Altos - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I

Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, 09350182 Maria de Lourdes Amaral – ANGPD – 1 - Patos de Minas - 29 - 12/12/2010 A 09/01/2011 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4888/2010

REGIONAL : Pouso Alegre

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 15º SRE - Itajuba, 03658838 Iracema Lindafior Pereira Tavares – PEB – 1 - Paraisopolis - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03779246 Maria Helena Costa Soares – ATB – 1 - Itajuba - 60 - 13/12/2010 A 10/02/2011 - 158.I, 03899705 Luciana Nascimento da Costa – PEB – 1 - Itajuba - 4 - 09/11/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 03900677 Vera Lurdes Magalhaes Carvalho Alves – ATB – 1 - Itajuba - 3 - 03/12/2010 A 05/12/2010 - 158.I, 03900677 Vera Lurdes Magalhaes Carvalho Alves – ATB – 1 - Itajuba - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 07480338 Maristela Lisboa Langevin – PEB – 1 - Itajuba - 1 - 06/12/2010 A 06/12/2010 - 158.I, 07480338 Maristela Lisboa Langevin – PEB – 2 - Itajuba - 1 - 06/12/2010 A 06/12/2010 - 158.I, 08595308 Nilda Nobrega de Padua – ASB – 1 - Itajuba - 91 - 09/12/2010 A 09/03/2011 - 158.I

32º SRE - Pouso Alegre, 03191202 Sandra Alves da Costa Barros – PEB – 1 - Pouso Alegre - 6 - 12/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03400488 Maria Aparecida Megale Paiva – PEB – 1 - Pouso Alegre - 1 - 09/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 03768744 Nilza Moreira – PEB – 1 - Ouro Fino - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 08436503 Maria Cristina Carneiro Gorgulho – PEB – 1 - Santa Rita do Sapucaí - 5 - 13/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 08722738 Siomara de Andrade Silva – PEB – 1 - Pouso Alegre - 3 - 09/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 08722738 Siomara de Andrade Silva – PEB – 2 - Pouso Alegre - 3 - 09/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 09796418 Noemia Alves da Cunha – PEB – 1 - Senador Amaral - 1 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 09805771 Maria Alziria Natalino Vanni – PEB – 1 - Extrema - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 09820374 Tania Mara Gomes Barbosa Lima – PEB – 1 - Cambui - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10037752 Felomena Roque de Lima – ASB – 1 - Camanducaia - 18 - 14/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 10976090 Clarice Aparecida da Silva – PEB – 1 - Pouso Alegre - 1 - 13/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 11029543 Rita Paula Mendes Borsatti Krauss – EEB – 1 - Santa Rita do Sapucaí - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 11480480 Isabel Cristina de Paiva – ASB – 1 - Santa Rita do Sapucaí - 31 - 14/12/2010 A 13/01/2011 - 158.I

Licença negada de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Data do Laudo
Sec.Est.da Educacao 32º SRE - Pouso Alegre, 02394542 Maria Julia dos Santos Marques – ASB – 2 - Pouso Alegre - 14/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4889/2010

REGIONAL : Ibirara

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao Metropolitana A, 03635646 Cylis Drumond Dal Bello – PEB – 1 - Barao de Cocais - 5 - 30/11/2010 A 04/12/2010 - 158.I, 03635646 Cylis Drumond Dal Bello – PEB – 3 - Barao de Cocais - 5 - 30/11/2010 A 04/12/2010 - 158.I, 09641754 Marilene Lopes Rodrigues – ASB – 1 - Bom Jesus do Amparo - 9 - 09/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I

14º SRE - Guanhaes, 03144300 Adelia Barroso de Oliveira Gomes – ASB – 1 - Frei Lagonegro - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 03510344 Miriam Teixeira de Paula Fernandes – PEB – 1 - Guanhaes - 6 - 06/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 03705985 Eloisa de Marilac do Nascimento – EXSE – 2 - Paulistas - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 05627955 Eliane Pires de Andrade – PEB – 1 - Guanhaes - 60 - 09/12/2010 A 06/02/2011 - 158.I, 08883233 Elizabeth Facundes Samora Soares – EXSE – 1 - Dores de Guanhaes - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 09491895 Letice Aparecida da Costa – PEB – 1 - Sabinopolis - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 09841099 Maria das Dores e Silva – PEB – 1 - Sabinopolis - 10 - 06/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 09208210 Luiz Claudio Gonçalves – DIES – 1 - Santa Maria do Suacui - 10 - 08/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 10136349 Edson Moreira da Silva – PEB – 1 - Sao Sebastiao do Maranhao - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 10136349 Edson Moreira da Silva – PEB – 2 - Santa Maria do Suacui - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 10147288 Jovelino Pereira Lima – ASB – 1 - Frei Lagonegro - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 11610557 Luciana da Conceicao Pimenta – PEB – 1 - Guanhaes - 120 - 09/12/2010 A 07/04/2011 - 158.I

24º SRE - Nova Era, 02660041 Maria Jose Starling Alves – DIES – 1 - Joao Monlevade - 32 - 06/12/2010 A 06/01/2011 - 158.I, 03091931 Jacira Bento Dias Garajau – ASB – 1 - Ferros - 6 - 13/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 03658564 Idelaneia Maria Dias de Jesus Augusto – PEB – 1 - Joao Monlevade - 8 - 03/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 03903275 Marilene Barcelos Dias – ATB – 1 - Joao Monlevade - 3 - 12/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I, 04299343 Maria da Conceicao Brandao Dias – PEB – 1 - Joao Monlevade - 3 - 01/12/2010 A 03/12/2010 - 158.I, 05493580 Maria Nilza Mendes Lacerda – ASB – 1 - Rio Piracicaba - 29 - 04/12/2010 A 01/01/2011 - 158.I, 05510110 Maria do Carmo Villar Gonçalves – PEB – 1 - Nova Era - 10 - 23/11/2010 A 02/12/2010 - 158.I, 05539564 Elizabeth Lourenco Ferreira – PEB – 1 - Passabem - 10 - 09/12/2010 A 18/12/2010 - 158.I, 06188957 Micheline Abade Roberto de Brito – PEB – 1 - Itabira - 1 - 08/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 08676819 Nilza Silva Barbosa – PEB – 1 - Bela Vista de Minas - 3 - 08/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4890/2010

REGIONAL : Varginha

Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Masp Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Fazenda, 03090719 Joao Vicente de Almeida – GEFAZ – 1 - Varginha - 63 - 06/12/2010 A 06/02/2011 - 158.I

Sec.Est.da Educacao 07º SRE - Caxambu, 02435642 Maria Rita de Cassia Mota Gonçalves – ANE – 3 - Caxambu - 27 - 26/11/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 02907814 Kaeth Soares Paduan – EEB – 2 - Sao Lourenco - 61 - 02/11/2010 A 01/01/2011 - 158.I, 03189644 Maria de Lourdes Faria – PEB – 1 - Passa Quatro - 18 - 30/11/2010 A 17/12/2010 - 172, 03789484 Maria Adelaide Almeida Henrique Pinto – PEB – 2 - Sao Lourenco - 93 - 25/11/2010 A 25/02/2011 - 158.I, 03789484 Maria Adelaide Almeida Henrique Pinto – PEB – 1 - Sao Lourenco - 93

- 25/11/2010 A 25/02/2011 - 158.I

15º SRE - Itajuba, 02911683 Miriam de Araujo Carneiro – PEB – 1 - Cristina - 28 - 05/08/2010 A 01/09/2010 - 158.I

41º SRE - Varginha, 02146157 Marlene Alves da Silva – PEB – 2 - Varginha - 3 - 01/12/2010 A 03/12/2010 - 158.I, 03185808 Adelaide Regina Pereira – PEB – 1 - Lambari - 11 - 07/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03185808 Adelaide Regina Pereira – PEB – 2 - Lambari - 11 - 07/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 03189320 Maria de Fatima Tavares – PEB – 1 - Tres Pontas - 10 - 13/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 03425923 Ernani Carneiro Silva – PEB – 1 - Eloi Mendes - 20 - 01/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 03542958 Lidia Maria de Abreu Maria – PEB – 1 - Campos Gerais - 11 - 06/12/2010 A 16/12/2010 - 172, 03674470 Izaura Maria Ribeiro Borges – PEB – 1 - Sao Goncalo do Sapucaí - 23 - 09/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 03893815 Maria Beatriz da Silva Melo – PEB – 1 - Varginha - 8 - 04/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 03893815 Maria Beatriz da Silva Melo – PEB – 2 - Varginha - 8 - 04/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 04514287 Andreza da Silva Moreno Gonçalves – PEB – 1 - Varginha - 26 - 04/12/2010 A 29/12/2010 - 158.I, 04514287 Andreza da Silva Moreno Gonçalves – PEB – 2 - Eloi Mendes - 26 - 04/12/2010 A 29/12/2010 - 158.I, 07433675 Teresa Maria de Sousa – ASB – 1 - Lambari - 63 - 09/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I, 07436728 Erian Maria de Jesus Silva – ASB – 1 - Boa Esperanca - 63 - 09/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I, 07468093 Teresinha Isabel de Figueiredo – PEB – 1 - Tres Pontas - 63 - 07/12/2010 A 07/02/2011 - 158.I, 07496060 Beatriz D Martin Zanon Pereira – PEB – 1 - Varginha - 3 - 07/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 09453341 Aparecida de Fatima Assis Costa – ASB – 1 - Tres Coracoes - 63 - 13/12/2010 A 13/02/2011 - 158.I, 09489097 Jomar Caproni – PEB – 1 - Machado - 30 - 25/11/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 10923449 Lucilene Maria Silverio – PEB – 1 - Alfenas - 6 - 07/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 10923449 Lucilene Maria Silverio – PEB – 2 - Fama - 6 - 07/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 11241211 Maria Jose da Silva Araujo – PEB – 1 - Alfenas - 76 - 07/12/2010 A 20/02/2011 - 158.I, 11525243 Edenilda Aparecida Dozza de Paiva – PEB – 1 - Poco Fundo - 32 - 22/11/2010 A 23/12/2010 - 158.I

Sec.Est.da Saude, 03846185 Lidia Mara Martins de Paula – AUGAS – 1 - Varginha - 15 - 06/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I

IPSEMG-Instituto de Previdencia Servidores do Est.M.G., 10718161 Jose Constancio da Silveira Ferreira – ANSS – 1 - Alfenas - 60 - 12/11/2010 A 10/01/2011 - 158.I

Licença negada de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):
Sec.Est.da Educacao 3º Cargo Adm Localidade Data do Laudo
Sec.Est.da Educacao 41º SRE - Varginha, 10139145 Rosana Neves de Oliveira – PEB – 1 - Machado - 07/12/2010 -

Fica retificada a licença para tratamento de saúde concedida ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.

– 1 - Belo Horizonte - 60 - 06/12/2010 A 03/02/2011 - 158.I

Licença negada de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Data do Laudo
Sec.Est.da Educacao Metropolitana B, 08213548 Sirlene de Fatima Serapião da Conceicao – ASB – 1 - Sao Joaquim de Bicas - 10/12/2010 -

Fica retificada a licença para tratamento de saúde concedida ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.

Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Retificação
Sec.Est.da Educacao Metropolitana B, 06611776 Rosemary Xavier Assis de Lima – PEB – 1 - Onde se Lê: 7.07.09.2010,13.09.2010,3573/2010,MG 18.09.2010 - Leia-se: 8.06.09.2010,13.09.2010

PRORROGAÇÃO DE AJUSTAMENTO FUNCIONAL concedido ao(s) servidor (es) abaixo relacionado(s), nos termos do art. 30, parágrafo 2º da Constituição Estadual, Resolução nº 2367/93 e Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO nº 002 de 01 de outubro de 2008.
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Período Início Término
Sec.Est.da Educacao 23ª SRE - Muriae, 02925808 Carlos Homero Miranda Pereira – PEB – 1 - Muriae - 365 - 24/08/2006 A 23/08/2007, 02925808 Carlos Homero Miranda Pereira – PEB – 2 - Muriae - 365 - 24/08/2006 A 23/08/2007, 02925808 Carlos Homero Miranda Pereira – PEB – 1 - Muriae - 1825 - 24/08/2007 A 21/08/2012, 02925808 Carlos Homero Miranda Pereira – PEB – 2 - Muriae - 1825 - 24/08/2007 A 21/08/2012
Metropolitana C, 03198538 Junia Valeria Mendes Saraiva – PEB – 2 - Ribeirão das Neves - 365 - 11/12/2008 A 10/12/2009, 03198538 Junia Valeria Mendes Saraiva – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 365 - 11/12/2008 A 10/12/2009, 03198538 Junia Valeria Mendes Saraiva – PEB – 2 - Ribeirão das Neves - 730 - 11/12/2009 A 10/12/2011, 03198538 Junia Valeria Mendes Saraiva – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 730 - 11/12/2009 A 10/12/2011

FICA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE CONCESSÃO DE AJUSTAMENTO FUNCIONAL INICIAL concedido ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), nos termos do art. 30, parágrafo 2º da Constituição Estadual, Resolução nº 2367/93 e Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO nº 002 de 01 de outubro de 2008.
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Período
Sec.Est.da Educacao 22ª SRE - Montes Claros, 02827822 Carlos Cesar Carvalho Brandão – EXSE – 1 - Brasília de Minas - 730.01.12.2010,29.11.2012,4834.2010,MG 14.12.2010, 02827822 Carlos Cesar Carvalho Brandão – PEB – 2 - Brasília de Minas - 730.01.12.2010,29.11.2012,4894/2010,MG

COMUNICAÇÃO : 4898/2010 REGIONAL : Sao Joao Del Rei
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Educacao 03ª SRE - Barbacena, 03911971 Joao Amadeu de Souza – PEB – 1 - Andrelandia - 90 - 14/12/2010 A 13/03/2011 - 172, 11078128 Julia Maria de Almeida Nascimento – ASB – 1 - Madre de Deus De Minas - 15 - 13/12/2010 A 27/12/2010 - 158.I
34ª SRE - Sao Joao Del Rei, 08888059 Maria Aparecida Praca Evangelista – PEB – 1 - Sao Joao Del Rei - 9 - 15/12/2010 A 23/12/2010 - 158.II, 08888059 Maria Aparecida Praca Evangelista – PEB – 2 - Sao Joao Del Rei - 9 - 15/12/2010 A 23/12/2010 - 158.II, 10026276 Maria Cristina Filomena Campos Amorim – PEB – 1 - Sao Joao Del Rei - 8 - 14/12/2010 A 21/12/2010 - 158.I

COMUNICAÇÃO : 4899/2010 REGIONAL : Belo Horizonte
Licenças concedidas, no interior e na sede nos termos da Lei 869/52, combinado com o Decreto 43.661 de 22/11/2003.
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Período Artigo
Sec.Est.da Agricultura,Pec.e Abastecimento, 09008012 Ignês Botelho Figueiredo Matias – DAD-4 – 1 - Belo Horizonte - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I

Sec.Est.da Educacao Metropolitana A, 01564418 Leide das Gracas Braga Emediato – ATE – 2 - Belo Horizonte - 60 - 01/12/2010 A 29/01/2011 - 172, 02900496 Beatriz Maria Rodrigues – PEB – 1 - Belo Horizonte - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 02900496 Beatriz Maria Rodrigues – PEB – 1 - Belo Horizonte - 1 - 10/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 02900496 Beatriz Maria Rodrigues – PEB – 1 - Belo Horizonte - 1 - 14/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I, 02995140 Angela Maria de Sales Almeida – ANE – 1 - Belo Horizonte - 15 - 08/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 03442233 Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos – PEB – 2 - Belo Horizonte - 12 - 01/02/2010 A 12/02/2010 - 158.I, 03450764 Denise de Cassia Froes – PEB – 2 - Raposos - 7 - 10/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 04506978 Leila Diniz dos Santos – PEB – 2 - Bonfim - 10 - 28/10/2009 A 06/11/2009 - 158.I, 05402201 Wanduci Ilario da Costa – PEB – 1 - Belo Horizonte - 54 - 08/12/2010 A 30/01/2011 - 158.I, 08203010 Marta Henrique Imidio da Silva – ASB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 06/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 08496630 Jose Vicente Batista – ASB – 1 - Belo Horizonte - 5 - 07/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 09547084 Edna Mara Vieira – ASB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 07/12/2010 A 21/12/2010 - 158.I, 09571621 Neusa Aparecida Mesquita Lima – PEB – 2 - Sabara - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 09585860 Monica Ines Cyrino Patrus Ananias – PEB – 1 - Belo Horizonte - 8 - 07/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I, 10558849 Raquel Alves Gonçalves – PEB – 2 - Belo Horizonte - 23 - 09/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 10565661 Erika Pena Barreto – PEB – 1 - Belo Horizonte - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 11125457 Carolina Lacerda Mendes – PEB – 1 - Belo Horizonte - 10 - 02/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 11185774 Rosanne Ottoni Silva – ATB – 1 - Belo Horizonte - 4 - 07/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 11209996 Esmeralda Antonia de Carvalho – PEB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 11314010 Vivian Cristina dos Santos – PEB – 2 - Belo Horizonte - 1 - 06/12/2010 A 06/12/2010 - 158.I

03ª SRE - Barbacena, 02612703 Jose Galdino de Sousa – PEB – 1 - Barbacena - 41 - 29/10/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 02612703 Jose Galdino de Sousa – PEB – 2 - Barbacena - 41 - 29/10/2010 A 08/12/2010 - 158.I

11ª SRE - Diamantina, 02686426 Maria de Fatima Carvalho e Mendes – EEB – 2 - Capelinha - 63 - 05/12/2010 A 05/02/2011 - 158.I, 09336355 Renato Claudio Assuncao Trindade – PEB – 1 - Itamarandiba - 8 - 06/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 09336355 Renato Claudio Assuncao Trindade – PEB – 2 - Itamarandiba - 8 - 06/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I

12ª SRE - Divinópolis, 06089247 Noemia Fernandes da Silva Santana – PEB – 1 - Divinópolis - 30 - 06/12/2010 A 04/01/2011 - 158.I, 06089247 Noemia Fernandes da Silva Santana – PEB – 2 - Divinópolis - 30 - 06/12/2010 A 04/01/2011 - 158.I, 08671505 Luciene de Oliveira Lima Ribeiro – PEB – 1 - Itaguara - 9 - 02/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08671505 Luciene de Oliveira Lima Ribeiro – PEB – 2 - Itaguara - 9 - 02/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I

13ª SRE - Governador Valadares, 05629605 Maria Aparecida Lomeu – ASB – 1 - Itanhomi - 7 - 07/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I

22ª SRE - Montes Claros, 05873781 Ambrosina Rodrigues de Souza Pereira – PEB – 1 - Montes Claros - 10 - 04/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 05873781 Ambrosina Rodrigues de Souza Pereira – PEB – 2 - Montes Claros - 10 - 04/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I

25ª SRE - Ouro Preto, 08338998 Ana Elisa dos Santos – ASB – 1 - Ouro Preto - 63 - 09/12/2010 A 09/02/2011 - 158.I

27ª SRE - Passos, 03392040 Marlice Santos Barbosa – PEB – 1 - Passos - 56 - 01/07/2009 A 25/08/2009 - 158.I

28ª SRE - Patos de Minas, 06196539 Maria Aparecida da Purificacao Ribeiro – PEB – 1 - Sao Gotardo - 9 - 04/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 06975007 Cleuba das Gracas de Souza – ASB – 1 - Patos de Minas - 7 - 07/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I

32ª SRE - Pouso Alegre, 11262359 Denice Rodrigues da Silva – ASB – 1 - Careacu - 18 - 26/11/2010 A 13/12/2010 - 158.I

34ª SRE - Sao Joao Del Rei, 05227954 Walмира Possa – ASB – 1 - Prados - 20 - 25/11/2010 A 14/12/2010 - 158.I

37ª SRE - Teófilo Ottoni, 06375885 Suely de Souza Sulz – PEB – 1 - Teófilo Ottoni - 6 - 07/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 06375885 Suely de Souza Sulz – PEB – 2 - Teófilo Ottoni - 6 - 07/12/2010 A 12/12/2010

- 158.I, 09522806 Doria Veiga Gomes dos Santos – PEB – 1 - Padre Paraíso - 13 - 25/11/2010 A 07/12/2010 - 158.I

40ª SRE - Uberlândia, 08276370 Maria Helena do Nascimento – EEB – 1 - Uberlândia - 9 - 04/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I

Metropolitana B, 02663656 Maria de Fatima Mesquita De Miranda – PEB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 06/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 03302015 Margaret Salgado Stopa Fialho – PEB – 1 - Belo Horizonte - 17 - 06/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 03302015 Margaret Salgado Stopa Fialho – PEB – 2 - Belo Horizonte - 17 - 06/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 03737434 Paulo Roberto Militao – PEB – 1 - Belo Horizonte - 3 - 22/11/2010 A 24/11/2010 - 158.I, 04506978 Leila Diniz dos Santos – PEB – 1 - Igarapé - 10 - 28/10/2009 A 06/11/2009 - 158.I, 05408372 Aice Gomes da Silva – ASB – 1 - Contagem - 62 - 05/12/2010 A 04/02/2011 - 158.I, 05594213 Vanilda Magela Clemente – PEB – 1 - Belo Horizonte - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 05595236 Mariza Gorete Soares Alfenas das Chagas – PEB – 1 - Ibitrite - 8 - 10/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 05595236 Mariza Gorete Soares Alfenas das Chagas – EEB – 3 - Ibitrite - 8 - 10/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 07983984 Geralda do Nascimento Soares – PEB – 2 - Contagem - 4 - 10/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 07987662 Marta Lucia Correa Felisbino Oliveira – PEB – 3 - Belo Horizonte - 9 - 07/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 08394082 Valquiria Gomes Almeida – PEB – 1 - Ibitrite - 30 - 09/12/2010 A 07/01/2011 - 158.I, 08394082 Valquiria Gomes Almeida – PEB – 2 - Ibitrite - 30 - 09/12/2010 A 07/01/2011 - 158.I, 08524050 Sibeila Maria Fernandes – EEB – 1 - Betim - 10 - 07/12/2010 A 16/12/2010 - 158.I, 08559171 Luiz Carlos do Carmo – PEB – 1 - Belo Horizonte - 2 - 07/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 09317223 Maria das Gracas Andrade – PEB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 09317223 Maria das Gracas Andrade – PEB – 2 - Belo Horizonte - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 09362872 Rosangela de Oliveira Carvalho – EEB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 07/12/2010 A 21/12/2010 - 158.I, 09413329 Marlene Souza de Oliveira – ASB – 1 - Ibitrite - 15 - 07/12/2010 A 21/12/2010 - 158.I, 09511882 Maria Lucia de Oliveira Santos – ATB – 1 - Contagem - 15 - 10/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 09557992 Edelmirtes Von Der Heide Souza Freitas – ATB – 1 - Betim - 30 - 04/12/2010 A 02/01/2011 - 158.I, 09686437 Ana Josefina D Assuncao Leite – ANE – 1 - Belo Horizonte - 18 - 07/12/2010 A 24/12/2010 - 158.I, 09771395 Carla Cristina Froes do Carmo – PEB – 1 - Contagem - 15 - 06/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 10010635 Ciro Junior Teixeira – PEB – 1 - Belo Horizonte - 18 - 06/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I, 10025503 Gloriaana Ferreira Coelho Braga – PEB – 1 - Belo Horizonte - 2 - 09/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10109015 Irani Alves Feitosa – PEB – 1 - Contagem - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 10519015 Irani Alves Feitosa – PEB – 2 - Contagem - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 10519635 Kelyver de Lima Fraga – PEB – 1 - Belo Horizonte - 20 - 03/12/2010 A 22/12/2010 - 158.I, 10528446 Silvana Maria de Melo Novaes – PEB – 1 - Betim - 31 - 09/12/2010 A 08/01/2011 - 158.I, 10535946 Renato Soares – PEB – 1 - Belo Horizonte - 20 - 06/12/2010 A 25/12/2010 - 158.I, 10638591 Creuza Maria Lopes – ATB – 1 - Contagem - 2 - 08/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 10678506 Mariela Alves e Silva – PEB – 1 - Belo Horizonte - 15 - 11/12/2010 A 25/12/2010 - 158.I, 10941185 Enir Linhares Humia Cortez – PEB – 1 - Contagem - 20 - 07/12/2010 A 26/12/2010 - 158.I, 10941185 Enir Linhares Humia Cortez – PEB – 2 - Contagem - 20 - 07/12/2010 A 26/12/2010 - 158.I, 11054152 Janete Rodrigues Simao – EEB – 1 - Belo Horizonte - 2 - 06/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 11154069 Elem Cristina Farias Marques – PEB – 1 - Contagem - 31 - 07/12/2010 A 06/01/2011 - 158.I, 11154069 Elem Cristina Farias Marques – PEB – 2 - Contagem - 31 - 07/12/2010 A 06/01/2011 - 158.I, 11292075 Deborah Cunha Campos – PEB – 1 - Ibitrite - 3 - 06/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 11409042 Vanda Lucia Fernandes Dias – ATB – 1 - Betim - 7 - 09/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 11584588 Vilma Rodrigues Coelho – ASB – 1 - Belo Horizonte - 5 - 05/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I

Metropolitana C, 02489326 Maria da Penitencia Da Mota Parizi – PEB – 2 - Belo Horizonte - 12 - 01/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I, 05423215 Carlos Jose Ottoni de Oliveira – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 24 - 08/12/2010 A 31/12/2010 - 158.I, 05995121 Tania Maria Evangelista das Gracas – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 59 - 11/12/2010 A 07/02/2011 - 158.I, 05995121 Tania Maria Evangelista das Gracas – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 12 - 29/11/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08039869 Maria Beatriz Becattini Vaccaro – PEB – 2 - Santa Luzia - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 08435489 Wania Lucia Barbosa de Oliveira – PEB – 1 - Pedro Leopoldo - 2 - 24/08/2009 A 25/08/2009 - 158.I, 08435489 Wania Lucia Barbosa de Oliveira – PEB – 1 - Pedro Leopoldo - 3 - 26/08/2009 A 28/08/2009 - 158.I, 08435489 Wania Lucia Barbosa de Oliveira – PEB – 1 - Pedro Leopoldo - 5 - 31/08/2009 A 04/09/2009 - 158.I, 08483877 Eva das Dores Pereira Campos da Silva – ASB – 1 - Belo Horizonte - 61 - 08/12/2010 A 06/02/2011 - 158.I, 09356262 Silvana Pereira Lopes – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 6 - 06/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 09376187 Sonia da Conceicao Braga Franca – PEB – 1 - Belo Horizonte - 58 - 06/12/2010 A 01/02/2011 - 158.I, 09376187 Sonia da Conceicao Braga Franca – PEB – 2 - Ribeirão das Neves - 58 - 06/12/2010 A 01/02/2011 - 158.I, 09787607 Roseli Rodrigues dos Santos – ASB – 1 - Belo Horizonte - 30 - 03/12/2010 A 01/01/2011 - 158.I, 09808163 Maria da Piedade dos Anjos Santos – ASB – 1 - Jaboticatubas - 9 - 09/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 10528297 Valeria Regina Martins Telles – PEB – 1 - Vespasiano - 5 - 07/12/2010 A 11/12/2010 - 158.I, 10757664 Monica Pereira Costa Sena – PEB – 1 - Belo Horizonte - 1 - 02/12/2010 A 02/12/2010 - 158.I, 10764678 Eduardo Marchetti da Silva – PEB – 1 - Vespasiano - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 10764678 Eduardo Marchetti da Silva – PEB – 2 - Vespasiano - 1 - 07/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 10764678 Eduardo Marchetti da Silva – PEB – 1 - Vespasiano - 1 - 10/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10764678 Eduardo Marchetti da Silva – PEB – 1 - Vespasiano - 1 - 10/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10857043 Daniele Cristina Dias de Sousa – PEB – 1 - Belo Horizonte - 4 - 06/12/2010 A 09/12/2010 - 158.I, 10875136 Tatiane Virginia Soares – PEB – 2 - Belo Horizonte - 7 - 07/12/2010 A 13/12/2010 - 158.I, 11205739 Selma Teixeira da Silva Nascimento – PEB – 1 - Santa Luzia - 73 - 30/11/2010 A 10/02/2011 - 158.I, 11205739 Selma Teixeira da Silva Nascimento – PEB – 2 - Santa Luzia - 73 - 30/11/2010 A 10/02/2011 - 158.I, 11345980 Fernanda Miranda Silva – PEB – 2 - Belo Horizonte - 7 - 09/12/2010 A 15/12/2010 - 158.I, 11444411 Nescineia Euclides Silva – PEB – 1 - Ribeirão das Neves - 3 - 06/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I

Sec.Est.da Cultura, 03665478 Aparecida Barbosa da Costa – DAD-2 – 1 - Belo Horizonte - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I

Sec.Est.de Transportes e Obras Publicas, 02630648 Maria das Gracas de Jesus – AUTOP – 1 - Belo Horizonte - 2 - 06/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I, 09047200 Elizeu Chaves Menezes – AUTOP – 1 - Belo Horizonte - 30 - 10/12/2010 A 08/01/2011 - 158.I

Sec.Est.da Saude, 03864576 Agda Soares Martins – DAD-3 – 1 - Belo Horizonte - 11 - 10/12/2010 A 20/12/2010 - 158.I, 09042516 Lucia Helena Ricardo de Souza – EPGS – 1 - Belo Horizonte - 30 - 06/12/2010 A 04/01/2011 - 158.I, 09134800 Marco Antonio Pedra – AUGAS – 1 - Belo Horizonte - 7 - 06/12/2010 A 12/12/2010 - 158.I

Secretaria de Estado de Turismo, 09070673 Claudia Macedo Gil – DAD-4 – 1 - Belo Horizonte - 30 - 10/12/2010 A 08/01/2011 - 158.I

Secretaria de Defesa Social, 09059346 Marilda Miranda Caldeira – ASP – 1 - Ribeirão das Neves - 32 - 14/12/2010 A 14/01/2011 - 158.I, 11608858 Elaine da Silva Santos – ASEDs - 1 - Ribeirão das Neves - 2 - 09/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 12139499 Magda Andrade Neves – ANEDS - 1 - Ribeirão das Neves - 21 - 10/12/2010 A 30/12/2010 - 158.I, 12365086 Eduardo Soares Ribeiro – AGSE - 2 - Ribeirão das Neves - 1 - 08/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 12365227 Joao Luiz Pacheco de Souza – AGSE - 2 - Ribeirão das Neves - 3 - 12/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I, 12488789 Gualdupe Cristina Braz Ferreira Caljome – AGSE - 1 - Belo Horizonte - 5 - 06/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 12630927 Messias Reis Benevides – ASEDs - 1 - Belo Horizonte - 3 - 06/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I

Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, 09047242 Soraya Nogueira Pedrosa Souza – DAD-1 – 1 - Belo Horizonte - 33 - 09/12/2010 A 10/01/2011 - 158.I

Secretaria de Planejamento e Gestao, 11875689 Leticia Dolabela Barros

Silva – GGOV – 2 - Belo Horizonte - 2 - 06/12/2010 A 07/12/2010 - 158.I

IPSEMG-Instituto de Previdencia Servidores do Est.M.G., 10699908 Jaime Balmes Pires Sanna – ANSS - 1 - Belo Horizonte - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 10700094 Maria Luiza Goncalves Resende – ANSS - 1 - Belo Horizonte - 5 - 13/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I, 10706737 Sonia Isabel dos Reis Lima – AUSS – 1 - Belo Horizonte - 10 - 10/12/2010 A 19/12/2010 - 158.I, 10710721 Eudimar Jose Goncalves – AUSS – 1 - Belo Horizonte - 17 - 24/11/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10714830 Miguel Angelo Gontijo Alvares – ANSS – 1 - Belo Horizonte - 89 - 07/12/2010 A 05/03/2011 - 172, 10715761 Silvio Estevaso Lima – AUSS – 1 - Belo Horizonte - 31 - 10/12/2010 A 09/01/2011 - 158.I, 10729838 Marcia de Cassia De Brito – AUSS – 1 - Belo Horizonte - 1 - 08/12/2010 A 08/12/2010 - 158.I, 10736460 Elci Alves da Silva – AUSS – 1 - Belo Horizonte - 1 - 10/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I, 10737252 Aliny Diniz Ferreira – TSS – 1 - Belo Horizonte - 1 - 04/12/2010 A 04/12/2010 - 158.I, 10737542 Paulo Adriano Machado de Souza – TSS – 1 - Belo Horizonte - 23 - 09/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I

FAPEMIG-Fund.Amparo a Pesquisa do Est.M.G., 11715125 Alan Cordeiro Fagundes – TACT – 1 - Belo Horizonte - 4 - 03/12/2010 A 06/12/2010 - 158.I

CETEC-Fund.Centro Tecnologico de M.G., 12143756 Leila Aparecida Anastacio – GCT – 1 - Belo Horizonte - 5 - 10/12/2010 A 14/12/2010 - 158.I

Fundacao Clovis Salgado, 10358778 Maria do Carmo Sampaio de Oliveira Rodrigues – TGA – 1 - Belo Horizonte - 60 - 04/12/2010 A 01/02/2011 - 158.I

JUCEMG-Junta Comercial do Est.de M.G., 10455467 Irani Ranieri de Melo – AGRE – 1 - Belo Horizonte - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I

HEMOMINAS-Fund.Hematologia Hemoterapia de M.G., 10860641 Marina Elizabete Amaral – ATTH – 3 - Belo Horizonte - 12 - 06/12/2010 A 17/12/2010 - 158.I

IPEM/MG-Inst.Pesos e Medidas do Est.M.G., 10612984 Maria Valeria Chagas de Oliveira – AGMQ – 1 - Contagem - 15 - 09/12/2010 A 23/12/2010 - 158.I

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 10453447 Denilson Marins de Matos – TAG – 1 - Belo Horizonte - 2 - 09/12/2010 A 10/12/2010 - 158.I

Licença negada de acordo com o Decreto 43.661 de 22/11/2003, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):
Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade Data do Laudo
Sec.Est.da Educacao Metropolitana A, 09394156 Lissyx Evangelista – PEB – 1 - Sabara - 14/12/2010 -

Fica sem efeito a publicação de licença para tratamento de saúde do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), por ter sido publicada indevidamente.

Órgão SRE Map Nome Cargo Adm Localidade publicação
Sec.Est.da Educacao 08ª SRE - Conselheiro Lafaiete, 03643699 Severino Carlos de Resende – PEB – 2 - Conselheiro Lafaiete - 11,24.1 0.2010,03.11.2010,4313/2010,MG 10.11.2010

AJUSTAMENTO FUNCIONAL INICIAL concedido ao(s) servidor (es) abaixo relacionado(s), nos termos do art. 30, parágrafo 2º da Constituição Estadual, Resolução nº 2367/93 e Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO nº 002 de 01 de outubro de 2008.
Órgão SRE Map Cargo Nome Adm Localidade Período Início Término

Sec.Est.da Educacao 03ª SRE - Barbacena, 11075520 Jacqueline Aparecida Benjamim Amaral – PEB – 1 - Carandai - 365 - 08/11/2010 A 07/11/2011

04ª SRE - Campo Belo, 02314862 Clara Ferreira Nogueira – PEB – 2 - Lavras - 365 - 09/11/2010 A 08/11/2011, 08

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEE Nº 7948, 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da decisão judicial do processo de nº 1.0024.06.989.897-1/001 e retificação do posicionamento da servidora que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando o disposto na Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004, no artigo 12 da Lei nº 15.784, de 27 de outubro de 2005, no Decreto nº 44.141 de 27 de outubro de 2005, da Lei nº 16.192 de 23 de junho de 2006 e no Decreto nº 44.331 de 26 de junho de 2006.

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do processo de nº 1.0024.06.989.897-1/001, fica retificado o posicionamento em carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, constante no Anexo único da Resolução Conjunta nº 5792, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado, de 08 de novembro de 2005, na parte a que se refere à servidora relacionada nos quadros abaixo, na forma do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único – O posicionamento a que se refere o caput deste artigo produzirá efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2005.

Art. 2º Para viabilizar o cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do processo de nº 1.0024.06.989.897-1/001, fica retificado o posicionamento de servidora da Secretaria de Estado de Educação, integrante da carreira de Analista Educacional do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, constante no Anexo Único da Resolução Conjunta nº 6026, de 26 de junho de 2006, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado, de 27 de junho de 2006, na parte a que se refere à servidora relacionada no Anexo II da presente Resolução.

Parágrafo único – O posicionamento a que se refere o caput deste artigo produzirá efeitos a partir de 01 de junho de 2006.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às vigências especificadas nos parágrafos únicos dos artigos 1º e 2º.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

VANESSA GUIMARÃES PINTO

Secretária de Estado de Educação

ANEXO I

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SEE Nº 7948/2010)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CARREIRA DE ANE – ANALISTA EDUCACIONAL

SERVIDOR ATIVO – SRE – METROPOLITANA C - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cod. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Lina Raquel da Costa Santos	990624-9	03	ANE	Analista Educacional	II	F	ANE	III	B	40

ANEXO II

(a que se refere ao art. 2º da Resolução SEPLAG /SEE Nº 7948/2010)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CARREIRA DE ANE – ANALISTA EDUCACIONAL

SERVIDOR ATIVO – SRE – METROPOLITANA C - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cod. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Lina Raquel da Costa Santos	990624-9	03	ANE	Analista Educacional	I	F	ANE	II	B	40

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7938, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Cível Nº 1.0433.07.215405-0/001, que determina a concessão de progressão horizontal ao servidor que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**,considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível nº 1.0433.07.215405-0/001, que concede progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificada a Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/ UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 106 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade,, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 02 de outubro de 2010, na parte a que se refere ao servidor relacionado no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7938/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE AUNIV – AUXILIAR ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Maria José de Souza Amaral	1046722-3	1	OFSG	Oficial de Serviços Gerais	I	B	AUNIV	I	B	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7939, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Cível Nº 1.0433.07.215095-9/001, que determina a concessão de progressão horizontal ao servidor que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**,considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível nº 1.0433.07.215095-9/001, que concede progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificada a Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/ UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 97 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 02 de outubro de 2010, na parte a que se refere ao servidor relacionado no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7939/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE AUNIV – AUXILIAR ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Adelaide Aguiar Cordeiro	1046393-3	1	AJSG	Ajudante de Serviços Gerais	-	D	AUNIV	I	A	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7940 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Cível Nº 1.0433.07.214995-1/001, que determina a concessão de progressão horizontal ao servidor que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**,considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível nº 1.0433.07.214995-1/001, que concede progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificada a Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/ UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 108 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 02 de outubro de 2010, na parte

a que se refere ao servidor relacionado no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7940/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE AUNIV – AUXILIAR ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Terezinha de Jesus Carvalho	1046184-6	1	AJSG	Ajudante de Serviços Gerais	-	D	AUNIV	I	A	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7941, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Cível Nº 1.0433.07.214512-4/001, que determina a concessão de progressão horizontal ao servidor que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**,considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível nº 1.0433.07.214512-4/001, que concede progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificada a Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/ UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 107 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 02 de outubro de 2010, na parte a que se refere ao servidor relacionado no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7941/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE AUNIV – AUXILIAR ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Verônica Ribeiro de Souza	1045728-1	1	AJSG	Ajudante de Serviços Gerais	-	B	AUNIV	I	A	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7942 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos da Apelação Cível Nº 1.0433.07.213366-6/001, que determina a concessão de progressão horizontal ao servidor que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado, E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES**, considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível nº 1.0433.07.213366-6/001, que concede progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificada a Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/ UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 100 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 02 de outubro de 2010, na parte a que se refere ao servidor relacionado no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7942/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE AUNIV – AUXILIAR ADMINISTRATIVO UNIVERSITÁRIO

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Edmário Pereira Alves	1045781-0	1	OFSG	Oficial de Serviços Gerais	I	D	AUNIV	I	B	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7943, 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Ação Ordinária nº 0433.07.216566-8 que determina a concessão de progressão horizontal à servidora que menciona.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado,E **O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**,considerando o disposto na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, no artigo 12 da Lei nº 15.785, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.140, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da decisão judicial da Ação Ordinária de nº 0433.07.216566-8, que determina a concessão de progressão horizontal à servidora lotada no quadro de pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, fica retificado o posicionamento constante da Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/UNIMONTES nº 5800, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 08 de novembro de 2005, conforme Portaria nº 103 - REITOR/2010, do Reitor dessa Universidade, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado em 02 de outubro de 2010, na parte a que se refere à servidora relacionada no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2005.

Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução SEPLAG /SECTES/UNIMONTES Nº 7943/2010)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

CARREIRA DE TUS – TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE

SERVIDOR ATIVO LOTADO NA UNIMONTES - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Semanal
Iracema Rodrigues Mendes	1045712-5	1	TUS	Técnico Universitário da Saúde	I	C	TUS	I	E	30

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/IPSEMG Nº 7944, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para viabilizar o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo nº 0024.06.993782-9, formaliza o posicionamento de servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, em carreiras de Atividades de Seguridade Social,

nos termos do Decreto nº 44.213, de 27 de janeiro de 2006.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado**E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPSEMG**,considerando o disposto na Lei nº 15465 de 13 de janeiro de 2005, no art. 16 da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005, Lei 18.682, de 28 de dezembro de 2009 e no Decreto nº 44.213 de 27 de janeiro de 2006,

Resolvem:
Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo nº 0024.06.993782-9, que determina a concessão de progressão horizontal aos servidores lotados no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG, conforme Ato da Gerente de Recursos Humanos e Logística, publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado, em 07 de outubro de 2010, fica formalizado, nos termos do Decreto 44.213, de 27 de janeiro de 2006 e na forma do Anexo Único desta Resolução, o posicionamento dos servidores, ocupantes do cargo de provimento efetivo e de servidores que passaram para a inatividade em cargo de provimento efetivo ou função pública transformado em cargos das carreiras instituídas pela Lei 15.465, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2006.

Belo Horizonte, aos 10 de dezembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ANTÔNIO ABRAHÃO CARAM FILHO

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

ANEXO

(a que se refere ao art. 1º da Resolução Conjunta SEPLAG /IPSEMG Nº 7944/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE SEGURIDADE SOCIAL

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINS GERAIS – IPSEMG

CARREIRA DE AUSS – AUXILIAR DE SEGURIDADE SOCIAL

SERVIDORES ATIVOS LOTADOS NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS –IPSEMG

Nome do servidor	Masp	SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Sem	
Ricardo de Andrade	1071222-2	1	00923	Escriturário	-	11	AUSS	II	N	30	
Eunice Margareth Mendes Villas Boas	1069795-1	1	00923	Escriturário	-	14	AUSS	II	P	30	
Marcelo da Silva Couto	1071362-6	1	00923	Escriturário	-	11	AUSS	II	N	30	

CARREIRA DE AUSS – AUXILIAR DE SEGURIDADE SOCIAL

SERVIDORES INATIVOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS –IPSEMG

Nome do servidor	Masp	SITUAÇÃO ANTERIOR AO POSICIONAMENTO					SITUAÇÃO PÓS- POSICIONAMENTO				
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Sem	
Meire de Castro Lima	1069834-8	1	00923	Escriturário	-	14	AUSS	II	P	30	
Tânia Maria Chaves Menezes	1069894-2	1	00928	Auxiliar de Enfermagem	-	13	AUSS	II	O	30	
Lillian Maria Gomes Mol	1070203-3	1	00923	Escriturário	-	13	AUSS	II	O	30	
Maria Santana Veloso Pereira	1068629-3	1	00923	Escriturário	-	11	AUSS	II	N	30	

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SES/FHEMIG Nº 7945, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre providências para o cumprimento da Apelação Cível Nº 1.0024.05.698772-0/001, que determina a concessão de progressão horizontal aos servidores lotados no quadro de pessoal da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE,no uso das atribuições conferidas pelo inciso III do § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais**E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG**,considerando o disposto na Lei nº 10.961, de 14 de dezembro de 1992, artigo 36 do Decreto nº 36.033 de 14 de setembro de 1994, Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, artigo 12 da Lei nº 15786, de 27 de outubro de 2005 e no Decreto nº 44.139, de 27 de outubro de 2005,

Resolvem:

Art. 1º Para viabilizar o cumprimento da Apelação Cível Nº 1.0024.05.698772-0/001, que determina a concessão de progressão horizontal aos servidores lotados na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, fica retificado o posicionamento dos servidores relacionados no Anexo I, referente ao Quadro Geral de Posicionamento no Plano de Carreira do Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994 constante no Anexo I da Resolução Conjunta nº 2367, de 12 de julho de 1995.

Parágrafo único: o posicionamento referente aos servidores a que se refere o caput deste artigo passa a ter vigência a partir de 15 de setembro de 1994.

Art. 2º Ficam concedidas as progressões horizontais aos servidores relacionados no Anexo II, referente ao Quadro Geral de Posicionamento no Plano de Carreira do Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994, e conforme Ato do Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado em 19 de agosto de 2009 e 27 de agosto de 2009, em cumprimento da Apelação Cível Nº 1.0024.05.698772-0/001.

Parágrafo único: as progressões horizontais concedidas aos servidores a que se refere o caput deste artigo terão vigências a partir das datas determinadas no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Fica retificado o posicionamento dos servidores relacionados no Anexo III, em carreiras do Grupo de Atividades de Saúde, constante no Anexo Único da Resolução Conjunta SEPLAG/SES/FHEMIG Nº 5798, de 07 de novembro de 2005, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado em 08 de novembro de 2005.

Parágrafo único: a retificação a que se refere o caput deste artigo produzirá efeitos a partir de 01 de setembro de 2005.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às vigências especificadas nos parágrafos únicos dos artigos 1º, 2º e 3º.

Belo Horizonte, aos 10 de dezembro de 2010.

RENATA VILHENA

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ANTÔNIO JORGE DE SOUZA MARQUES

Secretário de Estado de Saúde

ANTÔNIO CARLOS DE BARROS MARTINS

Presidente da FHEMIG

ANEXO I

(a que se refere ao artigo 1º da Resolução Conjunta SEPLAG/SES/FHEMIG Nº 7945/10)

QUADRO GERAL DE POSICIONAMENTO NO PLANO DE CARREIRA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG

SITUAÇÃO ANTERIOR AO POSICIONAMENTO					SITUAÇÃO NOVA	
MASP	Nome do servidor	Denominação do cargo	Nível e Grau	Tempo	Denominação do cargo	Nível e Grau
0029916-4	Adelino Teixeira de Souza	Secretário	TEC V A	4255 d	Auxiliar Administrativo	III A
1038565-6	Aldo Coelho Carvalho	Médico Clínico Geral	TNS VII B	5289 d	Analista da Saúde	III E
1039885-7	Alexandra Muzzi	Médico Cirurgião Geral	TNS VII B	3332 d.	Analista da Saúde	II E
1039268-6	Ângela Maria Baracho Ribeiro	Atendente	ATD III B	5081 d.	Atendente de Enfermagem	II B
1041030-6	Diovani Charles França	Auxiliar de Enfermagem	AUT V A	1676 d.	Auxiliar da Saúde	I A

ANEXO II

(a que se refere ao art. 2º da Resolução SEPLAG/SES/FHEMIG Nº 7945/10)

QUADRO GERAL DE POSICIONAMENTO NO PLANO DE CARREIRA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG - RETIFICAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
MASP	Nome do servidor	Denominação do cargo	Símbolo	Denominação do cargo	Nível e Grau	Vigência A partir de
0029916-4	Adelino Teixeira de Souza	Auxiliar Administrativo	III – A	Auxiliar Administrativo	III – B	15.12.98 a 13.12.00
			III – B		III – C	14.12.00 a 13.12.02
1038565-6	Aldo Coelho de Carvalho	Analista da Saúde	III – E	Analista da Saúde	III – F	05.07.98 a 03.07.00
			III – F		III – G	04.07.00 a 03.07.02
1039885-7	Alexandra Muzzi	Analista da Saúde	III – G	Analista da Saúde	III – H	04.07.02 a 02.07.04
			II – E		II – F	24.09.99 a 22.09.01
1039268-6	Ângela Maria Baracho Ribeiro	Atendente de Enfermagem	II – F	Atendente de Enfermagem	II – G	23.09.01 a 22.09.03
			II – B		II – C	29.05.01 a 28.05.03
			II – C		II – D	29.05.03 a 27.05.05
1041030-6	Diovani Charles França	Auxiliar da Saúde	I – A	Auxiliar da Saúde	I – B	09.12.98 a 07.12.00

			I – B		I – C	08.12.00 a 07.12.02
			I – C		I – D	08.12.02 a 06.12.04

ANEXO III

(a que se refere ao art. 3º da Resolução SEPLAG /SES/FHEMIG Nº 7945/10)

POSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARREIRA DE PENF – PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

SERVIDORES ATIVOS LOTADOS NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp	SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Sem.	
Diovani Charles França	1041030-6	1	PENF	Profissional de Enfermagem	I	D	PENF	I	G	30	
Ângela Maria Baracho Ribeiro	1039268-6	1	PENF	Profissional de Enfermagem	T	F	PENF	T	H	30	

CARREIRA DE MED – MÉDICO

SERVIDORES ATIVOS LOTADOS NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp	SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Sem.	
Alexandra Muzzi	1039885-7	1	MED	Médico	II	F	MED	II	H	12	
Aldo Coelho Carvalho	1038565-6	1	MED	Médico	III	C	MED	III	H	12	

CARREIRA DE TOS – TÉCNICO OPERACIONAL DA SAÚDE

SERVIDOR INATIVO LOTADO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG - RETIFICAÇÃO

Nome do servidor	Masp	SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
		Nº de Adm.	Cod. Classe	Descrição da Classe	Nível	Grau	Cód. Classe	Nível	Grau	Carga Hor. Sem.	
Adelino Teixeira de Souza	29916-4	1	TOS	Técnico Operacional da Saúde	II	F	TOS	III	A	30	

188 cm -15 132308 - I

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 24 de novembro de 2010, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado em 14 de dezembro de 2010, página 34:

ONDE SE LÊ:

Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 24 de novembro de 2010.

LEIA-SE:

Resolução Conjunta SEPLAG/SECTES/UNIMONTES Nº 7932, de 24 de novembro de 2010.

3 cm -15 132329 - I

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

O Diretor da Superintendência Central de Administração de Pessoal, no uso de suas atribuições exonera, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº. 869, de 5 de julho de 1952, os servidores infra-relacionados, ficando os mesmos cientes da necessidade de procurar a Unidade de Recursos Humanos do seu órgão de lotação para regularizar possíveis pendências em sua situação funcional:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Abigail Cristina Duque Seabra, masp 1.095.055-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Francisco Cardoso Assumpção”, de Ribeirão das Neves, a partir de 1º de fevereiro de 2010; Adriana Fernandes de Castro, masp 1.066.087-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Quinto Alves Tolentino”, de Cláudio, a partir de 25 de agosto de 2010; Adriana Lopes de Figueiredo, masp 1.008.173-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Oroncio Murgel Dutra”, de Belo Horizonte, a partir de 2 de março de 2010; Adriana Márcia da Silva, masp 1.057.547-0, do cargo efetivo de Assistente Técnico de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Antenor Pessoa”, de Belo Horizonte, a partir de 7 de abril de 2010; Adriana Ribeiro de Andrade, masp 1.146.716-4, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Padre João de Santo Antônio”, de Santa Luzia, a partir de 3 de fevereiro de 2010; Ágnez de Lélis Saraiva, masp 363.548-9, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível IV, Grau A, da E.E. “Pedro Alcântara Nogueira”, de Ribeirão das Neves, a partir de 23 de abril de 2010; Alessandra Ferreira de Souza, masp 1.076.329-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “João de Deus Gomes”, de Ribeirão das Neves, a partir de 1º de março de 2010; Alessandra Teixeira Pimenta, masp 886.203-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(1º cargo), da E.E. “Deputado Renato Azeredo”, de Vespasiano, a partir de 5 de fevereiro de 2010; Alessandro Giordani de Paula, masp 1.055.365-9, do cargo efetivo de Assistente Técnico de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Manoel Martins de Melo”, de Ribeirão das Neves, a partir de 18 de março de 2010; Alysson Rodrigues de Moura, masp 1.055.260-2, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Geraldo Teixeira da Costa”, de Santa Luzia, a partir de 1º de maio de 2010; Ana Flávia Viana Bayão de Oliveira, masp 454.136-3, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Getúlio Vargas”, de Belo Horizonte, a partir de 15 de março de 2010; Ana Paula de Paiva Pinheiro de Carvalho, masp 1.105.564-7, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau B, da E.E. “Madre Carmelita”, de Belo Horizonte, a partir de 1º de março de 2010; Anastácio Ferreira de Castro, masp 619.798-2, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “José Bonifácio Nogueira”, de Ribeirão das Neves, a partir de 26 de maio de 2010; Andrea Almeida da Silva, masp 377.658-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Ursulina de Andrade Melo”, de Belo Horizonte, a partir de 30 de julho de 2010; Andréia Aguiar Rocha, masp 1.052.095-5, do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação Básica, Nível II, Grau A, da E.E. “São Pedro e São Paulo”, de Belo Horizonte, a partir de 1º de junho de 2010; Andréia Mendes Carvalho, masp 1.135.056-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível I, Grau A, da E.E. “José Maria Bicalho”, de Santa Luzia, a partir de 5 de março de 2010; Angelita Aparecida Ferreira, masp 601.134-0, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível IV, Grau A, da E.E. “Domingos Pinto Brochado”, de Unai, a partir de 3 de agosto de 2010; Antônia Angélica

Mendes do Nascimento, masp 1.061.767-8, do cargo de provimento efetivo de Analista Educacional, Nível II, Grau B, da S.R.E. - Montes Claros, a partir de 1º de setembro de 2010; Antônio Augusto Martins dos Santos, masp 1.061.903-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Professor Hamilton Lopes”, de Montes Claros, a partir de 30 de agosto de 2010; Antônio Augusto Martins dos Santos, masp 1.061.903-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível IV, Grau B, da E.E. “Professor Hamilton Lopes”, de Montes Claros, a partir de 30 de agosto de 2010; Brillian Aquino Fernandes, masp 1.155.025-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Machado de Assis”, de Vespasiano, a partir de 12 de abril de 2010; Cirlene Pinto Cruvinel, masp 182.404-4, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Assuntos Educacionais, da S.R.E. – Uberaba, a partir de 22 de julho de 1994; Clemência Aparecida Hott, masp 965.706-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “José Joaquim Lages”, de Ribeirão das Neves, a partir de 27 de maio de 2010; Cristiane Alves da Silva Oliveira, masp 968.361-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Marechal Hermes”, de Carneirinho, a partir de 5 de abril de 2010; Cristiano Gonçalves Augusto, masp 1.122.791-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Helena Guerra”, de Contagem, a partir de 11 de agosto de 2010; Cristine de Oliveira Souza Tiengo da Silva, masp 898.248-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “João Lourenço”, de Areado, a partir de 8 de junho de 2010; Cynthia Saraiva Gelais, masp 1.093.942-9, do cargo efetivo de Especialista em Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Lafaiete Gonçalves”, de Santa Luzia, a partir de 10 de março de 2010; Danielli Pacheco Fernandes, masp 1.092.941-2, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “de Aparecida do Mundo Novo”, de Montes Claros, a partir de 24 de agosto de 2010; Edna Ribeiro de Freitas, masp 1.144.202-7, do cargo de provimento efetivo de Analista Educacional, Nível I, Grau B, da S.R.E. – Montes Claros, a partir de 1º de setembro de 2010; Edvânia de Jesus Rocha, masp 1.101.658-1, do cargo efetivo de Assistente Técnico de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Alessandra Salum Cadar”, de Ribeirão das Neves, a partir de 9 de março de 2010; Elaine Puff Mendes do Valle, masp 662.854-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Nilo Maurício Trindade Figueiredo”, de Lagoa Santa, a partir de 28 de maio de 2010; Elizeti Fátima da Silva, masp 933.830-2, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Carlos Drummond de Andrade”, de Belo Horizonte, a partir de 22 de fevereiro de 2010; Flávia Carolina Silva Craveiro, masp 666.259-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Afonso Altiivo Diniz”, de Santa Luzia, a partir de 1º de março de 2010; Flávia de Oliveira Abreu Alcântara, masp 1.152.900-5, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Nível I, Grau A(1º cargo), da E.E. “Murgy Híbraim Sarah”, de Santa Luzia, a partir de 3 de março de 2010; Geraldo Magela Gontijo, masp 1.119.066-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Afonso Altiivo Diniz”, de Santa Luzia, a partir de 5 de abril de 2010; Gláucia Maria Magalhães, masp 857.258-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Professor Alcindo Vieira”, de Belo Horizonte, a partir de 2 de agosto de 2010; Glacimara Leite, masp 1.075.926-4, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Professor Guedes Fernandes”, de Carmo de Minas, a partir de 1º de setembro de 2010; Guilherme Nunes Lamounier, masp 1.121.391-5, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Margarida de Melo Prado”, de Belo Horizonte, a partir de 5 de fevereiro de 2010; Horácio Cezar Dolabella Vaz Júnior, masp 449.430-8, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau D, da E.E. “Deputado Álvaro Salles”, de Belo Horizonte, a partir de 29 de abril de 2010; Iris Margareth de Oliveira Caixeta, masp 379.641-4, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar da Educação, Nível I, Grau A, da E.E. “São José”, de Ibiá, a partir de 1º de fevereiro de 1996; Jacqueline Ariadna de Almeida, masp 1.131.628-8, do cargo efetivo Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(1º cargo), da E.E. “Tancredo de Almeida Neves”, de Santa Luzia, a partir de 8 de fevereiro de 2010; Jaíne Maria Pacheco Lisboa, masp 937.599-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Cecília Meireles”, de Belo Horizonte, a partir de 17 de agosto de 2010; Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão, masp 884.503-4, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Maria Luiza Miranda Bastos”, de Belo Horizonte, a partir de 14 de abril de 2010; Janaina Fochat Mól Araújo, masp 800.332-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB,

Nível III, Grau A, da E.E. “Margarida de Melo Prado”, de Belo Horizonte, a partir de 2 de março de 2010; José Aparecido de Aguiar, masp 1.144.277-9, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Doutor Antero Chaves”, de Conselheiro Lafaiete, a partir de 16 de setembro de 2010; Josimeire Meneses Julio, masp 975.349-2, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau D, da E.E. “Reny de Souza Lima”, de Santa Luzia, a partir de 26 de abril de 2010; Jucélia Marize Pio, masp 1.112.818-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Antenor Pessoa”, de Belo Horizonte, a partir de 2 de março de 2010; Juliana Aparecida Menezes, masp 1.105.978-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Confrade Antônio Pedro de Castro”, de Contagem, a partir de 9 de julho de 2010; Juliana Christie Rodrigues, masp 959.053-0, do cargo de provimento efetivo de Professor, Nível 3, Grau A, da E.E. “Carmélia Gonçalves Loffi”, de Ribeirão das Neves, a partir de 19 de abril de 2004; Juliana Maria Fiorino Andrade, masp 1.155.332-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Djalma Marques”, de Ribeirão das Neves, a partir de 6 de abril de 2010; Juliana Zanini da Costa, masp 1.155.246-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Paulo José Derenusson”, de Uberaba, a partir de 1º de fevereiro de 2010; Jenner Francisco Gomes de Oliveira, masp 969.810-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Machado de Assis”, de Vespasiano, a partir de 3 de maio de 2010; Jusceline de Fátima Neves, masp 1.118.578-2, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico de Educação Básica, Nível I, Grau A, da S.R.E. - Diamantina, a partir de 12 de agosto de 2010; Kelen Moraes Lopes, masp 1.008.262-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Doutor Simão Tamm Bias Fortes”, de Belo Horizonte, a partir de 17 de agosto de 2010; Leismar Neves Santo, masp 1.120.554-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível I, Grau A, da E.E. “José Maria Bicalho”, de Santa Luzia, a partir de 22 de fevereiro de 2010; Leno Henrique Saporí, masp 850.672-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Nossa Senhora da Conceição”, de Ribeirão das Neves, a partir de 18 de fevereiro de 2010; Leonor Cristina Falinassi, masp 1.117.121-2, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Djanira Rodrigues de Oliveira”, de Belo Horizonte, a partir de 11 de março de 2010; Lúcia Helena Vieira Paiva, masp 275.123-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível I, Grau A, da E.E. “Quinca Franco”, de Durandê, a partir de 2 de março de 2010; Luciana do Nascimento Moraes, masp 960.148-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Senador Teotônio Vilela”, de Betim, a partir de 23 de agosto de 2010; Luciana Rodrigues da Silva, masp 1.074.439-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(1º cargo), da E.E. “Sarah Kubitschek”, de Betim, a partir de 6 de agosto de 2010; Mara Cruz Oliveira, masp 1.082.778-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Cidade dos Meninos”, de Ribeirão das Neves, a partir de 21 de maio de 2010; Marcela dos Reis Ribeiro, masp 1.093.952-8, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau B, da E.E. “Antônio Miguel Cerqueira Neto”, de Ribeirão das Neves, a partir de 12 de março de 2010; Marcilêia Lúcia Dutra e Silva, masp 1.107.132-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Carlos Drummond de Andrade”, de Belo Horizonte, a partir de 10 de março de 2010; Marcília Gomes Tavares, masp 1.084.976-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “do Bairro Rosaneves”, de Ribeirão das Neves, a partir de 1º de fevereiro de 2010; Márcio José dos Santos Silva, masp 1.123.462-2, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Madre Carmelita”, de Belo Horizonte, a partir de 1º de fevereiro de 2010; Maria Aparecida de Freitas, masp 850.050-6, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau C, da E.E. José Maria Bicalho”, de Santa Luzia, a partir de 9 de março de 2010; Maria Cristina Gandra Kaczmarkiewicz Jantalia, masp 853.477-8, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Padre João de Santo Antônio” de Santa Luzia, a partir de 11 de fevereiro de 2010; Maria de Fátima Viegas de Pinho, masp 1.012.769-4, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Alessandra Salum Cadar”, de Ribeirão das Neves, a partir de 10 de agosto de 2009; Maria Helena Caldeira Soares Gabrich, masp 1.000.594-0, do cargo efetivo de Analista de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Sandra Risoleta de Lima Hauck”, de Belo Horizonte, a partir de 10 de agosto de 2010; Maria Helena Pereira, masp 961.743-2, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Deputado Cândido Ulhoa”, de Vazante, a partir de 6 de setembro de 2010; Maria Goretti Teresinha dos Anjos e Santos, masp 337.145-7, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível IV, Grau C, da E.E. “Dom Lustosa”, de Patrocínio, a partir de 4 de agosto de 2010; Maria Luiza, masp 484.402-3, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível II, Grau A, da E.E. “Pedro Primo”, de Perdigão, a partir de 25 de agosto de 2010; Marilene de Souza Fileto, masp 843.027-4, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Maria Pereira de Araújo”, de Ribeirão das Neves, a partir de 1º de fevereiro de 2010; Marlon Aguiinaldo de Oliveira Sousa, masp 1.061.247-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Leandro Antônio de Vito”, de Uberaba, a partir de 17 de maio de 2010; Mauro Lúcio da Silva, masp 388.741-1, do cargo de provimento efetivo de Professor, Nível 3, Grau A, da E.E. “Presidente Tancredo Neves”, de Contagem, a partir de 9 de setembro de 2003; Mizza Glivania Pereira de Oliveira, masp 845.790-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Professora Irma Carvalho”, de Patrocínio, a partir de 14 de setembro de 2010; Mônica Marques da Silva Penido, masp 827.568-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Conceição Martins de Jesus”, de Belo Horizonte, a partir de 12 de março de 2010; Nagea Maria Depoli Malanquini, masp 1.114.235-3, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “União Beneficente Operária”, de Nanuque, a partir de 17 de agosto de 2010; Natália Cristina Marques Dias, masp 1.170.914-4, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Maria Luiza Miranda Bastos”, de Belo Horizonte, a partir de 10 de março de 2010; Novea Conceição de Andrade, masp 821.750-7, do cargo efetivo de Especialista em Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Nossa Senhora da Conceição”, de Ribeirão das Neves, a partir de 18 de maio de 2010; Regi Lisandro Alves Costa, masp 1.059.746-6, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico Educacional, Nível I, Grau C, da S.R.E. – Montes Claros, a partir de 1º de setembro de 2010; Renata de Jesus Sousa Almeida, masp 1.015.149-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Geraldá Pereira de Almeida”, de Sardoá, a partir de 5 de agosto de 2010; Reinato Andrade Cerqueira de Castro, masp 876.346-8, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “Cândida Cabral”, de Belo Horizonte, a partir de 3 de agosto de 2010; Rita de Cássia Alves Porto, masp 1.131.530-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(1º cargo), da E.E. “Dona Cotinha”, de Patrocínio, a partir de 9 de agosto de 2010; Rodney Cezar Silva Leão, masp

1.114.547-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Djanira Rodrigues de Oliveira”, de Belo Horizonte, a partir de 27 de fevereiro de 2010; Roselaine dos Santos Arantes Benchimol, masp 1.016.327-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, do Centro Estadual de Educação Continuada - CESEC “Conjunto Habitacional Cristina”, de Santa Luzia, a partir de 5 de março de 2010; Rosilene Honorato Santos, masp 836.346-7, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(1º cargo), da E.E. “Maria Pereira de Araújo”, de Ribeirão das Neves, a partir de 3 de maio de 2010; Sebastião de Mello Borges Filho, masp 1.095.846-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Henrique Kruger”, de Uberaba, a partir de 15 de março de 2010; Sebastião Valdir dos Reis, masp 1.152.316-4, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Nível I, Grau A, da E.E. “José Soares Diniz e Silva”, de Ribeirão das Neves, a partir de 26 de maio de 2010; Sheila Fialho de Oliveira Léllis, masp 1.153.714-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Henrique Saporí”, de Ribeirão das Neves, a partir de 18 de fevereiro de 2010; Sílvia Roberta Souza, masp 878.686-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Aarão Reis”, de Belo Horizonte, a partir de 2 de agosto de 2010; Simone de Souza Vieira, masp 858.536-6, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “César Lombroso”, de Ribeirão das Neves, a partir de 22 de março de 2010; Tânia Stela de Castro Resende, masp 969.104-9, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A(2º cargo), da E.E. “Elias Salomão”, de Mateus Leme, a partir de 17 de agosto de 2010; Terezinha de Jesus Xavier, masp 974.067-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “João Lopes Gontijo”, de Ribeirão das Neves, a partir de 20 de abril de 2010; Thales Vinícius Silva, masp 871.077-4, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau D, da E.E. “Djanira Rodrigues de Oliveira”, de Belo Horizonte, a partir de 19 de março de 2010; Vera Miris Gomes, masp 537.656-1, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Maria Pereira de Araújo”, de Ribeirão das Neves, a partir de 3 de maio de 2010; Verônica Freitas Silveira, masp 1.164.203-0, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Alessandra Salum Cadar”, de Ribeirão das Neves, a partir de 1º de março de 2010; Vitor Rodrigues dos Anjos Filho, masp 960.412-5, do cargo efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau A, da E.E. “Maria da Piedade Fonseca”, de Vespasiano, a partir de 20 de maio de 2010; Viviane Santos de Lima, masp 1.061.289-3, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica - PEB, Nível III, Grau D, da E.E. “Geraldo Teixeira da Costa”, de Santa Luzia, a partir de 22 de abril de 2010.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER

Fernanda Pereira Santana, masp 1.241.219-3, do cargo de provimento efetivo de Fiscal Assistente de Transportes e Obras Rodoviárias, Nível I, Grau A, a partir de 8 de setembro de 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL - SEDS

Carlos Eduardo de Moura Braga, masp 1.082.747-5, do cargo de provimento efetivo de Agente de Segurança Penitenciário, Nível I, Grau B, a partir de 12 de julho de 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Angélica Perez Amorim, masp 1.215.345-8, do cargo de provimento efetivo de Agente Governamental, Nível I, Grau A, a partir de 9 de setembro de 2010; Graziella Lino Nunes Zahreddine, masp 1.214.428-3, do cargo de provimento efetivo de Gestor Governamental, Nível I, Grau A, a partir de 13 de setembro de 2010.

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS - HEMOMINAS

Leandro Silva Abreu, masp 1.050.576-6, do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico de Hematologia e Hemoterapia, Nível II, Grau A, a partir de 17 de setembro de 2010.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS - CETEC

Vagner Fernandes Knupp, masp 621.302-9, do cargo de provimento efetivo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia, Nível IV, Grau B, a partir de 13 de outubro de 2010.

ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO - AGE

Adalberto Cabral da Cunha, masp 386.736-3, do cargo de provimento efetivo de Procurador do Estado, Nível I, Grau A, a partir de 10 de setembro de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

Alisson Rodrigo Vieira, masp 1.174.870-4, do cargo de provimento efetivo de Técnico Universitário, Nível I, Grau A, a partir de 14 de setembro de 2010.

A Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas atribuições, exonera, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 72 de 30 de julho de 2003 combinado com artigo 11 e parágrafo 2º, do artigo 12, do Decreto nº 43.649 de 12 de novembro de 2003, Leonardo Ribeiro Barbosa, Masp 616.400-8, do cargo de provimento efetivo de Analista Educacional, Nível I, Grau B, da S.R.E. – Leopoldina, da Secretaria de Estado de Educação, a partir de 13 de outubro de 2010.

A Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, no uso de suas atribuições, exonera, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 72 de 30 de julho de 2003 combinado com artigo 11 e parágrafo 2º, do artigo 12, do Decreto nº 43.649 de 12 de novembro de 2003, Renato Brasil Mazzeu, Masp 1.060.695-2, do cargo de provimento efetivo de Analista Educacional, Nível III, Grau B, da S.R.E. – Poços de Caldas, da Secretaria de Estado de Educação, a partir de 26 de outubro de 2010.

78 cm -15 132338 - 1

Fundação João Pinheiro

Presidente: Afonso Henrique Borges Ferreira

Atos do Presidente: EXONERA, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, MASP 1178411-3, TALITA POUZAS SOARES MARTINS, do cargo de provimento em comissão DA1-17 JP61. NOMEIA, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, c/c o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990 e tendo em vista o art. 1º, § 2º, da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 MASP 752466-3, AMANDA SANT’ANNA CAETANO ROMANO GIRON, para o cargo de provimento em comissão DA1-17 JP61, de recrutamento limitado. DESIGNA, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, MASP 1210854-4, ALEXANDRE GURGEL MARTINS, para FGI3-JP109, constante do Anexo I do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007.

3 cm -15 132256 - 1

Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais

Presidente: Antônio Abrahão Caram Filho

ATOS DA DIREÇÃO SUPERIOR

Assunto: Recurso contra indeferimento de requerimento de pensão – categoria cônjuge supérstite varão. Interessada: DIPREV. Recorrente: José Marcos Miraud de Castro. Ex-Segurada: Dinalva Andrade de Castro Leite. SIPRO: 0046078-2010-2009-7. Despacho: A Direção Superior do IPSEMG, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 20 do Decreto Estadual nº 43.703, de 17/12/2003, com base no MEMO DIPREV Nº 162/2010 de 10/12/2010 e posição pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconhece ofensa aos princípios constitucionais da isonomia e da igualdade qualquer restrição ao direito do marido à pensão por morte de esposa, decide dar provimento ao recurso de fl. 65. Publique-se. Em 15 de dezembro de 2010. Antônio A. Caram Filho – Presidente. Maria Angela Carvalho Dias Coelho - Secretária-Geral. Roberto Porto Fonseca - Diretor de Saúde. Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

Assunto: Autorização para Pagamento de Atendimentos Médicos em Regime Pró-Labore com Ultrapassagem de Teto. SIPRO-0127040-2010/2010-8 - Prestador: Médicos credenciados não integrantes do quadro de servidores do IPSEMG. Período: Novembro de 2010. Localidade: Capital. - Valor: R\$70.301,16 (setenta mil, trezentos e um reais e dezesseis centavos). - Interessada: DISA. Despacho: A Direção Superior do IPSEMG, no uso de suas atribuições previstas no artigo 20 do Decreto 43.703 de 17/12/2003, Autoriza, ad referendum do Conselho Deliberativo do IPSEMG, o pagamento do valor total das despesas com os atendimentos em regime pró-labore com ultrapassagem de teto, descritos na planilha anexa. Em 15 de dezembro de 2010. Antônio A. Caram Filho - Presidente, Maria Angela Carvalho Dias Coelho - Secretária Geral, Marcus Vinícius de Souza - Diretor de Previdência, Roberto Porto Fonseca - Diretor de Saúde, Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

IPSEMG - Hospital Governador Israel Pinheiro						
Pró-Labore Médico Credenciado Externo						
ULTRAPASSAGEM TETO						
Mês de Novembro/10						
Nº	Matricula	Nome do Médico	CRM	CPF	Especialidade	Ultrapas. de teto R\$-
1	2281693	Alexandre E. R de Almeida	25422	55915280668	Ortopedia	3.120,74
2	3182513	Alexandre Miranda Silveira	38954	39832811613	Proctologia	3.119,26
3	1782202	Carlos Guilherme V. Santos	39675	4270296607	Neurologia	3.112,00
4	3398707	Carlos Renato Maulais Santos	47550	1341371670	Cl.Médica	1.300,00
5	2769405	Claudio Luiz Schmitz Gonser	32544	4366553651	Psiquiatria	200,00
6	3129621	Cristiano Valerio Ribeiro	40610	4025859688	CTI/Cl.Médica	3.590,00
7	3450906	Daniel Fonseca Spindola	40211	63904446134	Cl.Médica	4.000,00
8	3075321	Danielle Gonçalves Seabra	38994	3789873640	Cl.Médica	3.900,00
9	1748737	Dayanne M. G. O. Azevedo	47925	5957963623	Cl.Médica	2.800,00
10	2483259	Eberth Lucas Duarte	42736	4021359621	CTI/Cl.Médica	4.000,00
11	65512	Elisandro Vital Rodrigues	33785	882575686	Nefrologia	225,00
12	1585817	Emerson Dos Santos Costa	42944	4486120620	Intensivista	3.000,00
13	3103837	Enio Correa Lima	41177	4600466675	Angiologia	1.314,30
14	3129134	Fabricio Vilela Biscaro	38993	2678929698	Cl.Médica	3.500,00
15	3441342	Fernanda Brito de Oliveira	41474	4642361693	Cl.Médica	3.000,00
16	3426764	Flavio Martins Shimomura	49150	18646285880	Psiquiatria	800,00
17	3244756	Guilherme Lemos de F. Tavares	36356	3201917613	CTI/Cl.Médica	2.000,00
18	3395472	Isabella Belo Brandão	47855	7365466693	Cl.Médica	600,00
19	1973675	Joseph Fabiano G. Santos	26773	42812348615	Intensivista	4.000,00
20	1076815	Leandro Xavier De Lima	39243	5133118660	Neuro Cirurgia	4.000,00
21	1524826	Luiz Gonzaga Torres Junior	42342	4901881680	Cir.Geral	4.000,00
22	1005965	Luiz Wellington Pinto	15521	37860062615	CTI/Cl.Médica	3.000,00
23	3131938	Paulo Marcos Brasil Rocha	41598	4432491647	Psiquiatria	1.220,00
24	3213022	Roberto Bitaraes C. Costa	35007	1170312675	Ortopedia	599,86
25	3433823	Sergio Luis Ramos Pimenta	43250	4828422617	CTI/Cl.Médica	3.000,00
26	2068859	Silvio Amadeu de Andrade	39041	3461093610	CTI/Cardiologia	1.000,00
27	2578042	Thiago Augusto Rocha Santos	46525	4894222680	CTI/Cl.Médica	3.900,00
28	3075340	Washington S. Pinto Lima Junior	39424	5592401639	Intensivista	2.000,00
TOTAL						70.301,16

Assunto: Autorização para Pagamento de Atendimentos Médicos em Regime Pró-Labore com Ultrapassagem de Teto. SIPRO-0127043-2010/2010-7 - Prestador: Médicos credenciados integrantes do quadro de servidores do IPSEMG. Período: Novembro de 2010. Localidade: Capital. - Valor: R\$411.530,44 (quatrocentos e onze mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos). Interessada: DISA. Despacho: A Direção Superior do Ipsemg, no uso de suas atribuições previstas no artigo 20 do Decreto 43.703 de 17/12/2003, AUTORIZA, ad referendum do Conselho Deliberativo do IPSEMG, o pagamento do valor total das despesas com os atendimentos em regime pró-labore com ultrapassagem de teto, descritos na planilha anexa. Em 15 de dezembro de 2010. Antônio A. Caram Filho - Presidente, Maria Angela Carvalho Dias Coelho - Secretária Geral, Marcus Vinícius de Souza - Diretor de Previdência, Roberto Porto Fonseca - Diretor de Saúde, Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

IPSEMG - Hospital Governador Israel Pinheiro						
Pagamento de Pro-Labore Médico						
ULTRAPASSAGEM DE TETO						
Mês de Novembro/10						
Nº	MASP	Nome do Médico	CRM	CPF	Especialidade	Ultrapas. Teto R\$
1	1069605-2	Adelaide Andrade Rodrigues	7451	18672892615	Endocrino	3.579,00
2	1043343-1	Ademar Candido de Oliveira	7079	13171003600	Cir. Geral	1.403,49
3	1071581-1	Adirson Monteiro de Castro	12102	27893898615	Ultrá-Som	937,81
4	1073527-2	Afonso Paulo A. Magalhães Neto	28714	80914837672	Ortopedia	4.000,00
5	1073124-8	Agnaldo Ferreira Eisenberg	24479	62048864600	Cir. Torácica	4.000,00
6	1071982-1	Agueda Imaculada Lucas Campolina	16535	27869261653	Obstetrícia	1.893,60
7	1072003-5	Aldemar Nemesio B. V. de Castro	15495	17754640406	Oftalmologia	975,60
8	1060858-6	Alexander Santos Dionisio	27391	76827763668	Cir. Pediátrica	1.700,00
9	1073469-7	Alexandre de Almeida Barra	27581	79034896668	Mastologia	738,40
10	1072093-6	Alexandre Mio Pos	29907	65930606668	Anestesia	714,30
11	1073960-5	Alexandre Polazi Guimaraes	29428	2456772679	Neurologia	4.000,00
12	367844-8	Alexandre Sadi Maksud	18600	49923293653	Cir. Plástica	2.733,28
13	1073051-3	Alisson Ramos Peixoto	30505	2768869686	Tomografia	4.000,00
14	1072436-7	Aloma de Fatima Campos Morici	12191	42822173672	Ginecologia	657,46
15	1069441-2	Alzemar Argemiro de Magalhães	23473	17676339634	Ortopedia	1.960,00
16	1072019-1	Ana Maria Seguro Meyge	15111	9147004568	Pediatria	2.000,00
17	1073630-4	Anderson de Souza Bruno	31878	90066316634	Ginecologia	515,00
18	1071512-6	Andre Aguiar Oliveira	12114	27893871687	Oftalmologia	969,27
19	1073505-8	Andrea Briaca Sena	29936	232780641	Cl. Médica	3.900,00
20	1073094-3	Annamaria Massahud R. Santos	27121	85191884604	Mastologia	3.040,05
21	1070873-3	Antonio Cesar Mezencio da Silveira	8614	22914668600	Ortopedia	2.730,97
22	349919-1	Antonio de Padua Rocha Guimaraes	16991	51281660663	Urologia	2.504,00
23	1039068-0	Antonio Luiz Lopes Pace	9593	13394274604	Ortopedia	2.388,00
24	1042216-0	Antonio Sanches Cerqueira	5838	9834710615	CTI	4.000,00
25	10718716	Arlindo Marcos G. Pereira	16104	35233753634	Ortopedia	3.848,00
26	1074134-6	Arnaldo Jose Pontello Neves	30456	74626353649	Endoscopia	1.800,00
27	1070678-6	Ataliba De Abreu Sales Filho	19530	37169238691	Ginecologia	535,60
28	1071853-4	Beatriz Ferreira Furtado Machado	15429	50323296653	Ultrá-Som	3.792,54
29	1074057-9	Braulio Muzzi Ribeiro De Oliveira	22926	81168748615	Cardiologia	1.273,50
30	1045947-1	Breno Silva Duarte	8215	15617955691	Ortopedia	4.000,00
31	1099944-9	Bruno Duarte Foscarini	31519	2573050688	Nefrologia	1.459,50
32	1071065-5	Carlos Alberto Da Cunha Fernandes	17341	29570018020	Urologia	2.395,50
33	1071023-4	Carlos Alberto Kangussu Santana	5643	6941087668	Otorrino	2.907,00
34	1041569-3	Carlos Alvares Da Silva Campos	14993	36681121691	Ultrá-Som	4.000,00
35	1071226-3	Carlos Antonio Ferreira Pereira	12320	27448100610	Cardiologia	3.686,00
36	1070844-4	Carlos Arthur Coulon	7898	14120798020	Oftalmologia	3.624,00
37	1041621-2	Carlos Henrique De Castro Teixeira	17789	41345959672	Pediatria	3.300,00
38	1074076-9	Carlos Roberto De Brito	19255	35636149620	Cardiologia	3.404,00
39	1071109-1	Cassio Jabour Francisco	15021	11066326649	Cl. Médica	1.804,00
40	1074050-4	Charles Coutinho	31282	98525883620	Cl. Médica	3.836,00
41	1074098-3	Claudio De Araujo Lima Ferreira	24957	118636685	Gastro	2.228,64
42	1073204-8	Clecio Picarro	26070	69255490672	Cir. Pediátrica	500,00
43	1074166-8	Cristiane Fiorentini	31257	2798922682	Anestesia	1.581,60
44	1073863-1	Cristovao Pinheiro Barros	27209	72796448649	Mastologia	1.068,39
45	1071049-9	Darwin De Rezende Alvim Neto	12273	32735812634	Obstetrícia	2.820,28
46	1074078-5	Denise Ulhoa Dani	23585	73721530691	Cardiologia	4.000,00
47	1072629-7	Divia Novy Barbosa Chaves Nagem	28244	83860851691	Cir. Plástica	1.168,59
48	1072136-3	Eduardo Amaral Gomes	5191	5756502653	Ortopedia	3.800,00
49	292764-8	Edvaldo Vieira	15633	31928102620	Ginecologia	4.000,00
50	1074168-4	Eliana Lopes Pires	25467	86999095604	Cardiologia	2.410,25
51	912770-5	Eloy Joaquim De Oliveira	13471	27518833620	Cl. Médica	4.000,00
52	385836-2	Estevam Aquino Viotti	15426	31654932604	Nefrologia	4.000,00
53	1072383-1	Eugenio Tomaz Monteiro De Castro	17196	35535466620	Tomografia	630,82
54	1070751-1	Everaldo Chripim Da Silva	5847	11282878620	Otorrino	4.000,00
55	1072387-2	Ewaldo Bayao Junior	17620	24693090967	Cardiologia	2.209,05

56	1074139-5	Fabiano Barros Bottaro	27886	85910708600	Ortopedia	4.000,00
57	1072626-3	Fabio Lopes De Queiroz	24913	67350887604	Cir. Geral	2.928,03
58	1072430-0	Fernando Breda Nascimento	20892	59502711653	Anestesia	4.000,00
59	349610-6	Fernando Oliveira De Miranda	18596	58349162600	Cir. Plástica	1.277,53
60	1074094-2	Flavio Gomes Carvalho	29092	84136812604	Cl. Médica	1.600,00
61	1072144-7	Francisco Welber Costa	18189	40375307672	Cir. Geral	1.192,00
62	1069845-4	Gelmires Machado De Araujo	7081	17737079653	Oftalmologia	4.000,00
63	1073223-8	Geraldo Magela Ribeiro	19673	72952202672	Tomografia	4.000,00
64	1072634-7	Gilce Moura Rodrigues De Oliveira	25381	41174151668	Nefrologia	4.000,00
65	1074110-6	Gisele Enedina Mota Dias Gabriel	24664	60847603687	Cl. Médica	1.122,50
66	1039222-3	Helber De Magalhaes Figueiredo	9380	20367147653	Cir. Geral	1.614,00
67	1072142-1	Itibere Pessoa Da Costa	16874	34937978691	Endoscopia	3.885,06
68	1041623-8	Joao Augusto Oliveira Fernandes	21714	40564649600	Ginecologia	4.000,00
69	1072463-1	Joao De Freitas Benevenuto	24572	52233936604	Anestesia	2.724,69
70	1071595-1	Joao Hermones De Moraes	9861	29486661634	Anestesia	1.905,34
71	1073065-3	Joao Marcos De Vasconcelos Santos	23274	52252620668	Angiologia	1.129,92
72	1039365-0	Joao Penna Martins Vieira	9571	27925811668	Otorrino	3.548,00
73	1072516-6	Joaquim Belchior Silva	23093	53175662668	Anestesia	3.773,78
74	1073502-5	Jorge Antonio Nassar Filho	19879	42240280697	Ortopedia	2.216,00
75	1039172-0	Jorge Luiz Rodrigues Lopes	8619	21983992615	Ortopedia	1.592,13
76	1071336-0	Jose Ananias De Lima E Melo	25523	52391760604	Tomografia	541,18
77	288233-0	Jose Carlos De Souza	12740	27644510672	Ortopedia	3.800,00
78	371979-6	Jose Eduardo De Souza Polastri	6195	10234292687	Cl. Médica	4.000,00
79	1043461-1	Jose Eustaquio De Moraes	5852	9129006600	Anestesia	2.728,07
80	1073887-0	Jose Gabriel Da Silva Junior	25982	76172570668	Nefrologia	4.000,00
81	1070855-0	Jose Julio Freire	8787	22319379649	Cl. Médica	2.100,00
82	1043330-8	Jose Marcio Ribeiro	5801	11624841600	Cardiologia	1.160,00
83	1049498-7	Jose Maria Freire Ramos	13648	34372440600	Hemoterapia	2.280,00
84	1070480-7	Jose Mauro Messias Franco	6965	13121634615	Gastro	2.936,32
85	1072413-6	Jose Mauro Nogueira	17832	36305677620	CTI	3.800,00
86	1070698-4	Jose Raymundo Sollero Caiaffa	10469	29695864791	Cardiologia	760,00
87	1070762-8	Jose Siqueira Da Silva	9842	16741811672	Cir. Geral	3.154,00
88	1043626-9	Julio Cezar Amorim Sena	8579	33017301753	Pediatria	2.200,00
89	1050567-5	Junia Gontijo Figueiredo	30533	2560449617	Pneumologia	1.548,00
90	1072789-9	Leandro Alves Gomes Ramos	29308	85288926620	Oncologia	1.136,60
91	1071509-2	Leonardo Correa De Araujo	9356	20962819620	Mastologia	4.000,00
92	1073631-2	Leonardo Ghizoni Bez	29284	64618200600	Angiologia	116,03
93	296505-1	Leonardo Rocha De Azevedo	23704	71398279668	Otorrino	1.442,09
94	1070854-3	Levi Ribeiro De Carvalho	9472	25060805620	Cl. Médica	4.000,00
95	1042742-5	Lina Marcia De Araujo Herval	26051	94137340625	Neurologia	4.000,00
96	1073357-4	Luciana Penna E Fortes	28699	72381582649	CTI	2.850,00
97	1072623-0	Luciana Rabelo Ferreira	26766	82338485653	Pediatria	1.000,00
98	1072170-2	Luciano Dantes De Paula	10180	27927164600	Cir. Pediátrica	1.087,68
99	1070780-0	Luis Augusto Vecchio Salomon	7363	15245160668	Neurologia	4.000,00
100	1072423-5	Luiz Antonio De Almeida Lima	19833	54057078649	Ortopedia	1.250,23
101	1073467-1	Luiz Augusto Fernandes Da Silva	32515	65714300610	Nefrologia	4.000,00
102	1072630-5	Luiz Carlos Gomes Rocha	27596	59658762620	Cir. Geral	599,33
103	1069594-8	Luiz Carlos Soares Rios	5078	7227124649	Ginecologia	4.000,00
104	1072391-4	Luiz Celio De Lana Marzano	12384	14337070630	Pediatria	1.000,00
105	1070041-7	Luiz Claudio Gontijo Ramos	7353	15470733653	Otorrino	3.628,00
106	1072204-9	Luiz Fernando Abrahao Reis	18674	58811800625	Endoscopia	4.000,00
107	1038807-2	Manoel Goncalves Costa	5974	7105550678	Anestesia	4.000,00
108	1072380-7	Mansour Elias Nassif	5274	32411987820	Hemoterapia	3.400,00
109	1072621-4	Marcelo Juntolli	20807	59939141653	Cir. Torácica	1.239,40
110	90435-9	Marcelo Vieira Diniz	12789	39095355691	Cl. Médica	4.000,00
111	67441-6	Marcus Nogueira Pinto Carvalho	7198	16285069620	Pediatria	3.600,00
112	1042736-7	Marco Antonio Iani	9147	24639869649	Ginecologia	4.000,00
113	1071856-7	Marco Antonio Tondinelli Moura	15329	20144326604	Obstetricia	2.350,64
114	1072146-2	Marcos Vinicio Cardoso Da Rocha	18232	37534181615	Anestesia	315,38
115	1089260-2	Marcus Gustavo Tito	28250	99051877668	Angiologia	4.000,00
116	1074070-2	Maria Rita Pereira	28228	83111980634	Cir. Pediátrica	2.800,00
117	1072389-8	Marilena De Cerqueira Moreira	14422	45535698687	Cir. Pediátrica	3.404,74
118	1073192-5	Marilia Cristini Benevenuto	25285	92703232691	Fisiatria	2.136,00
119	1040397-0	Mauricio Barbosa Horta	14289	30028116615	Neurologia	2.900,00
120	1071323-8	Murilo Maciel Da Rocha	13375	20922833672	Cl. Médica	4.000,00
121	1073943-1	Mussi Sadi	30254	76369790630	Otorrino	293,00
122	1072539-8	Nadia Guimaraes Carvalho	23583	58634096653	Cl. Médica	3.100,00
123	1072155-3	Nilson Maia	18272	60285915649	Cardiologia	3.228,50
124	1039653-9	Odilon Braz Cardoso	9430	13118861634	Neurologia	2.694,19
125	221146-4	Ordalia Maria De Azevedo	15983	14325560610	Cl. Médica	1.800,00
126	1071162-0	Oswaldo Fortini Levindo Coelho	15270	33308543672	Cl. Médica	3.500,00
127	1072141-3	Paulo De Tarso Vaz De Oliveira	15387	51221250663	Cir. Geral	1.474,65
128	1042451-3	Paulo Marcelo Dos Santos	22283	52050726600	Urologia	1.631,15
129	1071550-6	Paulo Vitor Bello Patrus	12787	34524975691	Ultra-Som	2.844,87
130	918997-8	Pedro Lucio Saraiva	15642	34234357634	Obstetricia	4.000,00
131	1069659-9	Peter Joviano Coutinho	5213	5737125653	Neurologia	166,17
132	372117-2	Porcina Neta Chaves	6758	13257455615	Pediatria	4.000,00
133	1073083-6	Rachid Guimaraes Nagem	27213	96807334672	Cir. Geral	4.000,00
134	1074083-5	Raquel Aparecida Antunes Leao	29867	73089869691	Psiquiatria	400,00
135	1072457-3	Regina Marcia Torres	18439	26552922604	Anestesia	1.181,50
136	1073045-5	Ricardo Alencar Joviano dos Santos	25775	61125920610	Neurologia	1.300,00
137	1074015-7	Ricardo Augusto Delfino	28950	62700693	Neurologia	167,68
138	900516-6	Ricardo Patrus Ananias de Sousa	9500	19850786604	Cardiologia	3.092,00
139	382283-0	Ricardo Tadeu De Amorim Moreira	18477	55501508672	Cl. Médica	3.924,00
140	1037730-7	Robertson Cerqueira Brasil	13263	25694260678	Anestesia	522,43
141	1070872-5	Robson Amaral Teixeira	10206	30110530659	Ortopedia	3.896,00
142	349713-8	Rodolfo Guillermo Vigil Verastegui	12918	21698961634	Cir. Cardiaca	4.000,00
143	1073915-9	Rodrigo Barreto Huguet	31788	158693698	Psiquiatria	1.072,00
144	1073370-7	Rodrigo D Alessandro De Macedo	31302	75260832604	Ortopedia	208,00
145	1072624-8	Rodrigo Romualdo Pereira	27163	78054400691	Cir. Geral	981,33
146	1069212-7	Rui Da Silva Neto	7260	9121994668	Otorrino	4.000,00
147	1071465-7	Rui Mozart Rocha	13546	13500228615	Ortopedia	3.980,00
148	1069880-1	Ruy Romano Barbosa	8137	17765293672	Ginecologia	2.165,92
149	1102291-0	Sandra Fernandes Rocha	21701	69090459634	Cl. Médica	4.000,00
150	1071568-8	Sandra Maria Lamac Figueiredo	13357	34486143604	Cardiologia	4.000,00
151	1072619-8	Saulo Roberto Lage Leao	27211	93511779634	Cir. Geral	4.000,00
152	1070241-3	Sebastiao Jose Soares	7226	12990469672	Cardiologia	2.812,00
153	1043047-8	Sergio Augusto Rodrigues Brega	10012	28238460697	Anestesia	1.306,29
154	1070073-0	Sergio Neiva Lanza	7836	19988559615	Dermatologia	180,00
155	1072627-1	Sergio Schusterschitz da S. Araujo	24374	92268439615	Hematologia	962,80
156	1071611-6	Theophilus De Sousa Lima Filho	7369	18673635691	Anestesia	4.000,00
157	1074149-4	Tulio Canella Bezerra Carneiro	26586	72384174649	Ortopedia	3.126,29
158	1071035-8	Ulisses Gabriel de V. Cunha	11237	30019974604	Geriatria	4.000,00
159	1070953-3	Valter Pereira de Faria	6520	11860910610	Ginecologia	1.182,00
160	1073503-3	Wagner Castelo Branco de Lima	29083	97151823649	Ginecologia	2.481,51
161	1072424-3	Yorghos Lage Michalaros	19676	59628383604	CTI	2.660,00
VALOR TOTAL						411.530,44

Assunto: Autorização para Pagamento de Prestadores de Assistência à Saúde/Pessoa Jurídica, SIGED: 0002067-2011/2010. Localidade: Interior. Prestador: Fora da Rede Credenciada Janeiro a dezembro/2010: R\$704.840,37 (setecentos e quatro mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e sete centavos). Prestador: Credenciado com Ultrapassagem de Teto, março a outubro/2010: R\$287.283,77 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos). Valor Total: R\$992.124,14 (novecentos e noventa e dois mil, cento e vinte quatro reais e quatorze centavos). Interessada: DISA/GEINT. Despacho: A Direção Superior do Ipsemg, no uso de suas atribuições previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 43.703 de 17/12/2003, Autoriza, ad referendum do Conselho Deliberativo do IPSEMG, o pagamento do valor total das despesas com os atendimentos dos prestadores, descritos na planilha anexa. Publique-se. Em 15 de dezembro de 2010. Antônio A. Caram Filho - Presidente, Maria Angela Carvalho Dias Coelho - Secretária Geral, Marcus Vinicius de Souza - Diretor de Previdência, Roberto Porto Fonseca - Diretor de Saúde, Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

O Conselho Deliberativo em reunião do dia 20/12/2010 autoriza o pagamento dos prestadores fora da rede de conveniados no interior, em conformidade com os valores abaixo, relativos aos serviços prestados em situação de excepcional urgência/emergência.			
ATENDIMENTOS FORA DA REDE CONVENIADA (SEM COBERTURA CONTRATUAL)			
Prestador	Município	Período	Valor
Instituto Nossa Senhora do Carmo	Barroso	nov/10	R\$12.000,00
Instituto Nossa Senhora do Carmo	Barroso	dez/10	R\$13.000,00
Clinica de Fisot. Fabiana Junqueira de Mello Ltda	Caxambu	nov/10	R\$600,00
Clinica de Fisot. Fabiana Junqueira de Mello Ltda	caxambu	dez/10	R\$600,00
Centro de Invest. Hemat. Dr. Domingos A. Boldrini	Campinas	abr/10	R\$565,56
Centro de Invest. Hemat. Dr. Domingos A. Boldrini	Campinas	ago/10	R\$7.833,38
Centro de Invest. Hemat. Dr. Domingos A. Boldrini	Campinas	jan/10	R\$39,60
Centro de Invest. Hemat. Dr. Domingos A. Boldrini	Campinas	nov/10	R\$4.149,25

Centro de Invest. Hemat. Dr. Domingos A. Boldrini	Campinas	dez/10	R\$10.000,00
biocentro analises clinicas ltda	Divinopolis	set/10	R\$12.200,74
biocentro analises clinicas ltda	Divinopolis	out/10	R\$12.500,00
biocentro analises clinicas ltda	Divinopolis	nov/10	R\$13.000,00
biocentro analises clinicas ltda	Divinopolis	dez/10	R\$13.000,00
Clinica Sol Ltda	Divinópolis	nov/10	R\$8.000,00
Clinica Sol Ltda	Divinopolis	dez/10	R\$8.000,00
Clinica Vila Ltda	Divinópolis	nov/10	R\$15.000,00
Clinica Vila Ltda	Divinopolis	dez/10	R\$15.000,00
Santa Casa de Mis. De Itaguara	Itaguara	out/10	R\$10.000,00
Santa Casa de Mis. De Itaguara	Itaguara	nov/10	R\$10.000,00
Santa Casa de Mis. De Itaguara	Itaguara	dez/10	R\$10.000,00
Centrocor Instituto de Cardiologia	Juiz de Fora	dez/10	R\$120.000,00
Laboratorio De Analises Clinicas Ltda	Passos	ago/10	R\$3.171,62
Fundação Fil. Benef. de Saude Arnaldo Gavazza Filho	Ponte Nova	set/10	R\$14.180,22
Fundação Fil. Benef. de Saude Arnaldo Gavazza Filho	Ponte Nova	out/10	R\$72.000,00
Fundação Fil. Benef. de Saude Arnaldo Gavazza Filho	Ponte Nova	nov/10	R\$72.000,00
Fundação Fil. Benef. de Saude Arnaldo Gavazza Filho	Ponte Nova	dez/10	R\$73.000,00
Hospital Regional São Sebastião	Sto Anº Amparo	out/10	R\$15.000,00
Hospital Regional São Sebastião	Sto Anº Amparo	nov/10	R\$15.000,00
Hospital Regional São Sebastião	Sto Anº Amparo	dez/10	R\$15.000,00
Associacao de Combate ao Cancer do Brasil Central	Uberaba	dez/10	R\$60.000,00
Clinica Serra Verde	Vespasiano	dez/10	R\$70.000,00
	TOTAL		R\$704.840,37

O Conselho Deliberativo em reunião do dia 20/12/2010 autoriza o pagamento dos prestadores que ultrapassaram o teto de atendimento, em conformidade com os valores abaixo, relativos aos serviços prestados em situação de excepcional urgência/emergência.

ULTRAPASSAGEM DE TETO			
Prestador	Município	Mês	Valor
Fundacao Deraldo Guimaraes	Almenara	out/10	R\$3.564,30
Fundacao De Ensino E Tecnologia De Alfenas	Alfenas	ago/10	R\$107.581,82
Santa Casa de Misericordia Barbacena	Barbacena	jul/10	R\$444,75
Santa Casa de Misericordia Barbacena	Barbacena	set/10	R\$928,71
ProRenal SC Ltda	Barbacena	out/10	R\$203,50
Hospital São Lucas de Cataguases	Cataguases	out/10	R\$7.031,49
Inal Ciencia E Saude Ltda	Divinopolis	set/10	R\$5.414,64
Inal Ciencia E Saude Ltda	Divinopolis	out/10	R\$1.676,42
Reabilitar Clinica de Fisioterapia	Divinopolis	out/10	R\$1.560,00
Ciap - Citologia a Anatomia Patológica	Divinópolis	out/10	R\$2.472,60
Centro Médico de Anatomia Pat. E Cit. Ltda	Gov. Valadares	out/10	R\$154,00
Casa de Caridade Manoel Gonç. S. Moreira	Itauna	set/10	R\$30.173,37
Irmadade Nossa Senhora das Dores	Itabira	out/10	R\$23.034,01
Hosp. Vaz Monteiro de Assist. a Inf. E Matern.	lavras	set/10	R\$13.571,81
Laboratorio Nova Serrana LTDA	Nova Serrana	ou/10	R\$196,15
Clinica de Fisioterapia Equilibrio LTDA	Teófilo Otoni	out/10	R\$2.271,00
Associacao Hosp. Santa Rosalia	Teófilo Otoni	mar/10	R\$730,04
COT - Centro Oncologico do Triangulo Ltda	Uberlandia	set/10	R\$66.587,00

0119416-2010/2010-7	Fundação Felício Rocho	set/10	R\$920,00
0119414-2010/2010-4	BIOCOD-Biotecnologia Ltda	mai/10	R\$1.810,00
0120847-2010/2010-3	Patologia Clínica São Paulo	set/10	R\$54,92
0106915-2010/2010-4	Patologia Clínica São Paulo	out/10	RS42,00
0106907-2010/2010-1	Patologia Clínica São Paulo	out/10	RS456,30
0106913-2010/2010-1	Laboratório Belo Horizonte	out/10	RS273,00
0123466-2010/2010-0	Hospital Luxemburgo	fev/10	RS7.798,00
0121661-2010/2010-0	Hospital Luxemburgo	abr/10	RS3.069,00
0121664-2010/2010-0	Hospital Luxemburgo	jun/10	RS1.023,00
0121667-2010/2010-9	Hospital Vera Cruz	jun/10	RS16.999,85
0121671-2010/2010-6	NEOCENTER	out/10	RS1.543,00
0126284-2010/2010-0	NEOCENTER	out/10	RS1.483,60
0126283-2010/2010-4	Clinica Nefrológica de MG Ltda	nov/10	RS2.630,42
0126451-2010/2010-4	Nefron	out/10	RS18.264,02
0126461-2010/2010-0	Instituto Moacyr Junqueira	set/10	RS450,00
0126455-2010/2010-0	Biovisão	out/10	R3.379,20
Subtotal			RS281.602,06
TOTAL GERAL			RS1.084.510,18

ATOS DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA
DIRETOR: Marcus Vinicius de Souza
Concede, nos termos da Decisão Judicial, benefícios de pensão por morte a:

Nº Benefício	Instituidor	Beneficiário(s)	Data de Vigência	Protocolo
25410-0	Jane Leite Malachini	Roberto Malachini	11/01/2010	11/01/2010

CHEFIA DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIOECONÔMICA - DENISE MARLENE SILVA GONÇALVES
AUXÍLIOS FINANCEIROS PARA FUNERAL INDEFERIDOS:
Nelito Pereira de Oliveira, pelo óbito de Elvira Inocência de Oliveira; Ana Marciana da S. Lopes, pelo óbito de Raimunda Maria da Conceição; Ricardo Lúcio Bicalho Megale, pelo óbito de José Megale; Vera Lúcia Soares B. Campos, pelo óbito de Maria da Conceição S. Barbosa; Adair Costa N. Ramos, pelo óbito de José Milton Ramos; Eny Nunes Borel, pelo óbito de Alzira Nunes Borel; Lucimêa M. Ribeiro de Oliveira, pelo óbito de Nezita Mendonça Ribeiro; Osvaldina Teodora da Silva, pelo óbito de Gersi Ferreira da Silva; Maria Angela da Silva, pelo óbito de Maria Madalena dias Peixoto; Luiz Nunes Gonçalves, pelo óbito de Selma G. de Fátima Nunes; Maria Eliza G. Siriaco Martins, pelo óbito de Zazi Guimarães; Joventina Pascoal Xavier, pelo óbito de Maria Regina Pascoal; Bernadina Pinto de Assis, pelo óbito de Carlos Canuto de Assis; Santiago de Carvalho Simeão, pelo óbito de Maria de Lourdes Araujo; Antônio M. de Souza Gonçalves, pelo óbito de Fabiana Diniz de Souza; Maria Vieira dos Santos, pelo óbito de José Cardoso de Moura; Cláudio Galdino Campbell, pelo óbito de Alice Kelly S. Campbell; Frederico R. de Moraes, pelo óbito de Maria Ivone Costa Moraes; Maria da Glória A. Costa, pelo óbito de Júlio Ramalho Carmona; José Custódio Fernandes, pelo óbito de Maria Efigênia A. Fernandes; Maria José Rabelo, pelo óbito de Benedita Batista Rabelo; José Alcides A. Vasconcelos, pelo óbito de Lizete Vasconcelos.

206 cm -15 132311 - 1

Secretaria de Estado de Saúde

Secretário: Antônio Jorge de Souza Marques

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do § 1º do art. 3º da EC nº41/03, da servidora: Masp. 372250-1, Helena Maria de Castro, a partir de 06/08/2010.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO
SG/GRH/CCBA/Processo nº0216863-1320/2010-0
A DIRETORA DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184, de 31/12/2002, combinado com a resolução nº 37, de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens e benefícios ao servidor: MASP. 374638-5, FERNANDO JOSÉ PINTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – INSTAURAÇÃO
SG/GRH/CCBA/Processo nº0220736/2010-5
A DIRETORA DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184, de 31/12/2002, combinado com a resolução nº 37, de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens e benefícios à servidora: MASP. 383312-6, TÂNIA MARIA SANTOS.

5 cm -15 132158 - 1

ATO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA

Pelo presente ato de reconhecimento de despesa, à vista da Nota Técnica nº.4290.8507.10, de 13/12/2010, da Auditoria Setorial, ficam reconhecidos e ratificados os atos administrativos e despesas, referentes aos serviços de consultoria prestados nos meses de abril/2010 e maio/2010 por**UNICE NOVAES DE GODOY**,brasileira, consultora, CPF: 150.857.916-49, RG: M- 1314773, PIS: 1005409515-5, residente na Avenida Afonso Pena, 3808, apt.401, Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, que perfazem um montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme RPA 004/2010 (fls.04) e RPA 005/2010 (fls.02), processo de inexigibilidade nº 13/2010 – processo 1321127-87/2010, devendo este ato ser publicado no órgão oficial de divulgação, em atendimento ao disposto no artigo 61, da Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

Antônio Jorge de Souza Marques
Secretário de Estado da Saúde e
Gestor do SUS/MG

4 cm -15 132342 - 1

ATO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA

Pelo presente ato de reconhecimento de despesa, à vista da Nota Técnica nº.4290.8426.10, de 13/12/2010, da Auditoria Setorial, ficam reconhecidos e ratificados os atos administrativos e despesas, referentes aos serviços de consultoria prestados no mês de abril/2010 por**MARIA EMI SHIMAZAKI**,brasileira, consultora, CPF: 526.966.189-68, RG: 149899-PR, PIS: 12173301510, Nº NE INSS 12173301510, residente na Rua Nilo Cairo, 176, apt:51, Centro, Curitiba/PR, que perfazem um

EXTRATO DE CONTRATO
#Nº Processo 1321122-315 #Inexigibilidade nº 25/2010 #Contrato nº 23767/2010 #Objeto Prestação de serviço de suporte e manutenção ALERT Life Sciences Computing #Contratante SES/MG #Contratada ALERT Life Sciences Computing #Prazo 12 (doze) meses #Valor R\$6.259.288,43(dois milhões,duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais, quarenta e três centavos) #D.O. 4291.10.302.044.4638.0001-339039-10.01; #Data de assinatura 16/12/2010
(NCS/GECOM)

Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais

Presidente: Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – HEMOMINAS
Atos da Presidente
Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti

PORTARIA PRE Nº 279/ 2010, de 15 de dezembro de 2010.
Aprova o Manual de Normas e Procedimentos da Gestão de Equipamentos no âmbito da Fundação Hemominas.
A Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso X e XI do art. 13, do Decreto nº 43.668, de 26 de novembro de 2003, RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Manual de Normas e Procedimentos da Gestão de Equipamentos no âmbito da Fundação Hemominas.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

4 cm -15 132272 - 1

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Presidente: Antônio Carlos de Barros Martins

Secretaria de Estado da Saúde
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Atos do Presidente

O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, DESIGNA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Delegada 175 de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007, os servidores lotados no HJXXIII, a partir da data da publicação:
José Flora da Silva Neto, MASP 1039845-1, para FGH-4-III HO47.
Marília Ferreira, MASP 1039841-0, para FGH-4-III HO48.
Alduir Bento, MASP 1195685-1, para FGH-3-IV-HO57.
O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais,DISPENSA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Delegada 175 de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007, o servidor lotado no HRAD, a partir da data da publicação:
Adriano Alves dos Santos, MASP 119163-7, da FGH-5-III HO55.
O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Delegada 175 de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007, os servidores, a partir da data da publicação:
DISPENSA
Carlos Eduardo Guimarães Leão, MASP 1039333-8, da FGH-9-IV HO 19 do HJXXIII
DESIGNA
Iriam Gomes Starling, MASP 1040162-8, para FGH-2-III HO05, do HJXXIII
Márcia Cristina de Oliveira, MASP 1042821-7, para FGH-4-IV HO05, do HJXXIII
Kelly Cristina de Oliveira. MASP 1558308-1, para FGH-3-III HO 83, do HAC
Carlos Eduardo Guimarães Leão, MASP 1039333-8, para FGH-3-IVHO 03 do HJXXIII
Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.

ATO

O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 45.128, de 02 de julho de 2009, tendo em vista o Art. 21 da Lei 15.462, de 13 de janeiro de 2005 e o Decreto 44.308, de 02 de junho de 2006:
Conceder Promoção por Escolaridade Adicional ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG, com efeitos retroativo a 30 de junho de 2009.

			Situação Atual		Situação Nova		Vigência	C.H.
MAASP	Nome	Cod.Carreira	Nível	Grau	Nível	Grau		
1042725-0	Fernando Antônio Botoni	MED	III	C	IV	A	30.06.2009	24 HS

Antônio Carlos de Barros Martins
Presidente-FHEMIG

16 cm -15 132108 - 1

Secretaria de Estado da Saúde
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Atos do Presidente

O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais DISPENSA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Delegada 175 de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007, os servidores, a partir da data da publicação:
Elza Maria dos Santos Neves, MASP 1041725-1, da FGH-3-IV HO68, da MOV.
Adriano Alves dos Santos, MASP 119163-7, da FGH-5-III HO55.
Carlos Eduardo Guimarães Leão, MASP 1039333-8, da FGH-9-IV HO 19 do HJXXIII.
Celma Eugênia Marques, MASP 1040902-7, da FGH-2-III HO 02, do HJPII.
Emiza Macedo Rates, MASP 1038541-7, da FGH-4-III HO 17, do HJPII
O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais DESIGNA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Delegada 175 de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.467, de 16 de fevereiro de 2007, os servidores, a partir da data da publicação:
Emiza Macedo Rates, MASP 1038541-7, da FGH-2-III HO 02, do HJPII
José Rodrigues Povoas, MASP 1039465-8, da FGH-3-IV HO68, da MOV
José Flora da Silva Neto, MASP 1039845-1, para FGH-4-III HO47, do HJXXIII
Marília Ferreira, MASP 1039841-0, para FGH-4-III HO48, do HJXXIII
Alduir Bento, MASP 1195685-1, para FGH-3-IV-HO57, do HJXXIII
Nádia Raquel Firmino Moraes, MASP 1119952-8, para FGH -5-II HO16, da DPGF.
Vanessa Ferreira de Andrade, MASP 1098609-9, para FGH 5-I HO17, do HCM.
Adriano Alves dos Santos , MASP 1197163-7, para FGH-3-III HO91, do HRAD
Iriam Gomes Starling, MASP 1040162-8, para FGH-2-III HO05, do HJXXIII
Márcia Cristina de Oliveira, MASP 1042821-7, para FGH-4-IV HO05, do HJXXIII
Kelly Cristina de Oliveira. MASP 1558308-1, para FGH-3-III HO 83, do HAC
Carlos Eduardo Guimarães Leão, MASP 1039333-8, para FGH-3-IVHO 03 do HJXXIII.

O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 45.128, de 02 de julho de 2009, tendo em vista o Art. 21 da Lei 15.462, de 13 de janeiro de 2005 e o Decreto 44.308, de 02 de junho de 2006:
Conceder Promoção por Escolaridade Adicional ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG, com efeitos retroativo a 30 de junho de 2009.

MAASP	Nome	Cod.Carreira	Situação Atual		Situação Nova		Vigência	C.H.
			Nível	Grau	Nível	Grau		
1042725-0	Fernando Antônio Botoni	MED	III	C	IV	A	30.06.2009	24 HS

Antônio Carlos de Barros Martins
Presidente-FHEMIG

16 cm -15 132236 - 1

PORTARIA PRESIDENCIAL Nº733 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Designa e define o nível de competência de atuação dos servidores responsáveis pela manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa da Fundação.

O Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Estadual 45.128, de 2 de julho de 2009 e considerando:
- o disposto no artigo 4º da Resolução Conjunta SEF/SEPLAG/AUGE Nº 7735, de 29 de setembro de 2010, que estabelece a adoção de atividades preventivas e articuladas dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, no que se refere ao controle da manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa;
- a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- o § 2º do artigo 74 da Constituição do Estado de Minas Gerais;
- o estabelecido no Decreto Estadual nº 45.340, de 29 de março de 2010, que estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública do poder executivo para a manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa;
- os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e definir o nível de competência de atuação dos servidores constantes do anexo único desta portaria como responsáveis pela manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa da Fundação.
Parágrafo Único - Ficam os servidores designados sujeitos às penalidades previstas no inciso I do artigo 8º do Decreto Estadual nº 45.340, de 29 de março de 2010, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas disciplinares cabíveis.
Art. 2º - Os servidores designados poderão solicitar às Unidades Assistenciais, Diretorias e Assessorias da Presidência documentos, esclarecimentos, informações e apoio operacional e/ou técnico, com vistas a subsidiar o cumprimento do disposto nesta Portaria.
Parágrafo Único – As áreas indicadas no caput deste artigo caso não atendam as solicitações que lhes forem dirigidas estarão sujeitas as penalidades previstas no inciso I do art. 8º do Decreto Estadual nº 45.340, de 29 de março de 2010, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas disciplinares cabíveis.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

ANTÔNIO CARLOS DE BARROS MARTINS
PRESIDENTE DA FHEMIG

ANEXO ÚNICO

Servidor Designado	Masp	Dispositivos do CAUC Nível de Competência de Atuação	Setor de Lotação
Gilcilene Aparecida de Oliveira	1127430-5	201 – INSS - CND - Certidão Negativa de Débito.	Gerente de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Masblael Fernandes da Silva	1039517-6	203 – FGTS – CRF	Chefe do Serviço de Contabilidade
Elsie Dolabela Rodrigues dos Santos	1040317-8		Coordenadora de Avaliação, Controle e Certificação do Serviço de Contabilidade
Rodrigo Eufrasio	1222346-7	201 – INSS - CND - Certidão Negativa de Débito.	Técnico Operacional da Saúde/Gerência de Pessoal
		203 – FGTS - CRF no que se refere ao envio da GFIP.	
Selma Fonseca Magdalena	1042327-5	204 – Regularidade na Prestação de Contas de Convênio (CONCONV/SIAFI)	
		207 – CADIN - Cadastro de Informação dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal.	Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

INTERNET: www.iof.mg.gov.br

<p>Wanil dos Santos Menezes Liliana Cortes Real</p>	<p>1039481-5 1124533-9</p>	<p>201 – INSS - CND - Certidão Negativa de Débito.</p> <p>205 – SRF - Tributos e Contribuições Federais/PGFN - Dívida Ativa da União, no que se refere a pagamento e prestação de contas.</p> <p>207 – CADIN - Cadastro de Informação dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal.</p>	<p>Chefe do Serviço Financeiro</p> <p>Chefe do Serviço de Planejamento e Execução Orçamentária</p> <p>Chefe do Serviço de Contratos e Convênios</p>
---	--------------------------------	---	---

28 cm -15 132289 - 1

Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Secretário: João Antônio Fleury Teixeira

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
Atos da Diretora de Recursos Humanos
Simone Lins Jansen

FÉRIAS-PRÊMIO – CONVERSÃO EM ESPÉCIE
CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE, nos termos do § 1º di art. 117 do ADCT da CE/1989, do servidor: Masp 379.484-9 – Lenito Baptista Franca, referente ao saldo de 06 (seis) meses do cargo de Auxiliar de Transportes e Obras Públicas.
RETIFICAÇÃO
RETIFICA OS ATOS DE, AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO referente ao servidor: Masp 365.538-8 – Hélio Teodoro da Silva, publicado no “MG” de 03/09/2010, onde se lê: 03 meses referentes ao 4º quinquênio; leia-se: 01 mês do 3º quinquênio e 03 meses do 4º quinquênio.

4 cm -15 132161 - 1

Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais

Diretor Geral: José Elcio Santos Monteze

ATO ASSINADO PELO SENHOR DIRETOR GERAL DO DER/ MG:NOMEIA, nos termos da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.466, de 16 de fevereiro de 2007, Adriana de Ferreira Barbosa, Masp: 1141161-8, DAI- 23 ER25, de recrutamento amplo, para ter exercício no Gabinete.

EXONERA, nos termos do artigo 106, alínea “b”, da Lei 869, de 05 de julho de 1952, do Cargo de Provimento em Comissão, DAI- 25 ER17, constante da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, Marcos Macedo de Souza, Masp: 1032770-8, a contar de 11 de dezembro de 2010, tendo em vista a aposentadoria publicada em 11 de dezembro de 2010.

DESIGNA, nos termos da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, Geraldo Pimenta de Moraes, Masp: 1033530-5, para a Função Gratificada de Gestão Rodoviária, FGG- 04 ER12.

DESIGNA, o servidor Antenor Brito Vilela, Masp 1022791-6, para responder pela 5ª Coordenadoria Regional, sediada em Ubá – MG, no período de 25/11/2010 a 15/12/2010.

DESIGNA, o servidor Antenor Brito Vilela, Masp 1022791-6, para responder pela 29ª Coordenadoria Regional, sediada em Manhumirim – MG.

ATOS ASSINADOS PELA DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO DER/MG: “Errata” Na matéria publicada no “Minas Gerais” de 30/07/2010, referente ao servidor Indis Antônio da Silva, Masp 1022723-9.

Onde se lê - Gestor de Transportes e Obras Públicas, Código GTOP, Nível V, Grau A.

Leia-se - Auxiliar de Transportes e Obras Públicas, Código GTOP, Nível V, Grau B.

Na matéria publicada no “Minas Gerais” de 23/11/2010, referente ao servidor José Mateus Barbosa dos Santos, Masp 1033575-0:

Onde se lê - Auxiliar de Transportes e Obras Públicas, Código AUTOP, Nível IV, Grau C.

Leia-se - Auxiliar de Transportes e Obras Públicas, Código AUTOP, Nível IV, Grau D.

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do § 6º do artigo 36 da Constituição Estadual/1989, dos servidores:

Dilton Joaquim Fulgêncio Pinto, Masp 1023378-1, a partir de 25/11/2010, referente ao cargo de Agente de Transportes e Obras Públicas, Código AGTOP, Nível III, Grau D.

José Joaquim Barbosa, Masp 1032660-1, a partir de 01/12/2010, referente ao cargo de Agente de Transportes e Obras Públicas, Código AGTOP, Nível III, Grau D.

Patricia Machado Coelho Cançado, Masp 1028486-7, a partir de 23/11/2010, referente ao cargo de Agente de Transportes e Obras Públicas, Código AGTOP, Nível III, Grau D.

REVOGA O ATO PUBLICADO EM 07/12/2010 QUE CONCEDEU ABONO DE PERMANÊNCIA A PARTIR DE 12/11/2010, à servidora Nicellia Moreira da Silva, Masp 1033532-1, por motivo de publicação indevida.

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do § 5º do art. 2º da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19/12/2003, aos servidores:

Júlio Emílio de Lemos, Masp 1030157-0, a partir de 6/12/2010.

Wilson Teodoro da Silva, Masp 1029511-1, a partir de 7/12/2010.

REMOVE A PEDIDO, nos termos do artigo 80, da Lei nº 869, de 5/7/1952, o servidor Bento Ramos da Silva, Masp 1032707-0, Auxiliar de Transportes e Obras Públicas, Código AUTOP, no exercício da Função Gratificada de Gestão Rodoviária – FGG-11, ER09, da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças para a 3ª Coordenadoria Regional.

REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, dos servidores:

Masp 381315-1 – Clever da Silveira Martins, a partir de 23/11/2010. Masp 1028040-2 – Marco Antônio Rodrigues Lommez, a partir de 06/12/2010.

Concede, nos termos do inciso I e parágrafo 1º, do artigo 31, da Constituição Estadual de 21 de setembro de 1989, com a redação dada pelo artigo 4º da Emenda Constitucional nº 57 de 15/07/2003, Adicionais quinzenais aos servidores: Marco Antônio Chaves Sena, masp 1022595-1, 7º quinquênio a partir de 10/12/2010; Maria Márcia da Silva Santos, masp 1023480-5, 7º quinquênio a partir de 09/12/2010; Osvaldo Celestino da Silva, masp 1030586-0, 7º quinquênio a partir de 10/12/2010; Jurandy Pereira da Silva, masp 1032560-3, 7º quinquênio a partir de 10/12/2010; Carlos Alberto Lage, masp 1033490-2, 6º quinquênio a partir de 07/12/2010; Paulo Gonçalves de Resende, masp 1033842-4, 5º quinquênio a partir de 08/12/2010.

Concede, nos termos do inciso VI e parágrafo 1º, do artigo 31, da Constituição Estadual de 21 de setembro de 1989, com a redação dada pelo artigo 4º da Emenda Constitucional nº 57 de 15/07/2003, Adicionais de 10% sobre a remuneração ao servidor: Carlos Alberto Lage, masp 1033490-2, a partir de 07/12/2010.

Concede 03 meses de Férias prêmio, nos termos do artigo 31, § 4º da Constituição Estadual de 21/09/1989, com a Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57 de 15/07/2003 e Resolução SEPLAG nº 022 de 25/04/2003, ao(s) servidor (es): Maria Márcia da Silva Santos, masp 1023480-5, referente ao 7º quinquênio a partir de 08/12/2010; Osvaldo Celestino da Silva, masp 1030586-0, referente ao 7º quinquênio a partir de 09/12/2010; Jurandy Pereira da Silva, masp 1032560-3,

referente ao 7º quinquênio a partir de 09/12/2010.

Concede, nos termos do artigo 31, § 4º, da Constituição Estadual de 21/09/1989, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 57 de 15/07/2003 e Resolução SEPLAG nº 022 de 25/04/2003 e Instrução SEPLAG/DCCTA nº006, o afastamento em férias prêmio a: Ronaldo Junqueira Barbosa, masp 1022719-7, de 31/01/2011 a 28/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Vicente de Paulo Cussi, masp 1022724-7, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Maria Helena Rodrigues Nunes, masp 1022805-4, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Maria da Graça Reis Santos Gomes da Silva, masp 1023031-6, de 31/01/2011 a 30/04/2011, referente ao 6º quinquênio e 02/05/2011 a 02/08/2011, referente ao 7º quinquênio; Andréa Paula Manso, masp 1023033-2, de 20/01/2011 a 20/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Berto Cajá, masp 1023592-7, de 31/01/2011 a 31/03/2011, referente ao 7º quinquênio; Geraldo Fonseca, masp 1028092-3, de 11/01/2011 a 11/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Jânio Fernandes Barbosa, masp 1028150-9, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Sebastião Ferreira Costa, masp 1028173-1, de 05/01/2011 a 05/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Geraldo de Tavares da Silva, masp 1028192-1, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Ely Lopes, masp 1028312-5, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Dantes Jacinto Roberto, masp 1028383-6, de 17/01/2011 a 17/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Luiz Carlos de Almeida Macedo, masp 1028385-1, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Maria da Dorez Raspani, masp 1028563-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Yvonne de Greslan, masp 1028564-1, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Carlos Mauricio Lobão Ramos, masp 1028601-1, de 20/01/2011 a 20/02/2011, referente ao 4º quinquênio; Lélio Pinheiro de Souza, masp 1029271-2, de 17/01/2011 a 17/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Humberto Pereira Costa, masp 1029418-9, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Sidney Matias Cândido, masp 1029539-2, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; José Benedito Rodrigues, masp 1029542-6, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 7º quinquênio; David de Nazaré Mendes, masp 1029553-3, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; José Rodrigues da Silva, masp 1029975-8, de 28/01/2011 a 28/02/2011, referente ao 7º quinquênio; José Ferreira de Souza Filho, masp 103025-9, de 21/01/2011 a 21/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Ferreira Dornelas, masp 1030089-5, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio e 04/04/2011 a 04/07/2011, referente ao 7º quinquênio; Fernando Almir Nascimento, masp 1030091-1, de 04/01/2011 a 04/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Vicente de Oliveira, masp 1030100-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Gilberto Reis da Costa, masp 1030123-2, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Nelsinho Pedroso dos Santos, masp 1030194-3, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Sebastião de Fátima Pereira, masp 1030286-7, de 02/01/2011 a 02/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Assunção Vieira, masp 1030294-1, de 05/01/2011 a 05/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Walter Alves Pacheco, masp 1030328-7, de 24/01/2011 a 24/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Alexandrino Cordeiro Cardoso, masp 1030394-9, de 31/01/2011 a 28/02/2011, referente ao 6º quinquênio e 01/03/2011 a 01/06/2011, referente ao 7º quinquênio; José Rosendo Alves de Macedo, masp 1030419-4, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Vandercir de Oliveira, masp 1030435-0, de 03/01/2011 a 03/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Anelito de Oliveira, masp 1030459-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Edson Souza Marinho, masp 1030548-0, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio e 04/04/2011 a 04/05/2011, referente ao 7º quinquênio; Antonildo Pereira dos Santos, masp 1030561-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Raimundo Antônio Leal, masp 1030591-0, de 10/01/2011 a 10/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Júlio Costa Farias, masp 1030787-4, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Walter Luiz Marasca, masp 1030804-7, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Osvaldo Soares, masp 1030939-1, de 10/01/2011 a 10/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Expedito Alberto Costa, masp 1031063-9, de 05/01/2011 a 05/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Elias José Pereira Rodrigues, masp 1031107-4, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Santos Gonçalves da Silva, masp 1031247-8, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Antônio Alves da Silva, masp 1031263-5, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Eustaquio Fernandes, masp 1031498-7, de 03/01/2011 a 03/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Joaquim Silvério, masp 1031573-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Valdivino Donizete Alves, masp 1031612-3, de 05/01/2011 a 05/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Rodrigues Teixeira, masp 1031653-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Vanete Alcântara Pereira, masp 1031663-6, de 17/01/2011 a 17/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Erivan Boaventura, masp 1031754-3, de 11/01/2011 a 11/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Gaspar José Pereira, masp 1031768-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Geraldo da Silva, masp 1031800-4, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Luiz Ferreira Soares, masp 1031863-2, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Edson dos Santos Silva, masp 1031875-6, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; José Moacir Guedes da Silva, masp 1031884-8, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Antônio Francisco dos Santos Neto, masp 1031915-0, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Joaquim Gonçalves, masp 1031971-3, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Valdir César Martins, masp 1031986-1, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; João Vantoir da Silva, masp 1031992-9, de 26/01/2011 a 26/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Ailson Arimatea Silva, masp 1032141-2, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio e 04/04/2011 a 04/07/2011, referente ao 6º quinquênio; Antônio Batista dos Santos, masp 1032153-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Porfirio de Araújo, masp 1032200-6, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Wbalduino José Viana, masp 1032214-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; José Olavo Rodrigues, masp 1032233-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Sinfônio Ferreira da Silva, masp 1032240-2, de 04/01/2011 a 04/04/2011, referente ao 6º quinquênio; Manoel Rodrigues dos Santos, masp 1032281-6, de 10/01/2011 a 10/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Gilmar Vieira dos Santos, masp 1032321-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Jorge Wantuil da Silva, masp 1032399-6, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Gabriel Lopes de Andrade, masp 1032445-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Osvaldino Gonçalves Dias, masp 1032460-6, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Jussara Furini Cardoso, masp 1032493-7, de 10/01/2011 a 10/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Robertino Pereira Caixeta, masp 1032496-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Demóstenes Alípio da Silva, masp 1032508-2, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Washington Antônio de Oliveira, masp 1032570-2, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Leozino Ribeiro de Castro, masp 1032582-7, de 24/01/2011 a 24/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Alcides Geraldo Lima, masp 1032596-7, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Aurení Ribeiro de Queiroz, masp 1032681-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; José Martins Gomes, masp 1032695-7, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Sebastião Alcântara de Oliveira, masp 1032730-2, de 03/01/2011 a 03/03/2011, referente ao 6º quinquênio; Sebastião Elias de Oliveira, masp 1032744-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Nívio Pinto de Lima, masp 1032745-0, de 17/01/2011 a 17/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Antônio Fernandes da Silva, masp 1032862-3, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Waldete Pereira dos Santos, masp 1032933-2, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Antônio Alves da Silva, masp 1033035-5, de 05/01/2011 a 05/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Jovelino Barbosa da Silva,

masp 1033056-1, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Nelson Souza Baleeiro, masp 1033082-7, de 17/01/2011 a 17/02/2011, referente ao 5º quinquênio e 18/02/2011 a 18/04/2011, referente ao 6º quinquênio; José Carlos Ferreira, masp 1033116-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 6º quinquênio; Albino Estácio Batista, masp 1033121-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Daniel Francisco de Oliveira, masp 1033127-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Edson do Socorro Mendes, masp 1033217-9, de 31/01/2011 a 31/03/2011, referente ao 5º quinquênio; José Cecílio de Souza Pereira, masp 1033262-5, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Geraldo Eustaquio de Barros, masp 1033349-0, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; José Luiz da Silva, masp 1033402-7, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Sergio Silva, masp 1033472-2, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 7º quinquênio; Valmir Ferreira da Silva, masp 1033477-9, de 03/01/2011 a 03/03/2011, referente ao 5º quinquênio; Geraldo Augusto das Graças, masp 1033509-9, de 04/01/2011 a 04/02/2011, referente ao 5º quinquênio; José Cordeiro dos Santos, masp 1033564-4, de 10/01/2011 a 10/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Ademar Machado Fonseca, masp 1033601-4, de 31/01/2011 a 28/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Jerônimo Miranda da Mata, masp 1033627-9, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Paulo Alves Teixeira, masp 1033670-9, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; João Barbosa dos Santos, masp 1033678-2, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 4º quinquênio; João Batista das Chagas Neto, masp 1033734-3, de 03/01/2011 a 03/02/2011, referente ao 5º quinquênio; Silvana Reginalda Alves, masp 1033839-0, de 03/01/2011 a 03/04/2011, referente ao 5º quinquênio; Rafael Romão Pereira, masp 1035019-7, de 18/01/2011 a 18/03/2011, referente ao 7º quinquênio; Antônio Rodrigues Pinheiro, masp 1035064-3, de 18/01/2011 a 18/02/2011, referente ao 7º quinquênio.

RETIFICAÇÃO:

Na edição do Minas Gerais 13/08/2009, publicações referente ao servidor: Antônio Duarte de Freitas , masp 1032949-8, fica retificado Concessão de 63 meses de Férias Premio referente ao 6º quinquênio para 28/06/2009.

57 cm -15 132300 - 1

Secretaria de Estado de Turismo

Secretária: Érica Campos Drumond

Expediente

RESOLUÇÃO SETUR Nº 21, DE 14 DE DEZEMBRO 2010

Designa Comissão Setorial para implementar o Programa Ambientação na Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE TURISMO,no uso das atribuições que lhe confere o artigo 93, § 1º, inciso III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e, tendo em vista a assinatura, aos 10 de novembro de 2010, de Termo de Adesão com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, visando a implementação do Programa Ambientação - Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais - na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais - CAMG;

Art. 1º. Fica designada Comissão Setorial para implementar o Programa Ambientação - Educação Ambiental em Prédios Públicos de Minas Gerais - na Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Resolução será composta pelos seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro:

I – Viviane da Cunha Silva, MATRÍCULA 40.064-4, Diretoria de Logística e Manutenção;

II - Ana Zélia Salazar Martins, MATRÍCULA 71.485-0, Diretoria de Recursos Humanos;

III - Cláudia Regina Amaral, MATRÍCULA 72.802-8, Assessoria de Comunicação Social;

IV - Renata de Fátima Couto, MASP 294.904-8, Diretoria de Planejamento das Políticas Públicas;

Art. 3º. Compete à Comissão Setorial:

I – participar, juntamente com a Comissão Gestora, da realização do diagnóstico ambiental, identificando os aspectos ambientais mais relevantes, bem como da realização do diagnóstico de caracterização dos resíduos sólidos gerados da SETUR na CAMG, para evitar ou minimizar impactos ambientais negativos;

II - elaborar, com base nos diagnósticos, o plano de ação estratégica para as campanhas do Programa Ambientação, definidas nas linhas de ação Consumo Consciente e Gestão de Resíduos. Deverão ser considerados aspectos ambientais, tais como: consumos de água, energia elétrica, custos descartáveis, materiais de escritório e geração de resíduos, com foco na redução de consumo, reaproveitamento de materiais, gestão de resíduos sólidos e combate ao desperdício;

III – cumprir metas percentuais relacionadas aos aspectos ambientais considerados, pactuadas entre a Comissão Gestora e a SETUR, que permitam mensurar o desempenho ambiental da SETUR e da CAMG;

IV – estabelecer ações de substituição dos insumos e materiais que provoquem danos ou riscos ao meio ambiente;

V – estabelecer rotina de reuniões entre os integrantes da Comissão Setorial e o Grupo de Facilitadores para planejamento, execução e avaliação das ações previstas, possibilitando redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

VI – participar de reuniões periódicas com a Comissão Gestora Ambientação para nivelamento das ações;

VII - divulgar as ações e os resultados alcançados na SETUR semanalmente por meio do veículo de comunicação do Programa Ambientação: Notícias Ambientação;

VIII – registrar no Sistema Integrado de Gestão Ambientação - SIGA a memória das ações e não-conformidades pertinentes apenas à SETUR; IX - acompanhar e realizar ações visando o cumprimento de metas do Ambientação no Acordo de Resultados da SETUR.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.

ÉRICA CAMPOS DRUMOND
Secretária de Estado de Turismo

14 cm -15 132347 - 1

Editais e Avisos

Imprensa Oficial do Estado

de Minas Gerais

IMPRENSA OFICIAL do ESTADO de MINAS GERAIS
HOMOLOGAÇÃO Nº 117/2010

O Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, baseado nas informações constantes do processo nº 2391202 000253/2010, referente à licitação modalidade Pregão, tipo Eletrônico, sob o nº 253/2010 e, considerando que foram observados todos os requisitos legais, nos termos da Lei nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002, do Decreto nº 4.244,08, de 08 de março de 2002, e subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, homologa os procedimentos do processo licitatório, conforme ata do referido processo:

LOTE 01

ITEM 01 – Quantidade: 02 UNID.

Paletaíra

Ten Cel Márcio dos Santos Cassavari.

2 cm -15 132055 - 1

PMMG/6º RPM/ 8º BPM

Aviso de Pregões Eletrônicos nº 10 e 011 /2010
O Ten Cel PM Ordenador de Despesas do 8º BPM, no uso das atribuições que lhe competem, torna público que serão realizados: Pregão Eletrônico nº 10/2010, processo nº 1250995 065/2010 objeto aquisição de óleo diesel e gasolina comum, para as viaturas da PMMG/ 8º BPM das cidade destacadas de: Carmópolis de Minas/MG e Bom Sucesso/MG, para o ano de 2011, no dia 28/12/2010 – terça-feira às 10:30 horas. Pregão Eletrônico nº 11/2010, processo nº 1250995 066/2010 objeto aquisição de óleo diesel e gasolina comum, para as viaturas da PMMG/ 8º BPM das cidade destacadas de: Nepomuceno/MG, Perdões-MG, e Oliveira/MG , para o ano de 2011, no dia 28/12/2010 – terça-feira às 08:40 horas. Os editais encontram-se à disposição no site: www.compras.mg.gov.br Maiores informações através dos telefones (035) 3829.3222/ 3829-3229 ou pelo telefax 3829.3235.

4 cm -15 132080 - 1

PMMG / 13º BPM - Pregão Eletrônico 05/2010 –13ºBPM- O Décimo Terceiro Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, informa a abertura de Pregão Eletrônico em data de 29/12/2010 às 09:00 horas, para Contratação de Empresas do ramo de prestação de serviços de manutenção, reparos mecânicos, elétricos, borracharia, retifica, limpeza em viaturas de várias marcas/modelos - GM/Chevrolet, Fiat, VW, Troller, Mercedes Benz, Agralle, Renault, Moto Honda e Moto Yamaha da frota do 13ºBPM. Maiores informações 2123-1406 na Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2300 Bairro Planalto BH/MG Cep 31720-300 - Almoarifado do 13º BPM- Pregoeiro Sgt Anderson.

2 cm -15 132066 - 1

POLÍCIA MILITAR – 7º RPM - 23º BPMAVISO DE LICITAÇÃO - Pregão eletrônico nº. 010/2010 - 23º BPM – menor preço por lote. Objeto: Fornecimento contínuo de peças genuínas de veículos para o ano de 2011, das linhas FIAT, GM/CHEVROLET, FORD, VOLKSWAGEM, MOTOCICLETAS HONDA e YAMAHA, DUCATO/FIAT e MERCEDES BENZ, para atender a demanda da frota do 23º BPM - Divinópolis M/G, para o ano de 2011, Total de Lotes: 08. Encaminhamento das propostas: a partir de 17/12/2010 às 09:00h e término dia 29/12/2010, às 08h30min. Abertura das Propostas: 29/12/2010 às 08h45min. Início da Seção do Pregão: 29/12/2010 às 09:00h, horário de Brasília. O Edital poderá ser obtido na Seção de Transporte do 23º BPM, ou através do site: www.comporas.mg.gov.br. Outras informações com o pregoeiro responsável pelo certame, através do telefone (37) 3301 0104. Divinópolis, 15 de dezembro de 2.010. Ricardo Alves dos Santos, 2º Ten PM, pregoeiro responsável. **POLÍCIA MILITAR – 7º RPM - 23º BPM** AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão eletrônico nº. 011/2010 - 23º BPM – menor preço por lote. Objeto: Prestação de serviços de manutenção e reparos em veículos leves das linhas Fiat, GM/Chevrolet, Volkswagen, Ford, veículos de duas rodas Motocicletas das linhas Honda e Yamaha, veículos pesados das linhas Mercedes Benz e Ducato/Fiat, da frota do 23º BPM Divinópolis M/G, para o ano de 2011, Total de Lotes: 08. Encaminhamento das propostas: a partir de 17/12/2010 às 09:00h e término dia 29/12/2010, às 14:00h. Abertura das Propostas: 29/12/2010 às 14h15min. Início da Seção do Pregão: 29/12/2010 às 14h30min, horário de Brasília. O Edital poderá ser obtido na Seção de Transporte do 23º BPM, ou através do site: www.comporas.mg.gov.br. Outras informações com o pregoeiro responsável pelo certame, através do telefone (37) 3301 0126. Divinópolis, 15 de dezembro de 2.010. Marcelo Rodrigues Galvão, 2º Ten PM, pregoeiro responsável.

7 cm -15 132123 - 1

Polícia Militar - 11º BPMAviso de Licitação Pregão Eletrônico 09/10 - 11º BPM O Ordenador de Despesas do 11º BPM torna público que entre o dia 16/12/2010, às 08:30h, e o dia 30/12/2010, às 08:30h, estará recebendo, através do site www.compras.mg.gov.br, as propostas comerciais para o pregão eletrônico nº 09/10-11º BPM, tendo como objeto a Locação de Máquinas Copiadoras para o 11º BPM e Colégio Tiradentes de Manhuaçu/MG, mediante contrato, conforme especificações constantes no Edital, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A abertura da Sessão do Pregão terá início em 30/12/2010 às 09:00 horas. O edital poderá ser obtido através do site: www.compras.mg.gov.br, ou com a Comissão Permanente de Licitação da Unidade.

3 cm -15 132113 - 1

PMMG/HPM - RESUMO DE ADITIVO: A Ordenadora de Despesas do Hospital da Polícia Militar, no uso de suas atribuições, torna público o Termo Aditivo nº 03/10 ao contrato nº 44/2007, celebrado com a Empresa Set Bios Service Manutenção de Equipamentos Ltda-ME. OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva, em caráter contínuo, no sistema de geração elétrica de emergência instalado junto à subestação de energia elétrica do HPM, com fornecimento de peças novas e assistência técnica. Vigência: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses com início em 04dez10 e término em 03dez11. Valor do Contrato: Permanece inalterado o valor mensal do contrato. SIGNATARIOS: Silvânia A. Vidal Lisboa, Ten Cel PM e Alex Rodrigo Quirino Chaves.

3 cm -15 132126 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
EDITAIS E AVISOS
Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
Extrato de Contrato

Contrato nº:3597/2010
Processo SIAD nº.:539/2010
Modalidade: Pregão Eletrônico
Partes: EMG/Polícia Civil e a Empresa Posto Longana Ltda, CNPJ/ MF nº00.067.750/0001-80. Objeto: Fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento das viaturas da Polícia Civil, à disposição da Delegacia de Polícia de João Monlevade/MG. Prazo: (12) meses – 04/01/2011 a 03/01/2012. Valor VLMensal:RS7.224,00(sete mil, duzentos e vinte e quatro reais). Pagamento :Cláus.5.2.1, até 30(trinta) dias da apresentação da fatura. Dot. Orc.:1511.06.181.89.4480.0001-339030-26, fonte de recurso 27.1. Foro: B.Hte./MG. Assinatura:25/11/2010. Signatários: Dr.Edimar Paula da Silva(P/ Contratante) e Genilton Cicero Machado(P/Contratada).

Extrato de Retificação
Partes:EMG/Polícia Civil e a Empresa Décio Auto Posto Beira Rio Ltda Onde se lê: “Contrato:nº”, publicado no “Minas Gerais” de 01/12/2010. Leia-se: “Contrato nº3580/2010.”

Decisão
Processo número 373/2010 – Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção de microfilmagem eletrônica, digitalização de documentos e guarda de microfilmagens originais. Conforme fundamentos constantes no parecer nº50/ASTEC/AM/10, decide o Diretor de Material e Patrimônio pela permanência da decisão proferida pelo pregoeiro, uma vez que a recorrente não impugnou o edital em tempo hábil, decaindo seu direito de fazê-lo. No que tange a inexistibilidade de sua proposta, após análise da planilha em conformidade com o disposto da alínea “b” do artigo 48 da Lei 8.666/93, parecer contábil constante do processo e do art.3º da Lei 14.184/02, ficou demonstrado a impossibilidade de realização, pela recorrente, dos serviços a serem contratados. Diante do exposto decide pela adjudica-

ção do objeto à empresa declarada vencedora no certame.

Belo horizonte, 07 de dezembro de 2010.

Henrique de Oliveira
Diretor de Material e Patrimônio
(em exercício)

Processo n.º 373/2010

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção de microfilmagem eletrônica, digitalização de documentos e guarda de microfilmagens originais. Órgão solicitante: DETRAN/MG. Licitante vencedor: Data Filme Sistemas de Imagem e Informações Ltda, com o total de R\$3.462.720,00(três mil quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte reais).

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2010.

Henrique de Oliveira
Diretor de Material e Patrimônio
(em exercício)

Processo n.º 453/2010

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Aquisição de Combustível para a Depol de Guarani/MG. Órgão solicitante: 32º DRPC de Ubá/MG. Fracassado.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

Henrique de Oliveira
Diretor de Material e Patrimônio (em exercício)

Departamento de Trânsito

Edital de Notificação da Penalidade de Multa

O Chefe do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/ MG, na qualidade de Autoridade de Trânsito, com fulcro nos artigos 281, 282 e 257 § 8º, do Código de Trânsito Brasileiro, e na Resolução nº 151/03, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, torna público, para conhecimento dos interessados, a listagem de veículos autuados, de propriedade de pessoa jurídica (código de infração 5002), para conceder-lhes, caso queiram, o prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, para interporem recurso junto à Junta Administrativa de Recursos de Infrações do DETRAN/MG - JARI/DETRAN/MG, e ou procederem ao pagamento da multa por oitenta por cento do seu valor, na forma estabelecida pelo artigo 284 do C.T.B.

Notificação de penalidade de multa a pessoa jurídica por não identificação do condutor infrator
Período de devolução: 08/12/2010 a 09/12/2010

Placa Data Infração Processamento

GLY-7549 27/11/2010 3980811
GXA-4420 27/11/2010 4185972
Total de penalidades publicadas nesse Edital: 2

Guias para pagamento devem ser procuradas nos Postos de Atendimento Integrado - UAI ou atraves do site do DETRAN/MG - www.detrannet.mg.gov.br

Oliveira Santiago Maciel
Delegado Geral de Polícia
Chefe do DETRAN/MG

24 cm -15 132317 - 1

Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - Aviso De Adjudicação E Homologação – Concorrência Nº 140126900047/10 – CSM – O Sr. Maj. BM, Ordenador de Despesas do CSM, torna público que adjudicou e homologou o objeto deste processo: construção de pelotão padrão bombeiro militar, no município de Januária/MG, à empresa Alcance Engenharia e Construção Ltda, única habilitada para o certame, no valor de R\$ 1.668.082,70 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, oitenta e dois reais e setenta centavos). A integra dos atos de adjudicação e homologação, bem como as demais documentações, encontram-se a disposição dos interessados à Rua Vinte e Seis, 12, Bairro Tropical – Contagem/MG, 15 de dezembro de 2010. (a) Ernande Brandão David, Maj. BM, Chefe do CSM/ Ordenador de Despesas.

3 cm -15 132149 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 2.521. Partes: O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Adik Software Ltda. Objeto: O presente Termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a partir de 18 de dezembro de 2010. Valor anual: R\$ 7.000,00 (sete mil reais) Dotação orçamentária nº 1231.20.122.701.2001.0001.339039.10.1. Data de assinatura: 15/12/2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Extrato do de Compromisso de Concessão de Estágio ao Contrato nº 2.584/2010. Partes: O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Bruno César de Moura Viveiros, com intervenção do Sistema Integrado de Ensino de Minas Gerais - FEAD. Objeto: Pelo presente Termo é concedido estágio pela SEAPA ao ESTAGIÁRIO, como oportunidade da pratica dos conhecimentos adquiridos na escola superior. Prazo: 6 (seis) meses. Valor mensal: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais), mais o valor mensal de R\$ 39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos). Dotação orçamentária nº. 1231.122.701.2002.0001.339036.01.10.1. Data de assinatura: 15/12/2010.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Retificação do Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 2.535, publicado no Jornal “Minas Gerais” por dia 15 de dezembro de 2010. Partes: O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Comercial Oliveira & Brant Ltda. Onde se lê: Objeto: Alterar o preço do álcool hidratado e reajustar o valor do Contrato a partir de 15 de novembro de 2011. Leia-se: Alterar o preço do álcool hidratado e reajustar o valor do Contrato a partir de 15 de novembro de 2010.

2 cm -15 132354 - 1

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo n.º: 204/2010 - Inexistigibilidade n.º: 42 /2010 - Objeto:

Contratação de internet para o escritório local de Santana do Paraíso – Unidade Regional de Ipatinga – Beneficiário:LIGVALE – Informática e telecomunicações Ltda Valor: Anual R\$ 960,00 - Fund. Legal: art. 25, II, c/c art.13, VI da Lei Federal n.º 8.666/93.Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.Comissão Permanente de Licitação

2 cm -15 132157 - 1

A EMATER-MG autoriza a compra de 01 Plotter, realizada por meio do Processo Licitatório de Nº 3041002 00073/2010 - Pregão Eletrônico nº 063/2010, no âmbito do Contrato de Repasse nº 0.215.071-02/2006 cuja(s) empresa vencedora foi: DIMEX DO TRIÂNGULO LTDA. DETEC/DIPRO.

2 cm -15 132340 - 1

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Dispensa de Licitação 08/2010- Processo Nº 3051007/35/2010 Para contratação de empresa para prestar o servico de fornecimento de internet e manutenção de rede para Fazenda Experimental de Leopoldina (FELP), através da empresa Telecom Leopoldina Ltda. Ratificado em 14/12/2010. Fundamento legal: Lei 8666/93, artigo 24, inciso III.

2 cm -15 132058 - 1

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG

Pregão Eletrônico Nº 3051008 / 296 / 2010
Objeto: Aquisição e instalação de Grupo Motogerador Estacionário à Diesel para o laboratório de Biotecnologia Vegetal da Fazenda Experimental Getúlio Vargas – FEGT/URETP/Uberaba-MG, conforme especificações e condições constantes do Edital. A abertura da sessão de pregão ocorrerá dia 29/12/2010, às 09:00H. Edital e anexos se encontram disponiveis na Unidade Regional EPAMIG Triangulo e Alto Paranaíba, na Fazenda Experimental Getúlio Vargas, rua Afonso Rato 1301, bairro Mercês – Uberaba, ou no site www.compras.mg.gov.br. Informações complementares através do telefone (34) 3317-7610 e e-mail epamigcompras@terra.com.br.

3 cm -15 132266 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA – IMA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo 2371036 2010 000206. Pregão Eletrônico. Objeto: manutenção de veículos. Abertura dia 29.12.10, às 11h. O Edital poderá ser obtido no endereço eletrônico: www.compras.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3915-8635. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010. Comissão Permanente de Licitação.

3 cm -15 132117 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA
Extrato do 7º Termo Aditivo ao Contrato para Evento nº 744/07. Partes: IMA e a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL. Objeto: renumerar cláusula. Prazo: a partir da data de assinatura em 14.12.2010. Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 420/07. Partes: IMA e o Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Silvério. Objeto: prorrogar vigência. Prazo: 03 anos, a partir de 28-12-2010. Data de assinatura em 15.12.2010. Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 330/05. Partes: IMA e o município de Cordislândia. Objeto: prorrogar vigência, acrescentar letraslegmo inciso II da cláusula segunda, acrescer valor, incluir dotação. Valor: R\$10.000,00 (município). Dotação orçamentária: 20.606.0052.2.010-3333304100. Prazo: 05 anos, a partir da data de assinatura em 17.11.2010.

3 cm -15 132241 - 1

Fundação Rural Mineira

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA - RURALMINAS
EDITAL DE ESCRITURAÇÃO DE DOMÍNIO
O Presidente da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS, no uso de atribuição que lhe confere o art. 10 do Regulamento para Venda de Terras Públicas de sua propriedade e nos termos do art. 62, inciso XXXIV da Constituição Estadual e após cumpridas as exigências legais, torna público, que vai proceder a Escrituração de lotes urbanos aos beneficiários constantes das relações elaborada pela Ruralminas e afixada conjuntamente, com o presente Edital, nos municípios de : CHAPADA GAUCHA e JAIBA. Nos termos do inciso III, do art. 10, do Regulamento já mencionado, é de 30 (trinta) dias, o prazo para contestação da boa - fé do ocupante, por aqueles que se julgarem prejudicados com a presente Escrituração. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010. PAULO CESAR BREGUNCI – PRESIDENTE

3 cm -15 132233 - 1

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Termo de Rescisão ao Convênio nº. 358/2008. Partes: SECTES e FUNDAÇÃO BIOMINAS. Ass: 14/12/2010.

1 cm -15 132137 - 1

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Extrato do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 10.215/10. Participes: A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, a Ci&T Software S.A.Objeto: cooperação mútua entre os partícipes, para estudos outros, trabalhar harmonicamente para o desenvolvimento de projetos e pesquisas relacionadas ao setor de software.Período de Vigência: 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do presente instrumento.Data de assinatura: 10/12/10. Valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) alocados pela FAPEMIG e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por parte da Ci&T. Dotações Orçamentárias: 2071.19.571.257.4609.0001.4420.42.0.241, 2071.19.571.257.4609.0001.449042.0.241. 2071.19.571.257.4609.0001.442042.0.103. 2071.19.571.257.4609.0001.444042.0.103. 2071.19.571.257.4609.0001.445042.0.103. 2071.19.571.257.4609.0001.449020.2.103. 2071.19.122.701.2002.0001.390000.0.241. 2071.19.122.701.2002.0001.390000.0.601. Signatários: Mario Neto Borges, Presidente da FAPEMIG, Cesar Gon – Presidente da Ci&T Software S.A. Ass) Prof. Mario Neto Borges, PhD – Presidente da

FAPEMIG

5 cm -15 132033 - 1

FAPEMIG
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CEX ; APQ-02636-10 ; Estudo Teórico de Sistemas Macromoleculares e Supramoleculares em Solução ; WAGNER BATISTA DE ALMEIDA ; 2071.19.573.259.4625.0001.442042.101.0 ; 2071.19.573.259.4625.0 001.445042.101.0 ; 03/11/2010 ; 02/11/2012 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 49.770,00 ; CEX ; APQ-02654-10 ; Variedades Mínimais de PI-Expoente Maior que 2 e suas Subvariedades ; ANA CRISTINA VIEIRA ; 2071.19.573. 259.4625.0001.442042.101.0 ; 2071.19.573.259.4625.0001.445042.1.0 ; 03/11/2010 ; 02/05/2012 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 15.392,78 ; CDS ; APQ-01227-10 ; Avaliação da produção de citocinas no fluido gengival de indivíduos com Periodontite Aggressiva após o tratamento periodontal. ; JOSE EUSTAQUIO DA COSTA ; 2071.19.573.259.46 25.0001.442042.101.0 ; 2071.19.573.259.4625.0001.445042.101.0 ; 29/11/2010 ; 28/11/2012 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 26.713,05 ; CDS ; APQ-02341-10 ; Identificação de limiares de circunferência de cintura, índice de massa corporal, aptidão física aeróbica e nível de atividade física para predição do agrupamento de fatores de risco de doença cardíaca coronariana em crianças de 6 a 9 anos ; JOEL ALVES LAMOUNIER ; 2071.19.573.259.4625.0001.442042.101.0 ; 2071.19.573.259.4625.0001.445042.101.0 ; 17/11/2010 ; 16/11/2011 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 14.305,20 ; APQ-02390-08 ; 13/10/2010 ; 01/02/2011 ; Prorrogação ; CBB ; PCE-00523-10 ; XI Congresso da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTX) ; MARCIA HELENA BORGES ; 2071.19.573. 259.4627.0001.449020.101.0 ; 21/11/2010 ; 25/12/2010 ; Fundação Ezequiel Dias ; RS 9.600,00 ; CDS ; OET-00379-10 ; Encontro de Estudos Técnicos sobre Bancos Multitecditos: parceria Fundação Hemominas e Héma-Québec ; DANIEL GONÇALVES CHAVES ; 2071.19.573.259.4627.0001.44 5042.101.0 ; 2071.19.573.259.4627.0001.449020.101.0 ; 01/03/2011 ; 02/04/2011 ; Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais ; RS 32.213,00 ; CEX ; PCE-00620-10 ; 2 Encontro Brasileiro sobre Espesiação Química – EspeQBrasil-2010 ; NIVIA MARIA MELO COELHO ; 2 071.19.573.259.4627.0001.442042.101.0 ; 12/12/2010 ; 15/01/2011 ; Universidade Federal de Uberlândia ; RS 2.000,00 ; SHA ; PLT-00088-10 ; O processo dos juizes e o processo dos advogados: aproximações entre estrutura social e semântica ; RAFAEL LAZZAROTTO SIMIONI ; 2071.19.573.259.4627.0001.339020.101.0 ; 06/12/2010 ; 05/12/2011 ; Fundação Sul Mineira de Ensino/Faculdade de Direito do Sul de Minas ; RS 8.925,00 ; CDS ; PRI-00122-10 ; The long term course of factor VIII inhibitors in patients with congenital haemophilia A without imm ; SUELY MEIRELES REZENDE ; 2071.19.573.259.4627.0001.339020.101.0 ; 07/12/2010 ; 06/03/2011 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 666,00 ; CDS ; PRI-00123-10 ; Interleukin-6 plasma levels and socioeconomic status in Brazilian elderly community-dwelling women ; LEANI SOUZA MAXIMO PEREIRA ; 2071.19.573.259.4627.0001.339020.1 01.0 ; 07/12/2010 ; 06/03/2011 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 474,36 ; SHA ; OET-00353-10 ; III Seminário Nacional de Dança Teatro ; SOLANGE PIMENTEL CALDEIRA ; 2071.19.573.259.4627.0001.44 2042.101.0 ; 2071.19.573.259.4627.0001.445042.101.0 ; 27/04/2011 ; 29/05/2011 ; Universidade Federal de Viçosa ; RS 8.799,00 ; CBB ; BPD-00175-10 ; MARCO AURÉLIO ROMANO-SILVA ; BRUNO REZENDE DE SOUZA ; 2071.19.573.259.4614.0001.442 042.101.0 ; 2071.19.573.259.4614.0001.445042.101.0 ; 01/10/2010 ; 30/09/2011 ; Universidade Federal de Minas Gerais ; RS 48.200,00 ; CAG ; BPD-00099-10 ; MARIA APARECIDA NOGUEIRA SEDIYAMA ; Suzana Patricia Lisboa ; 2071.19.573.259.4614.0001.4 45042.101.0 ; 2071.19.573.259.4614.0001.449020.101.0 ; 01/12/2010 ; 30/11/2011 ; Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais ; RS 45.360,00 ;

15 cm -15 132156 - 1

Fundação De Amparo À Pesquisa Do Estado De Minas Gerais – FapemigExtrato De Termo De Outorga E Aceitação De Auxílio – Período 14/12/10 A 15/12/10 Em Cumprimento A Lei Nº 8666/93 E Suas Modificações Posteriores. CBB; 00249; 9; Bolsa de Pos-Doutorado Junior para Paula Castanheira Volpini desenvolver o projeto de pesquisa: “Estabelecimento e Caracterizacao Fenotipica de Linhagens de Celulas-tronco Embrionarias de Blastocistos Humanos, provenientes de tecnica de reproducao assistida, no depto. De bioquimica e imunologia da ufmg.”.Alfredo Miranda de Goes; 2071.19.573.259.4614.0001.445042.0.101/01/11/2009; 31/10/2011; Ufmg-Universidade Federal de Minas Gerais; RS 45.360,00; SHA; 108;10;Edicao da Obra Filosofica Inedita de Henrique Claudio de Lima Vaz: Joao Augusto Anchietta Amazonas Mac Dowell; 2071.19.5 73.259.4625.0001.445042.101; 04/11/2010; 03/11/2012; Ajeas-Assoc. Jesuita de Educ e Assist.Social; RS80.274.12;DTI-II; RS17.494,88; CEX;00319;9; Bolsa de Pos-Doutorado Senior para Ana Elizabete de Araujo Machado desenvolver o projeto de pesquisa: “Modelagem de Nanobubos de Carbono Funcionalizados: 1) sistemas contendo oligo- meros da anilina e do dietenilsilano substituidos; 2) sistemas contendo o quimioterapico discodermolideo, no depto. De quimica da ufmg.”. Wagner Batista de Almeida;2071.19.573.259.4614.0001.445042.0.1 01; 01/01/2010; 31/12/2011; Ufmg-Universidade Federal de Minas Gerais;RS 55.440,00.

5 cm -15 132182 - 1

Fundação De Amparo À Pesquisa Do Estado De Minas Gerais – FapemigExtrato De Termo Aditivo – Período 09/12/10 A 15/12/10 Em Cumprimento A Lei Nº 8666/93 E Suas Modificações Posteriores. 001/10; CDS APQ 0164-4.04/08; Prorrogação; 31/08/2011.

1 cm -15 132185 - 1

Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 33/2010
Objeto: Aquisição de projetores de multimídia para Campus Frutal da U

pregão: R\$ 264.047,35.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 41/2010
Objeto: Aquisição de lousa interativa para Campus Frutal da UEMG.
Licitante vencedora: Lote único – Vertical Tecnologia e Sistemas Ltda
- EPP. Valor total do pregão: R\$ 21.990,00.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 45/2010
Objeto: Serviço de impressão de 500 exemplares da Revista Gnose do Campus Frutal da UEMG.
Licitante vencedora: Lote único – Cromos Editora e Indústria Gráfica Ltda. Valor total do pregão: R\$ 7.745,00.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 46/2010
Objeto: Aquisição de equipamentos elétrico e eletônicos para montagem do laboratório de comunicação do Campus Frutal da UEMG.
Licitante vencedora: Lote único – Projesom Projetos e Instalação de Som Ltda. Valor total do pregão: R\$ 220.932,33.
B.Hte, 15/12/10 – Antônio Dianese - Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças.

10 cm -15 132262 - 1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG Extratos de Instrumentos Jurídicos

Termo de Cooperação FRA-156/2010. Parte: Fundação Renato Azeredo – FRA. Objeto: Execução do projeto: “Reforma do Auditório da Escola de Música”. Valor: R\$ 19.660,00. Prazo: 06 meses. Vigência: 24.11.10 a 23.05.11. Assinatura: 24.11.10.
Termo de Doação s/n. Parte: Fundação Renato Azeredo – FRA. Objeto: Doação de 02 rádios CD Philco. Valor: R\$ 479,00. Assinatura: 17.11.10.Termo de Doação s/n. Parte: Fundação Renato Azeredo – FRA. Objeto: Doação de 01 cafeteria Britânia. Valor: R\$ 100,00. Assinatura: 29.11.10.

3 cm -15 132254 - 1

Universidade Estadual de Montes Claros

**Universidade Estadual
de Montes Claros**
Reitor: Professor Paulo César Gonçalves de Almeida
Atos da Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças.

Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento e prestação de serviços de instalação de dois elevadores no prédio da Reitoria, de acordo com o processo 2311021/0328/2010, com base no artigo 24, V, da Lei 8.666/93. Fornecedor: ThyssenKrupp Elevadores S.A. Valor: R\$ 144.950,00. Dotação Orçamentária: 2311.12.122.776.1326.0001.449051.04.10.1.0.

3 cm -15 132031 - 1

Universidade Estadual de Montes Claros
Reitor: Professor Paulo César Gonçalves de Almeida
Atos da Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças.

Extrato de Contrato
Contrato referente ao Pregão Eletrônico nº 115/2010. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia em atendimento ao programa de formação continuada mídias na educação. Contrato nº. 2539/2010. Contratada: Ls Serviços Reprográficos LTDA. Valor: R\$ 6.378,00. Dotação Orçamentária: 2311.12.364.129.4143.0001.339039.31.24.1.0
Data: 15/12/2010.
Ernane Neves de Paiva – Pregoeiro Oficial.

3 cm -15 132064 - 1

Rádio Inconfidência

RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.

Extrato do Contrato nº. 013/2010 – Contratante: Rádio Inconfidência Ltda. – Contratada: AMA Comercial e Distribuidora Ltda. – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 07/2010 – Objeto: Aquisição de Estações de trabalho, conforme descrição e especificações técnicas constantes no edital de licitação - Valor do contrato: R\$ 24.800,00 – Dotações Orçamentárias: 3151 13.722.125.2.039.0001.4.4.90.52.0.60-1 – Vigência do contrato: 30 dias a partir da sua assinatura – Presidente: Valério Antônio Fabris – Assinatura: 09/12/2010.

2 cm -15 132346 - 1

Companhia Energética do Estado de Minas Gerais



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.176/0001-58

MS/MT - AQUISIÇÃO DE MATERIAL
Pregão Eletrônico - Nº 510-G01645 - Contato elétrico para chave seccionadora. Abertura da sessão pública 14/01/11, às 9h30 - Envio de proposta: sitio www.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

Pregão Eletrônico - Nº 510-G01653 - Servidor. Abertura da sessão pública 06/01/11, às 9 horas - Envio de proposta: sitio www.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

Pregão Eletrônico - Nº 510-G01600 - caixa papelão. Adendo nº 01 - Prorrogado data - Abertura da sessão pública 01/02/11, às 9 horas - Envio de proposta: sitiowww.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital e adendos disponíveis, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

6 cm -15 132195 - 1



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.176/0001-58

RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

“A Cemig Geração e Transmissão S.A., torna público que obteve do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, a Licença de Operação nº 316 – SUPRAM CM, com validade de 29/11/2016, para a PCH Rio de Pedras, no município de Itabirito – Minas Gerais”.

3 cm -15 132196 - 1



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.180/0001-16
MS/CS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AVISO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 500-H01671. Objeto: Serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns, resíduos da construção civil e resíduos industriais, gerados nas instalações das CONTRATANTES, localizadas em Belo Horizonte/MG e Contagem/MG, incluindo a locação de container compactador, caçambas fechadas e abertas, conforme Especificação Técnica. Abertura da sessão publica: dia 30/12/10, às 9:30 min - Envio de proposta através do sitiowww.cemig.com.braté 09 h da data de abertura da sessão. Edital disponível no sitio - Portal Eletrônico de Compras da CEMIG-PEC.

ADITIVO

LZ - Partes: Cemig Distribuição S.A. x Centauro Projetos e Topografia Ltda. Objeto: Serviços adicionais e prorrogação de prazo ao contrato nº 4680004021. Prazo: 10 meses. Valor: de: R\$107.000,00, para: R\$133.750,00. Ass.: 15/10/2010.

MD/LS - Partes: Cemig Distribuição S.A. x FR Engenharia Ltda. Objeto: Prorrogação de prazo ao contrato nº 4570012224. Prazo: 115 dias. Ass.: 12/11/2010.

TI/IO Partes: Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A x Newcom Negócios e Soluções de TI Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo e reajuste do preço dos serviços dos Contratos 4570011300 - 4570011301 Prazo: 24 meses; Valor: de R\$2.143.900,21 para R\$3.873.894,62 Ass. 13/12/2010.

ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 500-H00849. Objeto: Contratação dos serviços de consultoria e de assessoramento, visando dar suporte técnico, metodológico e operacional em todos os processos de análise e acompanhamento econômico e financeiro dos investimentos, destacando os projetos na área de distribuição, transmissão e geração de energia, incluindo Estudos de Análise Econômica e Financeira e demais estudos correlatos na área financeira. Adendo nº 02/2010. Objetivo: Solicitamos desconsiderar o Edital antigo e considerar válido o arquivo eletrônico do EDITAL NOVO. Informamos que estamos alterando a data de realização do pregão e do envio de propostas para: - Data da realização do Pregão: 29/12/10. - Prazo para Envio de Propostas: até as 08:30 horas do dia 29/12/2010. - Horário de abertura da sessão pública: 09:00 horas

CONTRATO

RC/PA. 4570012523. Partes: Cemig Distribuição S.A. x Publikimagem Projetos e Marketing Ltda. Fundamento: Pregão Eletrônico MS/CS 530-H00347. Objeto: serviços visando à implantação do Programa de Eficiência Energética para clientes de baixa renda da CEMIG D, que executarão, sinteticamente, os serviços de mapeamento e delimitação das comunidades onde atuarão, levantamento das ruas e becos para elaboração da rota para execução das atividades, mobilização social das famílias e comunidades atendidas, visitas de relacionamento e eficiência energética, palestras sobre eficiência no uso de energia, cadastramento e identificação de beneficiários dos equipamentos eficientes a serem substituídos no Projeto Conviver 3 conforme Especificação Técnica. Prazo: 12 meses. Valor: R\$4.899.998,80.Ass.: 14/12/2010. Homologada em: 14/12/2010.

MS/CS 4570012387. Partes: CEMIG D x METRUMEQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E TESTES LTDA. Inexigibilidade de Licitação nº MS/CS 530-E01311. Objeto: Serviços de atualização e suporte ao software de gerenciamento ION Enterprise. Prazo:12 meses . Valor: R\$325.220,00. Ass.: 28/10/10. Homologada em: 30/10/10.



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.180/0001-16

MS/MT - AQUISIÇÃO DE MATERIAL

Pregão Eletrônico - Nº 530-G01643 - Seccionadores. Abertura da sessão pública 24/01/11, às 9h30 - Envio de proposta: sitiowww.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

Pregão Eletrônico - Nº 530-G01659 - selo de segurança tipo semi-barreira ou barreira. Abertura da sessão pública 05/01/11, às 9 horas - Envio de proposta: sitio www.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

Resultado de Recurso – Aquisição de Material
Pregão Eletrônico nº - 530-G01350 – Os recursos interpostos pelas empresas Comercial Comag Ltda e Tretech Sistemas Digitais Ltda. Foram recebidos, conhecidos, observadas a tramitação e as providências pertinentes, tendo sido analisado o mérito pelos argumentos neles expendidos e, afinal, foi-lhe dado provimento parcial, conforme ata de análise do recurso assinada pela Comissão de Licitação, constante dos autos do processo administrativo de licitação. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010 – Rosana Figueiredo de Carvalho – Gerente de Suprimento de Material – Cemig.

Retomada da sessão pública – Aquisição de Material
Pregão eletrônico nº 530-G01350 – Objeto: Monitor Digital Temperatura. Convocamos os licitantes participantes a estarem conectados no sitio www.cemig.com.br – Portal de Compras da Cemig – para retomada da sessão pública em 28/12/2010 às 9 h. P regoeiro: Edelson Batista Passos – nº de pessoal 051705 Equipe de apoio: Nilton José de Castilho – nº de pessoal 028986, (que poderá atuar como pregoeiro substituto), Leandro Correa de Castro – nº de pessoal 056279. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010. – Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material – Cemig.
Pregão Eletrônico - Nº 530-G01626 - espaçador de polietileno. Adendo nº 01 - Alteração do Objeto do Edital e da data de realização da Sessão Pública - Abertura da sessão pública 04/01/11, às 9 horas - Envio de proposta: sitio www.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital e adendos disponíveis, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

Pregão Eletrônico - Nº 530-G01670 - porta lâmpadas. Abertura da sessão pública 07/01/11, às 9 horas - Envio de proposta: sitio www.cemig.com.br, até as 7h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sitio. Rosana Figueiredo de Carvalho - Gerente de Suprimento de Material.

12 cm -15 132199 - 1



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.180/0001-16

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundamento Legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - Objeto: Locação de Imóvel situado à rua Theodor H. Brandão, nº 373, Andradas - MG - Valor R\$ 90.000,00, equivalente ao aluguel mensal de R\$ 1.500,00, por um prazo de 60 meses.

Fundamento Legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - Objeto: Locação de Imóvel situado à rua Major Bonifácio, nº 381, Andradas

- MG - Valor R\$ 48.000,00, equivalente ao aluguel mensal de R\$ 800,00, por um prazo de 60 meses.

Fundamento Legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - Objeto: Locação de Imóvel situado à rua Júlio Brandão, nº 22 - Centro, Ouro Fino - MG - Valor R\$ 72.000,00, equivalente ao aluguel mensal de R\$ 1.200,00, por um prazo de 60 meses.

Fundamento Legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - Objeto: Locação de Imóvel situado à Pça. Dr. Eurico Santos Abreu, nº 154 - Centro, Ouro Fino - MG - Valor R\$ 90.000,00, equivalente ao aluguel mensal de R\$ 1.500,00, por um prazo de 60 meses.

CONTRATO

CEMIG X Jose Marcio de Oliveira - Fundamento Legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 - Objeto: Locação de Imóvel situado à Rua Felipe Senador, nº 770, Aiuruoca - MG - Valor R\$ 750,00, mensais, por um prazo de 60 meses - Data de assinatura: 01/10/2010.

7 cm -15 132200 - 1



CNPJ 04.881.791/0001-67 - NIRE 31300016552

Extrato da ata da 119a reunião da Diretoria Executiva.

Data, hora e local: 27-09-2010, às 8 horas, na sede social, na Av. Afonso Pena, 1964, 7º andar, em Belo Horizonte-MG.

Mesa: Presidente - Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga / Secretária - Anamaria Pugedo Frade Barros.

Sumário dos fatos ocorridos: A Diretoria Executiva deliberou, por unanimidade: 1- Aprovar a ata desta reunião. 2- Autorizar: a) a celebração do Termo de Confidencialidade com a Cimento Tupi S.A., tendo como objeto assegurar o sigilo quanto a todas e quaisquer informações confidenciais fornecidas pelas partes em relação aos projetos de eficientização a ser realizado na planta industrial daquela Empresa, com vigência de vinte e quatro meses, sem ônus para a Companhia, não criando vínculo societário entre as partes; e, b) a viagem do Sr. Túlio Marcus Machado Alves, Gerente Geral, a Santo Domingos, Republica Dominicana, no período de 27-10 a 02-11-2010, para participar, como palestrante, do Seminário Internacional sobre Mejores Prácticas en La Gestión de Pérdidas Comerciales en El Sector Eléctrico. Presenças: Diretores Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga e Luiz Fernando Rolla; e, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária.

a.) Anamaria Pugedo Frade Barros

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro em: 03-12-2010
Sob o número: 4499515
Protocolo: 10/522.419-7
Marinely de Paula Bomfim
Secretária Geral

9 cm -15 132202 - 1



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.180/0001-16

CONTRATO-MS/MT-12/2010

LICITAÇÕES CANCELADAS conforme Artigo 49 da Lei 8.666.(MS/MT-12/2010). – Pregão Eletrônico – G01107 – Objeto: Ferragens Lote 01 a 05.

3 cm -15 132201 - 1



Geração e Transmissão S.A.

CNPJ: 06.981.176/0001-58
MS/CS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AVISO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 510-H01662. Objeto: Serviços de reforma das instalações do viveiro com construção de vestiário na estação ambiental de Itutinga. Abertura da sessão publica: dia 30/12/2010, às 10:30 horas - Envio de proposta através do sitiowww.cemig.com.braté 10:00 min da data de abertura da sessão. Edital disponível no sitio - Portal Eletrônico de Compras da CEMIG-PEC.

AVISO DE INTENÇÃO

A Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT e Cemig Distribuição S.A. – Cemig D pretendem aderir como carona, a Ata de Registro de Preço nº 06/2010 da Companhia Docas do Ceará - CDC, para a contratação de serviços em tecnologia da informação, englobando processos de atendimento aos usuários do Porto e gestão de serviços de tecnologia da informação – TI, bem como todos os produtos necessários à prestação dos serviços para contemplar a implementação do “ Projeto Porto sem papel” de forma segura e integrada. Gerência de Contratação de Serviços e Soluções Integradas – MS/CS.

CONTRATO

LI/CT. 4570012496/4570012497 Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT e Cemig Distribuição S.A – Cemig D x Rouxinol Viagens e Turismo Ltda Fundamento: Pregão Eletrônico MS/CS-500-H01473 Objeto: serviços de transporte coletivo de empregados, lotados em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, compreendendo o lote nº 4 (Região Nordeste/Noroeste/Barreiro), conforme Especificação Técnica - LI/CT-2011/2013 - ANEXO 1 deste Edital. Prazo: 36 meses Valor: R\$1.481.922,00 Ass.: 06/12/10. Homologada em: 25/11/2010

LI/CT. 4570012490/4570012491 Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT e Cemig Distribuição S.A – Cemig D x Viação Transmoreira Ltda Fundamento: Pregão Eletrônico MS/CS-500-H01473 Objeto: serviços de transporte coletivo de empregados, lotados em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, compreendendo os lotes nº 1(Região Leste) e 3 (Centro Oeste), conforme Especificação Técnica - LI/CT-2011/2013 - ANEXO 1 deste Edital. Prazo: 36 meses Valor: R\$2.032.572,00Ass.: 06/12/10. Homologada em: 25/11/2010

LI/CT. 4570012492/4570012495 Partes: Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT e Cemig Distribuição S.A – Cemig D x Empresa Irmãos Lessa Ltda Fundamento: Pregão Eletrônico MS/CS-500-H01473 Objeto: serviços de transporte coletivo de empregados, lotados em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, compreendendo os lotes nº 2 (Região Norte/Pampulha) e 5 (Igarapé/ Betim), conforme Especificação Técnica - LI/CT-2011/2013 - ANEXO 1 deste Edital. Prazo: 36 meses Valor:R\$2.164.519,38Ass.: dd/mm/aa. Homologada em: 25/11/2010

MS/CS 4570012368 / 4570012367. Partes: CEMIG GT e CEMIG D x HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. Inexigibilidade de Licitação nº MS/CS 500-E01261. Objeto: Serviços de suporte da ferramenta Service Center para Service Manager. Prazo:12 meses . Valor: R\$175.321,00. Ass.: 28/10/10. Homologada em: 30/10/10.

MS/CS 4570012379. Partes: CEMIG GT x HYDROBYTE SOFTWARE LTDA. Inexigibilidade de Licitação nº MS/CS 510-E01280. Objeto: Serviços de consultoria e customização do Software

HydroExpert Prazo:12 meses . Valor: R\$94.900,00. Ass.: 28/10/10. Homologada em: 30/10/10.

15 cm -15 132310 - 1

Companhia de Gás de Minas Gerais



CNPJ 22.801.41/0001-02

ADITIVOS

Partes: Gasmig x Itaú Seguros S/A. Objeto: Prorrogação do Contrato nº 4500010394. Prazo: de 48 meses para 60 meses. Valor: de R\$1.424.974,65 para R\$1.760.771,83. Assinatura: 13/12/2010.

2 cm -15 132229 - 1

Secretaria de Defesa Social

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIALExtrato de Termo Aditivo Nº: 339039.14.1309.02.10PARTES : EMG/SEDS e EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL. ESPECIE : S egundo Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviço telefônico fixo comutado, modalidade longa distância nacional e internacional, destinado à SEDS. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo: a) a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Inicial por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/12/2010; b) a designação de Camila Pereira Pinto de Oliveira para atuar como gestora do contrato. VALOR: O valor global de R\$801.300,00 (oitocentos e um mil e trezentos reais) permanece sem reajuste. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão às expensas das dotações orçamentária abaixo relacionadas e as despesas dos exercicios subsequentes, pelas dotações constantes no original do próprio instrumento. SIGNATÁRIOS : Thiago Alexander Costa Grego e Emerson Stefanelli Santos.

4 cm -15 132184 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Extrato do 3º T.A. ao Contrato de Fornecimento nº 198/07. Partes: EMG/ SEDESE e a empresa Método Telecomunicações e Comércio Ltda. – BH/MG. Objeto: Prorrogar a vigência de 06/12/2010 a 05/12/2011 e reajustar os valores dos serviços, conforme especificado na Cláusula Primeira e Segunda deste Termo Aditivo. Assinatura: 03/12/2010.

Extrato do 3º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 816/08. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Matias Barbosa/MG. Objeto: Prorrogar a vigência até 05/06/2011. Assinatura: 07/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 1046/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Leandro Ferreira/MG. Objeto: Prorrogar a vigência até 10/08/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 10/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 1355/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Congonhal/MG. Objeto: Utilização de saldo remanescente para complementação da obra, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 14/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 050/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Umburataí/MG. Objeto: Corrigir a vigência prevista na Cláusula Terceira do Convênio, com término em 15/02/2011. Assinatura: 12/11/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 073/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Ponto dos Volantes/MG. Objeto: Utilização de saldo remanescente para ampliação da meta física e prorrogação da vigência até 17/06/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 15/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 1282/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Ponto dos Volantes/MG. Objeto: Utilização de saldo remanescente para ampliação da meta física e prorrogação da vigência até 17/06/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 15/12/2010.

RETIFICAÇÃO

Na publicação do dia 11/12/09, pág. 59, col. 04, Extrato do Convênio de Cooperação Financeira nº 1205/09. Partes: EMG/SEDESE e a PAPE de Itamonte/MG, retifica-se a vigência para 12(doze) meses a partir da assinatura.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 1205/09. Partes: EMG/SEDESE e a PAPE de Itamonte/MG. Objeto: Prorrogar a vigência até 08/06/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 10/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 871/09. Partes: EMG/SEDESE e a Associação Comunitária Renascer – Paiva/ MG. Objeto: Alterar o Plano de Trabalho, item V – Plano de Aplicação dos Recursos e prorrogar a vigência até 03/06/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 03/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 1123/09. Partes: EMG/SEDESE e a Associação Municipal de Assistência Social de Rosário da Limeira/MG. Objeto: Utilização de saldo remanescente para ampliação da meta física e prorrogação da vigência até 10/03/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 10/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 817/09. Partes: EMG/SEDESE e a Fundação Marianense de Educação – Mariana/MG. Objeto: Prorrogar a vigência por 180 (cento e oitenta) dias, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 02/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 643/09. Partes: EMG/SEDESE e a Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda Esperança – São Francisco do Abaeté/MG. Objeto: Prorrogar a vigência até 01/12/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 01/12/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 544/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Rio Pomba/MG. Objeto: Alterar o Plano de Trabalho, item V, subtem 1 – Plano de Aplicação dos Recursos e prorrogar a vigência até 09/05/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 30/11/2010.

Extrato do 1º T. A. ao Convênio de Cooperação Financeira nº 642/09. Partes: EMG/SEDESE e o Município de Sabará/MG. Objeto: Prorrogar a vigência até 02/03/2011, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo. Assinatura: 01/12/2010.

</

usados e outros. A licitação foi dividida em dois lotes, sendo LOTE 1: móveis de escritório antigos (cadeiras, mesas, armários e sofás): – LOTE 2 (cadeira giratória e fixa, sofá, poltronas para auditório, mesas de escritório, estações de trabalho, arquivos de aço, estantes, bebedouros, frigobar, video cassete, aparelho de fax, câmara digital, monitores, etc). O interessado poderá optar pela apresentação de proposta para um lote ou ambos, no entanto, deverá apresentar proposta para a integralidade de cada lote que optar.

O edital, contendo todas as informações necessárias à apresentação da proposta, inclusive lance mínimo e local de realização do certame, está disponível no site www.cohab.mg.gov.br – página de licitações- link “Licitações em andamento” – clicar em “Alienação de móveis/imóveis”. Informações e agendamento de visita pelo telefone 9823-8667.

4 cm -15 132150 - 1

Companhia de saneamento do Estado de Minas Gerais



A água de Minas

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
Concorrência Nº DVLI. 0920100208

Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Fazenda Solar e Rancho Três Lagoas na cidade de Igarapé/MG.

Onde se lê: CONSTRUTORA FERREIRA LIMA LTDA.
Leia-se: CONSTRUTORA FERREIRA JÚNIOR LTDA.

JULGAMENTO

Convite Nº DVLI. 0820100259

Objeto: execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços de adequação do prédio do laboratório da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto - Morro Alto, em Vespasiano / MG. Vencedora: Montana Engenharia Ltda. Valor: R\$68.882,64.

Convite Nº DVLI. 0820100251

Objeto: execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços de adequação do laboratório da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto - em Confins / MG. Vencedora: Montana engenharia Ltda. Valor: R\$46.475,43.

Convite Nº DVLI. 0820100262

Objeto: execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços de construção da cobertura do Tratamento Preliminar da ETE Estação de Tratamento de Esgoto - Bananeiras, da cidade de Conselheiro Lafaiete - MG. Vencedora: conectel construções e conexões telefônicas ltda. Valor: R\$39.770,00.

RETIFICAÇÃO DE JULGAMENTO

Tomada de Preços Nº DVLI. 0920100172

Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de implantação de redes coletoras e ligações prediais de esgoto, para o atendimento ao crescimento vegetativo, bem como aos serviços relacionados ao sistema de esgotamento estático e à prestação de serviços técnicos especializados em levantamentos topográficos e Geotecnia, necessários ao desenvolvimento de estudos e projetos de unidades de sistemas de esgotamento sanitário, para atendimento às demandas do programa de crescimento vegetativo na área de abrangência do Distrito do Médio Rio das Velhas – DTMV. Informamos que, no dia 25/11/2010 foi publicado no jornal Minas Gerais o resultado da licitação acima e a empresa vencedora da licitação foi a SEISAN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA com o valor de R\$1.487.498,49.

Tomada de Preços Nº DVLI. 0920100209

Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de complementação da ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Itai de Minas/MG. Julgamento: Vencedora: CONSIREL-CONSTRUTORA SILVEIRA E RESENDE LTDA. Valor: R\$985.719,12.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Nº DVLI. 1020100271

Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de manutenção de esgoto e recomposição de pavimentos do Sistema de Água e Esgoto de PARACATU/MG. Dia: 17/1/2011 às 10:15 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e compras/licitação de obras e serviços), a partir do dia 17/12/2010.

ATO DA PRESIDÊNCIA

RESCISÃO CONTRATUAL E APLICAÇÃO DE PENALIDADE
O Diretor Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no uso das atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO:

1 o que dispõe a Lei Federal 8.666/93, em seus artigos 77, 78, 79, 80 e 87;

2 o que dispõe a Lei Estadual 13.994/01, em seus artigos 3º e 6º;

3 o que dispõe a Lei Estadual 14.167/02, em seu artigo 12;

4 o Parecer Jurídico n.º 384/10, datado de 08/11/2010; e

o descumprimento de condição essencial do Contrato de Fornecimento n.º 10.2311, com vencimento em 13/02/2011.

RESOLVE:

declarar rescindindo o Contrato n.º 10.2311, celebrado com a empresa Bela Chicca Academia de Ginástica e Representação Ltda.;

impor à empresa Bela Chicca Academia de Ginástica e Representação Ltda. a pena de suspensão do Cadastro de Licitantes da COPASA MG, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste ato;

determinar a publicação do presente ato para produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.

Ricardo Augusto Simões Campos

DIRETOR PRESIDENTE

ATO DA PRESIDÊNCIA

RESCISÃO CONTRATUAL E APLICAÇÃO DE PENALIDADE
O Diretor Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no uso das atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO:

1 o que dispõe a Lei Federal 8.666/93, em seus artigos 77, 78, 79, 80 e 87;

o que dispõe a Lei Estadual 13.994/01, em seus artigos 3º e 6º;

o que dispõe a Lei Estadual 14.167/02, em seu artigo 12;

3 o Parecer Jurídico n.º 432/10, datado de 24/11/2010; e

o descumprimento de condição essencial do Contrato de Fornecimento n.º 10.1206, com vencimento em 04/05/2011.

RESOLVE:

declarar rescindindo o Contrato n.º 10.1206, celebrado com a empresa Inoxforte Comércio Importação e Exportação de Aços Ltda.;

impor à empresa Inoxforte Comércio Importação e Exportação de Aços Ltda. a pena de suspensão do Cadastro de Licitantes da COPASA MG, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste ato;

determinar a publicação do presente ato para produzir seus efeitos jurídicos e legais.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.

Ricardo Augusto Simões Campos

DIRETOR PRESIDENTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2010/0421 – PEM

Objeto: Tubos em PVC. Propostas vencedoras: AMANCO BRASIL LTDA, para os itens 01 e 03, no valor de R\$ 86.227,02 e ASPERBRÁS

BAHIA LTDA, para o item 02, no valor de R\$82.858,80.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2010/0475 – PEM
Objeto: Tampões e Tampas em Ferro Fundido. Propostas vencedoras: CARMENSE COMERCIAL LTDA, para o item 01, no valor de R\$ 63.648,00, SANACY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para o item 02, no valor de R\$ 24.655,97 e REYFOR COMERCIO DE FERRO FUNDIDO LTDA, para o item 03, no valor de R\$43.001,95.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2010/0478 – PEM.
Objeto: Tubos em PVC. Proposta vencedora: POLYVIN PLÁSTICOS E DERIVADOS LTDA, para todos os itens, no valor de R\$129.899,94.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SPAL nº 05.2010/0576 - PPS.
Objeto: Serviços de Transporte de Água Potável. Dia da Licitação: 03 de janeiro de 2011, às 09:00 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 17/12/2010. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

PREGÃO PRESENCIAL SPAL nº 05.2010/0578 – PPS
Objeto: Serviços de manutenção da solução de antivírus de E-mail Gateway McAfee. Dia da Licitação: 30 de dezembro de 2010, às 14:30 horas, à Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 16/12/2010, no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

PREGÃO PRESENCIAL SPAL nº 05.2010/0577 – PPS.
Objeto: Serviços de manutenção da solução de antivírus TEA McAfee - Total Protection Enterprise Advanced. Dia da Licitação: 30 de dezembro de 2010, às 09:00 horas, à Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em: 16/12/2010, no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Compras/Pregão).

A DIRETORIA

34 cm -15 132273 - 1

Secretaria de Estado de Educação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARATINGA- EXTRATO DE TERMO DE ENCERRAMENTO AO CONTRATO N.º263892, 30/10/2009, firmado com a empresa Posto Maluquinho Ltda para fornecimento de Gasolina Comum e Oleo Lubrificante, cuja vigência expirou em 29/10/2010. Assinado em 09/12/2010 por Rita de Cássia Rodrigues.

2 cm -15 132085 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 157081. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Pereira & Andrade Panificação Ltda, que objetivava o fornecimento de lanches para eventos. Vigência expirada em 16/11/2007. Coronel Fabriciano, 17/11/2007 - Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132087 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 243845. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Posto GT Ltda, que objetivava o fornecimento de combustíveis. Vigência expirada em 14/01/2010. Coronel Fabriciano, 15/01/2010- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132095 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 200651. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e CTE Consultoria Técnica Educacional Ltda, que objetivava ministração de cursos e treinamentos. Vigência expirada em 20/12/2008. Coronel Fabriciano, 21/12/2008- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132088 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 261937. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Reobote Serviços Eventos e Turismo Ltd, que objetivava o fornecimento de lanches para eventos. Vigência expirada em 12/08/2010. Coronel Fabriciano, 15/08/2010- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132089 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 57768. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Pereira & Andrade Panificação Ltda, que objetivava o fornecimento de lanches para eventos. Vigência expirada em 06/04/2005. Coronel Fabriciano, 06/04/2005- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132090 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 217433. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Pereira & Andrade Panificação Ltda, que objetivava o fornecimento de lanches para eventos. Vigência expirada em 06/06/2009. Coronel Fabriciano, 08/06/2009- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132091 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 169275. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Comercial de Autopeças Rocha Quintão Ltda, que objetivava manutenção de veículos. Vigência expirada em 14/03/2008. Coronel Fabriciano, 14/03/2008 - Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132093 - 1

SRE/PATOS DE MINAS

DIRETORA: Susie Adriane Silva Pereira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2010 / PROCESSO DE COMPRAS Nº 1261028- 52

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por intermédio de sua Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas, torna pública a Licitação Pregão Eletrônico nº 03/2010, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças originais e componentes, em veículos oficiais da marca FIAT. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site:www.compras.mg.gov.br na opção “PREGÃO”, até dia 30.12.2010, às 08:59 h. A sessão pública terá início no dia 30.12.2010, às 09:00 h. Uma cópia do Edital poderá ser obtida no site:www.compras.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (34) 2106-2150 ou 2106-2184.

4 cm -15 132097 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CORONEL FABRICIANO

EXTRATO DO TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO nº 194011. Partes: SEE / Superintendência Regional de Ensino de Coronel Fabriciano e Posto GT Ltda, que objetivava o fornecimento de

combustíveis. Vigência expirada em 26/11/2008. Coronel Fabriciano, 27/11/2008- Elisabeth Anareli Pereira - Diretor - SRE/ Cel. Fabriciano.

2 cm -15 132096 - 1

SRE TEOFILO OTONI

Termo de Encerramento do Contrato n.º 112651 de 04/02/2006, firmado com a empresa Proteja serviços Eletrônicos Ltda. para monitoramento eletrônico, cuja vigência expirou em 23/03/2010. Assinado em 13 de dezembro de 2010 por Maria da Conceição Fernandes Gazzinelli.

Termo de Encerramento do Contrato n.º 262263 de 03/08/2009, firmado com a empresa Proteja serviços Eletrônicos Ltda. para monitoramento eletrônico, cuja vigência expirou em 03/08/2010. Assinado em 13 de dezembro de 2010 por Maria da Conceição Fernandes Gazzinelli.

Termo de Encerramento do Contrato n.º 243854 de 04/02/2009, firmado com a empresa Panificadora e Confeitaria Snob Ltda. para fornecimento de lanches para eventos, cuja vigência expirou em 23/03/2010. Assinado em 13 de dezembro de 2010 por Maria da Conceição Fernandes Gazzinelli.

4 cm -15 132098 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO / DICC

Retifica-se o Termo de Contrato de Cessão de Uso por Comodato nº 62.1.1.0176/2010, publicado em 15/12/2010. Onde se lê: Extrato do Termo de Contrato de Cessão de Uso por Comodato nº 62.1.1.0176/2010. Leia-se: Extrato do Termo de Contrato de Cessão de Uso por Comodato nº 62.1.1.0178/2010.

Extrato do Aditivo nº 62.1.3.1089/2010 ao Convênio nº 62.1.3.1095/2009. Data: 15/12/2010. Partes: EMG/SEE e o Município de Novo Cruzeiro. Objeto: Prorrogação de vigência / Obras. Vigência: de 29/12/2010 para 29/03/2011.

Extrato do Aditivo nº 62.1.3.1090/2010 ao Convênio nº 62.1.3.1097/2009. Data: 15/12/2010. Partes: EMG/SEE e o Município de Santo Antônio do Retiro. Objeto: Prorrogação de vigência / Obras. Vigência: de 29/12/2010 para 28/04/2011.

Extrato do Aditivo nº 62.1.3.1091/2010 ao Convênio nº 62.1.3.1143/2009. Data: 15/12/2010. Partes: EMG/SEE e Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves. Objeto: Prorrogação de vigência / Obras. Vigência: de 31/12/2010 para 30/04/2011.

5 cm -15 132327 - 1

Instituto de Desenvolvimento do

Norte e Nordeste de Minas Gerais

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS – IDENE

Extrato do Contrato de Prestação de Serviços nº 074/2010 celebrado entre o IDENE e a FUNDAÇÃO DE AUXÍLIO À INVESTIGAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNDECIT. Objeto : Implantação de 01 unidade produtiva de ovinocultura e reestruturação de 07 unidades já existentes. Dotação Orçamentária: 04.244.156.1228.0001 – 24.1 – 4490 e 3390. Valor : R\$ 549.750,00 (quinhentos e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta reais). Vigência : 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura. Assinatura : 15/12/2010.

3 cm -15 132325 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Resumo do Convênio de SIAT nº 1910001751.

Partes: EMG/SEF e Município de Orizânia. Objeto: Estabelecimento de bases de cooperação administrativo fiscal entre o EMG/SEF e o município, mediante a conjugação de esforços e atividades, visando à integração das estruturas próprias, resguardadas as prerrogativas inerentes a seus cargos e funções específicas. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar de 29/10/2010.

Resumo do I Termo Aditivo ao Convênio SIAT nº 1910001751. Partes: EMG/SEF e Município de Orizânia. Objeto: Implemento de normas e condições para implantação dos serviços e a execução das medidas relacionadas com o objeto do respectivo Convênio. Vigência: 60 meses, a contar de 29/10/2010. Secretaria de Estado da Fazenda 14 de dezembro 2010.

Pedro Meneguetti – Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Fazenda.

AF/2º NÍVEL/ALFENAS/ SRF-II-VARGINHA

Aviso de Pregão Eletrônico 1191100-016/2010

A Secretaria de Estado de Fazenda/AF/2ºNível/Alfenas, torna público que fará realizar em 29/12/2010 às 09:30 horas, horário de Brasília, no site (www.compras.mg.gov.br) licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de fornecedor de combustíveis e derivados de petróleo, em 2011, mediante contrato, para abastecer veículos oficiais da AF/Alfenas, Machado e veículos em transito pelo município de Alfenas. O edital será disponibilizado no site www.compras.mg.gov.br

Alfenas, 15 de dezembro de 2010-Juscemar José de Oliveira Ruela - Pregoeiro

AF/2ºNÍVEL/ GUAXUPÉ

AVISO DE LICITAÇÃO -

PREGÃO ELETRÔNICO 1191255 000009/2010

A Secretaria de Estado de Fazenda/Administração Fazendária 2º Nível Guaxupé, torna público que fará realizar em 28/12/2010 às 09:30h, horário de Brasília, no Portal www.compras.mg.gov.br licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de gêneros alimentícios, para preparo dos lanches e refeições a serem consumidos pelos servidores que trabalham em regime de plantão de 24 por 72 horas no Posto de Fiscalização Arceburgo, localizado Rod. MG 449, Km 09, Arceburgo-MG, com entrega parcelada, mediante contrato. O Edital estará disponível no Portal www.compras.mg.gov.br. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro Jarbas Aparecido Baldim, Masp: 358054-5, suplente Roberto Silva Silveira, Masp: 361876-6, designado por meio da Portaria Nº 001 de 08/10/2010 da AF/2 Nível/Guaxupé / SEF, tendo como equipe de apoio: Anderson Rodrigo Nadalete- MASP 670.010-8; Sandra Pasqua de Oliveira Celani, Masp: 307353-3, Flávia Christiane Reis Vieira Bueno, Masp 304762-8 e Ademir Stampone, Masp 355055-5. Guaxupé, 15 de dezembro de 2010. Jarbas Aparecido Baldim, Masp: 358054-5- Pregoeiro da AF/2º Guaxupé.

AF/2ºNÍVEL/ GUAXUPÉ

AVISO DE LICITAÇÃO -

PREGÃO ELETRÔNICO 1191255 000010/2010

A Secretaria de Estado de Fazenda/Administração Fazendária 2º Nível Guaxupé, torna público que fará realizar em 29/12/2010 às 09:30h, horário de Brasília, no Portal www.compras.mg.gov.br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de gêneros alimentícios, para preparo dos lanches e refeições a serem consumidos pelos servidores que trabalham em regime de plantão de 24 por 72 horas no Posto de Fiscalização Guaxupé, localizado na Rodovia MG 450, Km 03, município de Guaxupé /MG e açúcar para a Administração Fazendária 3º Nível/ Muzambinho, Administração Fazendária 3º Nível/Monte Santo de Minas e DFT/ 2º Nível/ Guaxupé, com entrega parcelada, mediante contrato. O Edital estará disponível no Portal www.compras.mg.gov.br a partir de 16/12/2010. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro Jarbas Aparecido Baldim, Masp: 358054-5, suplente Roberto Silva Silveira, Masp: 361876-6, designado por meio da Portaria Nº 001 de 08/10/2010 da AF/2 Nível/Guaxupé / SEF, tendo como equipe de apoio: Anderson Rodrigo Nadalete- MASP 670.010-8; Sandra Pasqua de Oliveira Celani, Masp: 307353-3, Flávia Christiane Reis Vieira Bueno, Masp 304762-8 e Ademir Stampone, Masp 355055-5. Guaxupé, 15 de dezembro de 2010. Jarbas Aparecido Baldim, Masp:

358054-5- Pregoeiro da AF/2º Guaxupé

AF / 2º NÍVEL /ARAGUARI- SRF / I / UBERLÂNDIA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1191107 09 2010

A Secretaria de Estado de Fazenda através da AF / 2º Nível /Araguari , realizará no dia 28/12/2010 às 09:00 Horas, por intermédio do site www.compras.mg.gov.br. Pregão Eletrônico nº 1191107 09 2010 para aquisição de combustíveis, com fornecimento parcelado, mediante contrato. O edital estará disponível nos sites www.fazenda.mg.gov.br e www.compras.mg.gov.br ou na Rua Maricota Santos nº 41, centro, Araguari / MG, no horário de 9:00 às 11:00 Horas e de 13:00 às 17:00 Horas.

Araguari / MG, 14 de dezembro de 2010. Odair José Fernandes -Pregoeiro

AF 2º nível Contagem/SRF II Contagem

Aviso de Pregão do tipo Eletrônico n.º 33/2010

A Secretaria de Estado de Fazenda/MG, através da AF 2º nível Contagem, torna público que fará realizar no dia 29/12/2010, às 9 horas, horário de Brasília no site (licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para fornecimento de água mineral natural, galão de 20 litros, com entrega parcelada durante o ano de 2011, mediante contrato, para a AF 2º nível Contagem. O Edital estará disponível no site www.compras.mg.gov.br a partir do dia 16/12/09 a partir das 13 horas. Contagem: 14/12/2010. Pregoeira Ruze Robelli Vasconcelos Oliveira.

AF/2º NÍVEL/CURVELO/SRF-II/CONTAGEM

Aviso de Pregão do Tipo Eletrônico nº 06/2010

A Secretaria de Estado da Fazenda/MG, através da AF 2º Nível Curvelo, torna público que fará realizar no dia 29/12/2010, às 13:30 horas, horário de Brasília, no site (www.compras.mg.gov.br), licitação na modalidade “Pregão Eletrônico”, visando aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos oficiais da AF/2º Nível/Curvelo. O edital estará disponível no site

Instituto Estadual de Florestas

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

Edital de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 028/2010–Processo nº 2101003 - 090/2010
IEF torna público que fará realizar na modalidade Pregão ELETRÔNICO, às 10hs00min do dia 30/12/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviço de impressão gráfica, conforme especificação constante nos Anexos do edital. Os interessados deverão credenciar-se no [site www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) propção FORNECEDOR. O Edital completo estará disponível no site www.compras.mg.gov.br. Pregoeiro(a) Edméa do Espírito Santo Marcelino MASP nº. 1020874-2, sendo suplente deste os demais servidores também designados pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IGAM/IEF 808 de 30 de setembro de 2008.
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.
(a) Edméa do Espírito Santo Marcelino - Pregoeira

3 cm -15 132120 - 1

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

Edital de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - IEF - PROCESSO Nº: 2101003 098/2010

IEF torna público que fará realizar na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, às 10hs do dia 30/12/2010, cujo objeto é a aquisição de insumos, na Sede do IEF, localizada na Cidade Administrativa Tancredo Neves, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, Edifício Minas – 2º andar, Belo Horizonte, - CEP: 31.630.900. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.compras.mg.gov.br>. Informações: pelo telefone: (31) 3915-1739 ou (31) 3915-1740 e no endereço supramencionado, no horário de no horário de 09hs às 11hs30min e 13hs e 16hs30min para consulta.
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.
(a) Edméa do Espírito Santo Marcelino/Pregoeira

4 cm -15 132270 - 1

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

Edital de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2010

PROCESSO Nº 2101003 095/2010

IEF torna público que fará realizar na modalidade Pregão ELETRÔNICO, às 10hs00min do dia 30/12/2010 cujo objeto é a contratação de empresa para implementação e alinhamento do sistema de gestão de áreas protegidas. Os interessados deverão credenciar-se no [site www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) propção FORNECEDOR. O Edital completo estará disponível no site www.compras.mg.gov.br. Pregoeiro(a) Edméa do Espírito Santo Marcelino MASP nº. 1020874-2, sendo suplente desta os demais servidores também designados pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IGAM/IEF 808 de 30 de setembro de 2008. Maiores Informações pelos telefones: (31) 3915-1740 e 3915-1744
Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.
(a) Edméa do Espírito Santo Marcelino – Pregoeira

4 cm -15 132339 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IGAM

Extrato do Contrator*22410101102010, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC Objeto: prestação de serviços técnicos especializados. Vigência: 12 (doze) meses. Valor Global: R\$108.485,12. Dotações Orçamentárias: 2241.18.542.182.4178.0001.339039.32.3.24.1.0 2241.18.542.182.4178.0001.339039.32.3.31.3.0 Data de Assinatura: 31/10/2010*. a) Cleide Izabel Pedrosa de Melo b) Alfredo Gontijo de Oliveira. *Justificativa: atraso na tramitação interna e externa para coleta de assinaturas.

2 cm -15 132179 - 1

Fundação João Pinheiro

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – CONTRATADA: Del Rei Carimbos Ltda. ME. Objeto: confecção e fornecimento de carimbos. Referência: procedimento de cotação eletrônica de preços COTEP Nº 2061034 000111/2010, art. 24, inciso II da Lei Federal 8666/93, certificado de conformidade 2060 7468/10 (PA/PJ 567/10). Valor Global: R\$ 1.329,00 (mil trezentos e vinte e nove reais). Vigência: 12 meses. Dotações Orçamentárias: 2061 04 121 200 4474 0001 339039-99 601-0; 2061 04 121 200 4474 0001 339039-99 451-0; 2061 04 121 200 4478 0001 339039-99 601-0; 2061 04 122 701 2001 0001 339039-99 101-0; 2061 04 122 701 2002 0001 339039-99 101-0; 2061 04 122 701 2002 0001 339039-99 601-0; 2061 04 128 008 1201 0001 339039-99 101-1; 2061 04 128 008 1201 0001 339039-99 601-1; 2061 04 128 261 4661 0001 339039-99 601-0; 2061 04 571 130 4119 0001 339039-99 601-0; 2061 04 571 130 4500 0001 339039-99 601-0; 2061 04 571 261 4662 0001 339039-99 601-0; 2061 04 571 261 4662 0001 339039-99 241-0 e 2061 17 126 048 1163 0001 339039-99 101-1. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

4 cm -15 132193 - 1

Instituto de Previdência do

Estado de Minas Gerais

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto: Credenciamento. Despacho: autorizo o credenciamento dos dentistas, abaixo relacionados, para prestarem serviços de assistência à saúde aos segurados do IPSEMG, observando os procedimentos legais vigentes. Interessados, SIGED, Município.
1-Christian Gil de Oliveira Pereira, 00023055-2011-2010, Santa Luzia.
2-Júlio César Rezende de Carvalho, 00023056-2011-2010, Minduri.
3-Wilma Miranda Barbosa, 00023054-2011-2010, Mariana.
À GEINT para as providências que se fizerem necessárias. Publique-se. Em 14.12.10. Antônio A. Caram Filho – Presidente.

Assunto: Licitação Pregão Eletrônica Gehosp 2012008.333/10–Homologação. Objeto: Contratação de firma especializada para realização de calibração de 03 autoclaves marca Baumer, sendo 02 modelo B-325-P patrimonios 23602562, 236400910 e 01 modelo B-365-P patrimônio 23640928, instalados no CEM, mediante fornecimento único. Custo Estimado: R\$10.450,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta reais). Custo Total: R\$10.390,00 (dez mil trezentos e noventa reais). Despacho: Homologo o julgamento do presente Pregão conforme Ata de fls. 97/101 e Relatório de fls. 126/127, no valor acima descrito da licitação em epígrafe, a empresa Kizenz Equipamentos Ltda. para o único item. Ao Departamento de Material e Patrimônio para providências. Em 14/12/10. Adair Evangelista Marques. Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

Assunto: Licitação Pregão Eletrônico Gehosp 2012008.398/10–Homologação. Objeto: Aquisição de vidro para aspirador de secreção e outros materiais, mediante fornecimento único. Custo Estimado: R\$32.715,12 (trinta e dois mil setecentos e quinze reais e doze centavos). Custo Total: R\$18.739,76 (dezoito mil setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos). Despacho: Homologo o julgamento do presente Pregão conforme Ata de fls. 153/176 e Relatório de fls. 178/180, no valor acima descrito da licitação em epígrafe, as seguintes empresas para os itens: - Carmo Silva Cirúrgica Ltda. – itens 01 e 06, no valor de R\$ 10.318,00. - Vitae Tecnologia em Medicina Ltda. – item 02, no valor de R\$ 301,76. - HTS Tecnologia em Saúde Comércio Importação e Exportação Ltda. – item 03, no valor de R\$ 8.120,00. Declarada deserta a licitação para os itens 04 e 07, por falta de interessados e frassaco o item 05 por falta de proposta classificada. Ao Departamento de Material e Patrimônio para providências. Em 14/12/10. Adair Evangelista Marques. Diretor de Planejamento,

Gestão e Finanças.

Assunto: Licitação Pregão Eletrônica Gehosp 2012008.321/10–Homologação. Objeto: Aquisição de hidrocortisona e outros medicamentos, mediante fornecimento único. Custo Estimado: R\$9.652,94 (nove mil seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Custo Total: R\$2.947,60 (dois mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Despacho: Homologo o julgamento do presente Pregão conforme Ata de fls. 202/218 e Relatório de fls. 219/221, no valor acima descrito da licitação em epígrafe, a empresa Mais Medicamentos Ltda. para os itens 02, 03, 05, 06, 09 e 15. Declarada deserta a licitação para os itens 01, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14 por falta de interessados. Ao Departamento de Material e Patrimônio para providências. Em 14/12/10. Adair Evangelista Marques. Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

Assunto: Rerratificação – Despacho - Licitação Pregão Eletrônico SEDE nº 93/10–Homologação. Objeto: Aquisição de impressos gráficos para o Almoarifado da Sede e do Hgip. Despacho: No despacho desta Diretoria de 06/12/2010, publicado no MG de 10/12/2010, onde se lê: Pregão Eletrônico Gehosp nº 2011020.93/10 leia-se: Pregão Eletrônico SEDE nº 2011020.93/10. As demais condições do despacho em epígrafe continuam inalteradas. Em 13/12/2010. Adair Evangelista Marques. Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

Assunto: Aquisição de solução esterilizante e outros para abastecer o Almoarifado do Hgip - dispensa. Valor: R\$ 54.394,20 (cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte centavos). Despacho: Ao Deatath, Considerando a necessidade da compra em apreço e o insucesso da compra em licitação anterior (fls. 9/33 e 99/100); a certificação pela Auditoria (fls. 110) e o parecer favorável da Procuradoria (fls. 101/107), ratifico a compra por meio da Ciurtech Hospitalar Ltda., com base na Lei 8.666/93, art. 24, V, observado o cumprimento da ressalva de fls. 107 e 111. Em 15.12.10. Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

Assunto: Extrato para Publicação do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 337/08. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Comercial Cirúrgia Rioclarense Ltda. Objeto: Prorrogação do contrato nº 337/08. Valor Global: R\$ 98.662,50 (noventa e oito mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Prazo e Vigência: De 04/12/2010 a 03/12/2011. Dotação Orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Fundamentação Legal: Art. 57, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 (com suas alterações). Referência: Pregão Presidencial GEHOSP 146/08. Valor Global do Contrato Original: R\$ 110.226,00 (cento e dez mil duzentos e vinte e seis reais). Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Caroline de Oliveira Braga – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 02/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 308/08. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Distribuidora Pronta Entrega LTDA-ME. Objeto: Prorrogação do Contrato nº 308/08. Valor Global: R\$ 10.106,20 (dez mil cento e seis reais e vinte centavos). Prazo e Vigência: De 20/11/2010 a 19/11/2011. Dotação Orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.13.49.1. Fundamentação Legal: Art. 57, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 (com suas alterações). Referência: Pregão Eletrônico GEHOSP nº 149/08. Valor Global do Contrato Original: R\$ 9.443,80 (nove mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos). Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Maria Teresa Guimarães Lara – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 18/11/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5201/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: DIFARMIG LTDA. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.33 90.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Ronan de Souza Ramos – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5202/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Indústria Farmacêutica Rioquímica LTDA. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 33.919,20 (trinta e três mil novecentos e dezenove reais e vinte centavos). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.33 90.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Eduardo Andrade Barros – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5203/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: UZZI QUÍMICA LTDA-ME. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$27.950,40 (vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais e quarenta centavos). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Cleiton Cordeiro Mendes – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5204/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Comercial & Suprimentos Ribeiro Ltda. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 559,80 (quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 201 1.10.302.747.4.364.0001.3390.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Herych Leonardo Resende Paranhos – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5205/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Analítica LTDA. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 559,80 (quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 201 1.10.302.747.4.364.0001.3390.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Paolo Giuseppe Sciacivico – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5206/10. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

– IPSEMG. Contratada: EMFAL EMPRESA FORNECEDORA DE ALCOOL LTDA. Objeto: Aquisição de polivinilpirrolidona-iodo e outros materiais, para o Almoarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro do IPSEMG, mediante fornecimentos parcelados pelo período de 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 3.771,000 (três mil setecentos e setenta e um reais). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/12/2011. Dotação orçamentária: 2011.10.302.747.4.364.0001.339 0.30.13.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.18.49.1. 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.17.49.1 e 2011.10.302.747.4.364.0001.3390.30.12.49.1. Referência: Licitação Pregão Eletrônico GEHOSP nº 2012008.199/2010. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e João Luiz Pieri Ribeiro – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

44 cm -15 132312 - 1

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto: Extrato para Publicação do Contrato nº 5207/07. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Contratada: Air Lique Brasil Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada, mediante contrato de fornecimento parcelado por 180 dias e instalação em regime de pacto adjeto de comodato de um sistema de ar comprimido medicinal gerado através de misturador de O2/N2, tanques criogênicos de oxigênio líquido e nitrogênio líquido, com assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva para o sistema citado acima a ser instalado no Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP do IPSEMG. Valor Global: R\$ 328.047,32 (trezentos e vinte e oito mil, quarenta e sete reais e trinta e dois centavos). Valor Mensal: R\$ 54.674,55 (Cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Prazo e Vigência: De 15/12/2010 a 14/06/2011. Dotação orçamentária: 2011.10.302.74.364.0001.3390.30.10.49.1. Referência: Art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. Signatários: Adair Evangelista Marques - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG - por Delegação de Competência e Carlos Alberto Neves Perfeito – Representante Legal da Contratada. Data da Assinatura: 15/12/2010.

5 cm -15 132323 - 1

Minas Gerais Administração

e Serviços S/A

MGS-MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A

MGS-MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A firmou primeiro termo aditivo ao contrato de locação de sistema integrado para gestão de atendimento ao público nos postos UAI de nº J 015.0.2008 celebrado com empresa VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA em 01 de março de 2008 para, dentro do limite previsto no parágrafo 01º do art. 65 da Lei 8666/93, incluir mais 12(doze) conjuntos de painéis de Led's LCD 32", com CPU e suportes integrados ao custo de R\$ 356,98(trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos) cada, totalizando um acréscimo de R\$ 4.283,76(quatro mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos). Pregão Eletrônico 003/2008. Belo Horizonte, 19 de novembro de 2010.

A MGS- MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A firmou contrato de nº J 072.0.2010 para aquisição e manutenção de varredoras motorizadas e lavadoras de piso industrial com a empresa SOCIEDADE ALFA LTDA ao custo total de R\$ 292.000,00(duzentos e noventa e dois mil reais) para o período de vigência de 01/12/2010 a 01/12/2012. Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2010. Pregão Eletrônico nº 050/2010.

A MGS-MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A firmou 01 termo aditivo ao contrato de nº J 100.0.2007 de locação de roteadores para os Postos UAI Barreiro e UAI São João Del Rei, celebrado em 13 de dezembro de 2007 com a empresa CPD TECNOLOGIA LTDA para prorrogar a vigência por mais doze meses, a partir de 13 de dezembro de 2010 e reajustar os valores com base na variação acumulada do INPC dos últimos doze meses. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2010.

7 cm -15 132068 - 1

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Errata do Extrato do 1ºtermo Aditivo ao termo de contrato nº 065/10, que entre si celebram o EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Diamantina, publicado no “Minas Gerais” de 17/11/10, Onde se lê: 10/29/2010 Leia-se: 29/10/2010.

Errata do Extrato do Aviso de Credenciamento nº 110/10, publicado no “Minas Gerais” de 13/12/2010, referente ao município de Morada Nova de Minas.Segue a baixo a ratificação da meta física mensal de alguns procedimentos

Grupo de Procedimentos por Elenco	Meta Física (mensal)	Valor Estimando Mensal
Cirurgia do Sistema Osteomuscular	1	R\$ 44,95
Clínico	17	R\$5.642,14
Obstétrico	5	R\$2.012,06
Pediátrico	5	R\$1524,91

A documentação necessária, o respectivo Aviso de Credenciamento completo e a minuta contratual estão a disposição dos interessados na GRS de Leopoldina no endereço: Rua Ribeiro Junqueira, 58 - Centro – Leopoldina/MG. Maiores informações no telefone: (32) 34414608. (32)3441-5484 Belo Horizonte, 14 de Dezembro de 2010.

5 cm -15 132238 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº. 1321127-315-2010, Inexigibilidade de Licitação nº. 25-2010; Objeto: Prestação de Serviços de suporte e manutenção da ARLET Life Sciences Computing. Contratante SES/MG; Contratada: Arlet Serviços de Licenciamento de Sistemas de Informática para Saúde Ltda, art. 25, I da Lei 8.666/93; Valor R\$6.259.288,43(seis milhões duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) D.O: 4291.10.302.044.4638.0001.339039-10.1Tesouro: Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010. (Gerência de Compras – NCS)

3 cm -15 132294 - 1

Secretaria de Estado de Saúde

Extrato de Retificação da publicação extraída do Minas Gerais de 10/12/2010, Caderno I, Coluna I, Página 54, referente ao extrato de Contrato de Doação.**Onde se lê:**Contrato de Doação de Veículos nº 0090.2010.2.13883. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MG. DONATÁRIO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO-REGIÃO DO MÉDIO MUCURI. OBJETO: Sistema de rastreamento veicular, Marca Maxtrac, modelo MTC500 (1 un.), Veículo GM SAFIRA 2010/2011, branco, chassi 9BGTS75C0BC128047. (1 un.), placa(s): HNH-0926.

Extrato de Retificação da publicação extraída do Minas Gerais de 10/12/2010, Caderno I, Coluna I, Página 54, referente ao extrato de Contrato de Doação.**Onde se lê:**Contrato de Doação de Veículos nº 5120.2010.2.13880. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MG. DONATÁRIO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO SÃO FRANCISCO-CISMESF. OBJETO: Sistema de rastreamento veicular, Marca Maxtrac, modelo MTC500 (1 un.), Veículo GM SAFIRA

2010/2011, branco, chassi 9BGTS75C0BC128024. (1 un.), placa(s): . Destinação: Para atender ao Sistema de Transporte em Saúde - SETS. [atender às finalidades do Sistema Estadual de Transporte em Saúde - SETS] VALOR: R\$ 59.117,00. DATA DE ASSINATURA: 9/12/2010.**Leia-se:**OBJETO: Sistema de rastreamento veicular, Marca Maxtrac, modelo MTC500 (1 un.), Veículo GM SAFIRA 2010/2011, branco, chassi 9BGTS75C0BC128024. (1 un.), placa(s): HNH-0928.

Extrato de Retificação da publicação extraída do Minas Gerais de 10/12/2010, Caderno I, Coluna I, Página 54, referente ao extrato de Contrato de Doação.**Onde se lê:**Contrato de Doação de Veículos nº 7130.2010.2.13882. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MG. DONATÁRIO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DE VIÇOSA. OBJETO: Sistema de rastreamento veicular, Marca Maxtrac, modelo MTC500 (1 un.), Veículo GM SAFIRA 2010/2011, branco, chassi 9BGTS75C0BC128035. (1 un.), placa(s): . Destinação: Para atender ao Sistema de Transporte em Saúde - SETS. [atender às finalidades do Sistema Estadual de Transporte em Saúde - SETS] VALOR: R\$ 59.117,00. DATA DE ASSINATURA: 9/12/2010.**Leia-se:**OBJETO: Sistema de rastreamento veicular, Marca Maxtrac, modelo MTC500 (1 un.), Veículo GM SAFIRA 2010/2011, branco, chassi 9BGTS75C0BC128035. (1 un.), placa(s): HNH-1029.

Extrato de Retificação da publicação extraída do Minas Gerais de 02/07/2010, Caderno I, Coluna I, Página 218, referente ao extrato de Contrato de Doação.**Onde se lê:**Contrato de Doação de Veículos nº 3820.2010.2.13500. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MG. DONATÁRIO: MUNICIPIO DE LAVRAS. OBJETO: Veículo ambulância de grande porte, marca IVECO Daily (1 un.), placa(s): HNH-0978. Destinação: Para atender ao Sistema de Transporte em Saúde - SETS. [Programa Social Urgência e Emergência] VALOR: R\$ 185.400,00. DATA DE ASSINATURA: 1/7/2010.**Leia-se:**OBJETO: Veículo ambulância de grande porte, marca IVECO Daily (1 un.), placa(s): HNH-9903.

Contrato de Doação de Veículos nº 3430.2010.2.14059. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/MG. DONATÁRIO: MUNICIPIO DE ITUMIRIM. OBJETO: Ambulância FIAT Doblo, modelo 2010/2010, chassi 9BD223155A20

o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 027.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 821/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Vargem Alegre. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 461/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Ibertioga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 09.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 923/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Cristais. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 15.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 562/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Ijaci. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 03.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 951/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de São Pedro do Suaçuí. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 14.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 924/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Serranos. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 19.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 755/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Lagoa dos Patos. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 06.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 681/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Paulistas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 791/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Muzambinho. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 31.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 710/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Tumiritinga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 13.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 902/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Martins Soares. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 11.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 904/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Rio Pomba. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 23.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 899/009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Rio Pardo de Minas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 29.08.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 514/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Nazareno. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 25.03.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 711/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Conquista. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 13.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 555/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Luminárias. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 05.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 355/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e a Fundação Dilon de Quadros Godinho, município de Montes Claros. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 08.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 368/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Novo Oriente de Minas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 18.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 802/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o Hospital Nossa Senhora do Brasil, município de Bambuí. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 07.12.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 943/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Capitólio. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 06.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 874/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Itapagipe. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 14.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 749/2009

– EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Pedro Teixeira. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 09.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 820/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Porteirinha. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 04.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 847/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Chácara. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 19.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 960/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Minduri. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 27.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 733/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Sete Lagoas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 09.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 946/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o Hospital Santana de Guaraciaba. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 16.12.10. Vigência: 30.08.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 312/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de São Francisco. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 22.02.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 661/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Vargem Grande do Rio Pardo. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 704/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Passa Tempo. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 708/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Brasília de Minas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 06.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 567/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Três Pontas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 458/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Piedade de Caratinga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 28.03.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 956/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Manga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 28.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 919/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Brasília de Minas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 06.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 970/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Delfinópolis. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 027.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 821/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Vargem Alegre. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 461/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Ibertioga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 09.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 923/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Cristais. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 15.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 562/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Ijaci. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 03.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 951/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de São Pedro do Suaçuí. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 14.06.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 924/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Serranos. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 19.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 755/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Lagoa dos Patos. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 06.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 681/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Paulistas. Objeto: prorrogar

a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 05.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 791/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Muzambinho. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 31.05.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 710/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Tumiritinga. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 15.12.10. Vigência: 13.04.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Extrato do 1º Termo Aditivo - Ex Offício ao Convênio nº. 228/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas. Objeto: prorrogar a vigência do convênio devido ao interregno entre a celebração e o repasse do recurso. Assinatura: 14.11.10. Vigência: 27.02.11, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Signatário: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário).

Errata do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº. 232/2009, publicado no DOE-MG, do dia 15.02.10. ONDE SE LÊ: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº. 232/2009. LEIA-SE: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº. 211/2009.

Errata do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº. 206/2009, publicado no DOE-MG, do dia 27.11.10. ONDE SE LÊ: Santa Casa de Caridade de Diamantina. LEIA-SE: Santa Casa de Caridade de Leopoldina; ONDE SE LÊ: Walter José de Souza (Provedor). LEIA-SE: Walter José de Alves (Provedor).

Torna sem efeito a publicação do Extrato do Termo de Convênio nº 980/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o município de Belo Horizonte, publicado no “DOE-MG”, do dia 31.12.09.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº. 245/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha, município de Diamantina. Objeto: prorrogar a vigência do Convênio, de 06 de dezembro de 2010 até 05 de dezembro de 2011, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Assinatura: 20.11.10. Signatários: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário) e Geraldo Fátima de Oliveira (Presidente).

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº. 246/2009 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha, município de Diamantina. Objeto: prorrogar a vigência do Convênio, de 06 de dezembro de 2010 até 05 de dezembro de 2011, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Assinatura: 20.11.10. Signatários: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário) e Geraldo Fátima de Oliveira (Presidente).

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº. 896/2008 – EMG/SES/SUS-MG/FES e o Consórcio Intermunicipal de Especialidades, município de Bicas. Objeto: autorizar a utilização do saldo financeiro residual no valor de R\$ 18.220,65 (dezoito mil, duzentos e vinte e reais e sessenta e cinco centavos) para ampliação da meta física convencionada originalmente, bem como prorrogar a vigência do Convênio, de 13 de dezembro de 2010 até 12 de junho de 2011, incluídos os 60 (sessenta) dias finais para prestação de contas. Assinatura: 20.11.10. Signatários: Antônio Jorge de Souza Marques (Secretário) e Honório de Oliveira (Presidente).

99 cm -15 132331 - 1

Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais

FUNDAÇÃO HEMOMINAS - RESULTADO DE PREGÃO

A Fundação Hemominas comunica aos interessados a homologação do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO, processo 2320310.000283/2010, “Manutenção de Equipamentos Odontológicos da Fundação Hemominas”, Lote 01: vencedora a empresa GTO Grupo Técnico em Odontologia Ltda, no valor total de R\$ 19.475,00. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010. (a) Marcellus Fernandes Lima – Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

2 cm -15 132111 - 1

FUNDAÇÃO HEMOMINAS EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/10Partes: Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS e a empresa Comercial Geloar Refrigerações Ltda-ME. Cláusula Primeira: Prorroga o contrato por mais 12(doze) meses a partir de 04/01/2011. Dotação Orçamentária: 2321.10.302.187.4.372.0001.3390 39.21 – Fonte 60.1. Signatários: Dra. Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, Presidente da Fundação Hemominas e o Sr. Angelo Márcio Santos, representante da empresa Comercial Geloar Refrigerações Ltda-ME.**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/10**Partes: Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS e a Empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda. Cláusula Primeira: Acréscimo no quantitativo inicialmente contratado de 1.750 unidades de dispositivo para punção venosa periférica, com asa 21-G. Cláusula Segunda: Acréscimo de 25%, resultando uma majoração de R\$1.225,00, passando o valor total do contrato para R\$6.125,00. Dotação Orçamentária: 2321.10.302.187.4.372.0001.339030.13 – Fonte 60.1. Signatários: Dra. Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, Presidente da Fundação Hemominas e o Sr. José Cabrera, representante da empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda.

5 cm -15 132128 - 1

TERMO DE CONVALIDAÇÃO CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS CONTRATADA: AI CONSULTORIA & EVENTOS LTDA Nos termos do art. 66 da Lei nº 14.184 de 31 de janeiro de 2002 e Despacho Procuradoria (CI nº 454 de 06 de dezembro de 2010), fica convalidada a prestação de serviços no valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010. (a) Marcus Fernandes Lima – Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

2 cm -15 132215 - 1

FUNDAÇÃO HEMOMINAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/10Partes: Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da Fundação Hemominas. Valor total do contrato: R\$ 1.050.000,00. Vigência: 01/12/10 a 30/11/11. Dotação Orçamentária: 2321.10.302.187.4372.0001.339039.15 – Fonte 60.1. Signatários: Dra. Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, Presidente da Fundação Hemominas e as Sras. Rosilane Aparecida Pimenta Ribeiro, Gerente de Varejo e Simone Caldeira Braga, Chefe da SPVC, representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

RETIFICAÇÃO: Fica retificado o extrato do Contrato Nº 252/10, publicado no MG do dia 15/12/2010, página 107, coluna 4:**Onde se lê:**Consórcio Operacional do Sistema de Bilhetagem Eletrônica SBE/BN.**Leia-se:**Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros Por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

5 cm -15 132235 - 1

FUNDAÇÃO HEMOMINAS EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/10Partes: Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS e a Viação Santa Edwiges Ltda. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de créditos eletrônicos mediante

cessão de uso do Cartão Mobilidade Fácil – Vale Transporte, para os servidores lotados no Posto de Coleta de Betim. Valor total do contrato: R\$ 6.817,20. Vigência: 03/12/10 a 02/12/11. Dotação Orçamentária: 2321.10.302.187.4372.0001.339039.01 – Fonte 60.1. Signatários: Dra. Anna Bárbara de Freitas Carneiro Proietti, Presidente da Fundação Hemominas e o Sr. Luiz Fernando Guedes Paschoalin, representante da Viação Santa Edwiges Ltda.

3 cm -15 132267 - 1

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

AVISO DE LICITAÇÃO – A Administração Central da FHEMIGtorna público que realizará Pregão Eletrônico para Registro de Preços de Equipamentos Hospitalares – Planejamento nº 135/2010, dia 21/01/2011 às 09:00h. Edital: www.compras.mg.gov.br. Informações tel. (031) 3239-9602. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

1 cm -15 132061 - 1

FHEMIG – HOSPITAL JÚLIA KUBITSCHKEK INEXIGIBILIDADE Processo nº378/2010 Inexigibilidade de Licitação Objeto: Cessão de uso do cartão BHBUS, licença de uso de software e prestação de serviços de carga a bordo de vale-transporte. Beneficiário: Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – TRANSFÁCIL. Dotação Orçamentária: 2271 10 302 107 4006 0001 Objeto de Gasto: 3390-3901 Autorização: Sra Elizabeth Mendes Ratificação: Dr. Antônio Carlos de Barros Martins Valor: R\$ 110.127,17 (cento e dez mil, cento e vinte e sete reais e dezesseis centavos). Fundamento Legal: Art. 25 “caput” e Art. 26 da Lei 8.666/93 Data da Assinatura: 13 de dezembro de 2010

4 cm -15 132073 - 1

FHEMIG HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II, torna público que realizará o seguinte Pregão Eletrônico: nº 03/2011, Processo nº 286/2010 , referente à AQUISIÇÃO DE BATERIAS E MATERIAIS PARA PEQUENOS REPAROS , NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2011, às 10:00 horas. Maiores informações encontram-se na Seção de Compras da referida Unidade pelo Tel/fax.(31) 3239-9004 ou no site www.compras.mg.gov.br. Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2010.

3 cm -15 132115 - 1

FHEMIG HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II AVISO DE LICITAÇÃO

O HOSPITAL INFANTIL JOÃO PAULO II, torna público que realizará o seguinte PREGÃO PRESENCIAL: nº 01/2011, Processo nº 01/2011 , referente à CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE POLISSONOGRAMA EM CRIANÇAS DE QUALQUER FAIXA ETÁRIA , NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2011, às 10:00 horas. Maiores informações encontram-se na Seção de Compras da referida Unidade pelo Tel/fax.(31) 3239-9004 Belo Horizonte, 15 de Dezembro de 2010.

3 cm -15 132112 - 1

Município de Rio Pardo de Minas. Objeto: prorrogar a vigência. Assinatura: 13/12/2010. Vigência: 31/03/2011.

7 cm -15 132345 - 1

Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG- Edital nº 068/10 - Aviso de Licitação - O Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem - DER/MG torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente de Licitação, às quatorze horas e trinta minutos (14:30h) do dia 18 de janeiro de 2.011, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1003, nesta capital, CONCORRÊNCIA para recuperação e manutenção rodoviária, compreendendo 2(dois) grupos de atividades: intervenções iniciais (Preliminar, Funcional) e conservação rotineira e intervenções periódicas das rodovias pavimentadas do Estado de Minas Gerais, sob jurisdição da 20ª Coordenadoria Regional do DER/MG, com sede em FORMIGA – MG, abaixo relacionadas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
Área da 20ª. CRG - Formiga		
LMG-830	Entr. MG-050 - Entr. MG-439	9,46
LMG-893	Entr. MG-050 - Furnastur	11,34
AMG-2015	Entr. MG-050 - São Sebastião do Oeste	8,60
AMG-2030	Entr. MG-050 - Formiga A	1,80
AMG-2040	Entr. MG-170 - Guapé	8,32
LMG-891	Entr. BR-262 - Entr. BR-354	24,03
AMG-2010	Entr. BR-354 - Tapirai	4,55
AMG-2025	Entr. MG-170 - Japaraíba	6,83
AMG-2035	Entr. BR-354 - Formiga B	4,53
MG-170	Entrª BR-262 - Corumbá	71,71
MG-170	Pains - Entrª MG-050 (Pimenta)	18,89
MG-170	Entr p/ Guapé - Entrª BR-265 (Ilícinea)	17,96
MG-341	Entrª MGC-146 (São Roque de Minas) - Entrª MG-050 (Piumhi)	58,53
MG-429	Entrª MG-164 (p/ S. Antônio do Monte) - Entrª MG-170 (Lagoa da Prata)	25,79
MG-439	Entrª BR-354 (p/ Arcos) - Entrª MG-170 (p/ Pimenta)	17,20
MGC-146	Entrª LMG-832 - Vargem Bonita (Div. 24ª CRG)	2,19
LMG-824	Entrª MG-050 (p/ Piumhi) - Dorésópolis	22,58
LMG-827	Bambui (Term. Rodoviário) - Medeiros (Matriz)	35,75
LMG-832	Entrª MGC-146 - Entrª MG-431 (p/ Piumhi)	7,12
AMG-2045	Entrª BR-354 - Garças de Minas	1,50
MG-164	Entrª BR-262 (Div. 35 CRG) - Itapecerica	93,02
MG-164	Itapecerica - Camacho	20,08
	TOTAL	471,78

conforme Edital nº 068/10, disponível no endereço acima citado. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site www.der.mg.gov.br.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG - Edital TP nº 069/10 - Aviso de Licitação - O Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem - DER/MG, torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente de Licitação, às quatorze horas e trinta minutos (14:30h) do dia 06 de janeiro de 2.011, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1003, nesta capital, TOMADA DE PREÇOS para contratação de empresa para elaboração de Estudos de Impactos Ambientais causados por travessia de rodovia em Terras Indígenas (Componente Indígena), conforme detalhamento seguinte:

Rodovia	Trecho	Extensão	Área Lindeira
Municipal	Miravânia – Cônego Marinho	66,4 km	Terra Indígena Xacriabá

conforme Edital TP nº 069/10, disponível no endereço acima citado. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site www.der.mg.gov.br

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG - Objeto: Serviço de confecção de impressos personalizados - PREGÃO 2301403-0074/2010 - Processo n.º 0142004-2300/2010-0 - AVISO DE LICITAÇÃO - A Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna público que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO conforme especificações contidas no ANEXO I do Edital. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do site www.compras.mg.gov.br, no período compreendido entre o dia 17/12/2010 até o dia 12/01/2011 às 09 (nove) horas, horário em que se dará a abertura da sessão pública. O Pregão será realizado através do site www.compras.mg.gov.br. O Edital poderá ser retirado gratuitamente na sede do DER/MG, sito à Avenida dos Andradas, 1.120, sala 1003, 10.ª andar, no horário das 08:30 às 11:30h e 13:30 às 18:00 horas e através de download no site www.compras.mg.gov.br, a partir do dia 17 de dezembro de 2010. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones (31)3235-1566/1569.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG - Objeto: Aquisição de coraças, calibrador e carregador de baterias - PREGÃO 2301403-0082/2010 - Processo n.º 0167423-2300/2010-8 - AVISO DE LICITAÇÃO - A Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, torna público que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO conforme especificações contidas no ANEXO I do Edital. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do site www.compras.mg.gov.br, no período compreendido entre o dia 17/12/2010 até o dia 11/01/2011 às 09 (nove) horas, horário em que se dará a abertura da sessão pública. O Pregão será realizado através do site www.compras.mg.gov.br. O Edital poderá ser retirado gratuitamente na sede do DER/MG, sito à Avenida dos Andradas, 1.120, sala 1003, 10.ª andar, no horário das 08:30 às 11:30h e 13:30 às 18:00 horas e através de download no site www.compras.mg.gov.br, a partir do dia 17 de dezembro de 2010. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones (31)3235-1566/1569.

Departamento Estadual de Obras Públicas de Minas Gerais

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AVISO DE ADIAMENTO – CO. 042/2010- A Comissão Permanente de Licitação do DEOP-MG, comunica aos interessados que a Licitação nº CO.042/2010, destinada à Construção do Prédio do Centro de Tecidos Biológicos - CETEBIO, no Município de Lagoa Santa/MG, anteriormente marcada para às 09:00h. do dia 30/12/2010, fica ADIADA para às 10:00h do mesmo dia. Os envelopes contendo as Propostas e a Documentação deverão ser protocolados na Gerência de Licitação do DEOP-MG, situado na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde, Prédio Minas, 7º andar, Capital/MG, nos horários de 09:00h. às 11:00h. e de 13:00h. às 16:00h. do dia 29/12/2010 e de 08:00h. às 10:00h. do dia 30/12/2010. Permanecem inalterados os demais dados do Edital. CPL/DEOP-MG.

DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AVISO DE ADIAMENTO – CO. 043/2010 - A Comissão Permanente de Licitação do DEOP-MG, comunica aos interessados

DIÁRIO DO LEGISLATIVO

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP
1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM
2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB
3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT
1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB
2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV
3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - 96ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura
 - 1.2 - Reunião de Comissões
- 2 - MATÉRIA VOTADA
 - 2.1 - Plenário
- 3 - ORDENS DO DIA
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissão
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 4.1 - Plenário
 - 4.2 - Comissões
- 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/12/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 560/2010 (encaminhando o Projeto de Lei nº 5.092/2010), do Governador do Estado - Ofício - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 5.093/2010 - Projeto de Resolução nº 5.094/2010 - Requerimentos nºs 7.052 a 7.078/2010 - Requerimentos da Comissão de Participação Popular (2), da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Antônio Júlio (3) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Educação, de Segurança Pública, do Trabalho e de Cultura - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Irani Barbosa e Ruy Muniz - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Participação Popular (2), da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Antônio Júlio (2); aprovação - Requerimento do Deputado Antônio Júlio; rejeição; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Requerimento do Deputado Wander Borges; deferimento; discurso do Deputado Antônio Carlos Arantes - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:
Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Junio Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número

regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata
- O Deputado Paulo Guedes, 2º- Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 560/2010*

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, projeto de lei que cria cargos e altera a estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, 13 de janeiro de 2005, reajusta os valores da pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, 15 de abril de 1991, e dá outras providências.

As medidas inscritas no projeto são abrangentes a diversos quadros de pessoal de órgãos e entidades do Poder Executivo, com importantes alterações em partes das leis que dispõem sobre os planos de carreira dos servidores públicos civis voltadas para a melhor adequação e aperfeiçoamento de sua estrutura e do seu ajuste ao princípio constitucional da eficiência.

Para tanto, haverá a criação de novos cargos, reajustamento de valores de vantagem pessoal, inserção de entidades nas carreiras de grupos de atividades correlatos e alteração de dispositivos, no intuito de se conferir perfeição lógica às respectivas leis que tratam da matéria.

De salientar, por oportuno, que as modificações ora propostas têm como objetivo dar maior dinamismo à realização de novos concursos públicos e promover a substituição gradativa de contratos administrativos por servidores efetivos, viabilizar a promoção dos servidores que preencherem os requisitos de mérito e tempo de serviço, adequar o quantitativo de cargos resultantes da efetivação pela Emenda à Constituição nº 49, de 2001, possibilitar a lotação de cargos em entidades que ainda não possuem quadro próprio de servidores efetivos e reajustar os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 1991.

Para melhor compreensão da matéria, faço anexar a Exposição de Motivos elaborada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, responsável pela coordenação e execução das políticas públicas de recursos humanos, no âmbito do Poder Executivo.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus nobres pares o presente projeto de lei, solicitando o apoio dessa Casa Legislativa para que o mesmo tramite em regime de urgência, em razão da importância e premência da matéria.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais.

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei que cria cargos e altera estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, de 2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 1991, e dá outras providências.

Os arts. 1º a 3º do anteprojeto de lei referem-se à carreira de Agente de Segurança Penitenciário, promovendo a criação de 8.361 cargos, bem como a alteração na estrutura da carreira, com eliminação dos limites de vagas por nível. Trata-se de propostas necessárias para dar mais dinamismo à realização de novos concursos públicos para a referida carreira. Destaco que a eliminação dos limites de vagas por nível tornará a estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário compatível com o padrão adotado para as demais carreiras do Poder Executivo, nas quais, como regra geral, as vagas existentes não são associadas a níveis específicos.

O art. 4º do anteprojeto amplia o quantitativo de cargos de Gestor Ambiental, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O art. 5º altera o Anexo III da Lei nº 15.462, de 13 de

19 cm -15 132313 - 1

Companhia Mineira de Promoções

COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES – PROMINAS
CNPJ 17.559.790/0001-42

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2010

Na forma da previsão legal do artigo 26 da Lei 8.666/93, ratifico a dispensa de procedimento licitatório para a contratação da empresa BRASIL TELEMATICA LTDA. para a manutenção de equipamento PABX MONYTEL, modelo MDX 400, equipado com: 30 canais e 130 ramaís, 08 aparelhos KS digitais DV 2448, software de gerencia-mento, mesa operadora e acessórios, conforme norma da CPCT regulamentada pelo Ministério das Comunicações através da Portaria nº 025 de 30/01/19687, com fulcro na disposição legal de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das disposições constantes do artigo 24, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que autoriza dispensável a licitação para “outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos de previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

Publique-se na forma da Lei. Belo Horizonte, 19 de novembro de 2010.**Martim Francisco Borges de Andrada - Diretor Presidente da Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS.**

5 cm -15 132074 - 1

COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES – PROMINAS
CNPJ 17.559.790/0001-42

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2010

Na forma da previsão legal do artigo 26 da Lei 8.666/93, ratifico a dispensa de procedimento licitatório para a contratação da empresa MOS ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. para a prestação de serviços técnicos profissionais de acompanhamento e fiscalização de obras e atividades afins, com fulcro na disposição legal de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das disposições constantes do artigo 24, inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que autoriza dispensável a licitação para “outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos de previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”. Publique-se na forma da Lei. Belo Horizonte, 29 de setembro de 2010.**Martim Francisco Borges de Andrada - Diretor Presidente da Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS.**

4 cm -15 132071 - 1

janeiro de 2005, visando à correção do quantitativo de cargos resultantes de efetivação pela Emenda à Constituição nº 49/2001 e de detentores de função pública não efetivados pertencentes ao quadro de pessoal da FHEMIG. Trata-se de proposta que não gera impacto financeiro, visando tão somente à adequação do Anexo III da lei supracitada ao quantitativo existente de médicos e profissionais de enfermagem efetivados pela Emenda à Constituição nº 49/2001 e detentores de função pública, lotados na referida Fundação.

Os arts. 6º, 7º e 8º decorrem da necessidade de adequar o quadro de pessoal da Fundação Helena Antipoff às atividades desempenhadas no âmbito do Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira - ISEAT, relacionadas com a formação de professores. As alterações à Lei nº 15.463, de 2005, propostas no anteprojeto permitirão o ingresso de servidores efetivos para desempenhar atribuições que atualmente são exercidas somente por contratos administrativos.

Os arts. 9º, 10 e 11 inserem a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex no plano de carreiras do Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia, viabilizando a lotação de cargos dessas carreiras na referida entidade, que ainda não possui um quadro próprio de servidores efetivos. Nesse mesmo sentido, os arts. 12 a 16 inserem a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH e na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG - no plano de carreiras do Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social.

O art. 17 atende a uma reivindicação dos servidores do Estado oriundos da extinta MinasCaixa, concedendo reajuste de 10% (dez por cento) sobre os valores da vantagem pessoal de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991, com efeito retroativo a 1º de maio de 2010. Com essa medida, a referida vantagem pessoal será reajustada no mesmo índice aplicado ao vencimento básico da maioria das carreiras do Poder Executivo em maio de 2010. Os valores de impacto financeiro decorrentes do reajuste proposto para a vantagem pessoal dos servidores oriundos da extinta MinasCaixa foram aprovados pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, tendo em vista a disponibilidade financeira e orçamentária, bem como os limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 18 propõe a alteração da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio de Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências, de modo a estender o pagamento do Prêmio por Produtividade aos dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo e a seus respectivos adjuntos e vices.

Os arts. 19 e 20, por sua vez, propõem a alteração da Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição da República, para possibilitar o pagamento do Prêmio por Produtividade aos contratados, desde que haja previsão de cláusula nesse sentido no Acordo de Resultados, e sejam observados o modo de cálculo previsto em decreto e os parâmetros da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.

Propõe-se ainda, no art. 21, a alteração da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP - e dá outras providências, para a criação de licença especial a ser concedida para servidor civil estadual em exercício em OSCIP, de modo a regularizar a situação previdenciária dos servidores que se encontram nessa situação.

Por fim, propõe-se no art. 22, a regularização da situação da vantagem pessoal percebida por servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais com vigência de aposentadoria até a data de publicação da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, com direito a percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão, após a correlação prevista no Anexo V.11.4 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007.

São essas, Senhor Governador, as razões fundamentais para a proposição do anteprojeto de lei em apreço, que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Anteciosamente,
Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.
Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.
Senhor Presidente,
Informo a V. Exa. que o impacto financeiro decorrente do projeto de lei que cria cargos e altera a estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, de 2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, de 1991, e dá

outras providências é de R\$4 milhões em um exercício.

O referido impacto decorre da proposta de reajuste de 10% sobre os valores da vantagem pessoal atribuída aos servidores da extinta MinasCaixa.

Esclareço que a criação de cargos prevista no anteprojeto não gera impacto financeiro, pois se destina à substituição de contratos administrativos, mediante realização de concursos públicos.

Atenciosamente,
Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 5.092/2010

Cria cargos e altera a estrutura da carreira Agente de Segurança Penitenciário, modifica o Anexo III da Lei nº 15.462, 13 de janeiro de 2005, reajusta os valores da vantagem pessoal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.470, 15 de abril de 1991, e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam criados 8.361 (oito mil trezentos e sessenta e um) cargos da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, de que trata a Lei nº 14. 695, de 30 de julho de 2003, pertencente ao Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, com lotação na Secretaria de Estado de Defesa Social.

Parágrafo único - Em virtude do disposto no “caput”, o quantitativo de cargos de provimento efetivo da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, constante no Anexo I da Lei nº 14.695, de 2003, passa a ser de 13.365 (treze mil trezentos e sessenta e cinco).

Art. 2º - O § 2º do art. 11 da Lei nº 14.695, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 -

§ 2º - A promoção do Agente de Segurança Penitenciário ocorrerá após a emissão de parecer favorável da Comissão de Promoções, criada por esta lei, satisfeitos os requisitos previstos no § 1º deste artigo.

.....”

Art. 3º - O art. 14 da Lei nº 14.695, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - A estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, bem como sua a composição quantitativa, é a constante no Anexo I desta lei.”

Art. 4º - Ficam criados 116 (cento e dezesseis) cargos da carreira de Gestor Ambiental, de que trata a Lei nº 15.461, de 13 de janeiro de 2005, pertencente ao Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com lotação na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo único - Em virtude do disposto no “caput”, o quantitativo de cargos de provimento efetivo da carreira de Gestor Ambiental, constante no item I.3.1 do Anexo I da Lei nº 15.461, de 2005, passa a ser de 189 (cento e oitenta e nove).

Art. 5º - A tabela constante no Anexo III da Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 6º - O inciso I do art. 4º da Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a redação que se segue, ficando o artigo acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º - (...)

I - na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e na Fundação Helena Antipoff - FHA, cargos das carreiras de:

(...)

Parágrafo único - A lotação dos cargos de que trata o inciso I na Fundação Helena Antipoff destina-se exclusivamente ao Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira – ISEAT.”.

Art. 7º - Ficam criados 115 (cento e quinze) cargos da carreira de Professor de Educação Superior, 5 (cinco) cargos da carreira de Analista Universitário e 9 (nove) cargos da carreira de Técnico Universitário, de que trata a Lei nº 15. 463, de 2005, pertencentes ao Grupo de Atividades de Educação Superior do Poder Executivo, com lotação na Fundação Helena Antipoff.

Parágrafo único - Em virtude do disposto no “caput”, o quantitativo de cargos de provimento efetivo das carreiras de Professor de Educação Superior, Analista Universitário e Técnico Universitário, constantes nos itens I.1.1, I.1.2 e I.1.3 do Anexo I da Lei nº 15.463, de 2005, passa a ser, respectivamente, de 2.719 (dois mil setecentos e dezenove), 224 (duzentos e vinte e quatro) e 644 (seiscentos e quarenta e quatro).

Art. 8º - O item I.1 do Anexo I da Lei nº 15.463, de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Anexo I

(a que se referem os arts. 1º, parágrafo único, 27, 29, 31, 32, 35 e 39 da Lei nº 15.463, de 2005.)

I. 1. UEMG, UNIMONTES e FHA”

(...)

Art. 9º - O inciso I do art. 3º da Lei 15.466, 13 de janeiro

de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - (...)

I - na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior SECTES, na Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, na Fundação João Pinheiro - FJP, no Instituto de Geociências Aplicadas - IGA e na Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HIDROEX, cargos das carreiras de:”

(...)

Art. 10 - O item I.1 do Anexo I da Lei nº 15.466, de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Anexo I

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º e os arts. 25, 26, 27, 31 e 35 da Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005.)

(...)

I. 1. SECTES, CETEC, FAPEMIG, FJP, IGA e HIDROEX”

(...)

Art. 11 - O item II.1 do Anexo II da Lei nº 15.466, de 2005, passa vigorar com a seguinte redação:

“Anexo II

(a que se refere o art. 4º da Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005.)

(...)

II.1 - SECTS, CETEC, FAPEMIG, FJP, IGA e HIDROEX”

(...)

Art. 12 - O inciso I do art. 3º da Lei 15.468, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - (...)

I - na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, na Secretaria de Estado de Esportes e Juventude - SEEJ, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, na Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, na Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH e na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, cargos das carreiras de:”

(...)

Art. 13 - O item I.1 do Anexo I da Lei nº 15.468, de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Anexo I

(a que se referem os arts. 1º, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 34, 35, 38, 44, 45, 47,48, 56 e 60 da Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005.)

(...)

I.1 – SEDESE e SEEJ, SEDRU, SEDE, SETUR, SEAPA,UTRAMIG, Agência RMBH, ARSAE-MG”

(...)

Art. 14 - O item II.1 do Anexo II da Lei nº 15.468, de 2005, passa vigorar com a seguinte redação:

“Anexo II

(a que se refere o art. 4º da Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005.)

(...)

II.1 - SEDESE e SEEJ, SEDRU, SEDE, SETUR, SEAPA, UTRAMIG, Agência RMBH, ARSAE-MG”

(...)

Art. 15 - O item VI.1 do Anexo VI da Lei nº 15.961, de 2005, passa vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO VI

(a que se refere o inciso VI do art. 1º da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005.)

(...)

VI.1. TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SECTES –, FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS – CETEC –, FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG –, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP –, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA – E NA FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS – HIDROEX”

(...)

Art. 16 - O item VIII.1 do Anexo VIII da Lei nº 15.961, de 2005, passa vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO VIII

(a que se refere o inciso VIII do art. 1º da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005.)

(...)

VIII.1. TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES – SEDESE –, SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E JUVENTUDE – SEEJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA – SEDRU –, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDE –, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETUR –, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SEAPA –, DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS – UTRAMIG –, DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – AGÊNCIA RMBH –, E NA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS –ARSAE-MG.”.

Art. 17 - Ficam reajustados em dez por cento a partir de 1º de maio de 2010, os valores da vantagem pessoal de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991.

Art. 18 - O “caput” do art. 24 da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24 - Fará jus ao Prêmio por Produtividade o servidor em atividade, ocupante de cargo de provimento efetivo ou de provimento em comissão ou detentor de função pública de que trata a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, inclusive os dirigentes de órgãos e entidades e seus respectivos adjuntos e vices, que no período de referência esteve em efetivo exercício, nos termos de ato formal em órgão ou entidade com Acordo de Resultados vigente, por período mínimo definido em regulamento.

(...)”

Art. 19 - O § 3º do art. 8º da Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - (...)

§ 3º - A autoridade contratante fica autorizada a prever, no Acordo de Resultados, cláusula de pagamento de Prêmio por Produtividade, cujo cálculo será definido em decreto, observados os parâmetros da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.

(...)”

Art. 20 - Para o período de referência de 2009, admite-se o pagamento do Prêmio por Produtividade ao pessoal contratado, independentemente de previsão contratual, se o órgão ou entidade contratante houver firmado Acordo de Resultados com o alcance das metas pactuadas no período de referência correspondente, observados os parâmetros da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.

Art. 21 - O art. 20 da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 - É facultada ao Poder Executivo a concessão de licença especial a servidor civil para exercício em Oscip.

§ 1º - A concessão da licença de que trata o “caput” fica condicionada à aprovação do órgão de origem do servidor e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à previsão no Termo de Parceria.

§ 2º - O período em que o servidor estiver afastado será considerado, nos termos de regulamento, como efetivo exercício para fins de contagem de tempo para promoção e progressão na carreira, para adicionais por tempo de serviço, e para aposentadoria, observado, neste caso, o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º - O servidor licenciado, nos termos do “caput”, deverá recolher as contribuições mensais previstas nos arts. 29 e 30 da Lei Complementar nº 64, 25 de março de 2002.”

Art. 22 - A diferença entre o provento do servidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG cujo ato de aposentadoria tenha sido publicado até a data do início de vigência da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, com direito a percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão e a correlação prevista no Anexo V.11.4 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, passa a ter natureza de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores estaduais ou de previsão expressa em lei.

Art. 23 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de 2010.)

“Anexo I

(a que se refere o art. 14 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003.)

INTERNET: www.iof.mg.gov.br

Estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário							
Nível	Quantitativo	Nível de escolaridade	Grau				
			A	B	C	D	E
I	13.365	Intermediário	I-A	I-B	I-C	I-D	I-E
II		Intermediário	II-A	II-B	II-C	II-D	II-E
III		Intermediário	III-A	II-IB	III-C	III-D	III-E
IV		Superior	IV-A	IV-B	IV-C	IV-D	IV-E
V		Superior	V-A	V-B	V-C	V-D	V-E"

ANEXO II
(a que se refere o art. 5º da Lei nº , de de 2010.)

“ANEXO III
(a que se refere o § 5º do art. 49 da Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005.)

Quantitativo dos Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda nº 49/2001 e das Funções Públicas Não Efetivadas do Grupo de Atividades de Saúde

Órgão / Entidade	Cargo ou Função Pública	Quantitativo
Secretaria de Estado de Saúde	Auxiliar de Apoio à Gestão e Atenção à Saúde	714
	Técnico de Atenção à Saúde	585
	Técnico de Gestão da Saúde	479
	Analista de Atenção à Saúde	626
	Especialista em Políticas e Gestão de Saúde	244
	TOTAL	2.648
Fhemig	Auxiliar de Apoio da Saúde	915
	Técnico Operacional da Saúde	267
	Analista de Gestão e Assistência à Saúde	288
	Profissional de Enfermagem	202
	Médico	247
	TOTAL	1.919
Hemominas	Auxiliar de Hematologia e Hemoterapia	39
	Assistente Técnico de Hematologia e Hemoterapia	64
	Analista de Hematologia e Hemoterapia	14
	Médico da Área de Hematologia e Hemoterapia	6
	TOTAL	123
Funed	Técnico de Saúde e Tecnologia	47
	Analista e Pesquisador de Saúde e Tecnologia	57
	Auxiliar de Saúde e Tecnologia	89
	TOTAL	193
ESP/MG	Técnico em Educação e Pesquisa em Saúde	2
	Analista em Educação e Pesquisa em Saúde	2
	TOTAL	4
TOTAL – GRUPO DE ATIVIDADES DE SAÚDE		4887”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.
* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIO
Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.972/2010, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.972/2010.)

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições
O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.093/2010
Declara de utilidade pública a Associação do Centro de Reabilitação Neurológica e Equoterapia Amorequo, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Centro de Reabilitação Neurológica e Equoterapia Amorequo, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.
Antônio Carlos Arantes
Justificação: A principal finalidade Associação do Centro de Reabilitação Neurológica e Equoterapia Amorequo é realizar atendimento aos portadores de necessidades especiais (crianças, adultos e idosos) na área de equoterapia e nas demais áreas: fisioterapia, terapia ocupacional, educação física, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, psicopedagogia e equitação.
Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.094/2010
Ratifica o regime especial de tributação concedido ao contribuinte mineiro dos segmentos nele descritos, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:
Art. 1º – Fica ratificada, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro dos seguintes setores:

I – de frigoríficos, em virtude de benefícios fiscais concedidos pelos Estados de São Paulo, por meio do Decreto nº 54.643, de 5/8/2009, do Paraná, por meio do Decreto nº 1.980, de 21/12/2007, e do Mato Grosso, por meio do Decreto nº 371, de 26/6/2007;

II – de aviação, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do §5º do art. 14 da Lei nº 2.657, de 26/9/2003, acrescentado pelo art. 12 da Lei nº 4.181, de 29/9/2003, e implementado pelo Decreto nº 36.454, de 29/10/2004;

III – de equipamentos de informática, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado de Santa Catarina, por meio da Lei nº 13.992, de 15/2/2007;

IV – de fabricação de fios têxteis, em virtude de benefício fiscal concedido pelos Estados de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 1.721, de 30/4/2004, de Pernambuco, por meio da Lei nº 11.675, de 11/10/99, e do Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 93, de 5/11/2001;

V – de vestuário, confecções ou calçados, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 2.310-R, de 27/7/2009;

VI – agroindustrial de soja e derivados, em virtude de benefícios fiscais concedidos pelos Estados do Mato Grosso, por meio do Decreto nº 768, de 17/6/2003, do Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto

nº 11.519, de 30/12/2003, e de Goiás, por meio da Lei nº 14.307, de 12/11/2002;

VII – de fabricação de lâmpadas e aparelhos eletrodomésticos, em virtude de benefícios fiscais concedidos pelos Estados de Pernambuco, por meio da Lei nº 11.675, de 11/10/99, regulamentada pelo Decreto nº 21.959, de 7/12/99, do Ceará, por meio da Lei nº 13.377, de 29/10/2003, e de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 1.721, de 30/4/2004;

VIII – de calçados, bolsas, cintos e bolas esportivas, em virtude de benefício fiscal concedido pelo Estado de Pernambuco, por meio das Leis nºs 11.675, de 11/10/99, e 13.179, de 29/12/2006.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia.

REQUERIMENTOS
Nº 7.052/2010, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre a abertura e o preenchimento de vagas para portadores de sofrimento mental em cumprimento de medida de segurança no Estado. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.053/2010, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Vereador Irineu Inácio da Silva por sua reeleição como Presidente da Câmara Municipal de Contagem. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.054/2010, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre a abertura e o preenchimento de vagas para portadores de sofrimento mental em cumprimento de medida de segurança no Estado.

Nº 7.055/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e ao Diretor-Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais - Iter-MG -, juntamente com as notas taquigráficas da reunião realizada por essa Comissão em 6/12/2010, no Município de Francisco Sá, pedido de informações sobre as terras do Estado que estejam em concessão, sob qualquer instrumento jurídico, a empresas privadas e a situação da relação contratual entre essas empresas e o Estado.

Nº 7.056/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações que relaciona, sobre a gestão do Parque Fernão Dias. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 7.057/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do Centro de Pesquisas René Rachou, nesta Capital, pedido para enviar uma equipe de técnicos e pesquisadores à região de Nova Contagem a fim de investigar a proliferação de uma espécie de caramujo gigante e a sua nocividade para a saúde humana e o meio ambiente. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 7.058/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências relacionadas ao Parque Fernão Dias, no Município de Contagem: cessão de parte da área à PMMG, com vistas à construção de unidade do Colégio Tiradentes; restabelecimento e recuperação dos espaços esportivos, com as intervenções que menciona, e contratação de uma segurança mais efetiva. (- À Comissão de Educação.)

Nº 7.059/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de implantação da rede de coleta de esgotos sanitários que a empresa vem realizando na Penitenciária Nelson Hungria e no Bairro Estaleiro II, em Contagem.

Nº 7.060/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma das obras de coleta e tratamento de esgoto da região de Nova Contagem e do esgoto produzido no interior da Penitenciária Nelson Hungria, bem como cópia do convênio firmado com o Município de Contagem, transferindo à empresa os serviços de água e esgoto. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 7.061/2010, da Comissão de Participação Popular, em que

solicita sejam encaminhados à Copasa-MG relatório da visita realizada por essa Comissão ao Bairro Amazonas, em 23/9/2010, e pedido de providências para a solução dos problemas de refluxo de esgotos sanitários em residências situadas nas proximidades da Rua Dorinato Lima, no mesmo bairro. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 7.062/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências com vistas a buscar soluções para as inundações no entorno do Km 478 da BR-381, especialmente no encontro dessa rodovia com a Rua Dorinato Lima, no Bairro Amazonas, Município de Contagem, e cópia do relatório da visita realizada por essa Comissão ao local das inundações, em 23/9/2010.

Nº 7.063/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências para que estude a viabilidade de celebrar convênio com as associações de moradores das cercanias da Penitenciária Nelson Hungria, com vistas à utilização de parte da área verde da região para atividades de lazer e esporte; para que suspenda imediatamente a cobrança indevida da taxa de esgoto, especialmente da população do Bairro Ipê Amarelo; para que ceda à Prefeitura Municipal de Contagem, por meio de convênio próprio, dois caminhões de limpeza de fossas sépticas; e para que autorize essa Prefeitura, por meio de convênio próprio, a fazer o lançamento dos dejetos das fossas sépticas dos Bairros da região na Estação de Tratamento de Esgoto de Nova Contagem, até que as obras de coleta e tratamento do esgoto sejam concluídas.

Nº 7.064/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de que realize estudos e ações com vistas à transformação da antiga Estação Ferroviária Bernardo Monteiro em centro de memória e de atividades culturais, bem como para a criação de área de lazer no terreno supostamente pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal S.A., no Bairro Bernardo Monteiro, nesse Município, assim como seja encaminhado o relatório da visita dessa Comissão aos locais mencionados, no dia 23/9/2010. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.065/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações que menciona, sobre os serviços prestados no Município de Contagem, relacionados a coleta e tratamento de esgotos sanitários. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.066/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, juntamente com as notas taquigráficas da reunião realizada pela Comissão de Assuntos Municipais, em 6/12/2010, no Município de Francisco Sá, pedido de providências para verificar a possibilidade de agendar sessão conciliatória, em 2ª instância, entre o Estado e a empresa Itapeva Florestal Ltda.

Nº 7.067/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça as notas taquigráficas da reunião realizada pela Comissão de Assuntos Municipais, em 6/12/2010, no Município de Francisco Sá, e pedido de providências com vistas à inclusão nas pautas de julgamento das referidas Cortes dos recursos em que figura como parte a empresa Itapeva Florestal Ltda.

Nº 7.068/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais, à Coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural, e da Habitação e Urbanismo do Estado de Minas Gerais, ao Superintendente do Ibama no Estado e ao Diretor-Geral do IEF-MG as notas taquigráficas da reunião realizada pela Comissão de Assuntos Municipais, em 6/12/2010, no Município de Francisco Sá e pedido de providências com vistas à apuração de denúncias de crimes ambientais, tais como queimadas, carvoejamento ilegal e trabalho insalubre e escravo, contra a empresa Itapeva Florestal Ltda.

Nº 7.069/2010, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado e aos Secretários de Agricultura, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de tecnologias que confiram competitividade à cafeicultura de montanha e ao financiamento dos investimentos necessários a esse segmento de produção.

Nº 7.070/2010, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado aos Governos Federal e Estadual pedido de providências para que seja dada atenção especial ao endividamento crônico do cafeicultor, bem como à necessidade de implementação de uma política de garantia de renda para a categoria no Estado.

Nº 7.071/2010, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado às bancadas mineiras no Senado e na Câmara dos Deputados pedido de providências para que, no projeto de lei que altera o Código Florestal, sejam alteradas as normas sobre a reserva legal, de modo a não inviabilizar economicamente as pequenas e médias propriedades com ocupação consolidada.

Nº 7.072/2010, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Agência da Receita Federal, em Varginha, pedido de providências para estender o horário de atendimento aos usuários do Porto Seco para além das 16 horas.

Nº 7.073/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulada manifestação de apoio ao Ministério de Estado da Educação pela criação do Consórcio das Universidades Federais Sul-Sudeste, em Minas Gerais, a ser formalizado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional do Consórcio PDIC-2010.

Nº 7.074/2010, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que seja realizada reforma geral da E. E. Dona Caetana América de Menezes, localizada no Distrito de Barra Alegre, Município de Ipatinga.

Nº 7.075/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Ouvidor Ambiental do Estado pedido de providências para averiguar os motivos da ausência do Diretor-Geral do IEF e do Secretário de Meio Ambiente à 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos realizada, em 14/12/2010, para a qual foram convidados.

Nº 7.076/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita sejam encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres cópia do relatório da visita realizada por esta Comissão ao Bairro Amazonas, em 23/9/2010, e pedido de providências para que realizem e fiscalizem a limpeza da tubulação de drenagem pluvial instalada sob o piso da BR-381, nas proximidades do encontro dessa rodovia com a Rua Dorinato Lima, no Bairro Amazonas, Município de Contagem e outras que menciona. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 7.077/2010, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado às Secretarias de Meio Ambiente e de Defesa Social

e à Superintendência da Supram Norte pedido de providências relativas ao processo de licenciamento do empreendimento da empresa Ibérica Agropecuária Ltda, no Município de Miravânia, em face de denúncias encaminhadas pela Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente.

Nº 7.078/2010, do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja registrada nos anais desta Casa a matéria do jornalista Carlos Lindenberg intitulada “Nova fábrica da Fiat preocupa”, publicada no jornal “Hoje em Dia” em 15/12/2010. (- À Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Participação Popular (2), da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Antônio Júlio (3).

Comunicações
- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Educação, de Segurança Pública, do Trabalho e de Cultura.

Oradores Inscritos
- Os Deputados Irani Barbosa e Ruy Muniz proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência
A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 7.066 a 7.068/2010, da Comissão de Assuntos Municipais; 7.069 a 7.072/2010, da Comissão de Política Agropecuária; 7.073 e 7.074/2010, da Comissão de Educação; 7.075/2010, da Comissão de Direitos Humanos, e 7.077/2010, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações
- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 15/12/2010, dos Requerimentos nºs 7.011 a 7.016, 7.018 a 7.026, 7.028, 7.031, 7.036 e 7.037/2010, da Comissão de Participação Popular; de Minas e Energia - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 15/12/2010, dos Requerimentos nºs 6.819, 6.831 e 6.909 a 6.913/2010, da Comissão de Participação Popular; de Educação - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 15/12/2010, dos Requerimentos nºs 6.803/2010, do Deputado Adalcleber Lopes; 6.839/2010, da Comissão de Participação Popular, com a Emenda nº 1 e 7.030/2010, da Comissão de Participação Popular; de Segurança Pública - aprovação, na 28ª Reunião Extraordinária, em 15/12/2010, dos Requerimentos nºs 7.017 e 7.027/2010, da Comissão de Participação Popular; do Trabalho - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 15/12/2010, dos Requerimentos nºs 6.968, 6.971, 6.973, 6.976, 6.978, 6.979, 6.981 e 6.983/2010, da Comissão de Participação Popular; e de Cultura - aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 15/12/2010, do Requerimento nº 6.965/2010, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos
O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Participação Popular pleiteando sejam solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Estado informações sobre a situação da antiga Estação Ferroviária Bernardo Monteiro e de terreno localizado no Bairro Bernardo Monteiro, em Contagem, supostamente pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal S.A., e sobre a possibilidade de se transferir a guarda dos referidos imóveis para a Prefeitura desse Município, a fim de serem transformados em espaços de atividades culturais e de lazer. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Participação Popular pleiteando sejam solicitadas à empresa Autopista Fernão Dias S.A. providências com relação a tubulação de drenagem pluvial instalada sob a pista da BR-381, nas proximidades do encontro dessa rodovia com a Rua Dorinato Lima, em Contagem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Deputada Maria Tereza Lara solicitando seja atribuído regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 113/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando seja o Projeto de Lei Complementar nº 58/2010 distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira, em 2º turno. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando seja o Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor, em 2º turno. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando seja o Projeto de Lei nº 4.159/2010 distribuído à Comissão de Administração Pública, em 2º turno. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação, motivo pelo qual torna a votação do requerimento sem efeito. A Presidência, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados, que, somados aos 7 em comissões, perfazem o total de 30 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência deferir o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno

para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência deferredo requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Wander Borges, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Antônio Carlos Arantes. A Presidência deferredo requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Deputado Antônio Carlos Arantes.

- O Deputado Antônio Carlos Arantes profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Resolução n°s 4.004/2009 e 4.999/2010 e dos Projetos de Lei n°s 3.391, 3.666, 3.777, 3.783, 3.785, 3.787, 3.791, 3.963, 4.036, 4.037, 4.047, 4.071, 4.085, 4.086 e 4.102/2009, 4.255, 4.257, 4.413, 4.462, 4.489, 4.513 e 5.035/2010, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões; e informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei n° 4.255/2010 uma emenda do Deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o n° 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer no momento oportuno.

- O teor da emenda apresentada é o seguinte:

EMENDA N° 1 AO PROJETO DE LEI N° 4.255/2010

O “caput” do art. 3º do Projeto de Lei n° 4.255/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - A Imprensa Oficial divulgará, mensalmente, o montante individualizado das despesas geradas em cada órgão e entidade integrante do orçamento fiscal do Estado, com indicação pormenorizada dos serviços prestados, objeto desta lei.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

Sargento Rodrigues

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 63/2010, EM 30/11/2010

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Délio Malheiros, Dilton Melo e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: no 1º turno, Proposta de Emenda à Constituição n° 63/2010 (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo n° 1, da Proposta de Emenda à Constituição n° 63/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gustavo Corrêa - Tiago Ulisses - Duarte Bechir.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 54/2009, EM 30/11/2010

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz, Adelson Carneiro Leão, Dilton Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer para o 1º turno sobre emenda apresentada em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição n° 54/2009 e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela rejeição da Emenda n° 21 à Proposta de Emenda à Constituição n° 54/2009 (relator: Deputado Ademir Lucas), apresentada em Plenário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja formulado pedido de informação à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - sobre os estudos desenvolvidos referentes à carreira dos Fiscais Fazendários do Estado, bem como sobre eventual projeto de lei que trata dessa matéria, conforme anunciado na audiência pública realizada pela Comissão de Administração Pública em 19/11/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/12/2010

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo Valério e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada

e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Adriene Andrade, Conselheira Corregedora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, encaminhando demonstrativo que registra, por meio de gráficos, o resultado dos trabalhos desse Tribunal no primeiro semestre de 2010. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência comunica que os Projetos de Lei n°s 955/2007, 4.222 e 4.223/2010, em 2º turno, são retirados de pauta por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 4.911, 4.924 e 4.929/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.788, 6.818, 6.820, 6.826, 6.853, 6.870, 6.880, 6.882, 6.883, 6.905 e 6.906/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 4.638/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Secretário de Estado de Saúde pleiteando a implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem, conforme determinação da Lei n° 18.874, sancionada em 20/5/2010; e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde cópia do Ofício n° 85/2010, do Grupo Whiver, solicitando a liberação do pagamento final do convênio firmado com a referida Secretaria. Logo após, é aprovado o relatório da visita desta Comissão ao Hospital São Bento, realizada no dia 1º/12/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Rinaldo.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/12/2010

Às 17h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, André Quintão e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Resolução n° 4.999/2010, o Projeto de Lei Complementar n° 66/2010 e os Projetos de Lei n°s 3.856/2009, 4.255, 4.257, 4.462 e 5.027/2010, por terem sido apreciados em reunião anterior, e o Projeto de Lei Complementar n° 45/2008 e os Projetos de Lei n°s 4.771 e 5.038/2010, por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 5.035/2010 (relator: Deputado Ivair Nogueira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 59/2010, na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda n° 1 (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n° 5.036/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que os passageiros do transporte intermunicipal do Município de Pará de Minas que aguardam os ônibus às margens da BR-262 possam utilizar o Terminal Rodoviário Epaminondas Marinho, onde os veículos devem fazer o recolhimento dos passageiros, visto que a Empresa Santa Maria Ltda. tem a exclusividade de uso do referido terminal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 9, quinta-feira, às 10 horas e às 15h15min para apreciar a matéria constante na pauta, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada - Gustavo Valadares - Neider Moreira.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Inácio Franco, Célio Moreira (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 4/12/2010: ofícios dos Srs. João Francisco Goulart dos Santos, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNSP (substituto), do Ministério da Justiça; Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (1.250), e da Sra. Mirian T. S. Eira, Gerente-Geral (interina) da Embrapa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 978/2007 e 2.525/2008 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei n°s 4.671/2010 (relator: Deputado Deputado Tiago

Ulisses) e 3.953/2009 e 5.050/2010 (relator: Deputado Célio Moreira), todos na forma do vencido no 1º turno; 4.182, 4.543, 4.670, 4.701, 4.718 e 4.721/2010 (relator: Deputado Antônio Júlio); 3.935/2009 e 4.283, 4.613, 4.671, 4.706, 4.719 e 4.736/2010 (relator: Deputado Tiago Ulisses); 4.326, 4.669, 4.688, 4.707 e 4.720/2010 (relator: Deputado Célio Moreira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei n° 3.540/2009 com a Emenda n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio). Registra-se a presença do Deputado Arlen Santiago (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD). Na fase de discussão dos pareceres dos relatores Deputado Célio Moreira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 59/2010 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda n° 1, da Comissão de Administração Pública, e do Deputado Tiago Ulisses, que conclui pela rejeição da Emenda n° 1, apresentada ao Projeto de Lei n° 2.122/2008, no 1º turno, o Presidente deferredo pedidos de vista do Deputado Antônio Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária de hoje às 20 horas, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gustavo Corrêa - Célio Moreira - Sebastião Costa.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Almir Paraca (substituindo o Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT) e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Adalclever Lopes. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 45/2008 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Almir Paraca). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.892 e 6.934/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD) e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei n°s 2.333 e 2.428/2008, ambos no 2º turno (Deputado Fábio Avelar); e 4.916/2010, no 1º turno (Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei n°s 2.333, na forma do vencido no 1º turno, e 2.428/2008, na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda n° 1. É aprovado, também, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei n° 4.916/2010 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas n°s 1 a 9. O Projeto de Resolução n° 5.017/2010, no 2º turno, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n° 4.982/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Carlos Gomes - Duarte Bechir.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Gustavo Valadares e Adalclever Lopes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições desta Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 3.725/2009, na forma do Substitutivo n° 1 ao vencido em 1º turno (relator: Deputado Adalclever Lopes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),

compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.805, 6.845 a 6.850, 6.858, 6.862, 6.864, 6.866, 6.867, 6.871 a 6.876, 6.888 a 6.891, 6.897 e 6.898/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Ademir Lucas, Carlin Moura, Domingos Sávio, João Leite, Rômulo Veneroso e da Deputada Maria Tereza Lara em que solicitam sejam encaminhados ao Ministro dos Transportes, ao Prefeito de Belo Horizonte, ao Diretor-Geral do DNIT e ao Diretor-Geral do DER-MG as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e Transporte, Comunicação e Obras Públicas, o abaixo-assinado em prol de melhorias de tráfego do anel rodoviário e pedido de providências para implantar rampas de escape nos trechos mais perigosos das rodovias que passam pelo Estado, especialmente no trecho Olhos d'Água-Betânia, melhorando assim as condições de desvio e parada de veículos pesados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Gustavo Valadares, Presidente - Adalclever Lopes - Tiago Ulisses. ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca e Adalclever Lopes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei n° 4.066/2009, no 2º turno, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.841, 6.842, 6.844, 6.851 e 6.939/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Gil Pereira. ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 15h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Almir Paraca (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT) e Antônio Carlos Arantes (substituindo a Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do PV), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n° 5.006/2010 (relator: Deputado Elmiro Nascimento), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.822, 6.825, 6.827, 6.828, 6.836, 6.856, 6.907, 6.931, 6.932, 6.938 e 6.942/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ivair Nogueira, Presidente - Elmiro Nascimento - Padre João. ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/12/2010

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes, Almir Paraca (substituindo este ao Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT) e Wander Borges (substituindo o Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 6.807, 6.884, 6.900 e 6.901/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Tenente Lúcio (7), em que solicita sejam encaminhados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedidos de providências para desinstituir a área de proteção ambiental de Curumataí, no Município de Buenópolis, com vistas à exploração do local para atividades de turismo ecológico sustentável; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo - Setur - pedido de providências para realizar trabalhos técnicos e consultivos de diagnóstico das potencialidades turísticas no Município de Curvelo; sejam encaminhados à Setur, ao DNIT e ao DER-MG pedidos de providências para a realização de sinalização turística abrangendo as

rodovias federais e estaduais dos circuitos turísticos das regiões Norte, Nordeste, Noroeste e Jequitinhonha; seja encaminhado à Setur pedido de providências para expandir os investimentos públicos na implantação e certificação dos circuitos turísticos das regiões Norte, Nordeste, Noroeste e Jequitinhonha e para acolher o documento oficial elaborado pelos grupos gestores desses circuitos, denominado “Propostas de Ações para o Desenvolvimento Turístico das regiões Norte-Nordeste, Noroeste e Jequitinhonha”; seja encaminhado à Rede Minas pedido de providências para fomentar a produção de programas televisivos que divulguem atrativos e produtos turísticos dos circuitos das referidas regiões; seja encaminhado ao Presidente desta Casa solicitação de realização de documentário pela TV Assembleia sobre os circuitos turísticos das regiões Norte, Noroeste, Nordeste e Jequitinhonha, com ênfase na demonstração dos seus atrativos turísticos e nos seus gargalos de infraestrutura; e seja encaminhado ao Presidente desta Casa solicitação de celebração de convênio com a TV3, do Município de Três Marias, com vistas à produção e radiodifusão de produtos de multimídia que retratem os atrativos e produtos turísticos dos circuitos abrangidos pelas referidas regiões. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.
Eros Biondini, Presidente - Carlos Gomes - Fábio Avelar - Gláucia Brandão.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/12/2010

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Adalclever Lopes. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apurar denúncia de irregularidades (coação ilegal, ameaça de ilegítima imposição de penas administrativas, ordem para realizar trabalho degradante e desvio de função) ocorridas na 4ª Cia. do BPE - Canil e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais e o Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Os Deputados Lafayette de Andrada e Adalclever Lopes retiram-se da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.
João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/12/2010

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e suspende a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Elmiro Nascimento, Almir Paraca (substituindo o Deputado Padre João, por indicação da Liderança do PT) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei Complementar nº 66/2010 e o Projeto de Lei nº 5.027/2010, em 2º turno, por desatendimento a pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.139/2008 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Elmiro Nascimento); e pela rejeição da Emenda nº 1 e aprovação do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 5.038/2010, em 1º turno (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.955/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, amanhã, dia 14, às 10 horas e às 20h15min, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta, e também para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.
Délio Malheiros, Presidente - Neider Moreira - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira - Elmiro Nascimento.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/12/2010

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a mtéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do


Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei Complementar nºs 58 e 66/2010 e o Projeto de Lei nº 4.771/2010, em 2º turno, por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.027/2010 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 5.038/2010 (relator: Deputado Délio Malheiros), ambos na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 15, às 10h30min e às 14h45min, com a matéria constante na pauta, etermina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.
Délio Malheiros, Presidente - Domingos Sávio - Padre João - Lafayette de Andrada.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/12/2010

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2009 na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.935 a 6.937, 6.943, 6.947, 6.949, 6.952, 6.953, 6.959, 6.970 e 6.972/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.990/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Saúde e de Defesa Social pedido de informações sobre a abertura e o preenchimento de vagas para portadores de sofrimento mental, em cumprimento de medida de segurança no Estado; do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública para receber informações sobre as investigações anunciadas em reunião da Comissão realizada dia 13/12/2010, que apurou denúncia de irregularidades ocorridas na 4ª Cia. do BPE - Canil. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.
João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Célio Moreira - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

 **MATÉRIA VOTADA**
MATÉRIA VOTADA NA 86ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/12/2010

Foram aprovadas as seguintes proposições:
Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 113/2007, do Deputado André Quintão, na forma do Substitutivo nº 1, 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, na forma do Substitutivo nº 1, 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes, na forma do Substitutivo nº 1, 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, com a Emenda nº 1, e 4.916/2010, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 9.
Em 2º turno: Projeto de Lei nº 4.256/2010, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1.
MATÉRIA VOTADA NA 87ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/12/2010
Foram aprovadas as seguintes proposições:
Em 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 58/2010, do Procurador-Geral de Justiça.

Em 2º turno: Projetos de Resolução nºs 4.004/2009 e 5.017/2010, da Comissão de Política Agropecuária; Projetos de Lei nºs 335/2007, do Deputado Arlen Santiago, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2; 2.333/2008, do Deputado Padre João, na forma do vencido em 1º turno; 2.344/2008, do Deputado João Leite e outros; 3.126/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, na forma do vencido em 1º turno; 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio, na forma do vencido em 1º turno; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.540/2009, do Deputado Célio Moreira, na forma do vencido em 1º turno; 3.666/2009, do Deputado Zé Maia, na forma do vencido em 1º turno; 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, na forma do vencido em 1º turno; 3.783/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a Emenda nº 1; 3.785/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.787/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na forma do vencido em 1º turno; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, na forma do vencido em 1º turno; 3.814/2009, da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3; 3.935/2009, do Deputado José Henrique; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, na forma do vencido em 1º turno; 4.036/2009, do Deputado Dimis Pinheiro, na forma do Substitutivo nº 1; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, na forma do vencido em 1º turno; 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, na forma do vencido em 1º turno; 4.071 e 4.085/2009, do Governador do Estado; 4.086/2009, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno; 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco, na forma do vencido em 1º turno; 4.182/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.249/2010, do Deputado Delvito Alves, na forma do vencido em 1º turno; 4.255/2010, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1; 4.283/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, na forma do vencido em 1º turno; 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.613/2010, do Deputado Marcus Pestana; 5.035/2010, do Governador do Estado; 5.038/2010, do Tribunal de Justiça, na forma do vencido em 1º turno; e 5.050/2010, da Mesa da Assembleia, na forma do vencido em 1º turno.



ORDENS DO DIA
ORDEM DO DIA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/12/2010
1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
(das 14 horas às 14h15min)
Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.
2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)
Apresentação de proposições e oradores inscritos.
2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)
Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.
2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 66, de 22/1/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 66/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera o Anexo da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga os estabelecimentos que comercializam álcool líquido a exporem cartaz de advertência sobre acidentes. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.428/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta o art. 11-A à Lei nº 14.185, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.953/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Ituetto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Fazenda. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mar de Espanha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.669/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Joaquim o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.670/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.671/2010, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.568, de 9/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.688/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.701/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Boa Esperança o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.706/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro do Melo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.707/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao

Município de Brumadinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.718/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pegui o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.719/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campanário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.720/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.721/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.736/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 113/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social - Peas - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.066/2009, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação, a ampliação e o desmembramento de parques florestais e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 294/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que institui a Medalha do Mérito Jornalístico Desportivo Osvaldo Faria e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 558/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a comunicação de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais à Junta Comercial. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 684/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor no estabelecimento do fornecedor. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 762/2007, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 955/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi, que dispõe sobre a Política Pública Estadual de Prevenção e Combate à Dengue. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 978/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento psicológico e social junto às vítimas de acidentes naturais, calamidades e eventos de grande proporção e a suas famílias. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.610/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cabines individuais de segurança nos caixas convencionais das agências e postos de serviços bancários e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.122/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 7º da Lei nº 16.513, de 21/12/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.139/2008, do Deputado Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a instituição de comissão de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 32, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira, que altera dispositivos da Lei nº 15.025, de 19/1/2004. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2008, do Deputado Durval Ângelo, que determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente público do Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.725/2009, do Deputado Dimis Pinheiro, que dispõe sobre a apreensão de veículo em “blitz” ou

em posto da Polícia Rodoviária Estadual e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.784/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.786/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.424, de 30/12/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.326/2010, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.916/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte no Estado e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.917/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante a realização de acordo direto com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.027/2010, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre Plano de Saúde Complementar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.074/2010, da Mesa da Assembleia, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 16.658, de 5/1/2007. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/12/2010
1ª Parte (Expediente)
Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.
2ª Parte (Ordem do Dia)
Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 16/12/2010, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; dos Projetos de Lei Complementar nºs 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado; 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 66, de 22/1/2003; e 66/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera o Anexo da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94; dos Projetos de Lei nºs 113/2007, do Deputado André Quintão, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social - Peas - e dá outras providências; 294/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que institui a Medalha do Mérito Jornalístico Desportivo Osvaldo Faria e dá outras providências; 558/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a comunicação de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais à Junta Comercial; 684/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor no estabelecimento do fornecedor; 762/2007, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários; 955/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi, que dispõe sobre a Política Pública Estadual de Prevenção e Combate à Dengue; 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que torna obrigatória a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido; 978/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento psicológico e social junto às famílias e vítimas de acidentes naturais, calamidades e eventos de grande proporção; 1.610/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cabines individuais de segurança nos caixas convencionais das agências e postos de serviços bancários e dá outras providências; 2.122/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 7º da Lei nº 16.513, de 21/12/2006; 2.139/2008, do Deputado Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a instituição de Comissão de Transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e dá outras providências; 2.215/2008,

do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais; 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira, que altera dispositivos da Lei nº 15.025, de 19/1/2004; 2.428/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta o art. 11-A à Lei nº 14.185, de 31/1/2002; 2.525/2008, do Deputado Durval Ângelo, que determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente público do Estado; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica; 3.725/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a apreensão de veículo em "blitz" ou em posto da Polícia Rodoviária Estadual e dá outras providências; 3.784/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.786/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001; 3.953/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Iueto o imóvel que especifica; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; 4.066/2009, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação, a ampliação e o desmembramento de parques florestais e dá outras providências; 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.424, de 30/12/2004; 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas no Estado; 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007; 4.326/2010, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas o imóvel que especifica; 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mar de Espanha o imóvel que especifica; 4.669/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Joaquim o imóvel que especifica; 4.670/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; 4.671/2010, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.568, de 9/12/2009, e dá outras providências; 4.688/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica; 4.701/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Boa Esperança o imóvel que especifica; 4.706/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro do Melo o imóvel que especifica; 4.707/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica; 4.718/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pequi o imóvel que especifica; 4.719/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campanário o imóvel que especifica; 4.720/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica; 4.721/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica; 4.736/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica; 4.916/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no Estado e dá outras providências; 4.917/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a liquidar débitos de precatórios judiciais, mediante a realização de acordo direto com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências; 5.027/2010, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre plano de saúde complementar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado; e 5.074/2010, da Mesa da Assembleia, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 16.658, de 5/1/2007; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda à apreciação da matéria constante da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências; e 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências.

Palácio da Inconfidência, 15 de dezembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelman Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2010, às 9h15min, às 14h15min e às 20h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 58 e 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 5.034/2010, do Deputado Célio Moreira; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelman Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio

Genaro, Bráulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio e Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2010, às 10 horas, às 14 horas e às 20h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 4.894 e 4.895/2010, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta, Elmiro Nascimento e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2010, às 10 horas e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei nºs 113 e 118/2007, do Deputado André Quintão, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Rosângela Reis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2010, às 10, às 15 e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2010, às 10h30min e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 66/2010, do Procurador-Geral de Justiça, de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre substitutivo apresentado em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 58/2010, do Procurador-Geral de Justiça; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/12/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, e dar encaminhamento à realização de concurso público pela Secretaria de Estado de Educação, para preenchimento de vagas nas áreas de filosofia, sociologia e ensino religioso; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ruy Muniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/12/2010, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.621/2008, do Deputado Leonardo Moreira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 58/2010

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, e da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001, os quais dispõem sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se ao art. 4º da Lei Complementar nº 34/94, de 12 de setembro de 1994, o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º - (...)

Parágrafo único - As atividades do Programa Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor serão desenvolvidas pela Procuradoria-Geral de Justiça e exercidas através da Secretaria Executiva, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais.”.

Art. 2º - O art. 22 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 - Fica criado o Programa Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor - Procon-MG -, vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, para fins de aplicação das normas relativas às relações de consumo, especialmente as estabelecidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.”.

Art. 3º - O art. 23 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 - Compete ao Programa Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor, órgão vinculado diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça, exercer, por meio de sua Secretaria Executiva, a coordenação da política do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - SEDC -, com competência, atribuições e atuação em todo o Estado, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção e defesa do consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de

direito público ou privado ou por consumidores individuais;

III - dar atendimento e orientação permanente aos consumidores sobre seus direitos e garantias, processando regularmente as reclamações fundamentadas;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

V - fiscalizar as relações de consumo e aplicar as sanções e penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

VI - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e pela legislação complementar;

VII - elaborar e divulgar anualmente o cadastro estadual de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, de que trata o art. 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e remeter cópia ao órgão federal incumbido da coordenação política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

VIII - celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

IX - elaborar e divulgar o elenco complementar de cláusulas contratuais consideradas abusivas nas relações de consumo no âmbito do Estado e divulgar o elenco elaborado pelo órgão federal competente;

X - exercer as demais atividades previstas pela legislação relativa à defesa do consumidor e desenvolver outras compatíveis com suas finalidades.

§ 1º - A direção do Procon-MG será exercido por coordenador, escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, por pessoa que possua bacharelado em direito e, de preferência, entre funcionários do quadro do Ministério Público, defesa a escolha de membro do Ministério Público.

§ 2º - Integram o Procon-MG todos os funcionários do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral de Justiça, devendo, em cada Comarca do Estado, ser designado pelo menos um funcionário como responsável pelo exercício das funções, que será, no âmbito de sua atuação, a autoridade administrativa para julgar o processo administrativo.

§ 3º - As atividades do Procon-MG serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, através de resolução;

§ 4º - Das decisões proferidas pelas autoridades julgadoras integrantes do Procon-MG, nos processos administrativos, caberá, no prazo de dez dias contados da data de intimação, recurso voluntário sem efeito suspensivo ou, caso haja cominação de multa, com efeito suspensivo;

§ 5º - Da decisão que, em processo administrativo, julgar insubsistente a infração, a autoridade julgadora que o presidiu recorrerá de ofício;

§ 6º - Fica criada a Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, composta por no mínimo três funcionários do cargo de Analista do Ministério Público, designados para esse fim específico pelo Procurador-Geral de Justiça, à qual compete proferir, por maioria de seus membros, decisão administrativa fundamentada e definitiva em julgamento de recursos voluntários e necessários, interpostos contra as decisões das autoridades julgadoras nos processos administrativos;

§ 7º - Nos termos do art. 241 da Constituição Federal, os Municípios poderão estabelecer convênios com a Procuradoria-Geral de Justiça a fim de possibilitar que a Junta Recursal atue como órgão revisor dos processos administrativos julgados pelas autoridades dos Procons Municipais.

§ 8º - Lei específica disporá a respeito dos cargos e salários dos funcionários exclusivos que atuarão no Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, da gratificação por desempenho das funções do Programa Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor por funcionários do Ministério Público e de sua dotação orçamentária.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

Domingos Sávio

Justificação: Conforme comando do art. 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, as atividades do Programa Estadual de Defesa do Consumidor foram transferidas para a Procuradoria-Geral de Justiça, órgão da administração superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sendo que, através de lei complementar, competirá ao Procurador-Geral de Justiça regulamentar o seu funcionamento.

Todavia, o projeto de lei complementar ora apresentado, com todo o respeito, apresenta algumas imperfeições, que, a nosso juízo, podem e devem ser aperfeiçoadas, que é o que se pretende fazer com este substitutivo.

Cumpre destacar a necessidade de modificar a inserção do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-MG - como órgão de administração do Ministério Público, pois essa situação não tem correspondência com o preconizado na Constituição do Estado de Minas Gerais, bem como também se mostra imperioso desvincular o exercício da atividade administrativa das atribuições exercidas pelo membro do Ministério Público, por existir incompatibilidade.

Destaca-se que o Procon não é um órgão, mas uma unidade que realiza atividades administrativas para a defesa e proteção do consumidor, atuando nas relações de consumo. O exercício dessas atividades deve ser realizado por um órgão, aqui denominado de Secretaria Executiva, que estará diretamente vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça.

Constata-se, pois, o equívoco em inserir tanto na estrutura do Ministério Público quanto no rol das atribuições do membro do Ministério Público as atividades do Programa Estadual de Defesa do Consumidor, pois há clara incompatibilidade dessas atividades com as atividades típicas do Ministério Público.

Conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 128, o Ministério Público é essencial à atividade jurisdicional do Estado. A par da defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, as suas atribuições são fixadas com base no caráter jurisdicional, e não na resolução administrativa de conflitos.

Assim, o exercício das atividades administrativas do Procon pelo membro do Ministério Público evidencia uma incompatibilidade, pois se encerra em si mesma.

Essa incompatibilidade é reforçada pelas disposições que regem o

INTERNET: www.iof.mg.gov.br

processo administrativo, pois se estaria violando o que dispõe o art. 18 da Lei Federal nº 9.784, de 1999, e o art. 61 da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, dispositivos estes que tratam dos impedimentos para se estabelecer a autoridade julgadora.

É de se observar que as funções administrativas do Procon extrapolam a arquitetura plasmada na Constituição da República para a Instituição Ministerial, pois ensinaria o exercício, pelo mesmo Promotor de Justiça, de suas atribuições ministeriais e das atividades administrativas conferidas ao Procon pelo Código de Defesa do Consumidor, notadamente aquelas previstas no art. 56 e parágrafos.

Por se traduzirem em atividades administrativas, desdobramento do poder de polícia administrativo – estranhas, por conseguinte, às atribuições ministeriais previstas na Constituição da República –, sua inserção nas atribuições do Ministério Público, como função a ser exercida como atividade-fim da instituição, encerra cumulação de função pública por membro do Parquet não prevista na exceção constitucional (art. 128, II, “d”, CR).

É de fácil percepção que o art. 25 da Lei Federal nº 8.625, de 1993, não confere ao membro do Ministério Público o poder de polícia administrativo para aplicação de sanções e penalidades administrativas, atividade genuinamente administrativa.

Mostra-se imperioso ainda afirmar que as atividades do Procon como atribuições dos membros do Ministério Público ressentem-se de uma operacionalidade mais eficaz, na medida em que estes não estão submetidos, à símile do que ocorre com o servidor administrativo comum, à rigorosa hierarquia administrativa.

Com efeito, a Constituição da República conferiu aos membros do Ministério Público, como garantia do exercício de suas atribuições, a independência funcional. Divisa-se, pois, das lições doutrinárias, a efetiva incompatibilidade entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público pela Constituição da República, notadamente a independência funcional, e uma estrita hierarquia administrativa, a qual deve existir no seio do órgão a desenvolver as atividades administrativas de proteção e defesa ao consumidor, em respeito ao princípio da eficiência administrativa (Constituição Federal, art. 37, “caput”).

Consequentemente, o exercício das atividades do Procon – atividades eminentemente administrativas – por membros do Parquet como atividade fim não poderá guardar a mesma eficiência, em razão exatamente da independência funcional (Constituição Federal, art. 127, § 1º) que aqueles agentes políticos possuem, motivo pelo qual devem ser desenvolvidas por um órgão criado exclusivamente para esse fim e diretamente ligado à estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme determina a Constituição do Estado.

Isso porquanto se deve fazer escorreita distinção entre independência administrativa e independência funcional. Enquanto o servidor administrativo, sujeito à hierarquia administrativa, não possui nenhuma espécie de independência, o membro do Parquet possui independência relativamente ao exercício de sua atividade fim.

Quanto aos membros do Ministério Público, o princípio da hierarquia administrativa será aplicado tão somente em relação a atividades meio, na medida em que, para a atividade fim, Promotores e Procuradores de Justiça – e também os Procuradores da República – possuem independência funcional.

Mostra-se, portanto, necessária, para o exercício de atividades genuinamente administrativas – como aquelas exercidas pelo Procon –, a existência de subordinação funcional, corolário do princípio da hierarquia administrativa, e não, somente subordinação administrativa, como ocorre com os membros do Parquet.

Verifica-se, ainda, que o fato de as funções administrativas de defesa do consumidor serem desenvolvidas por um órgão desvinculado da estrutura do Ministério Público, mas ligado à Procuradoria-Geral de Justiça irá permitir o processamento das reclamações individuais dos consumidores, o que hoje não ocorre. Assim, o consumidor mineiro contará com um órgão pleno para solução dos conflitos envolvendo ofensas às normas de proteção das relações de consumo, o que resultará, sem dúvida, na diminuição dos conflitos levados ao exame do Poder Judiciário.

A criação de órgão vinculado à estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça permitirá que seja utilizada a capilaridade hoje existente na estrutura do Ministério Público, podendo-se desenvolver as funções em todas as comarcas do Estado, com um investimento pequeno, mínimo. O órgão a ser desenvolvido deverá aproveitar a estrutura hoje existente, criando poucos cargos para o seu pleno funcionamento, de modo autônomo. O investimento do Estado na estrutura será diminuto, pois, apesar de esse órgão funcionar de maneira autônoma, não será autônomo, mas aproveitará a estrutura do Ministério Público.

O órgão criado exclusivamente para aquele fim deverá possuir dotação orçamentária própria, sendo que os funcionários do Ministério Público designados para a função nas comarcas do interior farão jus a uma gratificação especial, pelo acúmulo da função. Esses funcionários não ficarão exclusivamente à disposição do órgão, pois desempenharão normalmente as atribuições ordinárias que lhes são cometidas, mas terão direito a gratificação pelo desempenho da função, que deverá ser desenvolvida sem prejuízo das demais obrigações.

Funcionários que hoje já exercem funções no Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor poderão ser cedidos ao órgão próprio ora estabelecido, sem perder a vinculação com o Ministério Público, mas percebendo salários através daquela dotação orçamentária, o que virá a beneficiar a instituição do Ministério Público, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, com a previsão de Procons Municipais utilizarem, via convênio, a Junta Recursal, sem dúvida haverá um incremento no desenvolvimento desses órgãos, que hoje não conseguem desempenhar em plenitude as suas funções, principalmente o processo administrativo, em razão de não conseguirem desenvolver o grau recursal. Constatase que ganham os Procons Municipais, pois poderão contar com o grau recursal a baixo custo, e o Procon Estadual, pois, através da remuneração dos convênios, poderá manter as Juntas, inclusive sendo ressarcido nas despesas com funcionários. Ao final, o vencedor será o consumidor mineiro, que verá o pleno desenvolvimento do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

Desta maneira, o Estado contará com um grande órgão para a defesa dos interesses dos consumidores, vinculado ao Ministério Público, através da Procuradoria-Geral de Justiça, o que propiciará sua efetiva atuação em todo o território mineiro.

EMENDAS AO SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 118/2007

EMENDA Nº 1

O artigo 2º do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 118/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Constitui objetivo da celebração das parcerias de que trata esta lei a execução de ações para o enfrentamento concreto e eficaz das seguintes condições:

- a) perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, relacionais, de pertencimento e sociabilidade;
 - b) fragilidades próprias dos ciclos de vida;
 - c) desvantagens pessoais resultantes de deficiências sensorial, física, mental ou múltiplas;
 - d) identidades estigmatizadas em termos étnico, etário, cultural, de gênero ou orientação sexual;
 - e) violações de direito resultando em abandono, negligência, exploração do trabalho infanto-juvenil, violência ou exploração sexual, comercial, violência doméstica física ou psicológica;
 - f) violência social, resultando em apatção social;
 - g) trajetória de vida nas ruas ou situação de rua;
 - h) situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
 - i) vítimas de catástrofes ou calamidades públicas, com perda total ou parcial de bens;
 - j) situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal ou estratégias diferenciadas de sobrevivência que representem risco pessoal e social, problemas de subsistência e situação de mendicância;
 - l) precário ou nulo acesso aos serviços públicos;
 - m) vulnerabilidade decorrente do uso de substâncias psicoativas.”
- Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.
- André Quintão

Justificação: O texto proposto pelo Substitutivo nº 1 é baseado no art. 2º da Lei Federal nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social):

- “Art. 2º - A assistência social tem por objetivos:
 - I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 - III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 - V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.”
- O texto sugerido pelo relator é o seguinte:
- “Art. 2º - As ações e serviços de que trata o ‘caput’ do art. 1º desta lei têm por objetivos primordiais:

- I - o amparo à criança e ao adolescente carente;
 - II - o amparo ao idoso carente;
 - III - o amparo à pessoa portadora de deficiência, a promoção de sua habilitação profissional e de sua integração à vida comunitária e ao mercado de trabalho;
 - IV - o amparo à família carente e a promoção da integração de seus membros ao mercado de trabalho;
 - V - a garantia à família carente do convívio familiar, comunitário e social.”
- Pode-se aferir que o substitutivo não repete integralmente o texto legal; altera e inova a seu critério, sem nenhuma referência legal ou teórica. Assim, a terminologia utilizada pelo relator não está atualizada, já tendo sido substituída por termos provenientes de uma ampla discussão, envolvendo diversos atores do processo, e que culminou nos documentos federais Norma Básica Operacional (NOB-Suas) e Política Nacional de Assistência Social, nos quais baseia-se o texto que ora proponemos e que auxiliará na construção de um texto legal estadual moderno, atualizado e que respeite a discussão acumulada ao longo desses anos.

Pelo exposto, contamos com a aprovação dos nobres pares à alteração ora proposta.

EMENDA Nº 2

O art. 3º do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 118/2007 fica acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 3º - (...)

X - igualdade de oportunidade para assinatura de convênios, com ampla publicidade desde sua proposição até a homologação.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: Consideramos importante a revalidação deste dispositivo integrante do projeto original, pois traduz um dos princípios mais importantes na prestação de serviços públicos, especialmente se envolvem o repasse de recursos: a transparência, efetivada através do princípio constitucional da publicidade. A igualdade de oportunidade deve ser garantida em lei, para que se possa assegurar o acesso equitativo e não privilegiado de algumas entidades à possibilidade de assinatura de um convênio com a administração pública.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o inciso V do art. 3º.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: O inciso cuja supressão ora proponos tem a seguinte redação:

“Art. 3º – A celebração e execução dos convênios de que trata esta lei regem-se pelas seguintes diretrizes:

V – respeito aos direitos dos agentes privados responsáveis pelas ações e serviços”.

Entendemos que esse texto não inova juridicamente, não esclarece a quais direitos se refere, nem quem são tais agentes privados, terminologia que também não aparece em nenhum outro momento do projeto.

Consideramos, portanto, tal inciso despiçando, devendo ser retirado, para que não gere futuras interpretações contraditórias.

EMENDA Nº 4

O art. 5º fica acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 5º – (...)

VII - demonstrar ter condições técnicas e materiais para garantir os padrões de qualidade próprios da atividade;”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: É importante a inclusão deste dispositivo, já que determina à entidade conveniente a demonstração de meios técnicos e humanos para a execução dos serviços, o que garante, afinal, a qualidade no serviço prestado e o respeito aos direitos dos usuários, assim como define a periodicidade da validade do plano de trabalho.

EMENDA Nº 5

O art. 7º fica acrescido dos seguintes incisos IV e V:

“Art. 7º – (...)

IV – garantir o acesso gratuito dos usuários aos serviços, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie;

V – apresentar relatório de atividades anual à Sedese, contendo, no mínimo:

- a) cumprimento das metas qualitativa e quantitativamente;
 - b) cumprimento do cronograma de execução do objeto;
 - c) cumprimento do cronograma de desembolso;
 - d) situação da aplicação dos recursos financeiros.”.
- Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.
- André Quintão
- Justificação: Consideramos importante a restauração do dispositivo integrante do projeto original, que contém uma das características primordiais dos serviços de assistência social integrantes da política pública de assistência social do Estado de Minas Gerais, qual seja, a gratuidade do acesso para o usuário.
- Propomos ainda a instituição do relatório anual de atividades, que propiciará o acompanhamento da execução dos serviços e da aplicação dos recursos públicos repassados, até que se defina uma política de supervisão da rede conveniada.

EMENDA Nº 6

O art. 8º fica acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 8º - São responsabilidades do Poder Executivo na execução dos convênios de que trata esta lei:

III - estabelecer política de supervisão da rede conveniada e de capacitação de recursos humanos, definindo normas e procedimentos para execução dos serviços.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: Não se justifica a ausência da previsão de uma política de supervisão da rede conveniada e de capacitação de recursos humanos, definindo normas e procedimentos para execução dos serviços, sob a responsabilidade do Poder Executivo.

Essa previsão é essencial para a padronização dos serviços, para a manutenção da qualidade, para a fiscalização da prestação dos serviços pelas entidades, para a fiscalização da aplicação dos recursos públicos e para a possível renovação dos contratos.

EMENDA Nº 7

O art. 9º e o inciso II do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - É vedada a transferência de recursos públicos para a execução de convênio de que trata esta lei, antes da aprovação do plano de trabalho pela Secretaria de Desenvolvimento Social, da assinatura do termo de convênio pelas partes e da publicação do extrato do termo de convênio no órgão oficial do Estado.

Art. 4º - (...)

II - apresentar plano de trabalho, que deverá ser aprovado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social ou sua sucessora.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: O texto proposto pelo substitutivo delega ao Ceas a análise e a aprovação por esse órgão dos planos de trabalho das entidades. Ocorre aqui um equívoco do substitutivo, já que a competência do Ceas é a definição dos critérios para a celebração de contratos e convênios entre os órgãos governamentais e não governamentais, e não a análise de cada plano de trabalho. Esse trabalho deve ser executado pela Sedese, já que é um trabalho típico de gestão, devendo observar necessariamente os critérios definidos pelo Ceas. Ademais, o Ceas não possui estrutura para desafogar o grande volume de trabalho que tal análise individual representaria, gerando-se, inevitavelmente, o represamento das demandas e o mau atendimento da população necessitada do serviço.

EMENDA Nº 8

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - Para o estabelecimento de parcerias, o Executivo publicará no diário oficial do Estado:

- I - a justificativa da necessidade de implantação de ações sociais específicas, em conformidade com o Plano Estadual e com a Política Estadual de Assistência Social;
 - II - indicação da região em que se localizará o atendimento;
 - III - indicação da forma e dos prazos de apresentação de proposta pelos interessados;
 - IV - a homologação do convênio firmado, o prazo e os padrões de qualidade a serem assegurados.”.
- Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.
- André Quintão
- Justificação: Consideramos essencial a repristinação deste dispositivo integrante do projeto original, que garante efetivamente a publicidade do processo de chamamento público de entidades para iniciar-se o processo de assinatura de convênios, assim como a igualdade de todas as entidades interessadas no acesso às informações.

EMENDA Nº 9

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. - Rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial, de forma articulada e hierárquica por nível de complexidade.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: Consideramos importante a repristinação deste dispositivo integrante do projeto original, o qual contém a definição de rede socioassistencial.

EMENDA Nº 10

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - Serão automaticamente renovados, na forma da lei, os convênios que:

I - preenchem os requisitos legais;

II - comprovem qualidade no atendimento;

III - tenham demanda justificada.”.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2010.

André Quintão

Justificação: Entendemos que os convênios que obedeçam ao disposto neste artigo devem ser automaticamente renovados, a fim de se assegurar a continuidade da prestação do serviço público e o atendimento satisfatório e regular da população que dele necessita.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.019/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Cidadania Plena, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

MINAS GERAIS - CADERNO 1

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.019/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Cidadania Plena, com sede no Município de Contagem.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no art. 4º do estatuto constitutivo da instituição, o § 2º veda a remuneração de seus diretores e associados, e o § 3º estabelece que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênera.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.019/2010.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Delvito Alves - Délio Malheiros.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.029/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Bomba e Adjacências, com sede no Município de Paraguaçu.

A matéria foi publicada no “Diário do Legislativo” de 26/11/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.029/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Bomba e Adjacências, com sede no Município de Paraguaçu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 5º determina que as atividades dos Diretores e Conselheiros não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de gratificação, bonificação ou vantagens; e o art. 27 dispõe que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Por fim, apresentamos, na parte conclusiva deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.029/2010 com a Emenda nº 1, apresentada a seguir:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho dos Moradores do Bairro da Bomba e Adjacências, com sede no Município de Paraguaçu.”.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Delvito Alves - Délio Malheiros - Gilberto Abramo.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.042/2010

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cristã Banco da Solidariedade - Bansol -, com sede no Município de Montes Claros.

A matéria foi publicada no “Diário do Legislativo” de 2/12/2010 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.042/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cristã Banco da Solidariedade - Bansol -, com sede no Município de Montes Claros.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 10 veda a remuneração de seus Diretores, Conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes; e o parágrafo único do art. 37 estabelece que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênera, com personalidade jurídica, inscrita em conselho de assistência social.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.042/2010.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Delvito Alves - Délio Malheiros.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.459/2010

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Ruy Muniz, o Projeto de Lei nº 4.459/2010

dispõe sobre a reserva de espaço para mensagens de aviso, sobre pessoas desaparecidas, em veículos de transportes coletivos intermunicipais, boletos de prestação de contas e avisos e cobranças de serviços de empresas concessionárias no Estado.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise estabelece que os contratos de serviços de transporte coletivo intermunicipal e das concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos conterão cláusula que torne obrigatória a reserva de espaço, no interior dos veículos de transportes coletivos intermunicipais e nos boletos e extratos das concessionárias, para a afixação de cartazes e divulgação de fotos de pessoas desaparecidas.

Estabelece ainda que os cartazes serão afixados no interior dos veículos de transportes coletivos intermunicipais e nas áreas de acesso ao público nas repartições administrativas das empresas públicas e concessionárias, e a divulgação de fotos e formas de contatos se dará por meio de impressão em boletos, extratos de contas e avisos enviados aos consumidores.

O sistema público de busca e identificação de pessoas desaparecidas em Minas Gerais é coordenado pela Polícia Civil. A Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida, órgão que integra a estrutura da Polícia Civil, foi instituída por meio da Lei nº 13.341, de 1999, com o objetivo de coordenar as ações para a solução dos casos de desaparecimento de pessoas no Estado. A Divisão dispõe de um cadastro de pessoas desaparecidas, instituído por meio da Lei nº 15.432, de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 44.310, de 2006, com o objetivo de conferir agilidade e eficácia à busca de pessoas que tenham desaparecido no território do Estado. Essa lei discrimina ações relativas à coleta de dados e à alimentação do cadastro, além daquelas destinadas à divulgação de fotos e outros dados referentes às pessoas desaparecidas. Conforme o art. 3º da lei, os órgãos públicos do Estado são obrigados a reservar espaços em suas repartições, nos locais de maior visibilidade e circulação de pessoas, para a afixação de cartazes ou similares, contendo identificação, fotografia e dados das pessoas desaparecidas. Além disso, os veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica dos Poderes do Estado também deverão destinar espaço para a divulgação dos dados das pessoas desaparecidas.

Em âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos constituiu, em 2002, uma rede nacional de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos, com o objetivo de criar e articular serviços especializados de atendimento ao público e coordenar um esforço coletivo para a busca e localização dos desaparecidos. Atualmente, encontram-se cadastrados no “site” da rede 1.247 casos de crianças e adolescentes de todo o País. Desde sua criação, já foram solucionados 725 casos. O cadastramento dos casos é realizado pelas agências executoras da rede, composta por 45 entidades em todo o território nacional.

A medida ora proposta é mais um instrumento legal a ser editado pelo Legislativo para minorar os casos de desaparecimento. Destinar espaço para a divulgação de fotos de pessoas desaparecidas configura-se como uma importante ferramenta de utilidade pública para a população do Estado. Convmém ressaltar que a Lei nº 15.026, de 2004, já contém, em parte, o que a proposição em exame busca instituir, vale dizer, a exigência de que os contratos de concessão de serviço de transporte intermunicipal contenham cláusula que torne obrigatória a reserva de espaço, no interior dos ônibus intermunicipais, para a afixação de cartazes sobre pessoas desaparecidas. Assim, a Comissão de Constituição e Justiça, ao emitir seu parecer, apresentou o Substitutivo nº 1, que, a par de absorver as medidas previstas no projeto, absorve o conteúdo da mencionada Lei nº 15.026, acarretando, assim, sua revogação expressa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.459/2010, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso, relator - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2008
Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, o Projeto de Lei nº 45/2008 foi aprovado, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4 ao Substitutivo nº 1.

Compete a esta Comissão emitir parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, conforme dispõe o § 2º do art. 189 do Diploma Procedimental.

Fundamentação

O Projeto de Lei Complementar nº 45/2008 objetiva coibir, no âmbito da administração pública direta e indireta dos Poderes do Estado, o assédio moral, assim entendido o ato que submete o servidor ou o militar estadual a procedimentos que impliquem violação de sua dignidade ou que o sujeitem a condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

Segundo a proposição, configura assédio moral “a conduta de agente público que tenha por objetivo ou efeito degradar condições de trabalho de outro agente público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física, mental ou seu desenvolvimento profissional”.

Cuida-se, pois, de suprir verdadeira lacuna existente em nossa legislação, mediante a instituição de uma nova infração administrativa, a criação do correspondente sistema de penalidades, a previsão dos procedimentos a observar bem como a imposição de programas de aprimoramento de comportamento funcional.

Assim, por prestigiar valores morais e sociais que devem ser observados também no ambiente laboral, em particular no âmbito da administração pública, a proposição merece prosperar nesta Casa Legislativa.

Contudo, entendemos necessário empreender pequena alteração na redação do art. 1º do projeto, de modo a afastar uma impropriedade técnica presente na expressão “administrações direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado”. Na verdade, a administração indireta já abrange as fundações, de modo que é desnecessária a palavra “fundacional”. Aproveitamos o ensejo para aprimorar a redação do dispositivo, por meio da Emenda nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008 com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - A prática do assédio moral por agente público, no âmbito da administração direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado, será prevenida e punida na forma desta lei.”.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Padre João - Domingos Sávio.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45/2008
(Redação do Vencido)

Dispõe sobre prevenção e punição do assédio moral no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O assédio moral atribuído a agente público, no âmbito das administrações direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado, será prevenido e punido na forma desta lei.

Art. 2º – Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce mandato político, emprego público, cargo público civil ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação ou sob amparo de contrato administrativo ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, nas entidades mencionadas no art. 1º.

Parágrafo único – As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, aos servidores militares, na forma de regulamento, o qual deverá considerar, entre outras, as especificidades da função desempenhada por esses servidores.

Art. 3º – Considera-se assédio moral, para os efeitos desta lei, a conduta de agente público que tenha por objetivo ou efeito degradar condições de trabalho de outro agente público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física, mental ou seu desenvolvimento profissional.

§ 1º – Constituem modalidades de assédio moral:

I – desqualificar, reiteradamente, por meio de palavras, gestos ou atitudes, a autostima, a segurança ou a imagem de agente público, valendo-se de posição hierárquica ou funcional superior, equivalente ou inferior;

II – desrespeitar limitação individual de agente público, decorrente de doença física ou psíquica, atribuindo-lhe atividade incompatível com suas necessidades especiais;

III – preterir o agente público em quaisquer escolhas, em função de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, preferência ou orientação política, sexual ou filosófica ou posição social;

IV – atribuir, de modo frequente, ao agente público, função incompatível com sua formação acadêmica ou técnica especializada ou que dependa de treinamento;

V – isolar ou incentivar o isolamento de agente público, privando-o de informações, treinamentos necessários ao desenvolvimento de suas funções ou do convívio com seus colegas;

VI – manifestar-se jocosamente em detrimento da imagem de agente público, submetendo-o a situação vexatória, ou fomentar boatos inidôneos e comentários maliciosos;

VII – subestimar, em público, as aptidões e competências de agente público;

VIII – manifestar publicamente desdém ou desprezo pelo agente público ou pelo produto de seu trabalho;

IX – relegar intencionalmente o agente público ao ostracismo;

X – apresentar, como suas, ideias, propostas, projetos ou quaisquer trabalhos de outro agente público.

§ 2º – Nenhum agente público pode ser punido, posto à disposição ou ser alvo de medida discriminatória, direta ou indireta, notadamente em matéria de remuneração, formação, lotação ou promoção por haver-se recusado a ceder à prática de assédio moral ou por havê-la, em qualquer circunstância, testemunhado.

§ 3º – Nenhuma medida discriminatória concernente a recrutamento, formação, lotação, disciplina ou promoção pode ser tomada em relação a um agente público levando-se em consideração:

I – o fato de que o agente público tenha pleiteado administrativa ou judicialmente medidas que visem a cessar a prática de assédio moral;

II – o fato de o agente público haver-se recusado à prática de qualquer ato administrativo em função de comprovado assédio moral.

Art. 4º – O assédio moral, conforme a gravidade da falta, será punido com:

I – repreensão;

II – suspensão;

III – demissão.

§ 1º – Na aplicação das penas, serão consideradas a extensão do dano e as reincidências.

§ 2º – Os atos praticados sob domínio de assédio moral poderão ser anulados quando comprovadamente viciados.

§ 3º – Havendo indícios de que empregado público sob regime de direito privado, lotado em órgão ou entidade diversos de seu empregador, tenha praticado assédio moral ou dele tenha sido alvo, a Auditoria Setorial, Seccional ou Corregedoria de cada órgão ou entidade da administração pública dará ciência, no prazo de quinze dias, ao empregador, para apuração e punição cabíveis.

Art. 5º – A prática de assédio moral será apurada por devido processo administrativo disciplinar, observada a ampla defesa, nos termos do art. 218 e seguintes da Lei nº 869, de 1952, ou conforme legislação especial aplicável.

Art. 6º – A pretensão punitiva administrativa em face do autor do assédio moral prescreve nos seguintes prazos:

I – dois anos, para as penas de repreensão e de suspensão;

II – cinco anos, para a pena de demissão.

Art. 7º – A responsabilidade administrativa pela prática de assédio moral independe das responsabilidades cível e criminal.

Art. 8º – A administração pública tomará medidas preventivas que visem a combater o assédio moral, com a participação de representantes das entidades sindicais ou associativas que representem os servidores do órgão ou entidade.

Parágrafo único – Serão adotadas as seguintes medidas, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

I – promoção de cursos de formação e treinamento visando à difusão das medidas preventivas e extinção de práticas inadequadas;

II – promoção de debates e palestras, produção de cartilhas e material gráfico para conscientização;

III – acompanhamento de informações estatísticas sobre licenças médicas concedidas em função de patologia associada ao assédio moral, para identificar setores, órgãos ou entidades nos quais haja indícios da prática de assédio moral.

Art. 9º – Os direitos dos órgãos e entidades mencionados no art. 1º criarão, nos termos do regulamento, comissões de conciliação, com representantes da administração e das entidades sindicais ou associativas representativas da categoria, para buscar soluções não contenciosas para os casos de assédio moral.

Art. 10 – O Estado providenciará, na forma do regulamento, acompanhamento psicológico aos sujeitos passivos de assédio moral, bem como aos sujeitos ativos, em caso de necessidade.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63/2010

Comissão Especial

Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e tendo como primeiro signatário o Deputado Alencar da Silveira Jr., a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010 “altera a Constituição do Estado vedando a nomeação ou a designação para os cargos que menciona daqueles considerados inelegíveis nos termos da legislação federal”.

Aprovada em 1º turno na forma original, a proposição retorna a este órgão colegiado para receber parecer para o 2º turno, consoante o disposto no art. 102, combinado com o art. 189 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob exame objetiva estabelecer condições para o provimento de cargos e empregos que envolvam funções de direção na administração pública estadual. Visa a considerar as hipóteses de inelegibilidade decorrente de ato ilícito constantes na legislação federal como impedimentos também ao exercício dos cargos de Secretário de Estado, Secretário Adjunto, Subsecretário e equivalentes e dos cargos ou empregos de direção superior nas entidades da administração indireta e, ainda, à participação em lista triplíce a ser submetida ao Governador do Estado para a escolha de autoridades nos casos previstos na Constituição mineira.

Conforme já ressaltamos, a proposta insere-se no contexto de importante processo de densificação do princípio da moralidade administrativa, na linha da recém-editada Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar Federal nº 135, de 2010), que alterou a Lei Complementar Federal nº 64, de 1990, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Inova na medida em que busca estender condicionamentos originalmente impostos ao provimento de cargos eletivos também para o exercício de funções públicas de direção de caráter não eletivo.

Cumpre ressaltar que a proposição merece pequenos reparos, sugeridos pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., de modo a adequá-la à técnica legislativa, sem, contudo, alterar seu conteúdo normativo.

Seu art. 3º veda a inclusão em lista triplíce a ser submetida ao Governador do Estado, para a escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos na Constituição mineira, daqueles considerados inelegíveis para qualquer cargo, nos termos da legislação federal. A alteração que propomos visa a inserir tal vedação no corpo permanente da Constituição, mediante o acréscimo de um parágrafo único ao art. 90 da Carta mineira, relativo às atribuições do Governador do Estado. Com isso, obtém-se o mesmo efeito jurídico da proposta original, preservando-se, contudo, a unidade e coesão do texto da Constituição do Estado.

Por outro lado, convém substituir em todas as disposições da proposição a expressão “considerados inelegíveis para qualquer cargo” por “inelegíveis em razão de atos ilícitos”, de modo a evitar quaisquer dúvidas quanto a que os casos de inelegibilidade abrangidos pela norma são exclusivamente aqueles indicados no inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 1990, que têm em comum justamente sua decorrência de atos ilícitos.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no § 2º do art. 23 e no “caput” do art. 93 da Constituição do Estado, a que se referem os arts. 1º e 2º da proposta, a expressão “considerados inelegíveis para qualquer cargo” por “inelegíveis em razão de atos ilícitos”, e dê-se ao art. 3º da proposta a seguinte redação:

“Art. 3º - Fica acrescentado ao art. 90 da Constituição do Estado o seguinte parágrafo único:

“Art. 90 - (...)

Parágrafo único - É vedada a inclusão em lista triplíce a ser submetida ao Governador do Estado, para escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos nesta Constituição, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal. “

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Lafayette de Andrada, Presidente e relator - Tiago Ulisses - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 113/2007
Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o Projeto de Lei nº 113/2007 dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social – Peas – e dá outras providências.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, I, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 113/2007 visava, em sua forma original, a instituir a Política Estadual de Assistência Social, de modo a criar as bases para a organização do sistema de assistência social no âmbito estadual.

No Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, foram propostas alterações ao projeto original de modo a que seus comandos incidissem sobre a Lei nº 12.262 de 23/7/96, que já dispunha sobre a política estadual de assistência social.

Entendemos, no entanto, ser necessário propor ainda outros acréscimos e alterações de dispositivos relativos aos objetivos, diretrizes, organização da gestão e responsabilidade do órgão gestor da política de assistência social no Estado, bem como nos dispositivos relativos aos Conselho Estadual de Assistência Social criado pela mencionada lei, a fim de alinhá-los às normas nacionais.

A concepção da assistência social como direito de cidadania, de caráter universal, foi inaugurada pela Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – Loas –, Lei Federal nº 8.742, de 7/12/93. Com vistas a conferir efetividade aos preceitos ditados pela Constituição e pela Loas, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS –, aprovou, em setembro de 2004, a

Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, que estabelece os princípios, diretrizes, objetivos e ações da política socioassistencial no País, e institui o Sistema Único de Assistência Social – Suas.

O Suas organiza operacionalmente essa política, tendo como referência a Norma Operacional Básica – NOB-Suas –, também aprovada pelo CNAS, em julho de 2005.

Articulado como sistema, o Suas pressupõe a gestão compartilhada e o cofinanciamento da política de assistência social pelas três esferas de governo, com clara definição das competências técnico-políticas de cada uma delas. Além disso, o Suas define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política, com a normatização dos padrões dos serviços prestados, a exigência de qualidade do atendimento, a definição de indicadores para o monitoramento e a avaliação das ações e dos serviços e da rede socioassistencial.

Não obstante os avanços na regulação da política de assistência social em nível nacional, a área ainda é marcada por uma cultura clientelista e assistencialista, que se opõe à ideia de direito. Ainda enfrenta dificuldades de se firmar como campo próprio de política, dada a diversidade de concepções e condições em que operam os gestores estadual e municipais.

A fragilidade na estrutura administrativa dos órgãos gestores municipais da área da assistência social é apontada como uma das principais dificuldades à gestão do Suas. É necessária uma atuação mais consistente do gestor estadual para apoiar os Municípios.

Justifica-se assim a inclusão do seguinte objetivo na política estadual de assistência social, proposto no substitutivo apresentado neste parecer: “consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre Estado e Municípios”. Justificam-se, também, as alterações propostas pelo substitutivo ora proposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Lei nº 12.262, que tratam das responsabilidades do Estado e do órgão gestor da política de assistência social.

Embora haja normas federais que estabelecem diretrizes orientadoras para organização da política de assistência social, é importante que as normas estaduais explicitem essas diretrizes, como forma de reforçá-las e de comprometer o Estado com a sua observância. Sob esse entendimento, pretende-se, por meio do substitutivo apresentado neste parecer, incluir na lei mencionada o art.4º-A, que dispõe sobre as diretrizes para a organização da assistência social no Estado.

Propõe-se também incluir o art. 6º-A na lei a ser alterada, com as definições dos níveis de proteção social básica e especial que orienta a organização da oferta de serviços e a gestão do Suas, o que julgamos pertinente, tendo em vista a clareza do texto normativo. Propõe-se ainda alterar o art. 13 da Lei nº 12.262, visando adequar as competências do Conselho Estadual de Assistência Social às exigências do Suas, medida necessária para a coerência do sistema jurídico.

Na forma do substitutivo apresentado neste parecer, o projeto se apresenta condizente com a necessidade de regulação da matéria e alinhado às normas nacionais. Opinamos, por isso, pela sua aprovação.

Conclusão

Ante ao exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 113/2007, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado. Segue anexa a redação do vencido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os arts. 3º, 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – A política estadual de assistência social, visando ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, tem por objetivos:

I – prover famílias, indivíduos e grupos vulneráveis com serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social;

II – contribuir para a inclusão e a equidade de cidadãos e de grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais;

III – assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária;

IV – promover a vigilância socioassistencial, por meio de diagnósticos de base territorial acerca da capacidade protetiva das famílias e da exposição a riscos pessoais e sociais;

V – consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre Estado e Municípios.

(...)

Art. 6º – O Estado, na execução da política de assistência social, atuará de forma articulada com as esferas federal e municipal, observadas as normas do Sistema Único de Assistência Social – Suas.

Art. 7º – Compete ao Estado:

I – destinar recursos financeiros para os fundos municipais de assistência social, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas –;

II – apoiar técnica e financeiramente os Municípios para a execução de serviços, benefícios, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, definidos pelo Ceas e pelos conselhos municipais de assistência social, respeitadas as especificidades locais e regionais;

III – realizar e cofinanciar, por meio de transferência automática e regular para os Municípios, serviços socioassistenciais, bem como ações de incentivo à melhoria da qualidade da gestão;

IV – estimular e apoiar técnica e financeiramente a formação de consórcios municipais para a prestação de serviços socioassistenciais de proteção especial, de acordo com diagnóstico socioterritorial, ouvidos os conselhos municipais de assistência social dos Municípios envolvidos;

V – prestar serviços socioassistenciais regionalizados nos casos em que os custos e a insuficiência de demanda municipal individualizada justifiquem a oferta em rede regional;

VI – formular, em articulação com os Municípios, o Plano Estadual de Assistência Social;

VII – coordenar e articular ações que viabilizem a obtenção e a revisão do benefício a que se referem os arts. 20 e 21 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 8º – O órgão gestor da política de assistência social no Estado é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, nos termos dos incisos II e III do art. 2º da Lei Delegada nº 120, de 25 de janeiro de 2007.

Parágrafo único – A secretaria de que trata este artigo é o órgão

responsável pela formulação da política de assistência social, e a ela compete estabelecer as normas gerais para os serviços socioassistenciais no Estado.

Art. 9º – São responsabilidades do órgão gestor da política de assistência social no Estado:

I – organizar e coordenar o Suas no Estado;

II – prestar apoio técnico aos Municípios na estruturação e na implantação de seus sistemas de assistência social;

III – elaborar e coordenar a política estadual de assistência social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – e com as deliberações das conferências de assistência social, submetendo-a à aprovação do Ceas;

IV – elaborar o Plano Estadual de Assistência Social, a partir de diagnóstico socioterritorial, submetendo-o à aprovação do Ceas;

V – cofinanciar serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica e especial e ações de incentivo ao aprimoramento da gestão;

VI – coordenar, regular e cofinanciar as ações regionalizadas de proteção social especial de média e alta complexidade;

VII – coordenar, articular e executar serviços socioassistenciais;

VIII – garantir condições financeiras e materiais para o funcionamento do Ceas;

IX – prover recursos para o pagamento dos benefícios eventuais previstos no § 2º do art. 14 desta lei;

X – definir e aferir os padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais, por meio de monitoramento e avaliação;

XI – formular e executar política de capacitação continuada para trabalhadores, gestores e conselheiros da área da assistência social;

XII – elaborar previsão orçamentária da assistência social no Estado;

XIII – proceder à transferência automática e regular de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – Feas – para os fundos municipais de assistência social;

XIV – instituir piso de proteção social como modalidade de transferência de recursos destinada ao financiamento e ao cofinanciamento dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

XV – elaborar e submeter ao Ceas os planos de aplicação dos recursos do Feas;

XVI – encaminhar à apreciação do Ceas relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira;

XVII – promover a integração da política estadual de assistência social com o sistema de garantia de direitos de segmentos populacionais vulnerabilizados, como crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

XVIII – promover a articulação da política estadual de assistência social com as demais políticas públicas sociais;

XIX – desenvolver estudos e diagnósticos socioterritoriais para subsidiar a definição de prioridades e o planejamento da área, por meio de vigilância socioassistencial da capacidade protetiva das famílias, bem como da ocorrência de vulnerabilidades, ameaças e danos pessoais e sociais;

XX – coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações da assistência social, em articulação com os Municípios;

XXI – acompanhar e monitorar a rede estadual e privada vinculada ao Suas, nos âmbitos estadual e regional;

XXII – expedir atos normativos necessários à gestão do Feas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ceas;

XXIII – encaminhar à Assembleia Legislativa, anualmente, o cadastro mencionado no inciso XIX deste artigo e divulgá-lo na internet.

Parágrafo único – Os recursos de cofinanciamento a que se refere o inciso V do “caput”, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta dessas ações.”.

Art. 2º – Ficam acrescentados à Lei nº 12.262, de 1996, os seguintes arts. 4º-A e 6º-A:

“Art. 4º-A – A organização da assistência social no Estado tem as seguintes diretrizes:

I – centralidade na família para a concepção e a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;

II – participação da população na formulação das políticas e no controle das ações;

III – primazia da responsabilidade do poder público na condução da política de assistência social;

IV – profissionalização da assistência social, assegurada por meio de política de recursos humanos específica para os trabalhadores da área.

(...)

Art. 6º-A – A política de assistência social compreende os seguintes tipos de proteção social:

I – proteção social básica, que visa à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial, de média e alta complexidade, que visa à reconstrução de vínculos familiares e comunitários, à defesa de direitos, ao fortalecimento das potencialidades e à proteção de família e indivíduos para o enfrentamento de situações de violação de direitos.

§ 1º – Consideram-se de média complexidade os serviços que atendem à família e ao indivíduo com direitos violados cujos vínculos familiares e comunitários não tenham sido rompidos, e de alta complexidade, os serviços que garantem proteção integral à família e ao indivíduo que se encontrem sem vínculo familiar e comunitário ou em situação de ameaça.

§ 2º – As proteções sociais básica e especial serão ofertadas, de forma integrada, pelo Estado e pelos Municípios, diretamente ou por meio de entidades sociais vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 3º – Os serviços que compõem as proteções sociais básica e especial seguem tipificação nacionalmente definida.”.

Art. 3º – O art. 13 da Lei nº 12.262, de 1996, fica acrescido dos seguintes incisos XXV a XXIX, passando os incisos V, VII e X a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 – (...)

V – zelar pela efetivação do Suas no Estado;

(...)

VII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária relativa aos recursos destinados à assistência social alocados ao Feas;

(...)

X – acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira e

aprovar a prestação de contas ao final de cada exercício;

(...)

XXV – monitorar e avaliar a execução da política estadual de assistência social;

XXVI – aprovar relatório anual de gestão da política estadual de assistência social;

XXVII – assessorar os conselhos municipais de assistência social na aplicação das normas e resoluções fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – para a inscrição de entidades privadas prestadoras de serviço de assistência social;

XXVIII – propor ao CNAS o cancelamento do registro de entidade ou organização da assistência social que incorra em irregularidade na aplicação dos recursos públicos;

XXIX – estabelecer interlockução com os demais conselhos das políticas públicas setoriais.”.

Art. 4º – No “caput” do art. 9º, no “caput” do art. 11, na alínea “a)” do inciso I e no § 1º do art. 12 e no inciso VII do art. 13 da Lei nº 12.262, de 1996, a expressão “Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente” fica substituída pela expressão “Sedese”.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ivair Nogueira, Presidente - Inácio Franco, relator - Padre João.

PROJETO DE LEI Nº 113/2007 (Redação do Vencido)

Altera a Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 3º da Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – A política estadual de assistência social realiza-se de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, tendo por objetivos:

I – prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

II – contribuir com a inclusão e a eqtidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais;

III – assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.”.

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, o seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A – A organização da assistência social no Estado tem as seguintes diretrizes:

I – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;

II – participação da população na formulação das políticas e no controle das ações;

III – primazia da responsabilidade do poder público na condução da política de assistência social.”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 762/2007 Comissão de Segurança Pública Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, a proposição em pauta dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários.

Aprovado no 1º turno na forma original, retorna agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem por escopo proibir o uso de telefone celular em estabelecimentos bancários. Nos termos propostos, ficará proibido o uso de telefone celular pelos usuários do sistema bancário, quando presentes em caixas de atendimento ao público ou no interior de agências bancárias. Será admitido apenas portar o aparelho de telefonia móvel desligado. Conforme previsto no texto da proposição, a norma dependerá de regulamentação pelo Poder Executivo. Assinale-se que tramitam anexadas à proposição em epígrafe outros dois projetos. O Projeto de Lei nº 4.558/2010, de autoria do Deputado Walter Toja, possui conteúdo muito semelhante ao da proposição em análise, todavia é mais detalhado. Assim é que estende a proibição tanto no plano do espaço físico protegido, abrangendo as cooperativas de crédito e estabelecimentos similares, quanto no das pessoas atingidas pela vedação, incluindo os empregados das empresas que prestam serviços dentro dos edifícios citados. Inclui, ainda, sanção para os casos de descumprimento da norma, por meio de multas que variam de R\$2.000,00 a R\$10.000,00.

O Projeto de Lei nº 4.559/2010, do Deputado Délio Malheiros, possui objeto mais amplo, pois estabelece um rol de medidas de segurança a serem observadas pelas instituições bancárias, no qual estão incluídos o uso de câmeras de vídeo, biombos e divisórias para fins de privacidade, além da proibição do uso de telefone móvel.

A popularização do uso de telefones móveis é visível em nossa sociedade, na qual, cotidianamente, deparamo-nos com cidadãos acionando seus aparelhos nas mais variadas situações e lugares. A dimensão desse uso torna necessário o preenchimento de lacunas na legislação, de forma a estabelecer normas para o uso adequado dessa inovação tecnológica.

Conforme salientado por esta Comissão no 1º turno, são crescentes os casos de crimes em bancos realizados com o uso de telefone celular. Verifica-se que o “modus operandi” do crime depende, em parcela significativa dos casos, da troca de informações entre pelo menos duas pessoas, uma dentro e outra fora do edifício bancário ou da unidade de caixa eletrônico. Tal constatação levou, em episódio recente, ocorrido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a que o Delegado Islande Batista afirmasse que “uma medida preventiva seria proibir o uso de telefone celular no interior das agências, para evitar que os criminosos se comuniquem” (“Estado de Minas”, 5/5/2010).

Apesar de não existirem dados consistentes acerca da quantidade de crimes dessa natureza ocorridos nos últimos anos, é certo que a vedação ao uso da telefonia móvel dentro dos bancos e locais assemelhados constituirá obstáculo importante para os criminosos. O Delegado paulista André Maximiliano Moron, favorável à medida, recorda, entretanto, que sua eficácia será condicionada à realização de outros investimentos em equipamentos de segurança que garantam a integridade de empregados e clientes. Segundo o policial, “a proibição do uso de celular dentro da agência pode inibir, mas não evita esse tipo de crime, pois um bandido pode estar dentro da agência sem telefone celular observando o cliente que, ao acessar a calçada, já

fora do banco, será surpreendido por um ou mais assaltantes” (www.cruzeirodosul.inf.br, 13/3/2007).

Saliente-se que a medida prevista no projeto de lei vem sendo discutida em diversas casas legislativas do País e, conquanto tenha recebido pareceres contrários das Comissões de Segurança Pública e de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, foi aprovada nos Municípios de Teresina (PI) e São Roque (SP), onde já é lei. Além disso, estão tramitando, por exemplo, nas Câmaras de Manaus (AM), Campinas (SP) e Sorocaba (SP) e na Assembleia Legislativa baiana, proposições com o mesmo conteúdo. Outras normas semelhantes também têm sido editadas, como as leis do Estado do Paraná e do Município de Belém (PA) que obrigam o uso de biombos e divisórias para atendimento reservado e seguro aos usuários do sistema bancário. Recorde-se, outrossim, a pertinente ponderação desta Comissão no parecer de 1º turno, no qual se afirma ser “a conduta desviante exceção, e não regra”, razão pela qual deve-se atentar para que a proibição do uso de aparelhos celulares dentro de estabelecimentos bancários ou outros equipados com caixas eletrônicos não cause grandes transtornos e eventuais prejuízos a uma maioria de cidadãos que, impedidos de utilizar seus aparelhos, teriam dificuldades para efetuar suas transações financeiras.

Percebe-se que a proposição possui conteúdo meritório, conquanto deva ser manejada à luz dos riscos que traz consigo. Nisso, aliás, difere sobremaneira do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional tratando do assunto. De um lado, merece aprovação, pois é positiva para a segurança pública. De outro, exige moderação, a fim de que não gere efeitos marginais superiores aos benefícios sociais esperados.

Tendo em vista o conteúdo do projeto de lei em tela e dos projetos anexados, bem como as considerações sobreditas, constata-se a necessidade da apresentação de um substitutivo com o objetivo de sintetizar a matéria em um único texto, além de atender ao disposto no art. 3º, IV, da Lei Complementar nº 78, de 2004. É que, como a Lei nº 12.971, de 1998, que “torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras”, já trata da questão da segurança nos bancos, fica tecnicamente mais adequada a inserção da proposta na norma preexistente.

O substitutivo abrange, portanto, a proibição do uso de telefone móvel dentro de bancos e locais assemelhados e a previsão de multa para os casos de infração à norma. Além disso, amplia a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vídeo: o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.971, que atualmente impõe aos bancos o dever de possuir circuito interno de televisão, passará a exigir a instalação de câmeras internas e externas. O substitutivo também exclui o art. 2º do texto original, já que a proposição trata de norma de aplicabilidade imediata.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 762/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O inciso III do art. 2º da Lei nº 12.971, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - (...)

III - câmeras de vídeo internas e externas;”.

Art. 2º - Ficam acrescentados à Lei nº 12.971, de 1998, os seguintes arts. 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A - Fica proibido o uso de telefone móvel nas unidades de atendimento das instituições a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único - Compete às instituições a que se refere o art. 1º zelar pela observância do disposto no ‘caput’.

Art. 3º-B - Constituem infrações a esta lei, puníveis com multa, as seguintes condutas:

I - deixar, a instituição a que se refere o art. 1º, de cumprir qualquer das obrigações previstas nesta lei: multa de 5.000 Ufems (cinco mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) a 10.000 (dez mil) Ufems;

II - impedir ou perturbar o regular funcionamento do sistema de segurança da unidade de atendimento a que se refere o “caput” do art. 2º: multa de 2.500 (duas mil e quinhentos) a 5.000 (cinco mil) Ufems;

III - usar telefone móvel em desacordo com esta lei: multa de 1.000 (mil) a 5.000 (cinco mil) Ufems.

§ 1º - As multas previstas neste artigo serão aplicadas cumulativamente, por infração.

§ 2º - Os valores previstos neste artigo serão duplicados em cada caso de reincidência.

Art. 3º-C - As instituições a que se refere o art. 1º afixarão cartazes nas dependências de suas unidades informando sobre a proibição prevista no art. 3º-A”.

Art. 3º - Ficam revogados o parágrafo único do art. 1º e o art. 4º da Lei nº 12.971, de 1998.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso, relator - Maria Tereza Lara - Célio Moreira - Tenente Lúcio.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.610/2007 Comissão de Segurança Pública Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 1.610/2007 dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cabines individuais de segurança nos caixas convencionais das agências e dos postos de serviços bancários e dá outras providências.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo conferir segurança e proteção ao usuário do sistema bancário, já que obriga a adoção, pela rede bancária, de cabines individuais no espaço físico dos caixas de atendimento. As agências e postos de serviço bancários passarão a dispor de espaços individualizados e protegidos junto dos caixas de atendimento convencional. Deve-se assegurar o isolamento do cidadão, que poderá ser atendido no caixa sem ser visto por outras pessoas.

Conforme salientado por esta Comissão no parecer para o 1º turno, a matéria possui relevância indiscutível, já que incide sobre a segurança do consumidor que realiza transações bancárias e, por vezes, é alvo da

ação seletiva de criminosos que adentram a instituição financeira com o intuito deliberado de delinquir. Nesses casos, o valor retirado pelo cidadão é critério de seleção. Assegurar, como pretende a proposição, que as transações bancárias ocorram em espaço físico indepassável é medida de segurança para a sociedade e respeito ao consumidor.

Cumpre, portanto, manter a posição exarada por esta Comissão no 1º turno, em seus exatos termos. Cabe, não obstante, uma alteração de pequena monta no texto do vencido, a fim de consolidar o escopo da proposição. É que a referência a “cabines individuais nos caixas” não alberga todas as possibilidades, o que torna necessária a introdução de emenda adicionando a obrigação de se garantir também divisórias, biombos ou estruturas similares nos locais em que haja movimentação de dinheiro nos bancos. Com tal acréscimo atende-se de maneira mais abrangente os fins almejados pelo projeto de lei em tela.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.610/2007 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, fica acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

‘Art. 2º - (...)

VI - cabines individuais nos caixas de atendimento ao público;

VII - divisórias, biombos ou estruturas similares, nos locais em que haja movimentação de dinheiro.’.”.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio, relator - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

PROJETO DE LEI Nº 1.610/2007 (Redação do Vencido)

Altera o art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, fica acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 2º - (...)

VI - cabines individuais nos caixas de atendimento ao público.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.525/2008 Comissão de Direitos Humanos Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei nº 2.525/2008 determina o pagamento de indenização a vítima de tortura praticada por agente público do Estado.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, VII, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe determina o pagamento de indenização a vítima de tortura praticada por agente público do Estado condenado em decisão judicial transitada em julgado referente a qualquer das condutas delituosas tipificadas nos dispositivos da Lei Federal nº 9.455, de 7/4/97.

Durante a tramitação do projeto no 1º turno, esta Comissão teve a oportunidade de manifestar-se favoravelmente à proposição, ressaltando a sua relevância para a proteção dos direitos humanos no Estado. Além disso, a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e o Substitutivo nº 1 ao projeto de lei, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, aperfeiçoaram o projeto de lei em análise. Por isso, ambas as modificações propostas foram acatadas na votação da proposição em 1º turno no Plenário.

Logo, a redação do vencido contempla as inovações apresentadas ao projeto de lei tanto pela Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, quanto pelo Substitutivo nº 1, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Ressalte-se, entre as modificações, que o Substitutivo nº 1 em comento incorporou ao projeto proposta de modificação da Lei nº 13.187, de 20/1/99, que estabeleceu o pagamento de indenização, pelo Estado, à vítima de tortura praticada por seus agentes em razão de participação ou de acusação de participação em atividades políticas, no período de 2/9/61 a 15/8/79, que não tenha resultado em morte. A indenização a que se refere essa lei deveria ser requerida pela vítima, por seu representante com poderes específicos ou pelo sucessor legal no prazo fixado pelo regulamento dessa lei. O Decreto nº 41.239, de 28/8/2000, que regulamentou essa lei, estabeleceu um prazo relativamente exíguo de 60 dias para que os vitimados por tortura devido a atividades políticas fizessem o requerimento de indenização. O mesmo decreto instituiu uma comissão especial no âmbito do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh - para receber e avaliar os pedidos de indenização. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão, um primeiro grupo de 53 pessoas foi contemplado pela indenização.

Pelo simbolismo de ter sido o primeiro grupo de pessoas cujo pedido de indenização foi deferido pelo Estado, o Governador decidiu conceder a indenização solenemente, por meio do Decreto nº 42.401, de 5/3/2002, reconhecendo nominalmente as pessoas que foram torturadas por agentes do Estado em virtude de atividades políticas. Entre as pessoas cuja tortura foi reconhecida e, em razão disso, teve sua indenização deferida, está a atual Presidente da República eleita Dilma Vana Rousseff, cujo procedimento de avaliação do Conedh recebeu o nº 436.

O prazo para o pedido de indenização foi reaberto por meio do Decreto nº 42.709, de 24/6/2002, durante 120 dias. Ainda assim, algumas pessoas torturadas devido a atividades políticas perderam os prazos acima para requererem a indenização estatal, razão pela qual a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária propôs a reabertura de prazo.

Entendemos que a reabertura de prazo em discussão é meritória, sobretudo porque há entendimento pacífico nas cortes internacionais de direitos humanos, bem como em precedentes judiciais brasileiros, acerca do caráter imprescritível do crime de tortura. É o que diz, nesse sentido, o seguinte precedente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao julgar o Processo nº 1.0024.05.826101-7/001 (1), relacionado à Lei nº 13.187, de 1999: “EMENTA: DANOS MORAIS - PRESO POLÍTICO DURANTE ADITADURA - TORTURA - LEI ESTADUAL 13.187/99 E DECRETO 41.239/2000 - REABERTURA DO PRAZO PRESCRICIONAL - INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. As prisões de cunho meramente político efetivadas durante o período ditatorial

brasileiro, desde 1964 até meados da década de oitenta, na qual eram utilizadas técnicas de tortura contra supostos comunistas, são eventos que geram inegáveis danos morais às vítimas, ou aos seus familiares, bastando a prova dos fatos para que seja concedida a reparação. 2. Nestes casos, os pedidos de indenização são imprescritíveis ou, quando muito, os prazos prescricionais consideram-se reabertos desde a vigência do Decreto 41.239/2000 que regula a Lei Estadual 13.187/99, que dispõe sobre as indenizações às vítimas de prisão ou tortura durante a ditadura. Seria injurídico aplicar a estes casos a letra fria do art. 1º do Decreto 20.910/32, contando-se cinco anos desde a data do evento danoso, mesmo porque, por longo prazo, ainda vigia o regime ditatorial nos cinco anos subsequentes às prisões.” (Grifo nosso.)

Além disso, com vistas a diferenciá- r a ementa da proposição em análise da ementa da Lei nº 13.187, de 1999, que apresentam a mesma redação, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária propôs também uma mudança na ementa da lei em vigor, de modo a deixar claro que esta se destina exclusivamente ao pagamento de indenização, pelo Estado, à vítima de tortura praticada por seus agentes em razão de participação ou de acusação de participação em atividades políticas, no período de 2/9/61 a 15/8/79, que não tenha resultado em morte.

Sob a ótica dos direitos humanos, a aprovação do projeto em comento representa um grande avanço na defesa dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana em Minas Gerais, razão pela qual opinamos pelo seu acolhimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.525/2008 no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Rosângela Reis, Presidente - Vanderlei Miranda, relator - Durval Ângelo.

PROJETO DE LEI Nº 2.525/2008

(Redação do Vencido)

Determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente público do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado pagará indenização à vítima de tortura praticada por seus agentes condenados em decisão judicial transitada em julgado referente a qualquer das condutas delituosas tipificadas nos dispositivos da Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997, observados os seguintes limites:

I - no mínimo, 2.500 Ufemgs (duas mil e quinhentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) e, no máximo, 5.000 (cinco mil) Ufemgs, nos casos em que a tortura houver acarretado lesão corporal de qualquer natureza;

II - no mínimo, 5.001 (cinco mil e uma) Ufemgs e, no máximo, 10.000 (dez mil) Ufemgs, nos casos em que a tortura houver acarretado invalidez parcial;

III - no mínimo, 40.000 (quarenta mil) Ufemgs, nos casos em que a tortura houver acarretado invalidez permanente;

IV - no mínimo, 50.000 (cinquenta mil) Ufemgs, nos casos em que a tortura houver acarretado a morte da vítima, na seguinte ordem:

- a) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente;
- b) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente;
- c) ao cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente.

§ 1º - Na fixação do valor da indenização nas hipóteses previstas nos incisos III e IV, serão considerados, segundo um juízo de razoabilidade e proporcionalidade, a idade da vítima, sua condição socioeconômica e seu padrão remuneratório, entre outras peculiaridades do caso concreto.

§ 2º - Os valores da indenização de que trata este artigo serão pagos em parcela única.

§ 3º - Nos casos em que a tortura acarretar a invalidez permanente ou a morte da vítima, além da indenização correspondente prevista nos incisos III e IV deste artigo, será paga pensão mensal, a ser fixada de acordo com os mesmos critérios estabelecidos no § 1º:

I - à vítima de invalidez permanente;

II - às seguintes pessoas, no caso de morte da vítima, na ordem indicada:

- a) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente;
- b) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente;
- c) ao cônjuge ou companheiro(a) sobrevivente.

§ 4º - O Estado somente pagará indenização à vítima de tortura praticada por seus agentes condenados em decisão judicial transitada em julgado, decorrente de processo instaurado por denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual.

Art. 2º - A indenização a que se refere esta lei só poderá ser paga se requerida pela vítima, por seu representante com poderes específicos ou por seu sucessor legal, no prazo de noventa dias a contar da expedição da certidão judicial do trânsito em julgado do processo que culminou com a condenação do agente estadual e no qual figura a identificação da vítima requerente.

Parágrafo único - Para que haja o pagamento da indenização, a vítima, seu representante com poderes específicos ou seu sucessor legal assinará termo em que reconheça a plena reparação material por parte do Estado em razão dos atos lesivos resultantes da tortura praticada.

Art. 3º - A decisão sobre o pagamento da indenização instituída por esta lei será de responsabilidade do Conselho Estadual de Direitos Humanos e terá caráter irrecorrível.

Parágrafo único - Se o valor da indenização, a ser fixado pelo Conselho a que se refere o “caput”, exceder a disponibilidade orçamentária, haverá determinação da inclusão do valor necessário na proposta orçamentária do exercício subsequente.

Art. 4º - O prazo a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 13.187, de 20 de janeiro de 1999, fica reaberto no período compreendido entre a data de publicação desta lei e 30 de abril de 2011.

Art. 5º - A ementa da Lei nº 13.187, de 20 de janeiro de 1999, passa a ser: “Determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente do Estado em razão de participação em atividades políticas, no período que especifica.”.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.032/2009

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Jayro Lessa, o Projeto de Lei nº 4.032/2009 reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas em Minas Gerais.

Aprovada no 1º turno na forma apresentada, retorna agora a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.032/2009 tem por finalidade reconhecer o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado.

Cumpre salientar que a declaração de utilidade pública de cada Apac, organizada como unidade autônoma, dotada de personalidade jurídica própria, se fará por norma específica, na forma da Lei nº 12.972, de 1998. Assim, a proposição em análise apenas destaca as atividades desenvolvidas pelas Apacs de forma genérica, sem a pretensão de lhes conceder o título de utilidade pública previsto pela Lei nº 12.972.

Cabe destacar que as Apacs são entidades sem fins lucrativos, que têm por escopo auxiliar as autoridades judiciárias e policiais nas tarefas relacionadas à ressocialização dos condenados, presidiários e egressos do sistema prisional, sendo formadas por pessoas da própria comunidade comprometidas com o trabalho de recuperação dos que foram condenados pela Justiça.

Têm, como finalidade precípua, promover oportunidades para que a pessoa que cometeu um crime se recupere, se ressocialize e volte a integrar a comunidade após quitar seu débito com a Justiça e a sociedade.

Ressalte-se que o trabalho desenvolvido por essas entidades objetiva a assistência social, a promoção humana, a educação e a cultura, buscando possibilitar, além da recuperação e da reinserção do indivíduo na sociedade, a diminuição dos índices de criminalidade nas regiões onde atua.

Assim sendo, ratificamos o entendimento desta Comissão de que é meritório o projeto de lei em análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.032/2009 no 2º turno.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara, relatora - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.159/2010

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Gomes, o Projeto de Lei nº 4.159/2010 tem o objetivo de acrescentar dispositivo à Lei nº 15.424, de 30/12/2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal.

Aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, retorna a matéria a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos regimentais.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição sob comento visa modificar a Lei nº 15.424, de 30/12/2004.

Nesta fase regimental, revisamos exaustivamente todas as etapas do turno anterior, a saber: alteração das Tabelas 1 e 7, com relação a acréscimos e atos do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, inclusive dados eletrônicos; natureza pública e caráter social dos serviços notariais e de registro; cobrança de acréscimos; consolidação da isenção de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária já existentes; cotação de taxas referentes aos documentos eletrônicos; adoção de papel padronizado para os notários e registradores; recolhimento de compensação ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais pelos atos gratuitos por ele praticados, a qual se dará mediante depósito mensal em conta específica; personalidade jurídica própria da comissão gestora, nos termos do Código Civil; em casos de superávit, institui-se ordem de prioridade de destinação de recursos pela comissão gestora; autorização aos notários e registradores de Minas Gerais para celebração de convênios, entre outros.

No entanto, estamos apresentando o Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, tornando o texto da lei mais claro e objetivo, com adequações de técnica legislativa. Neste diapasão, foi incluída a Nota II da Tabela 8 na referida lei.

Não há impedimento à aprovação da matéria do ponto de vista financeiro-orçamentário, uma vez que o projeto prevê a compensação pelos atos gratuitos praticados pelos registradores de imóveis em decorrência da aplicação da futura lei. Desta forma, o projeto não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta Comissão entende, além disso, que as medidas sugeridas pela proposição em tela são carregadas de relevante significado social e, por todas essas razões, o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.159/2010 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os dispositivos da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, a seguir citados passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - (...)

I - traslado, anotações e comunicações determinadas por lei, diligências e gestões essenciais à realização do ato notarial ou de

registro.

(...)

Art. 15 - A cobrança de valores pelos atos relacionados com o Sistema Financeiro da Habitação deverá ser efetuada:

I - em relação aos emolumentos, observando-se as reduções estabelecidas em lei federal;

II - em relação à Taxa de Fiscalização Judiciária, esta será reduzida em 50% (cinquenta por cento).

Art. 15-A - Não serão devidos os emolumentos, as custas e a Taxa de Fiscalização Judiciária referentes a escritura pública, a registro de alienação de imóvel e das correspondentes garantias reais e aos demais atos registrai s e notariais relativos ao primeiro imóvel residencial adquirido ou financiado pelo beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida, a que se refere a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, ou pelo beneficiário do Promorar - Militar, com recursos do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmeme g -, instituído pela Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, com renda familiar mensal de até três salários mínimos, em ambos os casos.

Parágrafo único - Os emolumentos, as custas e a Taxa de Fiscalização Judiciária de que trata o “caput” serão reduzidos em:

I - 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e inferior ou igual a seis salários mínimos;

II - 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e inferior ou igual a dez salários mínimos.

(...)

Art. 16 - (...)

(...)

IV - cobrar acréscimo quando ocorrer, nos atos notariais e de registro, transcrição de alvará, mandado, guia de recolhimento ou documento de arrecadação de tributos e certidões em geral.

(...)

Art. 18-A - Os emolumentos, bem como as taxas referentes aos documentos eletrônicos, formalizados e expedidos pelos serviços notariais e registrai s, serão cotados nos valores e parâmetros especificados nesta lei.

Parágrafo único - No caso da certidão emitida em razão de dados recebidos eletronicamente, o oficial que a expedir é responsável pelo recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária, bem como pelo recolhimento dos valores referentes à compensação da gratuidade de que tratam os arts. 31 e 32 desta lei.

(...)

Art. 20 – Fica isenta de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária a prática de atos notariais e de registro:

I – para cumprimento de mandado e alvará judicial expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita, amparado pela Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, nos seguintes casos:

- a) nos processos relativos a ações de investigação de paternidade e de pensão alimentícia;
- b) representado por Defensor Público Estadual ou advogado dativo designado nos termos da Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999;
- c) nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981;
- d) nos termos do § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- e) quando a parte não estiver assistida por advogado, nos processos de competência dos Juizados Especiais de que tratam as Leis Federais nºs 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001;

II – de penhora ou o arresto, nos termos do inciso IV do art. 7º da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;

III – de escritura e o registro de casa própria de até 60m² (sessenta metros quadrados) de área construída em terreno de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), quando vinculada a programa habitacional federal, estadual ou municipal destinado a pessoa de baixa renda, com participação do poder público;

IV – de interesse da União, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 1.537, de 13 de abril de 1977;

V – de autenticação de documentos e de registro dos atos constitutivos, inclusive alterações, de entidade de assistência social assim reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos da Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, observado o disposto no § 1º deste artigo;

VI – a que se referem os incisos I e II do art. 290-A da Lei Federal nº 6.015, de 1973, com a redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007;

VII – a que se refere o § 3º do art. 1.124-A da Lei Federal nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil -, com a redação dada pela Lei nº 11.441, de 2007.

§ 1º – A isenção a que se refere o inciso V do “caput” deste artigo é dirigida às entidades que efetivamente prestem serviços de assistência social no cumprimento dos objetivos previstos nos incisos I a V do art. 3º da Lei nº 12.262, de 1996, não se aplicando às entidades mantenedoras cujas sedes funcionem apenas como escritório administrativo, sem atuar diretamente na área da assistência social.

§ 2º – A concessão da isenção de o artigo o inciso I deste artigo fica condicionada a pedido formulado pela parte perante o oficial, no qual conste a expressa declaração de que é pobre no sentido legal e que não pagou honorários advocatícios, para fins de comprovação junto ao Fisco Estadual, e, na hipótese de constatação da improcedência da situação de pobreza, poderá o notário ou registrador exigir do usuário o pagamento dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária correspondentes.

§ 3º – A isenção a que se refere o inciso III do “caput” deste artigo aplica-se às legitimações de terras devolutas, quando efetuadas pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER –, em cumprimento à Lei nº 7.373, de 3 de outubro de 1978.

(...)

Art. 28-A - Como meio acessório da fiscalização de que cuida o art. 28 desta lei, os notários e registradores adotarão papel padronizado, que conterá requisitos de segurança que impeçam a adulteração e falsificação dos atos notariais.

Parágrafo único - Os requisitos de segurança e os prazos para adoção do papel padrão de que cuida o “caput” serão regulamentados por ato normativo conjunto da Secretaria de Estado de Fazenda e da

Corregedoria-Geral de Justiça.

(...)

Art. 32 – O recolhimento a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta lei far-se-á mediante depósito mensal em conta bancária específica, aberta pelo Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – Recivil – e administrada pela comissão de que trata o art. 33.

§ 1º - A partir do recebimento dos emolumentos, o notário ou o registrador constitui-se depositário dos valores devidos à compensação prevista no art. 31, até o efetivo depósito na conta a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 2º - A conta a que se refere o “caput” será identificada como “Recompe-MG - Recursos de Compensação”.

(...)

Art. 33 – (...)

(...)

§ 5º - A comissão gestora elaborará escrituração contábil de sua movimentação econômica e financeira, observando os princípios fundamentais e as normas brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(...)

Art. 37 – Em caso de superávit dos valores destinados à compensação de atos gratuitos e à complementação da receita bruta mínima mensal das serventias deficitárias de todas as especialidades, o excedente será aplicado na seguinte ordem:

I – compensação gradativa dos atos gratuitos praticados em decorrência do disposto na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que ainda não tenham sido compensados;

II – ampliação dos valores pagos a título da gratuidade do registro civil das pessoas naturais até o limite de 50 (cinquenta) Ufemgs para os atos de nascimentos e óbitos e o valor da tabela para os casamentos;

III – compensação dos atos gratuitos praticados por todas as especialidades em decorrência de lei;

IV – a ampliação do valor da receita bruta mínima mensal paga nos termos do inciso II do art. 34, observado o limite de até 1.100 (um mil e cem) Ufemgs;

V – ampliação dos valores pagos a título da compensação da gratuidade de todas as especialidades, tendo como limite o valor mínimo dos emolumentos fixados pela tabela;

VI - o pagamento pelo envio dos mapas e relatórios obrigatórios feito pelos registradores civis de pessoas naturais aos diversos órgãos e autarquias da administração até o limite do valor correspondente a 5 (cinco) Ufemgs, para o envio das informações em meio impresso, ou a 10 (dez) Ufemgs, para o envio das informações mediante transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, por cada mapa ou relatório;

VII - o pagamento das comunicações feitas pelos registradores civis das pessoas naturais em razão do disposto no parágrafo único do art. 106 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, até o limite do valor correspondente a 3 (três) Ufemgs, para as comunicações feitas em meio impresso, ou a 5 (cinco) Ufemgs, para as comunicações feitas mediante transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, por cada comunicação.

VIII - o aprimoramento dos serviços notariais e de registro;

IX - o custeio de ações sociais realizadas pelo Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais – Recivil –, em parceria com entidades congêneres, ou com os Poderes Executivo Federal, Estadual ou Municipal, na erradicação do sub-registro do Estado de Minas Gerais, ou de promoção da cidadania, mediante a obtenção da documentação civil básica;

Art. 38 - (...)

§ 1º - A Secretaria de Estado de Fazenda divulgará, com periodicidade quadrimestral, em sua página oficial na internet, o demonstrativo atualizado dos valores arrecadados e repassados às serventias, o qual conterá:

I – a arrecadação discriminada por item de cada uma das tabelas constantes no Anexo desta lei;

II – os valores repassados pela comissão gestora às serventias, discriminados por espécie de ato notarial e de registro gratuito.

§ 2º - A fiscalização da arrecadação, da compensação e da aplicação dos recursos de que trata esta lei será exercida pela Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Ministério Público Estadual e pela Assembleia Legislativa, trimestralmente, através de comissão tripartite designada para esse fim, nos termos do regulamento.

(...)

Art. 50 - Os valores constantes no texto e nas tabelas que integram o Anexo desta lei serão revistos pela Assembleia Legislativa, vedada a utilização de qualquer índice automático para sua atualização.”.

Art. 2º – Fica remetido o crédito tributário relativo à Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ -, prevista na Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, formalizado ou não, inscrito ou não em dívida ativa, devido em razão de ato notarial ou registral integralmente concluído no período de 26 de março de 2009 até a data de publicação desta lei, relacionado a financiamento habitacional vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV –, instituído pela Lei Federal nº 11.977, de 2009.

Art. 3º – As tabelas do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, passam a vigorar com as alterações constantes no Anexo desta lei.

Art. 4º - Os valores em reais constantes do Anexo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, modificados por esta lei, consideram-se valores originais da citada lei, os quais serão atualizados pela variação acumulada da Ufemg vigente em dezembro de 2004 e da vigente na data da publicação desta lei.

Art. 5º - Ficam revogadas:

I - a Lei nº 8.768, de 13 de dezembro de 1984;

II - a Lei nº 12.461, de 7 de abril de 1997; e

III - a Lei nº 13.643, de 13 de julho de 2000.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação, observado o disposto no art. 150, III, “c”, da

Constituição Federal.

ANEXO

(a que se refere o art. 3º da Lei nº de de de)

“ANEXO

(a que se refere o art. 3º da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004)

Tabela 1 (R\$)			
(...)			
NOTA V - Nenhum acréscimo será devido quando ocorrer, nos atos notariais, transcrição de alvará, mandado, guia de recolhimento de tributos, certidões em geral, procuração ou qualquer outro documento necessário à prática do ato.			
(...)			

(...)

Tabela 7 (R\$)			
ATOS DO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DO JUIZ DE PAZ	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao Usuário
1 - Habilitação para casamento no serviço registral, habilitação para casamento religioso com efeito civil, incluindo todas as petições, requerimentos, arquivamentos e diligências, excluídas as despesas com Juiz de Paz e publicação de edital em órgão da imprensa, e o assento da conversão de união estável em casamento, excluída, em todos os casos, a respectiva certidão.	110,90	16,18	127,08
2 - Diligência para Casamento fora do serviço registral, mas na sede do distrito, excluídas as despesas com Juiz de Paz e com transporte e alimentação do Oficial.	166,69	21,44	188,13
3 - Diligência para Casamento fora do serviço registral e da sede do distrito, excluídas as despesas com Juiz de Paz e com transporte e alimentação do Oficial.	261,10	33,58	294,68
(...)			
8 - Certidão de livros, assentamentos e documentos arquivados e ainda de fatos conhecidos em razão do ofício ou de dados de outros serviços registraís recebidos eletronicamente, desde que atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – e aos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico.	14,84	3,00	17,84
(...)			
14 - Transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico, para emissão de certidão por ofício de registro das pessoas naturais diverso de onde foi feito o assento	14,84	3,00	17,84
(...)			

Tabela 8 (R\$)			
(...)			

NOTA II - Os itens 1, 4 e 5 desta tabela não se aplicam aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.	Fiscalização Judiciária a prática de atos notariais e de registro.	(...)	de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, por cada mapa ou relatório;
Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.	I – para cumprimento de mandado e alvará judicial expedido em favor de beneficiário da justiça gratuita, amparado pela Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, nos seguintes casos:	Art. 28-A - Como meio acessório da fiscalização de que cuida o art. 28 desta lei, os notários e registradores adotarão papel padronizado, os quais conterão requisitos de segurança que impeçam a adulteração e falsificação dos atos notariais.	VII - pagamento das comunicações feitas pelos registradores civis das pessoas naturais em razão do disposto no parágrafo único do art. 106 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, até o limite do valor correspondente a 3 (três) Ufemgs, para as comunicações feitas em meio impresso, ou a 5 (cinco) Ufemgs, para as comunicações feitas mediante transmissão de dados eletrônicos, quando atenderem aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, por cada comunicação.
Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Antônio Júlio - Jayro Lessa.	a) nos processos relativos a ações de investigação de paternidade e de pensão alimentícia;	Parágrafo único. Os requisitos de segurança e os prazos para adoção do papel padrão de que cuida o “caput” serão regulamentados por ato normativo conjunto da Secretaria de Estado de Fazenda e da Corregedoria-Geral de Justiça.	VIII - custeio de ações sociais realizadas pelo Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais – Recivil –, em parceria com entidades congêneres, ou com os Poderes Executivo Federal, Estadual ou Municipal, na erradicação do sub-registro do Estado de Minas Gerais, ou de promoção da cidadania, mediante a obtenção da documentação civil básica.
PROJETO DE LEI Nº 4.159/2010 (Redação do Vencido)	b) quando a parte estiver representada por Defensor Público Estadual ou advogado dativo designado nos termos da Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999;	(...)	Parágrafo único – Os pagamentos de que tratam os incisos VI e VII deste artigo são excluídos da soma prevista no § 2º do art. 34 para fins de apuração da receita bruta mensal.
Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal, e dá outras providências.	c) nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981;	Art. 32 – O recolhimento a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta lei far-se-á mediante depósito mensal em conta específica, de titularidade da comissão de que trata o art. 33.	(...)
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:	d) nos termos do § 2º do art. 12 da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;	Parágrafo único -Apartir do recebimento dos emolumentos, o notário ou o registrador constitui-se depositário dos valores devidos à compensação prevista no art. 31, até o efetivo depósito na conta indicada pela comissão gestora a que se refere o art. 33 desta lei.	Art. 38 - (...)
Art. 1º – A Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:	e) quando a parte não estiver assistida por advogado, nos processos de competência dos Juizados Especiais de que tratam as Leis Federais nºs 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001.	(...)	§ 1º - A Secretaria de Estado de Fazenda divulgará, com periodicidade quadrimestral, em sua página oficial na internet, o demonstrativo atualizado dos valores arrecadados e repassados às serventias, o qual conterá:
“Art. 7º - (...)	II – de penhora ou arresto, nos termos do inciso IV do art. 7º da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;	Art. 33 – (...)	I - a arrecadação discriminada por item de cada uma das tabelas constantes no Anexo desta lei;
I - traslado, anotações e comunicações determinadas por lei, diligências e gestões essenciais à realização do ato notarial ou de registro.	III – de escritura e registro de casa própria de até 60m² (sessenta metros quadrados) de área construída em terreno de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) quando vinculada a programa habitacional federal, estadual ou municipal, destinado a pessoa de baixa renda, com participação do poder público;	(...)	II - os valores repassados pela comissão gestora às serventias, discriminado por espécie de ato notarial e de registro gratuito.
(...)	IV – de interesse da União Federal, nos termos do Decreto-Lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977;	§ 5º – A comissão gestora a que se refere o “caput” terá personalidade jurídica própria, organizada de acordo com as disposições do Capítulo II do Título II do Livro I da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	§ 2º - A fiscalização da arrecadação, compensação e aplicação dos recursos de que trata esta lei será exercida pela Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Ministério Público Estadual e pela Assembléia Legislativa, trimestralmente, através da comissão tripartite designada para este fim, nos termos do regulamento.
Art. 15-A - Não serão devidos os emolumentos, as custas e a Taxa de Fiscalização Judiciária referentes a escritura pública, a registro de alienação de imóvel e das correspondentes garantias reais e aos demais atos registraís e notariais relativos ao primeiro imóvel residencial adquirido ou financiado pelo beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida, a que se refere a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, ou pelo beneficiário do Promorar - Militar, com recursos do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – FAHMEMG -, instituído pela Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, com renda familiar mensal de até três salários mínimos, em ambos os casos.	V – de autenticação de documentos e de registro de seus atos constitutivos, inclusive alterações, de entidade de assistência social assim reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos da Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;	§ 6º - A comissão gestora elaborará escrituração contábil de sua movimentação econômica e financeira observando os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.	(...)
Parágrafo único - Os emolumentos, as custas e a Taxa de Fiscalização Judiciária de que trata o “caput” serão reduzidos em:	VI – a que se referem os incisos I e II do artigo 290-A da Lei Federal 6.015, de 1973, com a redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007;	(...)	Art. 50 - Os valores constantes no texto e nas tabelas que integram o Anexo desta Lei serão revistos pela Assembléia Legislativa, vedada a utilização de qualquer índice automático para sua atualização.”.
I - 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e inferior ou igual a seis salários mínimos;	VII – a que se refere o § 3º do art. 1.124-A da Lei Federal nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil -, com a redação dada pela Lei nº 11.441, de 2007.	Art. 37 – Em caso de superávit dos valores destinados à compensação de atos gratuitos e à complementação da receita bruta mínima mensal das serventias deficitárias de todas as especialidades, o excedente será aplicado na seguinte ordem de prioridade:	Art. 2º – Fica remittido o crédito tributário relativo à Taxa de Fiscalização Judiciária – TFI – prevista na Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, formalizado ou não, inscrito ou não em dívida ativa, devido em razão de ato notarial ou registral integralmente concluído no período de 26 de março de 2009 até a data de publicação desta lei, relacionado a financiamento habitacional vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV – instituído pela Lei Federal nº 11.977, de 2009.
II - 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e inferior ou igual a dez salários mínimos”.	§ 1º – A isenção a que se refere o inciso V do “caput” deste artigo é dirigida às entidades que efetivamente prestam serviços de assistência social no cumprimento dos objetivos previstos nos incisos I a V do art. 3º da Lei nº 12.262, de 1996, não se aplicando às entidades mantenedoras cujas sedes funcionem apenas como escritório administrativo, sem atuar diretamente na área da assistência social.	I – compensação gradativa dos atos gratuitos praticados em decorrência do disposto na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que ainda não tenham sido compensados;	Art. 3º – As tabelas do Anexo I da Lei nº 15.424, de 2004, passam a vigorar na forma do Anexo I desta lei.
(...)	§ 2º – A concessão da isenção de que trata o inciso I deste artigo fica condicionada a pedido formulado pela parte perante o oficial, no qual conste a expressa declaração de que é pobre no sentido legal e que não pagou honorários advocatícios, para fins de comprovação junto ao Fisco Estadual, e, na hipótese de constatação da improcedência da situação de pobreza, poderá o notário ou registrador exigir do usuário o pagamento dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária correspondentes.	II – compensação dos atos gratuitos praticados por todas as especialidades em decorrência de lei;	Art. 4º - Esta lei entra em vigor no exercício financeiro
Art. 16 - (...)	§ 3º – A isenção a que se refere o inciso III do “caput” deste artigo aplica-se às legitimações de terras devolutas, quando efetuadas pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter –, em cumprimento à Lei nº 7.373, de 3 de outubro de 1978.	III – ampliação do valor da receita bruta mínima mensal paga nos termos do inciso II do art. 34, observado o limite de até 1.100,00 (um mil e cem) Ufemgs ;	
(...)		IV – ampliação dos valores pagos a título da gratuidade do registro civil das pessoas naturais até o limite de 50 (cinquenta) Ufemgs para os atos de nascimentos e óbitos e o valor da tabela para os casamentos;	
IV - cobrar acréscimo quando ocorrer, nos atos notariais e de registro, transcrição de alvará, mandado, guia de recolhimento ou documento de arrecadação de tributos e certidões em geral.		V – ampliação dos valores pagos a título da compensação da gratuidade de todas as especialidades, tendo como limite o valor mínimo dos emolumentos fixados pela tabela;	
(...)		VI - pagamento pelo envio dos mapas e relatórios obrigatórios feito pelos registradores civis de pessoas naturais aos diversos órgãos e autarquias da administração até o limite do valor correspondente a 5 (cinco) Ufemgs, para o envio das informações em meio impresso, ou a 10 (dez) Ufemgs, para o envio das informações mediante transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura	

subsequente ao da sua publicação, observado o disposto no art. 150, III, “c”, da Constituição Federal.

ANEXO I
(a que se refere o art. 3º da Lei n.º de de de)

Tabela 1 (R\$)
(...)
NOTA V - Nenhum acréscimo será devido quando ocorrer, nos atos notariais, transcrição de alvará, mandado, guia de recolhimento de tributos, certidões em geral, procuração ou de qualquer outro documento necessário à prática do ato.
(...)

(...)

Tabela 7 (R\$)			
ATOS DO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DO JUIZ DE PAZ	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao Usuário
1 - Habilitação para casamento no serviço registral, habilitação para casamento religioso com efeito civil, incluindo todas as petições, requerimentos, arquivamentos e diligências, excluídas as despesas com Juiz de Paz e publicação de edital em órgão da imprensa, e o assento da conversão de união estável em casamento, excluída, em todos os casos, a respectiva certidão.	110,90	16,18	124,08
2 - Diligência para casamento fora do serviço registral, mas na sede do distrito, excluídas as despesas com Juiz de Paz e transporte e alimentação do Oficial.	166,69	21,44	188,13
3 - Diligência para casamento fora do serviço registral e da sede do distrito, excluídas as despesas com Juiz de Paz e transporte e alimentação do Oficial.	261,10	33,58	294,68
(...)			

8 - Certidão de livros, assentamentos e documentos arquivados e ainda de fatos conhecidos em razão do ofício ou de dados de outros serviços registrais recebidos eletronicamente, desde que atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – e aos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico.	14,84	3,00	17,84
(...)			

14 - Transmissão de dados eletrônicos, quando atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – e aos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico, para emissão de certidão por ofício de registro das pessoas naturais diverso de onde foi feito o assento	Relatório De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 546/2010, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no Estado e dá outras providências.	17,84	dos estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte, bem como normas para aprovação de seus produtos, incluindo a metodologia de controle de qualidade e sanidade, quando for o caso;
(...)			

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.498/2010
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o Projeto de Lei nº 4.498/2010 visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas o imóvel que especifica.

A proposição foi aprovada no 1º turno com a Emenda nº 1 e retorna a este órgão colegiado a fim de receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 102, VII, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Em atendimento ao disposto no § 1º deste dispositivo, a redação do vencido faz parte deste parecer.

Fundamentação
O Projeto de Lei nº 4.498/2010, na forma aprovada em Plenário, tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas imóvel com as respectivas benfeitorias, com área de 1ha, situado na Fazenda do Sobradinho, Distrito de Guia Lopes, nesse Município.

O parágrafo único do art. 1º da proposição determina que o imóvel será destinado a abrigar estoque de materiais e a servir de ponto de apoio para a realização de obras públicas, o que representa um relevante auxílio às atividades da administração local em benefício da população.

Ainda com o propósito de proteger o interesse público, o art. 2º do projeto estabelece que o bem reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Cabe ressaltar que a transferência de domínio de bem público estadual, ainda que para outro ente da Federação, somente pode ser realizada com autorização desta Assembleia Legislativa, por exigência do art. 18 da Constituição do Estado; do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; e do § 2º do art. 105 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Ratifica-se o entendimento desta Comissão de que o projeto de lei em análise se encontra de acordo com os preceitos legais que tratam sobre a matéria, não representa despesas para o erário e não acarreta repercussão na Lei Orçamentária.

Conclusão
Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.498/2010, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.
Zé Maia, Presidente - Inácio Franco, relator - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa.

PROJETO DE LEI Nº 4.498/2010
(Redação do Vencido)

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:
Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Roque de Minas imóvel com as respectivas benfeitorias, com área de 1ha (um hectare), situado na Fazenda do Sobradinho, Distrito de Guia Lopes, registrado sob o nº 11.943, a fls. 197 do Livro 3-J, no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Piumhi.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o “caput” deste artigo destina-se a abrigar estoque de materiais e a servir de ponto de apoio para a realização de obras públicas.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.916/2010

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Aprovado no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas de 1 a 9, retorna agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, IX, c/c art. 189, do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.
Fundamentação
O projeto de lei em tela tem como objetivo normatizar a habilitação sanitária, a inspeção e a fiscalização da agroindústria familiar de pequeno porte. Para tanto, são estabelecidas competências para os órgãos de defesa e controle sanitário, bem como são previstos regulamentostécnicosespecíficos a serem editados pelo Poder Executivo.

O projeto suscitou análises aprofundadas no 1º turno, em seu exame pelas Comissões desta Casa. Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça, ao concluir por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, realizou detalhada adequação de técnica legislativa e legística, apresentando o Substitutivo nº 1. De forma a conferir maior precisão aos enunciados técnicos, evitando incertezas de interpretação, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial opinou pela aprovação da proposição com as Emendas nºs 1 a 9, que apresentau ao Substitutivo nº 1. Em seguida, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela aprovação do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 9.

A proposição em análise possibilita a inclusão da agroindústria familiar de pequeno porte no mercado formal, agregando valor ao produto, garantindo qualidade ao consumidor e valorizando o patrimônio cultural de Minas Gerais. Como já discutido por esta Comissão no 1º turno, tais avanços são de inegável mérito, uma vez que a agroindústria tradicional do Estado em sua grande maioria se enquadra nos critérios de pequeno porte estabelecidos no projeto. Por esse mesmo motivo, essa significativa parcela do mercado não participa do mercado formal, o que impede a concretização de renda e desenvolvimento do empreendedorismo rural, ao mesmo tempo que o Estado deixa de realizar o controle sanitário, o que coloca em risco a saúde da população. Por tudo isso, o projeto merece o apoio e a aprovação desta Casa; todavia, entendemos que o texto do projeto ainda pode ser aprimorado, de forma a adequar as penalidades das infrações ao contexto dos pequenos produtores familiares. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem realizado diversas audiências públicas com a finalidade de discutir os efeitos das ações de fiscalização por parte dos órgãos de defesa e controle sanitário, atendendo a demandas encaminhadas por produtores agroindustriais familiares de pequeno porte, bem como por comerciantes de seus produtos. Um dos argumentos mencionados pelos demandantes tem sido justamente o alto valor das multas, haja vista que a legislação sanitária nacional tem sua origem na regulação da atividade de grandes estabelecimentos industriais. Por esse motivo, apresentamos a Emenda nº 1 ao vencido, possibilitando que, na primeira vez que o cidadão cometer uma infração cuja penalidade seja de multa, possa-se converter o valor dessa multa em ações educativas. São consideradas como ações educativas: frequência do infrator a cursos de capacitação; divulgação das medidas corretivas adotadas pelo produtor e fornecimento de cursos de capacitação para outros estabelecimentos agroindustriais familiares de pequeno porte. As ações educativas enumeradas na emenda têm como base o texto do art. 12, § 1º, da Lei nº 14.180, de 2002, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimento de produtor artesanal ou de agricultor familiar para produzir ou manipular alimentos para fins de comercialização.

No caso da agroindústria familiar de pequeno porte de Minas Gerais, grande parte das inadequações sanitárias advêm da baixa capacitação dos produtores. Dessa forma, as ações educativas previstas por essa emenda poderão impulsionar o desenvolvimento desse segmento produtivo, reduzindo também a reincidência em novas infrações.

A título de comparação, a legislação ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 1998, prevê a possibilidade de aplicação de penalidades na forma de prestação de serviços úteis à sociedade e ao meio ambiente (art. 8º, I, c/c o art. 9º), assim como

a possibilidade de converter as multas em projetos de preservação do meio ambiente (art. 72, § 4º). Tal modo de abordagem diminui a truculência da fiscalização, ao conceder um tratamento mais humanizado ao infrator. Além disso, com base na constatação da elevada inadimplência no caso da penalização por multas, entendemos que a aplicação de penas alternativas permite que a infração cometida reverta mais facilmente em benefícios para a sociedade, ao mesmo tempo que possibilita uma reorientação da postura ética do infrator.

Conclusão
Em face do exposto, opinamos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.916/2010, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1
Acrescente-se ao art. 23 o seguinte parágrafo único:
“Art. 23 - (...)”
Parágrafo único – Nas infrações sujeitas a penalidade de multa, esta poderá ser convertida, total ou parcialmente, conforme dispuser regulamento, nas seguintes ações educativas, salvo em caso de reincidência:
I – frequência do empreendedor ou de seus funcionários em curso de capacitação;
II – fornecimento de curso de capacitação a empreendedores agroindustriais familiares de pequeno porte e seus funcionários;
III – divulgação das medidas adotadas para cobrir os prejuízos provocados pela infração, com vistas a esclarecer o consumidor do produto.”
Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.
Antônio Carlos Arantes, Presidente - Domingos Sávio, relator - Duarte Bechir.

PROJETO DE LEI Nº 4.916/2010
(Redação do Vencido)
Dispõe a sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Todo estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte será habilitado pelo órgão de controle ou de defesa sanitária competente, nos termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 2º – Para os fins desta lei, considera-se:
I – estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade ou sob gestão de agricultor familiar, individual ou coletivamente, localizado no meio rural, com área útil construída não superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), que produza, beneficie, prepare, transforme, manipule, fracione, receba, embale, reembale, acondicione, conserve, armazene, transporte ou exponha à venda produtos de origens vegetal e animal, para fins de comercialização;
II – agricultor familiar aquele definido na forma da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais.

Parágrafo único – Para efeito do disposto no inciso I do “caput” deste artigo, produtos de origem animal podem ser adicionados de produtos de origem vegetal.
Art. 3º – Na aplicação desta lei, serão observados:
I – os princípios básicos de higiene e de saúde necessários à garantia de inocuidade, identidade, qualidade e integridade dos produtos e saúde do consumidor;
II – as condições gerais de instalações, equipamentos e práticas operacionais que respeitem:

a) as diferentes escalas de produção;
b) as especificidades regionais de produtos;
c) as formas tradicionais de fabricação;
d) a realidade econômica dos agricultores familiares.
Art. 4º – O regulamento desta lei estabelecerá:
I – requisitos e normas operacionais para a concessão da habilitação sanitária ao estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte;
II – critério simplificado para o exame das condições de funcionamento dos estabelecimentos, conforme exigências higiênicoo-sanitárias essenciais, para obtenção do título de registro e do cadastro e para a transferência de propriedade;
III – detalhamento das ações de inspeção, fiscalização, padronização, embalagem, cadastro, registro e relacionamento

IV – normas complementares para venda ou fornecimento pelos estabelecimentos de que trata esta lei de pequenas quantidades de produtos da produção primária, a retalho ou a granel;
V – normas específicas relativas às condições gerais das instalações, dos equipamentos e das práticas operacionais dos estabelecimentos de que trata esta lei, observados os princípios básicos de higiene e sanidade, com vistas a garantir a inocuidade e a qualidade dos produtos.

CAPÍTULO II
DA HABILITAÇÃO, DA INSPEÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA
Seção I

Da Habilitação Sanitária
Art. 5º – A habilitação sanitária é ato privativo dos órgãos oficiais de controle e de defesa sanitária, atestando que o estabelecimento, para fins de execução das ações previstas no inciso I do art. 2º, atende aos princípios básicos de higiene e de saúde aplicáveis à espécie, visando à garantia de inocuidade e qualidade dos produtos comercializados e à saúde do consumidor.

§ 1º – A habilitação sanitária compreende o relacionamento, o cadastro ou registro dos estabelecimentos e de seus produtos e a autorização para comercialização.

§ 2º – A habilitação sanitária fica condicionada à prévia inspeção e à fiscalização sanitária do estabelecimento e dos produtos a que se refere esta lei.

Art. 6º – A habilitação sanitária do estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte será feita por unidade, na forma em que dispuser o regulamento desta lei.

Parágrafo único – A habilitação será requerida pelo agricultor familiar responsável pela unidade junto ao órgão oficial competente e deverá preceder ao regulamento do estabelecimento.

Art. 7º – O prazo de validade da habilitação será definido pelo órgão de controle ou de defesa sanitária competente.

Parágrafo único – A habilitação poderá, a qualquer tempo, ser suspensa ou cassada por decisão fundamentada do órgão de controle ou de defesa sanitária competente, nos termos da legislação pertinente.

Art. 8º – Os estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte serão classificados como:

I – estabelecimentos de produtos de origem vegetal;
II – estabelecimentos de produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos de origem vegetal;
III – estabelecimentos mistos, que processam produtos de origens animal e vegetal.

§ 1º – Para fins de habilitação, os estabelecimentos de que trata este artigo serão considerados nas seguintes modalidades:

a) unidade individual, quando pertencer a agricultor familiar;
b) unidade coletiva, quando pertencer ou estiver sob gestão de associação ou cooperativa de agricultores familiares.

§ 2º – A unidade coletiva será utilizada, exclusivamente, pelos associados ou pelos filiados da associação ou da cooperativa a que pertencer ou que a administrar.

Art. 9º – São órgãos de controle e de defesa sanitária competentes para a expedição da habilitação sanitária de que trata esta lei:

I – em se tratando de estabelecimento de produtos de origem vegetal:

a) Secretaria de Estado de Saúde – SES –;
b) Secretarias Municipais de Saúde ou órgãos oficiais equivalentes dos Municípios;

II – em se tratando de estabelecimento de produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos de origem vegetal, ressalvadas as atribuições legais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa –:

a) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, por meio de seu órgão de defesa sanitária;

b) secretarias ou departamentos de agricultura dos Municípios, por meio de órgão com atribuição para o exercício da defesa

INTERNET: www.iof.mg.gov.br

sanitária;

Parágrafo único – Em se tratando de estabelecimento misto, a competência de que trata este artigo será exercida pelos órgãos oficiais previstos nos incisos I e II do “caput” deste artigo, na forma do regulamento.

Seção II

Do Estabelecimento de Produtos de Origem Vegetal

Art. 10 – Para a habilitação sanitária do estabelecimento de produtos de origem vegetal, serão inspecionados os ambientes internos e externos do estabelecimento, bem como os seus produtos, instalações, máquinas, equipamentos, normas e rotinas técnicas.

Art. 11 – O estabelecimento de produtos de origem vegetal fica obrigado a:

I – observar os padrões específicos de registro, conservação, embalagem, rotulagem e prazo de validade dos produtos expostos à venda, armazenados ou entregues ao consumo;

II – manter instalações e equipamentos em condições compatíveis com os padrões de identidade e qualidade dos produtos;

III – manter condições adequadas de higiene, observada a legislação vigente;

IV – manter pessoal capacitado e devidamente equipado, nos termos da legislação aplicável, para a execução das ações discriminadas no inciso I do art. 2º desta lei;

V – fornecer ao consumidor do produto as informações necessárias para sua utilização adequada e para a preservação da saúde.

Parágrafo único – O estabelecimento obriga-se, quando solicitado pela autoridade sanitária competente, a apresentar o plano de controle de qualidade das etapas e dos processos de produção.

Art. 12 – Os órgãos oficiais de controle sanitário, para os fins de aplicação desta lei, obedecerão ao disposto na legislação vigente, ficando autorizados a baixar normas complementares, se necessário.

Seção III

Do Estabelecimento de Produtos de Origem Animal, Adicionados ou não de Produtos de Origem Vegetal

Art. 13 – O estabelecimento de produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos de origem vegetal, disporá, de acordo com a sua destinação, de instalações para:

I – abate de animais ou industrialização da carne;

II – processamento de pescados ou seus derivados;

III – processamento de leite ou seus derivados;

IV – processamento de ovos ou seus derivados,

V – processamento de produtos das abelhas e seus derivados.

Art. 14 – Sem prejuízo do disposto no art. 9º desta lei, os estabelecimentos de que trata esta seção serão inspecionados e fiscalizados:

I – pelos órgãos ou pelos departamentos de defesa sanitária das Secretarias de Agricultura dos Municípios, quando se tratar de produção destinada ao comércio intramunicipal;

II – pelo órgão de defesa sanitária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando se tratar de produção destinada a comércio intermunicipal.

§ 1º – No caso de produção destinada a comércio interestadual, a inspeção realizada pelos órgãos citados nos incisos I e II do “caput” deste artigo somente se equipara à realizada pelo Mapa, mediante o reconhecimento oficial da equivalência dos serviços oficiais de inspeção em conformidade com os preceitos legais e as normas complementares que regem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa – e o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi-POA.

§ 2º – O órgão estadual de defesa sanitária poderá instalar, em cada uma das mesorregiões administrativas do Estado, unidades especiais de inspeção e fiscalização sanitárias, que terão autonomia para a análise dos processos de registro e concessão da habilitação dos estabelecimentos de produtos de origem animal e que funcionarão nas sedes de suas coordenadorias regionais, vinculadas a uma coordenadoria a ser instituída no escritório central.

Art. 15 – Ficam os órgãos oficiais de defesa sanitária autorizados a baixar normas complementares para especificar os registros auditáveis, a serem realizados pelo proprietário ou por profissional habilitado, necessários à fiscalização da produção dos estabelecimentos de que trata esta seção.

Art. 16 – Aos estabelecimentos de produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos de origem vegetal, aplicam-se as disposições da Lei nº 11.812, de 23 de janeiro de 1995, no que se refere à coleta de amostras fiscais e de amostras de rotina.

Seção IV

Do Estabelecimento Misto

Art. 17 – O estabelecimento misto poderá processar os produtos de origem animal e de origem vegetal em uma mesma edificação, desde que em áreas isoladas e assegurada a impossibilidade de contaminação cruzada.

Art. 18 – O estabelecimento misto será habilitado, inspecionado e fiscalizado na forma dos arts. 9º, 10 e 14 desta lei.

Seção V

De Serviços de Inspeção e de Fiscalização

Art. 19 – Incumbe aos órgãos de controle e de defesa sanitária, na execução dos serviços de inspeção e de fiscalização dos estabelecimentos de que trata esta lei:

I – analisar e aprovar as plantas de construção e reforma do estabelecimento requerente, sendo-lhes facultado editar normas complementares que estabeleçam as especificações mínimas exigíveis e critério simplificado para análise e aprovação das condições gerais das instalações, equipamentos e práticas operacionais;

II – relacionar, cadastrar ou registrar os estabelecimentos e seus fornecedores, e aprovar ou registrar, se for o caso, os produtos passíveis de ser produzidos, segundo a natureza e a origem da matéria-prima e dos ingredientes, das instalações, dos equipamentos e do processo de fabricação e comercialização;

III – aprovar e expedir, no âmbito de sua competência legal, o certificado de registro ou o alvará sanitário do estabelecimento;

IV – capacitar e treinar os inspetores e fiscais do seu corpo técnico;

V – inspecionar, reinspecionar e fiscalizar o estabelecimento, as instalações e equipamentos, a matéria-prima, os ingredientes e os produtos elaborados;

VI – executar a ação de fiscalização no âmbito e nos limites de

suas competências legais.

Parágrafo único – Os órgãos oficiais de controle e de defesa sanitária exercerão suas atividades de inspeção e de fiscalização, de forma coordenada e integrada, na forma como dispuser o regulamento.

Art. 20 – O valor e a forma de recolhimento das taxas decorrentes de registro e vistoria do estabelecimento, registro ou alteração do rótulo do produto, alteração da razão social e inspeção e reinspeção sanitárias dos produtos observarão o disposto na legislação aplicável à espécie.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – O agricultor familiar proprietário ou dirigente do estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte habilitado, nos termos desta lei, é o responsável pela qualidade dos alimentos que produz, e se obriga a:

I – capacitar-se para a execução das atividades discriminadas no inciso I art. 2º desta lei, por meio de participação em cursos e treinamentos sobre Boas Práticas de Fabricação – BPF –, na especialidade de sua produção, os quais serão realizados sob a supervisão e a coordenação dos órgãos oficiais de controle ou de defesa sanitária;

II – promover ações corretivas sempre, que forem detectadas falhas no processo produtivo ou no produto;

III – fornecer aos órgãos de controle ou de defesa sanitária, sempre que solicitado, dados e informações sobre os serviços, as matérias primas e as substâncias utilizadas, os processos produtivos, as práticas de fabricação e os registros de controle de qualidade, bem como sobre os produtos e subprodutos fabricados;

IV – assegurar livre acesso dos agentes fiscais aos estabelecimentos habilitados e colaborar com o trabalho dos órgãos oficiais.

Art. 22 – Os órgãos oficiais de controle e de defesa sanitária, de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural desenvolverão, de forma permanente e articulada com a Secretaria de Estado de Educação, os conselhos regionais de profissão e as entidades representativas dos agricultores familiares, Programa de Educação Sanitária visando a fomentar, entre os produtores e a sociedade, consciência crítica sobre a importância da inspeção e da fiscalização sanitária para a saúde pública e para a garantia da segurança alimentar.

Art. 23 – A infração às normas estabelecidas nesta lei e em seu regulamento acarretarão, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas previstas na legislação aplicável à espécie, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis.

Art. 24 – O Poder Executivo estabelecerá regras de transição para:

I – adequação dos pedidos de habilitação dos estabelecimentos de que trata esta lei, protocolizados nos órgãos de controle e de defesa sanitária competentes, antes da vigência desta lei;

II – adequação dos estabelecimentos às regras contidas nesta lei e em seu regulamento.

Art. 25 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.074/2010

Mesa da Assembleia
Relatório

De autoria deste colegiado, o projeto de lei em epígrafe, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 16.658, de 5/1/2007, que fixa o subsídio do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, do Secretário de Estado e do Secretário Adjunto de Estado, foi aprovado no 1º turno, na forma proposta.

A matéria vem à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 195, combinado com o art. 79, VIII, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A finalidade da proposição em tela é estender aos agentes políticos do Poder Executivo Estadual o 13º salário, que corresponde a parcela assegurada pela Constituição da República, no inciso VIII de seu art. 7º, a todos os trabalhadores, indistintamente, como um direito social.

Conforme consta no parecer para o 1º turno, os requisitos formais para a tramitação da proposição foram devidamente observados.

Além disso, a proposta atende aos requisitos de natureza financeira e orçamentária, uma vez que a implementação da medida causa impacto financeiro que em nada compromete o ajuste fiscal alcançado pelo Poder Executivo, o qual está firmemente consolidado desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação ao mérito, é importante ressaltar que a constitucionalidade do pagamento do 13º salário a agentes políticos já foi devidamente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado em diversas oportunidades. Assim, a aprovação do projeto é medida que se impõe, para que se assegure aos seus destinatários tratamento isonômico em relação aos agentes políticos de outros Poderes.

Por todas as razões expostas, apresenta-se como conveniente, oportuna e justa a aprovação do Projeto de Lei nº 5.074/2010.

Conclusão

Em face dos argumentos expendidos e das razões apresentadas durante a discussão da matéria no 1º turno, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 5.074/2010 na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de dezembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.101/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.101/2009, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dá denominação à rodovia que liga a cidade de Senador Amaral à BR-381, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.101/2009

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-295 que liga o

Município de Senador Amaral à BR-381.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica denominado Prefeito José Nilton de Almeida o trecho da Rodovia MG-295 que liga o Município de Senador Amaral à BR-381.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.161/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.161/2009, de autoria da Deputada Maria Tereza Lara, que declara de utilidade pública a União Metropolitana por Moradia Popular de Belo Horizonte – UMMP-BH –, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.161/2009

Declara de utilidade pública a entidade União Metropolitana por Moradia Popular de Belo Horizonte – UMMP-BH –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade União Metropolitana por Moradia Popular de Belo Horizonte – UMMP-BH –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.926/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.926/2009, de autoria do Deputado Dimas Fabiano, que declara de utilidade pública a Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.926/2009

Declara de utilidade pública a entidade Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.931/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.931/2009, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública a Astromig – Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.931/2009

Declara de utilidade pública a Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários – Astromig –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários – Astromig –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.129/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.129/2009, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação Nova União Amigos Caminhoneiros da Região, com sede no Município de Pratápolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.129/2009

Declara de utilidade pública a Associação Nova União dos Amigos Caminhoneiros da Região, com sede no Município de Pratápolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Nova União dos Amigos Caminhoneiros da Região, com sede no Município de Pratápolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.303/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.303/2010, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Obra Assistencial Antonio Frederico Ozanam, com sede no Município de Florestal,

foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.303/2010

Declara de utilidade pública a Obra Assistencial Antonio Frederico Ozanam, com sede no Município de Florestal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Obra Assistencial Antonio Frederico Ozanam, com sede no Município de Florestal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.420/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.420/2010, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação de Artesãos, Artistas Plásticos e Produtores Caseiros de Congonhas e Região – Uniarte –, com sede no Município de Congonhas, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.420/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos, Artistas e Produtores Caseiros de Congonhas e Região – Uniarte –, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos, Artistas e Produtores Caseiros de Congonhas e Região – Uniarte –, com sede no Município de Congonhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.508/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.508/2010, de autoria do Deputado Ivair Nogueira, que declara de utilidade pública a Associação Rede União de Resplendor – Rede Unir –, com sede no Município de Resplendor, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.508/2010

Declara de utilidade pública a entidade Rede União de Resplendor – Rede Unir –, com sede no Município de Resplendor.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Rede União de Resplendor – Rede Unir –, com sede no Município de Resplendor.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.657/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.657/2010, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, que dá nome à rodovia que menciona, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.657/2010

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-314 que liga o Município de Coroaç

Art. 1º – Fica denominado Antônio Chaves do Carmo o trecho da Rodovia MG-314 que liga o Município de Coroaç

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.661/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.661/2010, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Evangelização e Ação Social de Formiga – Aceaf –, com sede no Município de Formiga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.661/2010

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Evangelização e Ação Social de Formiga – Aceaf –, com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Evangelização e Ação Social de Formiga – Aceaf –, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.911/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.911/2010, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.911/2010

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, com sede no Município de Sacramento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, com sede no Município de Sacramento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.913/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.913/2010, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública a Associação de Cavaleiros Comitiva Pé da Serra, com sede no Município de Luz, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.913/2010

Declara de utilidade pública a Associação de Cavaleiros Comitiva Pé da Serra, com sede no Município de Luz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Cavaleiros Comitiva Pé da Serra, com sede no Município de Luz.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.921/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.921/2010, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Associação dos Avicultores Integrados da Região Centro-Oeste de Minas Gerais – Avicom –, com sede no Município de São Sebastião do Oeste, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.921/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Avicultores Integrados da Região Centro-Oeste de Minas Gerais – Avicom –, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Avicultores Integrados da Região Centro-Oeste de Minas Gerais – Avicom –, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.924/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.924/2010, de autoria do Deputado Fahim Sawan, que declara de utilidade pública a Associação Centro de Formação e Renovação da Vida, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.924/2010

Declara de utilidade pública a Associação Centro de Formação e Renovação de Vida, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro de Formação e Renovação de Vida, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.929/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.929/2010, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga – SCMJ –, com sede no Município de Jacutinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.929/2010

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga – SCMJ –, com sede no Município de Jacutinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga – SCMJ –, com sede no Município de Jacutinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.932/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.932/2010, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que declara de utilidade pública a Associação Rural Unida de Pescador – Arup –, com sede no Município de Pescador, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.932/2010

Declara de utilidade pública a Associação Rural Unida de Pescador – ARU-P –, com sede no Município de Pescador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Rural Unida de Pescador – ARU-P –, com sede no Município de Pescador.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.940/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.940/2010, de autoria do Deputado Weliton Prado, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Capão do Mel, com sede no Município de Formoso, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.940/2010

Declara de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Capão do Mel, com sede no Município de Formoso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Capão do Mel, com sede no Município de Formoso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.945/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.945/2010, de autoria do Deputado Weliton Prado, que declara de utilidade pública a Associação P.A Sol Nascente – APASN –, com sede no Município de Formoso, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.945/2010

Declara de utilidade pública a Associação P.A Sol Nascente – APASN –, com sede no Município de Formoso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação P.A Sol Nascente – APASN –, com sede no Município de Formoso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.951/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.951/2010, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Unidos – Amabu –, com sede no Município de Congonhas, foi aprovado em turno único, na

forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.951/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Unidos – Amabu –, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Unidos – Amabu –, com sede no Município de Congonhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Ana Maria Resende, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 59/2010

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do Procurador-Geral de Justiça, altera dispositivos da Lei Complementar nº 66, de 22/1/2003, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC – e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública apresentou parecer favorável ao projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foi apresentada, em Plenário, a Emenda nº 2, que vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise pretende promover alterações na lei de criação do Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC –, Lei Complementar nº 66, de 2003, especificamente nos dispositivos que cuidam do objetivo do fundo, da aplicação de seus recursos, de seus beneficiários e do seu Conselho Gestor.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Antônio Júlio, pretende excluir do rol dos beneficiários do fundo o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG. Destaque-se que o Procon-MG já é beneficiário do fundo, conforme as disposições em vigor da Lei Complementar nº 66, de 2003, e o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, não alteram essa realidade.

O Procon-MG faz parte da estrutura do Ministério Público do Estado, recebendo deste a competência para atuar em demandas que envolvam interesse coletivo e difuso. Entre as competências do Procon-MG estão planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção e defesa do consumidor. Desse modo, o Procon-MG não pode ser excluído do rol dos beneficiários do fundo, uma vez que é um órgão central no exercício da política de defesa do consumidor no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 59/2010.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente e relator - Inácio Franco - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Antônio Júlio.

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 3 E 4

APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 66/2010

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, o Projeto de Lei Complementar nº 66/2010 “altera o Anexo da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994”.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 7/10/2010, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação da proposição com as Emendas nºs 1 e 2.

Por sua vez, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária manifestou-se pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2.

Durante a discussão em Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 3 e 4, sobre as quais cabe a esta Comissão se manifestar, nos termos regimentais.

Fundamentação

As Emendas nºs 3 e 4, ambas de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, objetivam alterar a redação dos incisos XIV e XV do art. 69 da Lei Complementar nº 34, de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências.

O citado art. 69 trata das atribuições do Procurador-Geral de Justiça. O inciso XIV dispõe que ele deverá informar ao Presidente da ALMG, em 30 dias contados do recebimento de relatório final de CPI que indique a prática de atos de sua competência, as providências adotadas. Da mesma forma, deverá, ainda, informar ao Presidente desta Casa, nos termos do inciso XV, também em

até 30 dias contados do recebimento de solicitação de apuração e investigação formulada por comissão permanente ou especial da Assembleia, as providências adotadas.

Ressalte-se que tais incisos foram acrescentados ao art. 69 da Lei Complementar nº 34 pelo art. 8º da Lei Complementar nº 99, de 2007.

A proposta do autor da emenda visa alterar para 90 dias o prazo de até 30 dias fixado para o Procurador-Geral de Justiça prestar as informações supramencionadas ao Presidente desta Casa.

O Ministério Público, como instituição permanente e essencial ao funcionamento da justiça e defensora do regime democrático, deve sempre atuar com eficiência e profissionalismo. Nesse contexto, visando ao atendimento do solicitado ou determinado por uma comissão parlamentar de inquérito, julgamos razoável a iniciativa proposta que objetiva conceder um prazo maior para essa instituição.


Ressalte-se, por ser oportuno, que a medida proposta se coaduna com o disposto no art. 18, inciso XXII, da Lei Complementar nº 34, de 1994, que atribui ao Procurador-Geral a competência para requisitar, motivadamente, meios materiais e servidores públicos, por prazo não superior a 90 dias, para o exercício de atividades técnicas ou especializadas nos procedimentos administrativos do Ministério Público.

Conclusão

Somos, portanto, pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 66/2010.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Domingos Sávio - Lafayette de Andrada - Padre João.

 MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 057/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 6/1/2011, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço anual, tendo por finalidade a contratação de empresa operadora de TV por assinatura, a cabo.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL -, da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, em Belo Horizonte, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 94/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/1/2011, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de assinaturas do jornal “O Tempo”.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL -, da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, em Belo Horizonte, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

1º conveniente: União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale. 2º conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação mútua para o desenvolvimento em parceria de rotinas de trabalho, documentos legais, cursos, treinamentos e pesquisas visando à maximização dos recursos humanos, físicos e financeiros, alocados para o aprimoramento tecnológico e a contribuição para o relacionamento institucional entre as Casas Legislativas da Federação. Objeto do aditamento: prorrogação e alteração de razão social. Vigência: a partir de sua assinatura até 23/12/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Avenida Augusto de Lima, 270 - Tel. (0xx31) 3237-3400

CEP. 30-190-001 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Internet: www.iof.mg.gov.br

As reclamações sobre a entrega do jornal, serão consideradas no prazo de até 5 (cinco) dias, após a data da circulação. **Tel. (0xx31) 3237-3477 - 3237-3478**